

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

Gislene Edwiges de Lacerda

**AS ESQUERDAS ENTRE OS ESTUDANTES: memórias dos militantes estudantis  
juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974- 1984)**

Juiz de Fora

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Gislene Edwiges de Lacerda

**AS ESQUERDAS ENTRE OS ESTUDANTES: memórias dos militantes estudantis  
juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974- 1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora  
2010

Lacerda, Gislene Edwiges de.

As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juizforano durante a transição democrática brasileira (1974-1984) / Gislene Edwiges de Lacerda. – 2010.

206 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Movimento estudantil – Juiz de Fora (cidade). 2. Democracia. 3. Memória. I. Título.

CDU 371.83:32(815.12JUIZ DE FORA)

*Dedico este trabalho aos militantes do Movimento Estudantil de ontem, de hoje e de amanhã, sujeitos e continuadores desta história.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória na qual muitas pessoas se envolveram, por isto, ao finalizá-lo não posso deixar de agradecer àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que o mesmo se tornasse possível e por isto são participantes do que há de vitorioso na conclusão desta pesquisa.

Aos meus familiares, em especial meu pai Antonio e minha mãe Maria José, por me darem a base da vida, me formando, antes de todo conhecimento acadêmico, com valores que me teceram como pessoa humana, e pela base de amor, apoio e compreensão, tão necessária ao longo destes anos de pesquisa.

Ao Fred pelo carinho e cuidado de cada dia – que foram essenciais para me manter firme nesta trajetória – e pela compreensão, apoio, incentivo e paciência com os quais me acompanhou durante estes dois anos, ouvindo atentamente minhas “viagens” históricas e minhas angustias.

Às amigas Maraísa, Jhenyfer, Franciane e Thaís, que de perto acompanharam o tecer deste trabalho, pelos momentos de alegria e descontração em meio à tensão da pesquisa e por todo apoio humano e espiritual com que cuidaram de mim nesta trajetória.

À professora Valéria Lobo, minha orientadora, pela paciência com que se dedicou a me ensinar importantes passos da pesquisa histórica e pela disposição em enveredar-se pelos campos da memória.

À UFJF que viabilizou este trabalho com seu apoio financeiro durante parte do curso.

Aos amigos de militância da Gestão “DCE até o Fim” (2005-2006) que, pela convivência e o aprendizado, me levaram a enveredar pelo Movimento Estudantil em todos os seus âmbitos. Dessa convivência surgiram os primórdios desta pesquisa.

Aos amigos da “História”, de mestrado e graduação, que, cada um a sua forma, foram importantes em apoio e sugestões para este trabalho. Obrigada por cada momento de partilha de angustias que se traduziram em incentivo!

Em especial meu agradecimento à Ivan Barbosa, Reginaldo Arcuri, Ignacio Delgado, Jorge Sanglard, Beatriz Domingues, Flávio Bitarelo, Flávio Cheker, Marco Aurelio Crocco, José Pimenta, Rafael Pimenta e Marcus Pestana. Agradeço por dividirem um pouco de si para esta pesquisa ao partilharem sua memória, sonhos, ideais, perspectivas, entre tantas outras coisas. Obrigada por tornarem cada momento de entrevista um momento de aprendizado e crescimento, e por enriquecerem esta pesquisa com suas vidas!

Agradeço ao Setor de Memórias da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, na pessoa da Heliane Casarin, que de forma atenciosa nos atendeu nesta instituição, juntamente com os estagiários e demais funcionários, tornando menos árdua a busca pelos registros históricos nos jornais das décadas de 1970 e 1980.

Agradeço às professoras Andrea Casa Nova Maia e Maria Paulo Nascimento Araujo, pelas importantes contribuições em minha banca de qualificação que foram muito significativas para este produto final. À Andrea agradeço também pelas indicações de bibliografia e pelas aulas que muito contribuíram para esta pesquisa.

À Flavia e Mari pela disposição com que me ajudaram!

Aos amigos do Ministério Universidades Renovadas, pelo sustento da fé e por sonharem e partilharem comigo de um desejo de transformação social, onde me tornar uma profissional do reino cada vez mais comprometida com a sociedade e o Amor, através da conclusão deste mestrado, é apenas um passo.

Por fim, à Deus, minha fonte de vida e inspiração. Obrigada Senhor por sempre sonhar além dos meus sonhos! A conclusão deste trabalho é apenas mais uma prova disto!

Obrigada a todos!

Eu acredito é na rapaziada,  
Que segue em frente e segura o rojão.  
Eu ponho fé é na fé da moçada,  
Que não foge da fera e enfrenta o leão.  
Eu vou a luta com essa juventude,  
Que não corre da raia a troco de nada.  
Eu vou no bloco dessa mocidade,  
Que não tá na saudade e constrói, a manhã desejada.  
Aquele que sabe o que é mesmo o couro da gente,  
E segura a batida da vida, o ano inteiro.  
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro,  
E apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro.  
Aquele que sai da batalha e entra num botequim, pede uma cervo gelada,  
E agita na mesa uma batucada.  
Aquele que manda um pagode e sacode a poeira suada da luta  
E faz a brincadeira, pois o resto é besteira,  
Nós estamos e pela aí.

(Música: E vamos à luta / Gonzaguinha)

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ALN</b>	Aliança Libertadora Nacional.
<b>ALA</b>	Ala Vermelha do PC do B
<b>AP</b>	Ação Popular.
<b>APML</b>	Ação Popular Marxista Leninista
<b>AI-5</b>	Ato Institucional nº. 5.
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional.
<b>CEB</b>	Comunidade Eclesial de Base
<b>CEPE</b>	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
<b>CONSU</b>	Conselho Superior
<b>COLINA</b>	Comando de Libertação Nacional
<b>CS</b>	Convergência Socialista.
<b>DI</b>	Dissidência estudantil comunista
<b>DA</b>	Diretório Acadêmico
<b>DS</b>	Democracia Socialista.
<b>ENE</b>	Encontro Nacional de Estudantes.
<b>FBT</b>	Fração Bolchevique Trotskista
<b>ICHL</b>	Instituto de Ciências Humanas e Letras
<b>JF</b>	Juiz de Fora
<b>LIBELU</b>	Liberdade e Luta.
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro.
<b>MEP</b>	Movimento de Emancipação do Proletariado
<b>MRT</b>	Movimento Revolucionário Tiradentes
<b>MRM</b>	Movimento Revolucionário Marxista
<b>MR-8</b>	Movimento Revolucionário 8 de outubro.
<b>MOLIPO</b>	Movimento de Libertação Popular
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OCML-PO</b>	Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária
<b>ORM-DS</b>	Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista
<b>OSI</b>	Organização Socialista Internacionalista
<b>PC</b>	Partido Comunista
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCBR</b>	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
<b>POC</b>	Partido Operário Comunista
<b>POLOP</b>	Política Operária
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores.
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista.
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro.
<b>RU</b>	Restaurante Universitário
<b>SU</b>	Secretariado Unificado.
<b>TL</b>	Teologia da Libertação
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes.
<b>UEE</b>	União Estadual dos Estudantes.
<b>UFJF</b>	Universidade Federal de Juiz de Fora
<b>VAR</b>	Vanguarda Armada Revolucionária



Gislene Edwiges de Lacerda

**As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974-1984)**

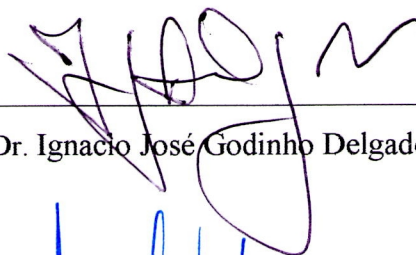
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História

Juiz de Fora, 25 de março de 2010

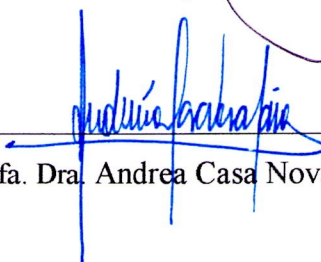
Banca Examinadora



Prof. Dra. Valéria Marques Lobo - Orientadora



Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado - Presidente



Prof. Dra. Andrea Casa Nova Maia - Membro Titular

## RESUMO

O Movimento Estudantil desempenhou um importante papel no cenário brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, pois lutou contra as arbitrariedades do governo militar e pelas liberdades democráticas, compondo importantes ações políticas e impulsionando a sociedade civil a retornar às ruas. Para demonstrar sua relevância e realizar uma análise de sua atuação, esta dissertação visa analisar a trajetória do referido movimento no município de Juiz de Fora – MG, no período de 1974 a 1984, em especial, através da memória dos militantes estudantis. Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão acerca do papel do Movimento Estudantil (ME) no processo de transição democrática brasileira. Com este intuito, buscou-se perceber a influência do ME nos âmbitos social e político, destacando a dinâmica das tendências internas de diferentes bases ideológicas de Esquerda, muitas vezes motivadoras de conflitos no cerne do próprio movimento, buscando compreender em que medida essas tendências foram protagonistas de uma luta em prol do mesmo objetivo: a democracia. Desta forma, apresentamos a memória dos militantes estudantis, elemento central deste trabalho, sobre o período vivido em tempos de abertura política e luta democrática, a partir da qual pudemos delimitar a trajetória do ME juizforano e analisar a atuação dos sujeitos desta história.

Palavras-Chaves: Movimento Estudantil. Transição democrática. Esquerdas. Memória. Juiz de Fora.

## ABSTRACT

The Student Movement played an important role in Brazilian scenery in the 1970's and 1980's, since it fought against the arbitrariness of military government and for the democratic freedoms, composing important political actions and propelling the society to return to the streets. To demonstrate the relevance and perform an analysis of its performing, this dissertation aims to analyze the trajectory of the reported movement in Juiz de Fora – MG, from 1974 to 1984, especially by means of memories of the militant students. Thus, this research intended to contribute to the comprehension about the role of the Student Movement (SM) in the process of Brazilian democratic transition. To this end, it sought to realize the influence of SM in social and political ambits, highlighting the dynamics of internal trends of different ideological basis of The Left, which often led to conflicts within the movement, trying to understand how much these trends were protagonists of a fight for the same goal: democracy. Thereby, we present the memories of militant students, a fundamental part of this research, about the period lived in times of political openness and democratic struggle, from which we could define the Juiz de Fora SM trajectory and analyze the performance of the subjects in this history.

Keywords: Student Movement. Democratic transition. The Left. Memory. Juiz de For a.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>MEMÓRIA ESTUDANTIL E O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO (1974 A 1985)</b> .....	24
<b>2.1</b>	<b>O sentido da memória</b> .....	24
<b>2.2</b>	<b>Tecendo histórias, tecendo memórias: apresentando os militantes estudantis juizforanos “narradores” e sujeitos desta história</b> .....	30
<b>2.3</b>	<b>a influência do movimento estudantil na vida dos ex-militantes</b> .....	38
<b>2.4</b>	<b>O contexto do processo de luta democrática e o papel dos movimentos sociais (1974 a 1984)</b> .....	41
<b>2.5</b>	<b>A ação estudantil: o ME em tempos de abertura política (1974 a 1984)</b> .....	51
2.5.1	Primeiras lutas e reorganização do Movimento Estudantil .....	51
2.5.2	O sentido da democracia .....	59
2.5.3	Os estudantes e a luta pela anistia .....	62
2.5.4	A reconstrução da UNE .....	64
2.5.5	Os estudantes e o retorno dos partidos políticos .....	68
2.5.6	Os estudantes e as Diretas já .....	73
<b>3</b>	<b>AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DÉCADA DE 1970 E SUAS ORIGENS</b> .....	<b>78</b>
<b>3.1</b>	<b>A juventude nas organizações de esquerda até 1974: as influências no âmbito estudantil</b> .....	78
<b>3.2</b>	<b>Mudando o cenário: as Esquerdas e o Movimento Estudantil na segunda Metade da década de 1970</b> .....	91
<b>3.3</b>	<b>As tendências estudantis atuantes em Juiz de Fora de 1974 a 1984</b> .....	107
<b>4</b>	<b>MEMÓRIAS ESTUDANTIS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM JUIZ DE FORA NO CONTEXTO DA LUTA DEMOCRÁTICA (1974 – 1985)</b> .....	113
<b>4.1</b>	<b>A dinâmica das tendências: disputas eleitorais pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora</b> .....	113
<b>4.2</b>	<b>As gestões do DCE na memória de seus militantes</b> .....	129
4.2.1	Heranças e a gestão da chapa “Realidade”: o início de uma trajetória .....	130
4.2.2	A gestão da chapa Nossa Luta: as eleições para a reitoria e a visita de Geisel.....	135

4.2.3	A gestão da chapa Xeque-mate: a Direita no DCE da UFJF e a reação da Esquerda.....	139
4.2.4	A Gestão da chapa Ponto de Partida: um novo cenário no Movimento Estudantil...	142
4.2.5	A gestão do grupo Ação e Unidade e novas pautas: a tomada do Restaurante Universitário .....	148
4.2.6	A primeira gestão da Estratégia e os reflexos da mudança conjuntural no início da década de 1980 .....	151
4.2.7	A gestão da chapa Pé no Chão: “por mais verbas para as universidades” .....	158
4.2.8	A gestão da Estratégia em 1982 / 1983: mudanças na mobilização estudantil .....	165
4.2.9	Gestão da chapa Unidade: Restaurante Universitário continua como pauta .....	168
4.2.10	Meses finais de 1984 com a Gestão da chapa Semente .....	172
<b>4.3</b>	<b>Promovendo cultura e lutando politicamente .....</b>	<b>173</b>
<b>4.4</b>	<b>Os estudantes e a cidade: a ação para além da universidade .....</b>	<b>184</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>190</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>194</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a história do Movimento Estudantil no município de Juiz de Fora – MG, no período de 1974 a 1984, em especial, através da memória dos militantes estudantis do período. Partindo do suposto de que há uma forte ligação entre as ações locais e as lutas nacionais deste sujeito neste período de grande efervescência social no Brasil. Pretende-se contribuir, a partir deste estudo de caso, para a compreensão acerca do papel do Movimento Estudantil (ME) no processo de transição democrática brasileira.

Com este intuito, buscou-se perceber a influência do ME nos âmbitos social e político, destacando a dinâmica das tendências internas do Movimento Estudantil, de diferentes bases ideológicas de Esquerda, muitas vezes causadora de conflitos no cerne do próprio movimento. De modo mais específico, indaga-se acerca da atuação dos militantes das diferentes correntes presentes no movimento e as disputas entre elas, buscando compreender em que medida essas tendências foram protagonistas de uma luta em prol de um mesmo objetivo: a democracia.

O espaço geográfico desta pesquisa é a cidade de Juiz de Fora - MG. A escolha da mesma justifica-se por esta se constituir em um pólo universitário da Mata Mineira, possuindo um número expressivo de estudantes e apresenta especificidades significativas dentro do contexto estudado, conforme será abordado neste trabalho. O recorte temporal definido foi 1974 a 1984. O ano de 1974 foi o momento em que teve início o Governo do General Ernesto Geisel e com ele o processo de abertura política caracterizado pelo próprio governo como uma distensão “lenta, gradual e segura”. O ano de 1984 marcou simbolicamente o “fim” da Ditadura e o início de um processo de democratização da sociedade brasileira.

Embora os estudantes se façam presentes no cenário político brasileiro desde pelo menos os 1930, são escassos os trabalhos que se debruçam sobre o movimento estudantil. Além disto, em sua maior parte, a bibliografia sobre o Movimento Estudantil produzida até hoje concentra abordagens focalizadas no período da década de 1960, em especial a “geração de 68”, e privilegia, como recorte espacial, o eixo Rio – São Paulo<sup>1</sup>. Portanto, os estudos que abordam a participação desse movimento no processo de distensão e redemocratização que se verifica entre os últimos anos da década de 70 e início dos 80 são ainda mais escassos. Dentre os trabalhos que abordam o Movimento Estudantil dentro do recorte temporal desta pesquisa,

---

<sup>1</sup> Destaco: MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas, Papiros, 1987; MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5: Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos Anos 60: Utopias e Práticas Políticas no Brasil*. Londrina, UEL, 1998 e OLIVEIRA, José A. Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem do movimento estudantil Alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994.

destacam-se os trabalhos de Maria Paula Nascimento Araujo, em especial o livro *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*; a dissertação de mestrado de Flávia Santana, intitulada *A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*, defendida na USP; e a dissertação de Mateus Camargo Pereira, *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP (1974/1982)*, defendida na UNICAMP. Tais estudos contribuem para a compreensão acerca da ação estudantil no período da transição democrática, mas deixam ainda uma série de lacunas e indagações que só poderão ser preenchidas e respondidas a partir de novas pesquisas.

A literatura produzida sobre Juiz de Fora no período em tema também é rarefeita, sobretudo aquela que de alguma maneira se refere ao movimento estudantil. Neste ponto, destaca-se a tese de doutorado de Christina Ferraz Musse, pela UFRJ, defendida em 2006, *“Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercícios de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora*. Embora o enfoque deste trabalho seja a imprensa e a cultura em Juiz de Fora, a autora toca em alguns pontos na temática do Movimento Estudantil na cidade. No que se refere especificamente ao movimento estudantil em Juiz de Fora, não há qualquer tipo de estudo produzido no âmbito da academia.

Além disto, vale ressaltar que não encontramos muitos trabalhos que se dedicam a analisar o Movimento Estudantil na ótica da dinâmica das correntes/tendências que atuavam no interior do movimento. No plano nacional temos o capítulo reservado ao tema no livro de Marcelo Ridenti, intitulado *o Fantasma da Revolução Brasileira*. Esse, contudo, aborda essencialmente a década de 1960, sem avançar em suas análises para as décadas de 1970 e 1980.

Ao observarmos a historiografia sobre o movimento estudantil no Brasil, o que se constata é, pois, que se privilegiou o estudo da “geração de 68”, em detrimento daquela que ganha a cena dez anos mais tarde e que, de acordo com a hipótese que nos guia nesta dissertação, foi protagonista no cenário da transição política brasileira entre fins da década de 1970 e início da seguinte, tendo alcançado, ao contrário da geração de 68, aquele que era seu objetivo mais imediato, isto é, a conquista da democracia. Em outras palavras, o Movimento Estudantil, silenciado por força da ditadura militar após as medidas repressoras incidentes sobre a geração de 68, ressurgiu com destaque após 1974, sendo um importante motivador do retorno das iniciativas da sociedade civil contra o regime e em prol da democracia, objetivo este que foi atingido anos mais tarde, quando diversos outros sujeitos já compareciam à cena política empunhando a bandeira dos direitos civis e políticos. Assim, o destaque à geração do

final dos anos 1970 do movimento estudantil, bem como o descaso da historiografia para com este objeto, justifica o desenvolvimento da pesquisa que subsidiou esta dissertação.

Outra hipótese que apresento é da existência de três momentos distintos que caracterizam a ação estudantil ao longo do período estudado (1974 a 1984), reflexo de fatores externos e também de fatores intrínsecos ao movimento estudantil.

Quanto aos fatores externos, cumpre salientar que, no primeiro momento, de 1974 a 1976, o vigor da ditadura ainda marcava fortemente o cenário nacional, tendo o movimento estudantil iniciado as ações de caráter de resistência contra o regime, contudo sem grandes lutas políticas. De 1977 a 1979, o ME se apresentou como protagonista, conforme sugiro acima, onde os estudantes foram os responsáveis por reconduzir a luta da sociedade civil pelo retorno da democracia, mudando de uma pauta de pura resistência vivenciada na década de 1960, para uma pauta de luta democrática. Neste sentido, o ano de 1979 constitui um marco, um divisor de águas entre dois momentos. A partir de 1979, o movimento estudantil, que protagonizara a cena no período anterior, passa a coadjuvante, atuando num cenário cada vez mais habitado por outros movimentos sociais, com destaque para o movimento sindical.

Neste período, as greves do ABC paulista, o fim do AI-5, a Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo configuram uma mudança de contexto, dando as marcas para o terceiro momento do Movimento Estudantil. Entre 1980 e 1984, o Movimento Estudantil perde o protagonismo, mas permanece como sujeito em constante mobilização e luta.

Quanto aos fatores de ordem interna, busco trabalhar a idéia de que a mudança que insere o Movimento Estudantil em outro momento diferente após 1980 é oriunda não apenas da perda do seu protagonismo na luta política, mas vem de uma mudança geracional e de perspectiva política. As lideranças à frente do ME até 1980 eram fruto do vácuo da geração de 1968, diferentemente da geração que assume o movimento após 1980, que vem como fruto das mudanças políticas ocorridas, definindo uma juventude que dá origem, posteriormente, à geração de 1990, a qual apresenta uma postura diferente, com um olhar para suas pautas mais específicas, distanciando-se da luta geral que já havia sido vitoriosa em muitos pontos.

Com efeito, a mudança no panorama sociopolítico, com o ressurgimento dos partidos políticos, que se configuravam em uma nova forma de agregação dos grupos, sujeitos e movimentos antes envolvidos na luta democrática, influencia na atuação do Movimento Estudantil que passou a expressar, dentro de sua dinâmica interna, os partidos presentes na política fora da universidade. As tendências se aproximam dos partidos e as disputas eleitorais passam a se configurar sempre identificando cada uma delas com algum partido atuante. Este



fato não quer dizer que o Movimento Estudantil tenha se partidarizado, mas demonstra que o mesmo não estava alheio à realidade política fora muros da universidade e revelava uma aproximação com os novos partidos atuantes na sociedade.

Assim, apresento também a idéia no tocante à reconstrução da UNE estava no centro da pauta do Movimento Estudantil até 1979, dividindo espaço com a luta pelas liberdades democráticas. Após a reconstrução da UNE, esta passa a incidir sobre o movimento, influenciando sua dinâmica e acirrando a rivalidade entre as tendências internas que até 1979 estavam presentes e atuantes, contudo os pontos de intercessão eram mais facilmente identificados nas lutas. A partir daí, as posições divergentes passaram a ser reafirmadas a cada oportunidade, seja em disputas eleitorais ou manifestações. A pauta de luta por questões mais pontuais dos estudantes ganham centralidade dentro do movimento após 1980, visto que as lutas mais gerais, que de certa forma unificavam as correntes de esquerda presentes no movimento estudantil, como a luta pela anistia, a reconstrução de sua entidade representativa, o fim do AI-5 e o retorno do pluripartidarismo já haviam sido concretizadas, restando permanecer mobilizado sempre tencionando pelas liberdades democráticas, mas reivindicando por questões que incidiam mais especificamente sobre a realidade estudantil.

Considerando o Movimento Estudantil como um movimento social, busco defini-lo a partir de uma análise da definição feita por Gohn e Bobbio sobre o conceito. A socióloga Maria da Glória Gohn define movimento social a partir de suas ações sociopolíticas de sujeitos coletivos de origens distintas.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (...) As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (...) os movimentos participam portando da mudança social histórica de um país (GOHN, 2007, p. 251-252).

Assim, para Gohn, os movimentos sociais são fenômenos ocasionados da união de forças advindas da organização de camadas da sociedade civil, capazes de intervir nos âmbitos sociopolíticos de uma conjuntura e levar à sua mudança. De acordo com Bobbio (2007: 788), embora a definição apresente o movimento social como fenômeno coletivo de grupo, se faz necessário levar em consideração as características, as exigências e os valores de cada um dos sujeitos sociais. Tal análise do autor se situa na interseção entre o comportamento do indivíduo e a dinâmica do sistema, correndo todos os riscos dessa

colocação. Para Bobbio, atualmente, o perigo reside na submersão do agente individual dentro do movimento e da conseqüente falta de uma análise dos participantes, das suas motivações, dos seus recursos e das suas incumbências.

Esta reflexão de Bobbio direciona um ponto importante desta dissertação. Percebe-se que em alguns momentos, a entidade de representação estudantil confunde-se com o movimento estudantil, numa dinâmica de mutualismo, enquanto na verdade representa apenas uma de suas expressões. Por vezes a entidade se sobressai sobre o sujeito que nela atua e corre-se o risco de anular o mesmo ao abordar apenas as entidades, institucionalmente construídas como expressões oficiais de representação do grupo. A entidade estudantil por vezes apropria-se de projetos, interesses e anseios pessoais. E o significado e a repercussão dos mesmos na vida das pessoas são traduzidos em palavras de ordem e reivindicações políticas. Pensar o movimento a partir das entidades não pode engessar as experiências vividas pelos sujeitos sociais e nem tornar o cotidiano do movimento como lugar onde não há história, valorizando apenas lutas de ordem macro.

Analisar o Movimento Estudantil numa perspectiva que vai além da entidade, “dando voz”, junto à historiografia, aos sujeitos sociais e percebendo os anseios pessoais que permeavam as ações dentro do ME se constitui um verdadeiro desafio. As entidades nem sempre agregavam a coletividade à qual era base representativa. As divergências existentes eram significativas e impossibilitavam que a entidade conseguisse resumir em si toda a expressão do Movimento Estudantil da cidade.

Desta forma, neste trabalho, o Movimento Estudantil é valorizado em sua amplitude, abordando aspectos de grupos que não chegaram à direção da entidade, e apresentando memórias dos sujeitos que viveram este momento dentro do ME, na tentativa de embrenhar no cerne do Movimento. Destarte, a opção pela referência às entidades representativas se justifica pelo fato de serem institucionalmente aquelas que agregavam os estudantes e sinalizavam, principalmente no processo de disputa pela mesma e nas ações durante as gestões da diretoria, a diversidade presente no interior do Movimento Estudantil. Desta forma, a entidade, apesar de seus reais limites representativos, marca a orientação seguida pelo movimento como um todo, pois ela se torna a referência ao público externo e a ela é dado o reconhecimento de falar publicamente em nome de todos os estudantes. A opção por fazer referência ao Movimento Estudantil citando UNE, UEE e DCE se assinala pelo fato de que, como entidades representativas, ao responder em nome de todos os estudantes, possibilitam a compreensão não apenas da entidade em si mas revelam a dinâmica interna do ME, marcada

por grupos ideologicamente diferentes que divergiam em postura, discurso e condução de ações políticas, por vezes criticando ou apoiando a diretoria da entidade seja ela nacional, estadual ou municipal.

O cerne das divergências dentro do Movimento Estudantil é a diferença na interpretação das ideologias de esquerda e a oposição destas à Direita. Desde a França do século XIX a diáde “Direita – Esquerda” acompanha os discursos políticos apresentando mudanças de abordagens e significados de acordo com cada localidade e contexto inserido. Ser associado à Esquerda pode às vezes ser considerado como um elogio ou crítica, com um efeito desqualificador ou de glória. Pode-se estar a Esquerda e a Direita ao mesmo tempo dependendo apenas do lugar que se ocupa e do referencial que se apresenta. Um grupo pode ser de Esquerda dentro de um movimento e estar a Direita se colocado junto à sociedade (BOBBIO, 2001, p. 14).

Constata-se que no Brasil, as esquerdas desde os primórdios do período republicano se evidenciam plurais, não existindo uma forma homogênea de defini-la. Por isto podemos compreendê-las em um sentido mais amplo como movimentos sociais, frentes políticas, sindicais e partidos políticos de diferentes organizações e orientações ideológicas. Por isto utilizarei ao longo deste trabalho a sua flexão no plural: Esquerdas, por acreditar que seja a melhor forma de mostrar sua pluralidade de expressões. Assim, não avanço nesta reflexão sob o risco de ao tentar melhor definir Esquerdas, possamos excluir grupos, partidos, movimentos e programas que a meu ver, se associam às tradições de Esquerda.

As fontes disponíveis para este trabalho constituíram-se em fontes escritas e, destacadamente, fontes orais. Entre as fontes escritas, foram utilizados o Jornal Diário Mercantil e o Jornal Tribuna de Minas, ambos periódicos diários da cidade de Juiz de Fora, que se encontram arquivados no Centro de Memórias Murilo Mendes. Foram analisadas todas as edições do jornal Diário Mercantil de 1974 a novembro de 1983, ano no qual o periódico saiu de circulação, e, posteriormente, de dezembro de 1983 a dezembro de 1984, todas as edições do jornal Tribuna de Minas, bem como algumas edições do Jornal Diário da Tarde, por ocasião de conferência e complementações de informações.

Além dos periódicos, contamos também com uma documentação relevante encontrada nos arquivos pessoais. Entre eles, podemos citar os arquivos pessoais dos antigos militantes estudantis do período estudado: Jorge Sanglard, Ivan Barbosa e de Gabriel dos Santos Rocha, onde podemos encontrar uma vasta documentação constituída de panfletos, cartazes, cartas programa, jornais, entre outros. Contamos também com a “Coleção Flávio Cheker” e a

“Coleção Diretório Acadêmico de Economia da UFJF”, disponíveis para consulta no Arquivo Histórico da UFJF e que apresentam variados tipos de documentos entre atas, cartas programas, correspondências diversas, documentos de tendências, entre outros que foram de fundamental importância para esta pesquisa. Além destes acervos, foi consultado também o Arquivo do Diretório Central dos Estudantes da UFJF. Contudo, devido às más condições em que se encontra o acervo, não foi possível o acesso a toda a documentação, limitando o mesmo a fotos e alguns cartazes e cartas programas.

Como recurso metodológico central, este trabalho se baseia na utilização da história oral, que utiliza a memória como fonte histórica com procedimentos específicos. O historiador que se lança a utilizar as memórias como fonte histórica se depara com o fato de que todas elas são produzidas no presente, sendo essas memórias contidas em um limite muito contemporâneo, levando o historiador a perceber os limites temporais em que estas se inserem. Destarte, não podemos falar de memórias individuais como fontes sem tocar na reflexão sobre a história do tempo presente.

Segundo René Remond,

O historiador do tempo presente sabe o quanto sua subjetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los. (...) Uma vez que o historiador do tempo presente se confronta com a atualidade, seu olhar tem um raio relativamente curto: assim, ele está mais atento aos detalhes (...) mas o historiador do tempo presente evoca a importância da contingência e do fato: a história é feita de surpresas, mais de surpresas seguras que de ardis (1996: 208-209).

Assim como Remond expressa que o raio que separa o historiador, que trabalha com história do tempo presente, da atualidade é curto, fazendo com que ele se torne mais atento aos detalhes. Chartier afirma que é pequena a distância entre a compreensão que o historiador tem de si mesmo e a dos sujeitos históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (CHARTIER, 1996: 216).

Contudo a história do tempo presente aponta a um desafio central, que consiste em relacionar presente e passado, estabelecendo as definições de tempo de um passado recente. O passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele. Segundo Henry Rousso, a memória interessou aos historiadores do tempo presente por apontar para uma solução para o problema, já que para o autor a memória em seu sentido essencial da palavra é a presença do passado. Para Henry Rousso,

A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (...) Seu atributo

mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma ela constituiu – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1996: 94).

Henry Rousso apresenta um ponto importante a ser destacado com relação à memória. Segundo ele, um indivíduo, quer fale espontaneamente sobre seu passado e sua experiência, quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade (1996: 98). Porém isto não faz com que a função de testemunha seja vista diferentemente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter para com ela as mesmas precauções que com as demais fontes.

Para Peter Burke, os historiadores devem se interessar pela memória a partir de dois pontos de vista. Primeiramente, precisa estudar a memória como uma fonte histórica, “elaborando uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos”. O outro ponto levantado por Burke é que os historiadores apresentam interesse pela memória como fenômeno histórico; pelo que se poderia chamar de história social do lembrar. Entretanto, salienta Burke que, considerando que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou grupo para grupo, e como mudam com o passar do tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, Peter: 2000: 73).

Nesta pesquisa valho-me da memória como fonte histórica. A metodologia de História Oral representa uma opção para o trabalho com a memória dos sujeitos tiveram a vivência da militância política estudantil na transição democrática brasileira e que, assim, trazem à tona a complexidade desse momento.

Para definir História Oral, utilizo as palavras de Verena Alberti que a define como,

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990: 18).

Utilizo um roteiro-base para as entrevistas que sofreu adaptações de acordo com cada entrevistado, segundo suas especificidades. Atribuo atenção à história de vida desses militantes onde é possível resgatar através de seus relatos orais as origens anteriores à militância estudantil, a atuação político-estudantil, as razões que os levaram a se aproximar de uma determinada tendência no ME, bem como resgatar a trajetória posterior, percebendo as continuidades e rupturas.

Os documentos orais foram colhidos em sua maioria no período de junho a outubro de 2009. Foram 11 entrevistados, contabilizando um total de pouco mais de 16 horas de gravações que foram transcritas na íntegra e posteriormente analisadas. O universo de entrevistados constituiu-se de sujeitos que durante o período de 1974 a 1984 eram estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora e neste tempo foram membros do Diretório Central dos Estudantes, órgão de representação local dos estudantes e militantes de correntes ideológicas do Movimento Estudantil que tiveram expressão nas disputas pela direção da entidade e nas ações do Movimento Estudantil fora do DCE. Dediquei especial atenção, para cumprir os objetivos desta pesquisa, em selecionar sujeitos das diferentes correntes do ME existentes em Juiz de Fora.

A memória dos militantes estudantis passou por um processo constituído por cinco etapas. A primeira delas se constituiu da realização da entrevista, registrada em mídia digital, e a assinatura da “carta de sessão” pelo depoente, na qual permite a utilização da mesma nesta pesquisa. Em seguida foi realizada a transcrição completa da entrevista sem uma preocupação com a textualização. No terceiro momento a entrevista foi corrigida e editada, buscando manter a fidelidade à narração. Após este passo, a entrevista transformada em texto foi encaminhada ao entrevistado que efetuou a leitura da mesma, nos disponibilizando-a para o presente trabalho. Por fim, a quinta etapa constituiu-se da análise cuidadosa do conteúdo da entrevista para sua aplicação à pesquisa.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma reflexão sobre o sentido da memória como fonte histórica, bem como apresenta os sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Além disto, o capítulo inicial aborda o Movimento Estudantil brasileiro e juizforano atuante nas décadas de 1970 e 1980. De certa forma, este capítulo apresenta e situa historicamente o objeto da pesquisa.

O segundo capítulo procura traçar um panorama das principais tendências estudantis que permearam o ME brasileiro, buscando suas origens. Especial atenção é dedicada às tendências atuantes dentro o movimento estudantil juizforano, foco desta pesquisa,

identificando suas origens e sua trajetória ao longo do período estudado. O objetivo aqui é situar ideologicamente o Movimento Estudantil de Juiz de Fora e suas correntes internas.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta as memórias do Movimento Estudantil de Juiz de Fora no contexto de transição democrática (1974 – 1984). Aborda-se a dinâmica do ME em JF, destacando as disputas eleitorais pela direção do DCE da UFJF e as gestões que se seguiram de 1974 a 1984. Apresenta-se, ainda, a ação dos estudantes na UFJF, destacando suas reivindicações, manifestações e lutas bem como o contexto da abertura ao pluripartidarismo e a relação dos militantes do ME na composição desses partidos de acordo com o caminho seguido por cada grupo. Apresenta também uma abordagem sobre o movimento cultural e sua ligação com o movimento estudantil, finalizando com uma análise dos estudantes atuando em outros campos da cidade. O objetivo deste capítulo é, pois, compreender a ação política dos estudantes de Juiz de Fora, buscando, ainda que de forma apenas suplementar, apresentar suas outras interfaces, para além da política.

## 2 MEMÓRIA ESTUDANTIL E O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO (1974 A 1985)

Este capítulo inicialmente faz algumas reflexões sobre a memória e a sua utilização como fonte histórica. Em seguida apresenta os sujeitos, cujas memórias foram norteadoras deste trabalho. Por fim aborda o Movimento Estudantil brasileiro e juizforano atuante no processo de transição democrática, refletindo sobre suas lutas para o restabelecimento da democracia, destacadamente a luta pela anistia, a fundação dos novos partidos políticos, a reconstrução da UNE e a campanha pelas eleições diretas.

### 2.1 O sentido da memória

A memória tem configurado uma verdadeira explosão no mundo contemporâneo, indicando para uma “cultura de memória” que, segundo Elizabeth Zelin (s/d.: 9) coexiste e se reforça com a valorização do efêmero, o ritmo rápido, a fragilidade e a transitoriedade dos feitos da vida. A memória possui um papel significativo de fortalecimento da identidade de grupos e comunidades. Devido a isso, a memória tem sido objeto de muitos debates e originado muitos trabalhos nas ciências humanas. Responsável por abrir ao pesquisador possibilidades de análises novas, a memória apresenta características peculiares e que merecem reflexões cuidadosas.

Maurice Halbwachs foi o primeiro sociólogo a buscar regatar esse tema, defendendo a tese de que a memória humana é tecida a partir de interações que o homem possui com outros indivíduos. Dessa forma, reconhecendo que o homem está inserido em diferentes lugares e em diferentes grupos, as suas lembranças são permeadas pelas suas variadas relações sociais e constituem a especificidade das memórias individuais. Nesse sentido, as autoras Araújo e Sepúlveda afirmam que,

Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada um. (...) A memória individual por mais que seja vivida isoladamente, não é ele, o indivíduo, quem determina o controle do resgate da memória. Os sujeitos que estão constantemente em interação social têm sua memória individual permeada por este processo, ela se torna coletiva pelo fato de que o sujeito, por mais que esteja só, é o resultado das interações sociais. (ARAÚJO e SEPULVEDA, 2007: 96 - 97).

Neste mesmo sentido Elizabeth Zelin (s/d: 12) afirma que , “A experiência humana incorpora vivências próprias, porem também as de outros que lhe são transmitidas. O passado,



então pode condensar-se ou expandir-se, de acordo com a forma como estas experiências passadas são incorporadas”<sup>2</sup>. Assim, a forma de olhar para esse passado pode ser modificada e diferenciada de acordo com cada sujeito, a partir de suas experiências individuais.

Vivencias personales directas, con todas las mediaciones y mecanismos de los lazos sociales de lo manifiesto y lo latente o invisible, de lo consciente y lo inconsciente. Y también saberes, creencias, padrones de comportamiento, sentimientos y emociones que son transmitidos y recibidos em la interacción social, em los procesos de socialización, em las prácticas culturales de um grupo. (...) El ejercicio de las capacidades de recordar y olvidar es singular. Cada persona tiene “sus propios recuerdos”, que no pueden ser transferidos a otros. Es esta singularidad de los recuerdos, y la posibilidad de activar el pasado em el presente – la memoria como presente del pasado, em palabras de Ricoeur – lo que define la identidad personal y la continuidad del si mismo em el tiempo. (...) Quienes tienen memoria y recuerdan son seres humanos, individuos, siempre ubicados em contextos grupales y sociales específicos. (JELIN, s/d: 18-19).

Zelin e Halbwachs, bem como Araújo e Sepúlveda, portanto, apresentam um ponto em comum, ao considerar que a memória individual é sempre permeada pelo contexto social e que alguns marcos como religião, família e classe social dão sentido às lembranças individuais.

Marilena Chauí, por sua vez, entende que o modo de lembrar é individual tanto quanto social. Para a autora,

Descrevendo a substância social da memória – a matéria prima lembrada (...) nos mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social não só porque é o calendário do trabalho (...) mas também porque repercute no modo de lembrar (CHAUÍ, M in. BOSI, E., 1994: 31).

Dessa forma, para a utilização da memória como fonte histórica, faz-se necessário compreender quais fatores sociais estão interpenetrados na narração do sujeito entrevistado para a pesquisa. Por isso, dediquei especial atenção, durante a realização das entrevistas, para compreender esse cabedal de influências recebidas pelo entrevistado em sua vida como um todo e não apenas focado no tema estudado.

Nesta pesquisa, as memórias apresentadas são de sujeitos que viveram sua juventude entre as décadas de 1970 e 1980, e que tiveram uma experiência marcada pela participação política enquanto estudantes na Universidade Federal de Juiz de Fora. Entendo que, assim como afirmou Bosi (1994: 39), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, não se tornando possível registrar sua totalidade e compreender toda sua complexidade e subjetividade. Contudo, este trabalho baseia-se em uma tentativa de, através

---

<sup>2</sup> Tradução própria.

da memória, pensar o movimento estudantil no período de luta democrática no Brasil (1974 a 1984). Consciente das limitações do mesmo, não pretendendo encerrar uma abordagem da memória desse movimento, mas sim iniciar uma reflexão sobre o assunto.

Lembrar é uma forma de reconstruir e repensar, a partir de ideias e representações atuais, as experiências do passado. Para Bosi,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e do outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI: 1994: 55).

Dessa forma, o rememorar realizado pelos indivíduos desta pesquisa foi ativado a partir do contato pesquisador-entrevistado. O convite foi respondido com o desejo, expresso pelo entrevistado, de comunicar sua memória. Contudo, essa se apresenta de outro ponto de vista, definida pela realidade social e individual no presente, dando ênfase a determinados temas que fazem referência à vida atual, permeada por novos e velhos ideais, família, relações sociais, atuação política, atuação acadêmica, afastamento político, atuação profissional, entre outros. Alguns dos entrevistados expressaram suas mudanças de visão, conseguindo destacar percepções sobre o tempo vivido, considerando o “agora” e o “na época”, o que fica claro nas vezes em que afirmavam: “isso eu digo hoje, é minha percepção de tudo que vivemos naquela época”. Em outros, contudo, essa distinção não foi feita, muitas vezes entrelaçando em suas narrativas, sem distinguir com clareza, o tempo vivido.

Compreendo que, assim como afirma Bosi (1994: 58), não é possível recuperar exatamente as impressões e os sentimentos experimentados à primeira vez, devido ao conjunto de nossas ideias atuais, principalmente sobre a sociedade, que influem no ato de narrar. Bosi diz ainda que “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma”. (BOSI, 1994: 88).

Para Pollack o que está em jogo na memória é o sentido da identidade individual e do grupo (1989: 10). Essa afirmação é percebida entre os entrevistados desta pesquisa que, ao demonstrar seu interesse em nos conceder a entrevista, em grande parte a colocam como uma forma de resgatar a memória, a história e a identidade do Movimento Estudantil juizforano.

Contudo, a memória e a história apresentam limites de acesso ao passado. Segundo Araújo e Sepúlveda (2007:98),

Há uma diversidade importante entre os caminhos ao passado e que praticamente todos eles são permeados por tensões, conflitos e disputas. Memória, história e esquecimento são experiências necessárias, que nem se confundem, nem se complementam. Hoje nós nos encontramos muito distantes tanto da noção de história como registro fiel do passado, como da redução da memória a um tipo de reconstrução seletiva do passado. O passo fundamental a ser dado é perceber, portanto, que na reconstrução do passado nada há de natural.

Para Ângela de Castro Gomes (1988: 7–8), é próprio dos depoimentos orais verificar os fatos do “passado” de forma muito particular, dando-lhes uma nova dimensão. “Afinal, o ‘passado’, que para o pesquisador é uma questão a ser compreendida, para os depoentes é a vida vivida” e sofrida sem glórias e reconhecimentos. Assim, alguns dos entrevistados reconhecem, no seu passado narrado, uma forma de reconhecimento e valorização de sua vivência individual e coletiva, marcada por diferentes emoções e momentos, e que permanece até hoje sem reconhecimento de sua importância para a história.

Ao pensar a memória, assim como Ângela de Castro Gomes, considero ser uma grande contribuição das entrevistas orais o fato de que as mesmas “obrigam o pesquisador a uma forte interação com seu objeto de estudo, enriquecendo-o com uma nova sensibilidade”. (GOMES, 1988: 8).

A subjetividade, vista muitas vezes pela historiografia como um problema, torna-se, para a história oral, um ponto central na pesquisa, que passa a valorizar a individualidade e a subjetividade de sujeitos específicos e não coletivos. O sujeito é o memorizador de camadas do passado, que tem acesso a eles e os retém a partir do que, para ele, é significativo em um tesouro comum.

Nesse sentido, destacando as características da História Oral, Porteli afirma que a subjetividade é um elemento preciso das fontes orais e incide sobre o historiador.

Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. Se a aproximação para a busca é suficientemente ampla e articulada, uma seção contrária da subjetividade de um grupo ou classe pode emergir. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o agora pensa que fez. (PORTELI, 1997: 31).

Essa subjetividade é propulsora de uma aproximação que permite uma interação essencial para esta pesquisa. Através dela, conforme afirmou Porteli, podemos compreender

muito mais do que o fato em si, mas o que os sujeitos queriam fazer, bem como o que pensam ter feito.

Pelas características deste trabalho, a memória política torna-se mais recorrente, o que leva a refletir em suas especificidades. A memória política traz em si uma propensão maior para realizar juízos de valores, em que o sujeito não se satisfaz em narrar fatos, mas necessita julgar os mesmos, demarcando sua posição e apresentando formas de um discurso valorativo. Sobre esse ponto, Bosi diz que

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, 'ideológico' que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal, formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial geralmente celebrativa (1994:458).

Percebo estes juízos de valor presentes nas narrativas orais dos entrevistados desta pesquisa em três âmbitos. O primeiro diz respeito ao julgamento de sujeitos e grupos quanto à posição política e ideológica vivenciada no período estudado do movimento estudantil, de forma a valorizar ou desvalorizar posturas políticas diante de determinados acontecimentos. Outro ponto está no tocante a opções políticas atuais de “ex-companheiros” do Movimento Estudantil, classificando positiva ou negativamente o sujeito e o grupo, movimento ou partido ao qual o indivíduo está vinculado atualmente. Por último, o juízo de valor diz respeito à sua própria participação e à participação de sua geração, na história do país. Sobre esse último, a partir das entrevistas, percebi que muitos ex-militantes afirmam não haver uma valorização da geração de 1970, da qual são parte integrante. Contudo, enxergam-se como parte da “geração vitoriosa” que, ao contrário da “geração de 1968”, conseguiu vencer os desígnios da ditadura militar e alcançar, por meio de inúmeras ações, o objetivo de redemocratizar o Brasil.

Elizabeth Jelin colabora na compreensão deste último item. A mesma caracteriza a abertura política vivida em processos de transição democrática como um cenário de luta pelo sentido do passado. Para a autora,

Esta abertura implica un escenario de luchas por el sentido del pasado, con una pluralidad de actores y agentes, con demandas y reivindicaciones múltiples. El escenario político es de cambio institucional en el Estado y en la relación Estado-sociedad. La lucha se da, entonces, entre actores que reclaman el reconocimiento y la legitimidad de su palabra y de sus demandas. Las memorias de quienes fueron oprimidos y marginalizados (...) surgen con una doble pretensión, la de dar la versión 'verdadera' de la historia a partir de su memoria y la de reclamar justicia. En esos momentos, memoria, verdad y justicia parecen confundirse y fusionarse, porque el sentido del pasado sobre el que se está luchando es, en realidad, parte de la demanda de justicia en el presente. (JELIN, s/d: 42-43).

Assim, ao dividir sua memória para esta pesquisa, buscando firmar a identidade, os sujeitos também reclamam justiça, pois o reconhecimento de sua atuação no período de mudança política brasileira se torna uma demanda do presente. Os entrevistados mostram que, no contexto do processo de luta democrática, já se reconheciam como sujeitos da história, com um importante papel na luta política, e é o reconhecimento deste papel que eles reclamam no tempo presente.

Nesse contexto, surge uma questão central para a promoção de uma política do passado “não ingênuo”, em que são realizadas perguntas políticas sobre o passado que se estuda (LORENZ, 2007:25), e possa, assim, enfrentar um dos dilemas do trabalho com a memória: para que ou para quem são elaboradas as iniciativas de memória? Para quem ou para que se fala? É para o passado, para o presente ou para o futuro? Qual o objetivo da fala?

A partir dessas questões, evocamos uma análise a respeito dos entrevistados desta pesquisa. Não se fala para o passado ou mesmo para o presente. A intenção, sempre perceptível, é uma fala para o futuro, que visa construir uma versão legítima da história política brasileira, na qual os mesmos são protagonistas de uma luta vitoriosa pela democracia. A intenção de que uma história a partir de sua memória seja escrita, e assim legitimada, é um indicativo recorrente nas falas, sempre motivadas pela partilha da experiência vivida. Permeados de forte conteúdo político de posições ideológicas atuais, as entrevistas a necessidade de pensar e fazer perguntas políticas sobre esse passado e sobre o presente no qual estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, para que assim seja capaz de construir uma história fidedigna e com análises coerentes.

A autora Beatriz Sarlo, em sua obra *Tiempo Pasado*, analisa o impacto dos testemunhos na construção de relatos público sobre o passado recente no caso argentino, analisando a transformação do testemunho em um símbolo da verdade ou no recurso mais importante para a reconstrução do passado. Sarlo também discute a utilização da primeira pessoa como forma privilegiada diante de discursos nos quais a mesma está ausente. Contudo, o que a autora questiona, através de sua obra, é se a experiência traz legitimidade para falar politicamente sobre a história. No entanto, “é mais importante entender do que recordar, ainda que para entender seja preciso, também, recordar”. (SARLO, 2007: 26).

Dessa forma, busco, nesta pesquisa, tecer os fios das memórias individuais e assim tecer a história do Movimento Estudantil juizforano, a partir das memórias individuais sobre este período histórico. Cada um dos entrevistados apresenta fios de memória que, com sua subjetividade, muito contribuíram para tanto. Esses sujeitos são os elementos centrais deste

trabalho e, através da memória partilhada por eles, foi possível contar um pouco da história da juventude estudantil na década de 1970 até meados da década de 1980. Cada um foi singular e igualmente importante para esta pesquisa, por este fato, em sequência apresento os mesmos.

## **2.2 Tecendo histórias, tecendo memórias: apresentando os militantes estudantis juizforanos “narradores” e sujeitos desta história**

A história que apresento nesta dissertação é tecida a partir de vários fios: documentos escritos, jornais, fotografias e memórias. Neste subitem, apresento os fios de memória que nortearam este trabalho. Cada entrevistado torna-se, nesta pesquisa, um fio de memória e parte essencial para o trabalho de tecer histórias e memórias.

Assim, selecionei para esta pesquisa, ex-universitários que tiveram participação no movimento estudantil na cidade de Juiz de Fora/MG, no período de 1974 a 1984. Busquei que as três tendências estudantis de esquerda atuantes no período<sup>3</sup> estivessem presentes, assim como expoentes dos dez anos em que esta pesquisa está inserida fossem representados. Dessa forma, atendendo a estes quesitos, selecionamos os sujeitos que desempenharam uma atuação mais expressiva dentro de suas tendências e dentro do ME como um todo, mesmo que estes não tenham chegado à diretoria do DCE.

Destarte, os fios de memória que agora apresento, são sujeitos que foram selecionados com o objetivo de contemplar os quesitos supracitados. Foram realizadas dez entrevistas para esta pesquisa, abrangendo os dez anos pesquisados. Contudo, muitos militantes foram contemporâneos no ME, o que nos permite confrontar as memórias ao construir esta história. A agulha que tece os fios de memória que a constrói é o trabalho de historiador, que me permite buscar, nestes fragmentos de memória, elementos essenciais para esta pesquisa.

É fato que muitos outros fios fazem parte de todo este processo e poderiam contribuir para este tecer de uma forma ainda mais completa<sup>4</sup>. No entanto, a seleção foi inevitável, devido aos limites da pesquisa. Sinalizo que muito ainda se poderá fazer com estes fios que usei, além do emprego de novos fios, para compor esta história do Movimento Estudantil juizforano.

Um deles é Ivan Barbosa. Nascido em 1949 na cidade de Juiz de Fora, hoje aposentado, graduou-se em Direito na UFJF sem ter até então se envolvido com a política.

<sup>3</sup> Estratégia, Ação e Unidade que congregava MR-8, PCB e PC do B, e LIBELU.

<sup>4</sup> Entre nomes de sujeitos de destaque neste período que poderiam ter sido entrevistados nesta pesquisa, destaco: Odilon Barbosa, Jorge Pantera, Sabato Girardi, Carlos Alberto Pavan, Raquel Scarlateri, Fatima Ramos de Castro, Consuelo, entre outros.

Porém, após uma viagem ao exterior tomou ciência da realidade brasileira dos anos 70 e, ao regressar ao país, retornou também à vida universitária, para cursar História, na mesma instituição, em 1974, momento no qual ingressou na política estudantil.

Eu me formei em Direito em 1971. Quando eu fazia Direito eu só queria saber de boate, estava em outro esquema, depois fiquei dois anos fora viajando, fui pra Europa, foi lá na Europa que eu descobri que a barra tava pesada aqui. Eu não tinha noção do que estava acontecendo no Brasil. Depois viajei pela América Latina. Me formei com 22 anos na época... não sabia... sabia mas não tinha noção da gravidade. Aí voltei e fui estudar história e me chamaram pra entrar pro DCE e eu entrei pro DCE. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

O destaque dado ao apresentar Ivan Barbosa deve-se ao fato do mesmo ser visto por seus contemporâneos sempre como o precursor desta trajetória do Movimento Estudantil, iniciada com a gestão da qual foi presidente do DCE-UFJF em 1974. Este marco, percebido em muitas falas dos ex-militantes entrevistados, chama a atenção, pois Ivan Barbosa era vinculado a um grupo denominado genericamente por Marxistas e que já estava na direção do DCE desde anos anteriores. Dessa forma, a entrada de Ivan Barbosa na presidência do DCE não simboliza uma mudança radical na direção da entidade, já que o mesmo permaneceu com pessoas ligadas ao grupo já no poder antes de sua vitória. Contudo, a gestão de Ivan Barbosa, como veremos no capítulo três desta dissertação, foi marcada por ações mais visíveis do ME na cidade, como a aquisição, pelo DCE, de uma gráfica, que lhes proporcionou facilidade na divulgação de materiais com suas ideias e cultura; o início do *Som Aberto*, ligado a um movimento cultural que envolveu também a divulgação de poesias e outros eventos musicais; a realização dos jogos universitários; o retorno dos Diretórios Acadêmicos e a extinção dos Diretórios Setoriais, entre outros fatos.

Porém, não se pode deixar de mencionar que neste mesmo ano tem início, com o governo Geisel, um processo de abertura política, caracterizado como uma distensão política “lenta, gradual e segura”. Compreendo que o movimento estudantil assumiu novas atitudes em Juiz de Fora paralelamente à abertura iniciada pelo governo, como uma resposta às medidas que tiveram início no referido ano e que começavam a “afrouxar” o regime, numa dialética de Estado e Oposição, conforme trabalha a autora Maria Helena Alves em bibliografia que abordaremos no próximo ítem deste capítulo de forma mais detalhada.

Percebemos, pelas fontes, que as ações estudantis em 1974 não eram de grande mobilização política, como as que vão reaparecer nos idos de 1977 na USP e influenciar o ME em Juiz de Fora. Contudo, as ações desenvolvidas na cidade em 1974, já são sinais de um ME que começa a renascer e se reorganizar lentamente. Assim, a opção por iniciar esta

pesquisa no ano de 1974 se dá pelo contexto nacional, marcado pelo início do governo de Geisel, mas também com base na realidade local, como um ponto de referência, definido pelos próprios entrevistados, que colocam na gestão de Ivan Barbosa, o marco da “reorganização” do movimento estudantil na cidade. Assim, a entrevista de Ivan Barbosa, compartilhada ainda com marcas de silêncio, constitui-se um fio desta memória.

Reginaldo Arcuri também é fio de memória. Juizforano, nascido em 1955, justifica seu interesse por política à herança familiar.

O meu avô materno foi um político importante no período da República Velha e principalmente na transição da República Velha para o período que começou com a Revolução de 1930. O nome dele era Odilon Duarte Braga (...). Então a coisa da política sempre foi algo que a gente dividia um pouco na mesa. O meu pai Tizo era um líder empresarial importante aqui em Juiz de Fora e uma pessoa que me abriu muito as portas para participar das conversas, pois ele tinha muitas amizades, enfim, deputados, prefeitos, gente da política. Isso também é uma espécie de, digamos, treinamento para a convivência com esse ambiente político. (Reginaldo Arcuri, Entrevista de pesquisa).

Reginaldo Arcuri, professor licenciado do Departamento de História da UFJF, hoje presidente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), entrou na universidade em 1973, se ligando ao grupo dos “Marxistas”. Por influência de dois amigos, que já participavam do DA de Direito, iniciou suas atividades no mesmo ano no Movimento Estudantil e em 1975 foi presidente do DCE da UFJF.

José Pimenta é um dos entrevistados desta pesquisa e um dos fios que ajudam a tecer esta história. Filho de professores, nasceu em Juiz de Fora no ano de 1956 em uma família de sete irmãos. O entrevistado dividiu sua memória e sua satisfação pelo seu próprio histórico de intensa participação política que considera ter herdado de sua família e ter-se iniciado ainda no ensino secundarista.

A minha família tinha muito envolvimento com os Padres Dominicanos, que na época da luta contra a ditadura tiveram um papel importante. E esses padres mais progressistas aqui da cidade, os que realmente tiveram envolvidos com o Movimento Social, tinham uma frequência muito grande lá em casa, assim como os sindicalistas, por exemplo, o Clodesmith Riani, que foi presidente do CGT, ele era amicíssimo do meu pai, o período que ele tava preso a gente visitava a casa dele com o meu pai, levava coisas. Assim, tinha um contato muito grande com a família dele, do Landau, que era uma grande liderança do Movimento Operário aqui em Juiz de Fora. Então, tudo isso foi contribuindo pra nossa formação, essas participações, o envolvimento social, dos padres dominicanos, do passado de PTB do meu pai, daquele PTB antigo. Aí, esse envolvimento com o Movimento Estudantil, na verdade ele é até anterior a universidade. Eu fui presidente do (...) grêmio do Stella Matutina. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

José Pimenta, vinculado na política estudantil ao grupo “Ação e Unidade” e posteriormente ao MR-8, hoje empresário, assim como alguns dos sujeitos desta pesquisa,



atribui à sua trajetória familiar anterior à entrada na Universidade, o impulso para sua participação no Movimento Estudantil, bem como a de seus irmãos. José Pimenta entrou na UFJF no ano de 1976 e foi presidente do DCE no ano seguinte, em 1977, numa gestão muito recorrente na memória dos ex-militantes. O ano de 1977 é visto pelos entrevistados como um novo marco, já que, inspirados pelas manifestações ocorridas em São Paulo, os estudantes de Juiz de Fora teriam se unido para que José Pimenta liderasse o Diretório Central dos Estudantes, retirando uma gestão de Direita que estava no poder, e colocando o ME juizforano numa postura mais combativa ao regime, com ações de mobilização e luta.

Outro de nossos fios de memória é Ignacio Delgado. Nascido em 1958, na cidade de Lima Duarte/MG, filho de juiz, o entrevistado é hoje professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a mesma em que se graduou. Ao trazer à tona suas lembranças da juventude, resgatou sua história de vida permeada pela política, desde os primeiros anos escolares. Como aluno da 5ª série, no colégio de aplicação João XXIII, viveu uma de suas primeiras experiências.

Foi uma experiência muito legal, porque talvez tenha sido o primeiro momento em que eu, de alguma forma, tenha participado de algum tipo de iniciativa com um propósito mais político. Nós organizamos lá um jornal que se chamava pomposamente “A Razão”, que tinha como objetivo de debater alguns temas de literatura. Era algo ainda muito primário, sem grandes pretensões. Ou melhor, talvez grandes pretensões, mas poucas coisas efetivas. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Ignacio Delgado, o oitavo filho de uma família de onze, quando cursava o ensino médio, ouvia as conversas políticas entre seus irmãos; dois, destacadamente, que já atuavam diretamente no Movimento Estudantil e que, sob sua ótica, tiveram importante papel em seu despertar político na Universidade. Sua participação política estudantil se deu tão logo seu ingresso na UFJF em 1977. Foi membro do DA do ICHL e concorreu em chapas para o DCE da UFJF. A partir disso, este ex-militante que pertencia à tendência denominada *Estratégia* dentro do ME, partilhou sua memória, resgatando emoções, lutas e convicções políticas, e ainda suas reformulações ao longo dos anos.

Outro fio desta história é Jorge Sanglard, ex-militante estudantil vinculado à tendência *Estratégia*. Juizforano, nascido em 1954, hoje jornalista, cursou Mineralogia na cidade de Ouro Preto por alguns anos, onde teve acesso a jornais da Imprensa Alternativa que o despertaram para um envolvimento político. Definindo-se sem vocação para a área que estudava, regressou a Juiz de Fora com o objetivo de entrar no curso de Jornalismo da UFJF.

Jorge Sanglard, atualmente jornalista, tem sua vida marcada pelo movimento cultural desde sua entrada na Universidade em 1976. Sua atuação no ME sempre foi pautada na

articulação do movimento cultural e da política estudantil. Dentro do ME foi membro do DA de comunicação e diretor de cultura do DCE.

Flávio Cheker, também ex-militante da *Estratégia*, foi presidente do DCE da UFJF em 1979 e foi um dos entrevistados desta pesquisa, constituindo-se mais um dos fios desta memória. Nascido em 1959, ingressou na UFJF em 1978, no curso de Letras. Flávio Cheker já manifestava interesse pela política desde a adolescência, envolvendo-se em campanhas do MDB, partido de oposição atuante na Ditadura Militar.

Eu, enquanto adolescente, cheguei a participar de algumas manifestações do então MDB, fiz campanha pra alguns candidatos do MDB, e na universidade, mais formalmente, eu me vinculei ao Diretório Acadêmico do ICHL e depois no ME tive uma atividade muito grande, e tanto no DA do ICHL quanto no DCE. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Flávio Cheker, nascido em Juiz de Fora e hoje vereador na cidade pelo Partido dos Trabalhadores, manteve sua atuação política ligada ao PT, em especial, após sua saída da UFJF, estando presente em sua fundação nacional e local. Cheker enriqueceu esta pesquisa ao partilhar da memória daqueles anos de sua vida e de sua atuação político-estudantil.

Outro fio de memória é Beatriz Helena Domingues, nascida em 1958 na cidade de Juiz de Fora, onde passou toda sua infância, adolescência e juventude. Estudou os anos escolares iniciais em colégios tradicionais religiosos na cidade e atribuiu seu interesse político à influência de sua família, além daquela recebida no colégio onde cursou o ensino médio.

Meu pai foi sempre uma pessoa muito politizada, minha casa sempre foi muito bem servida de jornais e revistas e da parte dele muita conversa sobre política. Meu pai, ele próprio tinha sido um militante do PCB na década de 1950 (...). Quando eu tinha uns dezessete anos meu pai me deu de presente um livro do John Green, 100 dias que abalaram o mundo, e ele era todo entusiasmado que eu gostasse de política. Esse livro foi a primeira coisa que eu li sobre a revolução Russa no tempo (...) Eu estudei meu segundo grau no Magister, e o Magister era um colégio disparadamente o mais liberal de Juiz de Fora (...) Eu me lembro de prova minha no Magister, que era assim, analise a música “Apesar de você” do Chico Buarque, ver o que está falando. Então eu tive uma formação bastante crítica no segundo grau que me fez gostar de política. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Beatriz Domingues, hoje professora do departamento de História da UFJF, cursou paralelamente as faculdades de História na UFJF e Psicologia no CES, vivendo assim uma dupla participação na militância estudantil. Partilhou de seus interesses políticos com Flávio Bitarello, resultando na vinculação de ambos ao grupo chamado *Liberdade e Luta*, a LIBELU. Beatriz, que ingressou na universidade em 1977 e permaneceu até 1981, foi membro do DA do ICHL e chegou a disputar o cargo de presidente do DCE em vários anos. No entanto, seu grupo não chegou à direção da entidade.

Flávio Bitarello, nascido em Juiz de Fora em 1953, mudou-se no início da juventude para o Rio de Janeiro, onde, por influências familiares, começou seus primeiros estudos marxistas.

Morei algum tempo no Rio, período que eu parei de estudar, no início dos anos 1970. E foi no Rio de Janeiro que eu comecei a me interessar mais por política, ainda no governo Médici, (...) por volta de 1974, por conhecidos. Meu primo, meu cunhado que eram militantes, que tinha sido preso naquele período, início dos anos 1970 e pertenciam a organizações de esquerda. E foi com eles que eu comecei a fazer meus primeiros estudos do marxismo. (...) Posteriormente, quando eu saí do Rio, eu fiz uma viagem meio exploratória, meio aventureira, eu passei pela Bolívia, Peru, Chile, aí levei um choque no regime da ditadura do Pinochet, que era muito mais violento do que era no Brasil, dando toque de recolher, silêncio absoluto. Depois passei pela Argentina, quando eu tava saindo da Argentina, na véspera do golpe militar de 1976 na Argentina, ali eu tive também uma experiência interessante de ver o clima de terror que estava se preparando (...). Quando eu voltei pro Brasil, eu voltei a Juiz de Fora, e aí resolvi voltar a estudar. Aí, foi quando eu entro na universidade, no curso de Ciências Sociais. (Flávio Bitarello, entrevista de pesquisa).

Flávio Bitarello ao regressar a Juiz de Fora, ingressou no curso de ciências sociais na UFJF no ano de 1977, quando iniciou sua vida na política estudantil. Toda sua vivência anterior à entrada na Universidade influenciou sua atuação no Movimento Estudantil. Após um período de observação dos grupos existentes, vinculou-se à tendência nacional chamada LIBELU, conforme foi dito. O entrevistado foi membro do DA do ICHL e concorreu em chapas para a direção do DCE, não chegando, contudo, a ocupar cargos na entidade. Hoje Flávio Bitarello é professor e militante do Movimento Sindical, atuando como diretor do sindicato dos professores de Juiz de Fora, no qual mantém sua militância política.

Memória que também se apresentou como um fio deste trabalho foi a de Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva. Nascido em 1960, na cidade de Juiz de Fora, onde passou sua infância e juventude até mudar-se para Belo Horizonte, em 1995. Possuindo uma formação do primário ao Ensino Médio em Escolas católicas da cidade, Marcus Pestana apresenta uma base cristã a partir da qual se envolveu politicamente, e uma propensão à liderança percebida desde a infância.

Estudei o primário no colégio Santo Anjos. (...) Depois, a partir da 5ª série eu fui pra Academia de Comércio, onde eu fiz o Ensino Médio (...). E foi aí que eu comecei a militância (...). Em 1976, eu era ligado aos movimentos carismáticos da igreja. E um movimento muito forte por si, de jornada cristã. E nós tínhamos um grupo na Academia chamado MOCAM, Movimento Cristão de Amor Maior. Então era uma orientação mais conservadora. (...) Antes eu sempre tive impulso de liderança, a minha turma da Academia de 7ª série tinha um jornalzinho escrito, (...) diagramava, fazia no mimeógrafo a álcool, escrevia as principais matérias, mobilizava a turma, era a única turma que tinha jornalzinho, era a única turma que tinha uniforme próprio de esporte, fruto de rifas e festas organizadas. Então sempre houve uma coisa natural de liderança (...). Aí, eu fui presidente desse grupo, MOCAM, e houve uma medida que a gente discordou da direção do colégio, uma demissão que foi feita que nós não concordamos,

e eu e um amigo meu, na época, lideramos a maior passeata e a primeira greve pós 1968 em Juiz de Fora, no ano de 1976. Mas era uma greve nada política, era afetiva, nós tínhamos uma ligação afetiva com a pessoa que tava sendo demitida, e nós paramos, eu escrevi uma carta, a noite nós pregamos no colégio inteiro, manifesto, uma carta protestando, e no dia seguinte parou o colégio, fizemos a passeata e paramos. A partir daí, embora não seja a vontade inicial no momento, o movimento se politizou, porque eu e esse amigo meu fomos ameaçados de enquadramento 477 (...). E aquele movimento foi se politizando e o pessoal mais de esquerda na universidade levou susto, “ué, de onde que surgiu isso, quem tá no meio disso”. Aí vieram atrás de mim, comecei a conhecer pessoas, ao mesmo tempo os instrumentos do regime militar ameaçando. (...) E aí nessa crise toda lá na Academia, onde eu liderei a movimentação, eu me aproximei daquelas que foram os interventores, uma parte do grupo rejeitou os interventores, eu ao contrário me aproximei, virei amigo dos interventores, que eram de orientação de esquerda, ligados a teologia da libertação. Então eu faço a minha trajetória, o conjunto é esse, começou na igreja carismática, da igreja carismática pra teologia da libertação, da teologia da libertação pro Partido Comunista do Brasil, depois do Partido Comunista do Brasil uma passagem pelo pensamento eurocomunista, (...) daí migrei pra uma posição de não ter vínculo com correntes organizadas, mas sim, já no PMDB, quando eu me elejo vereador, eu já não sou mais ligado ao PC do B, eu já sou da esquerda independente. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Marcus Pestana, hoje economista e Secretário de Saúde do Governo de Minas Gerais, membro do PSDB, iniciou uma trajetória política, ainda como secundarista, que o acompanhou durante os anos de Universidade e também os posteriores a ela. Primeiramente com uma postura cristã tradicional, criou vínculos posteriormente com a esquerda católica, especialmente a Teologia da Libertação, da qual migrou para o PC do B, seguindo uma passagem pelo pensamento eurocomunista, até aderir à ideia de social democrata. Vinculou-se ao PMDB e, posteriormente, filiou-se, ao PSDB, quando esse foi fundado, tornando-se o primeiro presidente do PSDB de Juiz de Fora. Pestana esteve à frente do DCE de novembro de 1980 a abril de 1982, ano em que foi eleito vereador na cidade.

Tecendo essa história, outra memória é de Marco Aurélio Crocco Afonso. Nascido em Ubá-MG, em 1961, logo se mudou para Juiz de Fora, onde passou infância e juventude. Atualmente é professor da Faculdade de Economia da UFMG e atribui seu interesse político à sua família.

Meu pai foi dirigente sindical, era base sindical na verdade, militava no Sindicato dos Bancários. E, em função disso, pertencia ao PCB, ao partidão, foi preso em 1974, que era uma época mais branda. Não conseguiram provar, o máximo que conseguiram fazer foi transferir ele de Juiz de Fora pra Blumenau, lá em Santa Catarina, isolado. Depois voltou. Eu sempre tive uma trajetória política antes de entrar na universidade, por causa do PT, que na verdade, em 1979, começa a se organizar em Juiz de Fora. (Marco Aurélio Crocco, entrevista de pesquisa).

Marco Aurélio, influenciado pela participação política de seu pai antes de sua entrada na universidade, já atuava no movimento de organização do PT e da fundação do partido na cidade. Ao ingressar no curso de engenharia na UFJF em 1980, logo se vinculou ao Movimento Estudantil, especificamente à tendência *Estratégia*. Em 1982, foi eleito presidente

do DCE da UFJF. Após sua gestão, mudou-se para Belo Horizonte, onde cursou Economia na UFMG, influenciado também por motivos políticos, a fim de fortalecer a organização Centelha<sup>5</sup> na capital mineira.

Outro fio de memória é de Rafael Pimenta, hoje advogado e militante do atual PCB. Nascido em Juiz de Fora no ano de 1959, foi presidente do DA de Engenharia e, posteriormente, do DCE da UFJF, de maio de 1983 a setembro de 1984. Rafael, que entrou na UFJF em 1979, reconhece que foi a influência recebida de sua família que motivou seu interesse pela política, em especial a de seu irmão José Pimenta, que anos antes havia sido presidente do DCE da UFJF e uma figura de destaque dentro do Movimento Estudantil dos anos 70.

A minha família toda sempre gostou de política. (...) a família dos Pimenta gostava de política (...). Eu tinha sido presidente do grêmio secundarista da minha escola, Stella Matutina. Tinha ficado muitos anos sem representação. Aí eu e um monte de amigos, a gente resolveu criar um, que a gente chamava de Centro Recreativo, e criamos um Grêmio secundarista lá do Stella, fizemos um movimento bem legal lá. Aí eu fiz o vestibular pra Engenharia. (...) e entrei direto pro DA de Engenharia, porque o meu irmão, José Pimenta, (...) tinha sido presidente do DCE três anos antes de mim. Aí ele me pôs no DA de Engenharia, e assim entramos eu e um monte de amigos pro DA. Eu fiquei no DA de Engenharia uns três anos ou quatro. Aí fui eleito presidente do DCE aqui da Federal no ano de 1983, fiquei até final de 1984, e em outubro, mais ou menos, eu fui eleito presidente da UEE de Minas Gerais. Mas pra UEE era obrigado a morar na capital. Então eu tive que mudar pra Belo Horizonte, larguei Engenharia e acabei fazendo Direito, formei em Direito. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Rafael Pimenta foi militante da organização chamada MR-8. Tendo sua vida marcada pela militância estudantil, mudou-se para a capital mineira, para cumprir seu mandato como presidente da UEE-MG, logo após sua gestão no DCE da UFJF. Lá permaneceu atuante até o final da década de 80, mantendo, ainda hoje, intensa participação na política da cidade de Juiz de Fora, para onde retornou anos depois.

Como vimos, estes entrevistados representam as diferentes tendências do Movimento Estudantil juizforano, bem como os diferentes momentos, contemplando, dessa forma, todo o período de 1974 a 1984. As memórias de juventude, enquanto universitários, marcadas pela intensa militância estudantil, representam parte da história destes sujeitos que, juntos, constroem a história do movimento estudantil juizforano.

### **2.3 A influência do movimento estudantil na vida dos ex-militantes**

---

<sup>5</sup> *Centelha* era uma tendência existente em BH e que se vinculou, em 1977, ao *Estratégia* de Juiz de Fora, passando a integrar um mesmo grupo. Conferir abordagem deste tema no capítulo II desta dissertação.

Na seção anterior vimos os motivos que levaram à participação destes sujeitos na política estudantil e que muito nos revelam sobre suas ações dentro do ME. Porém, a vivência que tiveram dentro do Movimento Estudantil também influenciou em suas vidas. Considerando que em grande parte, os militantes do ME entrevistados, hoje são pessoas de vida pública com participação política, acredito ser relevante compreender em que medida a militância estudantil lançou bases para uma atuação atual na política em seus diversos âmbitos. Neste subitem, apresento como estes sujeitos interpretam a influência que a militância estudantil teve em sua vida posterior à universidade.

Desta forma, o objetivo deste subitem é motivar uma reflexão sobre como a participação na militância estudantil neste período influenciou pessoalmente estes entrevistados que se colocaram totalmente abertos a compartilhar suas memórias sobre este período de suas vidas. Dos onze entrevistados, apenas dois, o que representa 18,2%, se declaram, hoje, sem uma participação política direta. Contudo, confessam a influência do ME em outros pontos de suas vidas, como a consciência política. 81,8% dos entrevistados possuem um intenso envolvimento político atual, em sindicatos, partidos políticos, como vereador, como representantes de órgãos federais, secretário de governo, entre outros. Percebemos que a participação como militante no ME gerou interesse pela atuação política e que muitos ex-militantes do período pesquisado são hoje pessoas de destaque neste meio.

Ao questionar os entrevistados sobre o grau de influência que a atuação no Movimento Estudantil teve em suas vidas após a saída da Universidade, a avaliação dos mesmos foi unânime, definindo-a como muito importante. Porém, nem todos conseguiram precisar em quê exatamente se deu essa contribuição. Ressaltaram, entretanto, entre essas definições, que a experiência adquirida naqueles anos foi importante para sua visão e/ou participação política atual, para suas escolhas profissionais e pela oportunidade que tiveram de conhecer outras realidades em diferentes locais do país. Destacaram as peculiaridades que aqueles anos representaram em suas vidas, anos marcantes da juventude, aliados às formações acadêmica, intelectual e política recebidas, bem como de amores e amizades firmados.

Destaco abaixo alguns fragmentos das falas dos militantes no tocante a este assunto, respondendo à pergunta: você considera que o Movimento Estudantil contribuiu de alguma forma para a sua vida atual?<sup>6</sup>

Nossa, demais! Demais, mas demais mesmo. Eu acho que não é aquilo que “o que seria de mim se não fosse o Movimento Estudantil”. Provavelmente, eu tenho até dúvida sobre o quanto que eu teria gostado do curso de História e me transformado numa

---

<sup>6</sup> Não estão os dez entrevistados representados nas falas, porque nem todos expressam a resposta.

pesquisadora, assim, porque foi através do contato com o Movimento Estudantil e política, descobrindo o marxismo, que eu comecei, mesmo as matérias chatas do curso de História, (...) a pensar assim, sempre há uma versão marxista, eu mesma comecei a achar que tinha aquele desafio de levar pra sala de aula uma versão alternativa pro professor. Então isso era desafiante intelectualmente, era muito desafiante. (...). Do ponto de vista dos relacionamentos assim, uma coisa muito legal, que eu lidava com pessoas das mais diferentes classes sociais e grupos, viajando pelo Brasil e conhecendo grupos, gente do meu grupo e de outros grupos pelo Brasil afora. Viajava pra representar a LIBELU num lugar, em outro (...). Então, foi uma coisa muito legal, todos esses lados da minha vida pessoal, fiz amizades que continuam meus amigos até hoje, foi muito bom. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Para Beatriz Domingues, que atualmente não possui participação político-partidária nem sindical, a contribuição deixada pelo Movimento Estudantil está na consciência política que julga ter adquirido em função de sua participação no mesmo. Além disso, esse envolvimento serviu como estímulo à busca de um aprofundamento teórico no curso de História, durante o tempo de universitária.

Rafael Pimenta, assim como Beatriz Domingues, reconhece que o movimento estudantil teve influência significativa na escolha de sua profissão atual e no bom desempenho da profissão em função da oratória, que foi aperfeiçoada durante os anos no Movimento Estudantil.

Com toda certeza. Eu fazia Engenharia, e não conseguia passar naquelas matérias de cálculo difíceis. Eu falei “eu não vou conseguir formar em Engenharia”. Aí eu pensei “bom, eu quero escolher uma profissão, que eu trabalhe profissionalmente, mas eu possa atuar no meio político”. Fiz Direito. Aí fiz vestibular pra Direito. E acho que acertei, porque eu gosto muito de política, tanto que até, você me viu aí o ano passado<sup>7</sup>, mas posso trabalhar profissionalmente com aquilo que eu concordo, com aquilo que eu acho que seja certo e tal. Aí, cada um tem seu padrão de certo ou errado, né. Então, sem dúvida, o Movimento Estudantil me ensinou muito. Me ensinou relacionamento com as pessoas, me ensinou falar, pensar, raciocinar. (...) A rapidez de raciocínio que você aprende a ter pra poder responder a uma fala que alguém faz ali na hora e tem setecentas pessoas no anfiteatro. Lotado, duro de gente, gente sentada nos corredores, em tudo que é lugar, você não via o chão. Se você não tiver uma rapidez de raciocínio e capacidade de convencimento, você vai levar uma vaia, que estudante não tem conversa. Não respondeu leva vaia. Então, imagina, na minha profissão, advogado, que você tem que fazer defesa oral, tem que ser capaz de responder a colocação que o outro faz. Então é um aprendizado danado. É um aprendizado de vida também. Conhecer tantas cidades brasileiras com a UNE, você não faz ideia. Eu conheci vários estados do Brasil. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

As experiências de viagens e o contato com pessoas de vários lugares do país foram fatos destacados como frutos de sua participação no ME, colocados como um aprendizado de vida por Rafael Pimenta, o que também aparece em outras falas. Contudo, sobre a influência do ME na vida profissional, Marco Aurélio Crocco também destaca em sua entrevista.

Sem dúvida. Eu acho que eu me tornei um bom professor pela experiência do Movimento Estudantil, eu acho que eu tenho uma oratória boa e parte disto foi

<sup>7</sup> Rafael Pimenta refere-se à sua candidatura para prefeito de Juiz de Fora pelo PCB nas eleições de 2008.

adquirido no movimento estudantil (...). Então o Movimento Estudantil foi importante, foi importante pro processo de formação enquanto homem; acho que essas coisas são importantes (Marco Aurélio Crocco, entrevista de pesquisa).

Marco Aurélio Crocco, que hoje não tem qualquer participação política partidária ou em movimentos sociais, apesar de seu envolvimento em campanha para reitor da UFMG na época da realização desta entrevista, revela que sua participação no ME, além de lhe dar subsídios para uma boa oratória enquanto professor, propiciou-lhe consciência política e formação humana.

A influência na escolha da profissão não foi um fato isolado. Flávio Bitarelo também destaca esse ponto, atribuindo a decisão pela sua militância estudantil. “A própria opção acadêmica que eu fiz, de Ciências Sociais, foi disso, quando eu me organizei politicamente eu disse “eu quero fazer Ciência Sociais”, sabendo que eu ia ter uma enorme dificuldade no mercado de trabalho”. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

A formação teórica e a preparação humana também não foram considerações isoladas. Jorge Sanglard atribui ao Movimento Estudantil, através de inúmeros cursos feitos na época, a oportunidade de um aprofundamento teórico.

Foi importante do ponto de vista da formação e da preparação. Nós somos de uma época onde você tinha que se preparar, tinha que estudar muito. Como liderança do Movimento você tinha que estar preparado. Nós não tínhamos férias praticamente, nossas férias eram estudando com professores da Faculdade de Economia da UFMG, o curso básico de Economia em dois meses, em dezembro e janeiro, basicamente, e em julho a gente passava lá no DCE fazendo cursos para melhorar a qualidade do entendimento da conjuntura. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

A influência do Movimento Estudantil também foi citada no modo de pensar e de fazer política atualmente. Reginaldo Arcuri destaca que considera como ideal seu modo de formulação política nos anos de estudante e que esta o acompanha até os dias atuais.

Tudo o que eu penso hoje, a forma de agir vem desse período. Tudo. Pra mim eu acho que a forma continua sendo o que veio dali. (...) Eu se fosse tentar definir pra mim mesmo o que era a base da formulação do nosso pensamento, era uma coisa nessa linha. Quer dizer, é muito mais importante você compreender realmente como a realidade funciona, se você quer mudar a realidade, do que idealizar como a realidade deveria funcionar, para que sua hipótese da mudança da realidade funcionasse, que é uma forma muito prática de fazer política. Quer dizer, você chega muito bem num determinado momento com uma construção teórica muito boa, mas não funciona na prática, porque a vida é muito mais complicada, as pessoas são muito mais complexas (...). Quer dizer, você tem que jogar com a realidade da forma que ela é. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Marcus Pestana assim como Reginaldo Arcuri, vê que a essência de sua ação política tem origem nesse período de militância estudantil, que após anos, mesmo com o amadurecimento, essa essência permanece em sua vida como motivação e base de suas ações.



Ah, claro, muita (influência), até hoje. Eu sou fruto do movimento estudantil. Eu amadureci, eu tenho mais experiência, tenho mais vida, mais anos de estrada, mas a essência é a mesma, o espírito, o aprendizado, embora eu seja muito crítico, como eu disse, eu prefiro aquela ambiente que o ambiente atual. (Marcus Pestana).

Sendo assim, percebemos que a militância estudantil exerce uma influência sobre os que por ela passam, deixando presentes elementos que levam a um envolvimento direto ou indireto com a política atual. Destarte, estes sujeitos que aqui apresentei, dividiram lembranças de um período que consideram marcante em suas vidas. Resgataram emoções diversas, amigos conquistados, uma vida marcada fortemente pelo período de atuação no ME. Assim, partilharam de sua própria memória e se tornaram a mais rica fonte desta pesquisa.

#### **2.4 O contexto do processo de luta democrática e o papel dos movimentos sociais (1974 a 1984)**

Em 15 de março de 1974 o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, tendo como vice o general Adalberto Pereira dos Santos. Segundo Daniel Aarão Reis, Geisel, “embora formalmente filiado ao chamado grupo castelista, dele não parecia ter herdado nenhum vestígio do que fora a perspectiva internacionalista-liberal, pelo menos no âmbito da política econômica” (REIS, 2005: 64). Para o autor,

No plano político-institucional, o governo Geisel definiu a abertura lenta, segura e gradual, o que equivalia a uma retirada, a operação militar mais delicada, como se sabe. Qualquer descuido, e a retirada vira debandada. Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e paz. Para isso Geisel contava com a grande maioria da impropriamente chamada classe política, com os moderados de todos os bordos e com a ampla maioria da sociedade, hostil à ditadura. Mas também adversária de políticas radicais de enfrentamento, como ficara demonstrado pela atitude de neutralidade passiva, assumida em relação às ações e lideranças identificadas. (REIS, 2005: 65).

Entretanto, os militares, para se manterem no poder e no controle da transição para a democracia, adotaram uma política de abertura do regime que mesclava medidas liberalizantes e repressivas. Segundo Maria Paula Nascimento Araújo (2007: 209), na época, muitos intelectuais, seja do meio acadêmico ou militante, compreenderam o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura, ao criar uma “democracia fechada”. “Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura”.

Donald Share e Scott Mainwaring, em estudo que compara a transição do autoritarismo para um regime democrático na Espanha e no Brasil, elaboraram uma teoria conhecida como “transição pela transação”. Para os autores essa teoria se refere a casos em que o regime autoritário dá início à transição, fixando alguns limites para a mudança política e permanecendo como uma força eleitoral relativamente importante durante a mesma. Sendo assim, a noção de “transição” sugere negociação entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática (1986: 207).

Para os autores supracitados, o grau de controle do regime é relativo e, no Brasil, o regime autoritário não conseguiu determinar completamente a natureza da transição (1986: 207). Contudo, as elites controlaram aspectos importantes da mudança política. Os autores definem que, de acordo com o grau de controle exercido pelas elites autoritárias, podem-se firmar três modelos: o primeiro se refere a uma transição depois de uma derrocada ou do colapso do regime, no qual as elites não exercem quase nenhum controle, modelo não aplicável ao Brasil. O segundo é o da transição por afastamento voluntário, no qual as elites autoritárias estabelecem limites à forma e ao *timing* da mudança política, no qual a “democratização envolve negociação entre situação e oposição”, modelo que, para os autores, é aplicável ao Brasil no período de 1983 a 1984.

No entanto, para Donald Share e Scott Mainwaring, o modelo aplicável ao Brasil no maior período da transição democrática, que tem seu primeiro passo em 1974, é o da “transição pela transação”, no qual, inicialmente, as elites controlam a maioria dos aspectos da transição. Segundo os autores “a mobilização popular, as pressões externas e a oposição interna podem ser importantes, mas na fase inicial, são fatores secundários na configuração do processo” e as elites regulam o ritmo das reformas a serem implementadas para resguardarem-se contra a perda de controle (1986: 210).

Para a vertente da “transição pela transação”, quando esta é iniciada por regimes autoritários conservadores, pode-se esperar que as lideranças regulem as mudanças socioeconômicas estruturais (1986: 211), já que “os líderes da transição ajudaram a preparar o golpe em 1964 e ocuparam relevantes postos durante a maior parte do regime” (1986: 212).

Para Donald Share e Scott Mainwaring, apenas após as primeiras eleições democráticas, teria emergido uma variedade de novas forças no quadro político e estas teriam ainda consequências incertas. Contudo, destacam o período anterior às mesmas, entre 1974 e 1982, em que a democratização por muitas vezes ultrapassou os limites que os líderes autoritários desejavam fixar, conforme aconteceu na vitória expressiva do MDB, partido de

oposição ao governo e no ressurgimento da mobilização popular que pegou os líderes de surpresa.

Para os teóricos da “transição pela transação”, apesar de afirmarem que o regime autoritário não conseguiu controlar totalmente a transação, ele designa papel central para as elites políticas que direcionam o processo, valorizando a negociação existente entre elites e oposição, dando, porém, à oposição papel secundário no projeto de transição. Para os mesmos autores, a condição para se estabelecer um processo de transição era a estabilidade política e econômica, ambas oriundas de ações do governo.

Para os referidos autores, por volta de 1973, o Brasil apresentava condição satisfatória, pois o regime tinha aniquilado a guerrilha de esquerda, “esmagado os movimentos populares e domesticado o restante da oposição”, destacando que entre 1967 e 1974 a economia cresceu e o milagre econômico que acabou em 1973 ainda teria efeitos por alguns anos (1986: 221).

Embora a teoria da “transição pela transação” defina bem a realidade brasileira na análise política do período, destacando a influência que o regime exerceu no processo de transição democrática, o papel da sociedade civil, colocado em segundo plano, necessita ser analisado. Lamonier apresenta características de uma transição negociada, no caso brasileiro, pautada em ações do governo e da sociedade civil. Segundo o autor,

A abertura brasileira não teve nenhum marco nítido, nenhuma ruptura dramática. (...) ela se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. Os espaços que se iam abrindo, à medida em que avançava a luta eleitoral, foram sendo ocupados pela oposição – aí compreendia tanto a oposição propriamente política como a que se convencionou chamar de ‘sociedade civil’ (1990: 16).

Torna-se importante colocar em pauta o significado das outras forças presentes no processo de transição brasileira e que são relegadas a segundo plano, em proveito do papel das elites políticas. Segundo Boschi, muitas outras forças compuseram o cenário da transição, entre as quais, destaca-se a ação dos movimentos sociais que possuem características próprias de atuação e, em momentos de transição, se apresentam como uma alternativa. Para o autor,

Sobretudo em uma conjuntura de transição de regimes autoritários, os movimentos sociais poderão ser cruciais para o estabelecimento de alternativas institucionais e novos padrões de organização social, que prontamente preencheriam os espaços deixados em aberto pela ação do Estado (1987: 38).

Assim, a década de 1970 presenciou um efeito “panela de pressão” em que emergiram, no contexto de transição, muitos movimentos sociais, após anos de silêncio forçados pela ação repressora da ditadura militar, contribuindo para a transição democrática e surpreendendo o regime, que tinha o objetivo de controlar as rédeas do processo. Para Boschi,

A intensificação das práticas associativas de natureza politizada certamente não estava incluída nos planos governamentais. Quando muito o projeto de abertura tinha por objetivo uma sociedade domesticada, com grupos de interesses atuando dentro de estreitos limites. Contudo, o chamado modelo “panela de pressão” possibilitou exatamente o contrário, na medida que a sua implementação requeria a manutenção desses controles. Ainda que a politização de segmentos organizados da sociedade não tenha ameaçado o projeto de transição gradual para a democracia, ela certamente afetou seu ritmo (1987: 138).

Entendo que na análise da “transição pela transação” as elites tomaram a iniciativa de promover a liberalização, e o papel da mobilização popular foi colocado como fator secundário. Entretanto, assim como diz Boshi (1987: 142), vejo que a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política, constitui um dos principais ingredientes para permitir uma transição, para a democracia, pacífica e gradual. Nas palavras de Boshi, “No Brasil a sociedade organizou-se no decorrer do período autoritário (...), emergindo integralmente no momento da abertura” (BOSCHI: 1987: 143).

A sociedade brasileira no período da transição tinha como característica, manifestações coletivas que se tornaram mais frequentes no final de 1970. E, à medida que o processo de abertura ia seguindo, uma sociedade significativamente mobilizada surgia no horizonte político.

Entre 1978 e 1985 os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política. Segundo Eder Sader, foram esses movimentos que intensificaram a situação de crise e apontaram para a necessidade de uma transformação social no país. Nas palavras do autor,

Eles (os movimentos sociais) expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isto: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social. (1988: 313).

Assim, os movimentos sociais que se constituíram na década de 70, na transição democrática, com suas formas de expressão, tornaram-se um elemento da vida política brasileira, colocando-se como sujeitos num espaço público além do sistema de representação política. (SADER, 1988: 314).

Paralelamente a esse “renascimento” dos movimentos sociais, com o governo Geisel teve início uma “política de distensão”. Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de “continuidade sem imobilidade”. A distensão seria obtida em estágios bem definidos, a

começar com a suspensão parcial da censura, as negociações com a oposição para o estabelecimento de parâmetros para os direitos humanos, seguidas de reformas eleitorais, e a revogação de medidas mais explicitamente coercitivas. (ALVES, M. H., 1984: 186).

Para Maria Helena Moreira Alves, em 1973, a oposição estava, de modo geral, desmobilizada e fraca. Contudo, no período de 1974 a 1979 a situação inverteu-se, embora ainda permanecesse incerta e contraditória. Para a autora as classes médias agiram como reativadoras da sociedade civil.

Amplos setores de elite passaram à oposição, empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização, (...) as classes médias e superiores predominavam na organização e fortalecimento da sociedade civil e nas negociações com o Estado pela adoção de medidas concretas no processo de liberalização. (ALVES, M. H., 1984: 220).

Neste contexto, no período anterior a 1974, a ARENA, partido governista, obtinha expressivas vitórias nas eleições, o que garantia a segurança dos generais e, também, a proteção do regime ditatorial. Contudo, em 1974, o MDB, partido de “oposição”, conseguiu significativo triunfo nas eleições gerais, tendo concentrado toda sua campanha nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Os candidatos do MDB se manifestaram através dos meios de comunicação sobre temas até então proibidos, fazendo denúncias ao regime militar. O resultado foi a vitória clara dos candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado, com uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas.

Maria Helena Moreira Alves diz que,

O MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Candidatos da oposição manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos, como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação de controle salarial. (...) Os resultados das eleições de 1974 constituíram clara vitória do partido de oposição. A maior vitória do MDB deu-se no Senado, onde recebeu quatro milhões de votos a mais que a ARENA. Pela primeira vez desde a criação dos dois partidos, o MDB ficava com a maior porcentagem do eleitorado em eleições para o Senado (ALVES, 1984: 188).

A vitória da oposição se repetiu em 1976 e em 1978, levando o governo a tomar uma série de medidas na tentativa de controlar o cenário político. Para conter a avalanche “emedebistas”, o governo aprovou a chamada Lei Falcão, que, na prática, acabava com a propaganda eleitoral gratuita pela TV, que havia sido um poderoso instrumento das oposições para divulgar as ideias dos candidatos.

O Pacote de Abril, como ficou conhecido, também foi uma das medidas utilizadas para manter o controle do governo sobre a política brasileira, mesmo diante da realidade das

constantes derrotas da ARENA nas eleições (SANTANA, F. A., 2007: 163). Esse pacote foi implementado por Geisel, que utilizou como pretexto a Reforma Judiciária que havia sido rejeitada pelo MDB. Com ele, Geisel fechou o Congresso Nacional em 1º de abril de 1977, convocou o Conselho de Segurança Nacional e assinou a Emenda Constitucional nº 7, que instituía a Reforma do Judiciário. Ainda com o Pacote de Abril, o presidente cassou mandatos de líderes moderados, instituiu a figura do senador biônico, declarando que 1/3 dos senadores da república seriam eleitos de forma indireta. Além disso, redimensionou os coeficientes eleitorais, favorecendo os estados em que a ARENA conservava maioria e garantiu condições para que a sua sucessão fosse tranquila.

Essa série de medidas que formaram o chamado Pacote de Abril apresentava vantagens ao Estado de Segurança Nacional, contudo, prejudicava em partes a própria política de distensão (ALVES, 1984: 196). Representava os dois lados do processo de transição democrática: primeiramente o projeto de distensão vindo do próprio regime militar com a presidência de Geisel e, de outro lado, a atuação dos movimentos sociais, de esquerda e demais grupos da sociedade civil, conforme discutimos no início deste item. Grupos opositores que não deixaram de “apontar as contradições entre as medidas de controle, os declarados objetivos de busca de uma forma democrática de governo”. (ALVES, 1984: 196).

O rápido crescimento de novas organizações e associações fez com que a sociedade civil fosse além do que fora previsto pelo regime na transição e fez com que esses novos movimentos sociais tivessem uma significativa força no processo de redemocratização. Conforme Boshi,

A proliferação de organizações de base e outros tipos de relações intermediárias é um fenômeno que não pode ser ignorado. A sociedade expandiu-se muito além dos limites previstos pelo processo de abertura política pelo alto. A expressão dos grupos organizados e a incidência de episódios de ação coletiva são uma expressão da força dessa nova sociedade e sua progressiva democratização (1987: 162).

Era uma nova conjuntura que se formava e novas táticas foram preparadas pela esquerda; era o momento da luta pelas liberdades democráticas, a qual conseguiu envolver os novos movimentos sociais em prol de sua defesa.

Segundo Maria Paula Araujo (2007a: 211),

Essa luta não seria uma luta de enfrentamento, não seria uma campanha essencialmente militar. Ao contrario, seria uma luta de “resistência”, com bandeiras que atendessem aos anseios da sociedade. A nova tática se expressava numa “plataforma de lutas pelas liberdades democráticas”: pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra prisões arbitrárias, contra a censura, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança

nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos.

Um movimento de destaque nesse período foi o dos trabalhadores, marcado pelo “novo sindicalismo”. Este considerava que, até aquele momento da história, os sindicatos permaneciam “pelegos” em sua maioria, por estarem atrelados ao governo. Na visão das lideranças do novo sindicalismo, este atrelamento, era herdeiro da própria legislação implementada durante o primeiro Governo Vargas e da estrutura sindical erigida naquele período, que vinculava os sindicatos ao Estado e distanciava os dirigentes de suas bases. Não é o caso discutir aqui em que medida essa percepção corresponde à realidade do movimento sindical anterior a 1964<sup>8</sup>. O que interessa é a percepção do novo sindicalismo, uma vez que essa visão subsidiou uma ação voltada para a negação de tudo o que correspondia ao mundo do trabalho naquele período, as lideranças e à própria estrutura sindical. Em contraposição ao velho sindicalismo, o sindicalismo que surgiu em meados dos anos 70 nascia no chão das fábricas e da pressão imposta pelo arrocho salarial advindo do milagre econômico do governo militar.

O Novo Sindicalismo teve como principal cenário o Estado de São Paulo e como figura de destaque o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. Iniciou-se, portanto, uma série de greves no ABC Paulista, que marcariam profundamente a política nacional.

(...) foram as próprias características do desenvolvimento do capitalismo pós-64 que criaram as condições para que emergisse, nos principais centros urbanos do país, um novo movimento sindical, bastante combativo e agressivo e cujas orientações estão relacionadas com, pelo menos, três questões essenciais: autonomia sindical frente ao Estado e independência diante dos partidos políticos; negociação direta com os patrões, sem intervenção do Estado nas conversações salariais; e mobilizações de base para permitir criar as condições para um sindicalismo de massas, apoiado na democracia interna. (MOISÉS, 1982: 60).

Aliado a esse sindicalismo que atingia principalmente o operariado das grandes indústrias metalúrgicas, surgiam também novos setores organizados. No fim dos anos 70, uma gama de movimentos fortalecera-se e ganhara expressão. Dentre eles, podemos citar os movimentos de trabalhadores rurais, de negros, de gênero, direitos do consumidor, alas progressistas da Igreja (como a Teologia da Libertação e as pastorais), bem como as Comunidades Eclesiais de Base, o movimento pela anistia, movimentos de direitos humanos, além de outros.

---

<sup>8</sup>

Vários estudos têm revelado que esta percepção acerca do sindicalismo pré-64 carece de revisão. Sobre o tema, ver Fortes, Alexandre et al.; *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Edunicamp, 1999; e Santana, M. A. *Entre o Velho e o Novo Sindicalismo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 14 n.41 São Paulo: 1999.

Frei Beto, importante expoente político daquele momento ligado à Teologia da Libertação, afirma que

Qual fênix, o movimento social renasceu do lento, silencioso e capilar trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, dos sindicalistas que não abraçaram a luta armada, da esquerda que preferiu hibernar entre as classes populares. Renasceu do método Paulo Freire, a ensinar-lhes que ninguém é mais culto do que o outro, existem culturas paralelas socialmente complementares, e o erudito não sabe o que sabe a cozinheira, (...) e essa conquista de auto-estima, através da pedagogia do oprimido, deu força, alento, coragem e dignidade ao movimento social (2006: 50).

A Teologia da Libertação surgiu no país como resultado de mudanças históricas significativas que atingiram toda a América Latina. Primeiramente a mudança interna sofrida por toda a Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, que teve fim em 1962 e que provocou profundas transformações na organização e na cultura católica. Aliado a este fator, temos o triunfo da Revolução Cubana em 1959, “que inaugura um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições que se estenderá na América Latina até os anos 1990. A conjunção destes dois movimentos históricos gerou, a partir do começo de 1960, a ‘temperatura’ necessária para a formação do cristianismo da libertação” (LÖWY, 2007: 306).

A Teologia da Libertação (TL) se aproximava significativamente da teoria marxista. Os maiores expoentes da constelação da TL foram Frei Betto e Leonardo Boff, que possuíam grande destaque em toda a América Latina. A TL foi a mais significativa expressão da Igreja que se aproximou da política e seguiu a indicação da mesma quanto à “opção preferencial pelos pobres”, se comprometendo com a luta dos mais necessitados e excluídos. Alguns representantes da hierarquia eclesiástica se aproximaram desta luta e, assim, também se aproximaram do cristianismo de libertação. Bispos como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Luciano Mendes e Dom Paulo Evaristo Arns, não minimizaram publicamente sua simpatia pelos movimentos revolucionários e pela ideologia socialista, mesmo em contraposição à Igreja tradicional.

Nos anos 70, eram frequentes as declarações de bispos com profundas críticas ao regime ditatorial. Entretanto, suas críticas iam além, abrangendo também um repúdio ao modelo de desenvolvimento capitalista. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) também tiveram papel importante neste momento, pois se tornaram e uma estrutura de organização da base católica com face mais próxima do “pobre e oprimido”.

A oposição enérgica da Igreja (CNBB) foi, sem dúvida, um dos fatores que conduziram os militares a considerar, a partir de 1980, uma redemocratização “lenta, segura e gradual” (segundo seus próprios termos). Mas o fator decisivo foi a mobilização dos novos



movimentos sociais e políticos que se desenvolveram a partir de 1978, animados, em grande parte, por militantes cristãos oriundos das CEB's e das pastorais populares: o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e de outros movimentos sociais (LÖWY, 2007: 316-317).

De acordo com Löwy, se realizarmos um balanço dos últimos quarenta anos, veremos que a “esquerda cristã” teve um papel muito importante e determinante na oposição à ditadura militar e no processo de redemocratização brasileira, sem se constituir uma corrente sociopolítica separada, contribuindo significativamente para formar a força de maior destaque no novo movimento popular no Brasil. (2007: 318)

No processo de redemocratização devemos citar também um novo tipo de movimento que surgia no país: os movimentos de minorias políticas. O movimento Negro Unificado foi fundado, bem como o Movimento pela emancipação da mulher, e tomou proporções maiores, assim como o movimento pela liberdade de opção sexual.

Portanto, a segunda metade da década de 1970 é marcada pelo forte impulso dos movimentos sociais no Brasil que refletiu no processo político institucional. Estes novos movimentos sociais evidenciaram o povo colocando-o como protagonista e voltando sua atuação para as massas e lutando de forma unificada pelo retorno da democracia no país.

Apesar da existência de diferentes visões sobre democracia por parte de cada força política, a luta pelas liberdades democráticas foi endossada por grande parte da esquerda brasileira, mesmo aquelas que inicialmente tinham críticas a esta perspectiva. Essa articulação da esquerda em torno da luta pela democracia fez com que a esquerda se somasse e formasse uma nova frente: PCB, PC do B, APML, MR-8 e organizações trotskistas. A Esquerda se juntava a outros setores da sociedade que lutavam contra o regime e procurava alargar os limites da abertura “lenta e gradual”.

Esse processo de re-fundação da Esquerda, segundo Rosalba Lopes (2001: 16), passa por três pontos. Primeiramente a questão situacional; o contexto favorecia a problematização da relação, até então existente, com a democracia. Devido às condições impostas pela ditadura militar e à impossibilidade da luta armada, a defesa das liberdades democráticas tomava lugar central no programa das esquerdas. Foi uma mudança no plano de ação política pelas Esquerdas que assumiram uma luta pelas liberdades democráticas, bem como uma redefinição dos pressupostos teóricos que sustentavam aquela ação.

Outro ponto colocado por Rosalba Lopes (2001: 16) é o processo de autocrítica. A lógica vanguardista<sup>9</sup> aparece como um ponto a ser superado e, assim, a distância existente em relação aos movimentos de massa aparece como uma questão sempre abordada, bem como proposta para diminuir este afastamento. “Abria-se caminho para que se realizasse um encontro entre vanguarda política e sociedade” (LOPES, 2001: 17). Estas mudanças promoveram um “enraizamento” das esquerdas no corpo da sociedade civil, estabelecendo novas relações com as demais formas de organização, movimentos sociais, em especial, que se multiplicavam naquele contexto.

O terceiro ponto que constituiu esse processo está relacionado à discussão sobre os referenciais teóricos. Surge uma tentativa de resgatar importantes textos clássicos, destacadamente aqueles que se referem à questão da democracia. Analogamente, estabeleceu-se um diálogo com as novas vertentes surgidas no interior do marxismo. Essa discussão forjou um questionamento sobre a relação entre democracia e socialismo. Para Rosalba Lopes (2001: 19), mesmo que o processo não se tenha desenvolvido da mesma maneira nas diferentes organizações políticas da esquerda marxista brasileira, é possível afirmar a existência de uma tendência à superação dessa questão.

Dessa forma, o processo de re-fundação das esquerdas foi fruto do contexto de ditadura, no qual as esquerdas estavam inseridas; do estabelecimento, portanto, de um novo plano de ação política, pautado na luta pelas liberdades democráticas, pelo processo de autocrítica, que levou ao enraizamento das esquerdas na sociedade, e, por fim, à busca de novos referenciais teóricos e à superação da divergência entre socialismo e democracia<sup>10</sup>.

Neste contexto de renascimento dos movimentos sociais retornou ao cenário nacional, o movimento estudantil. Iniciando uma série de manifestações após anos de silenciamento, o mesmo ganha importância por ser o precursor da luta pelas liberdades democráticas envolvendo a sociedade civil. Destarte, apresento o Movimento Estudantil em suas ações de luta voltadas para a democracia ao longo do processo de abertura política.

## **2.5 A ação estudantil: o ME em tempos de abertura política (1974 a 1984)**

Este ítem se dedica a abordar a ação do movimento estudantil ao longo dos anos de 1974 a 1984, marcado pelo processo de luta democrática. Desta forma, abordaremos as

---

<sup>9</sup> Compreendo como lógica vanguardista para este trabalho, a atitude de toda vanguarda que se relaciona com as bases mantendo uma perspectiva hierárquica, substitucionista e programaticamente auto-referida (LOPES, R. 2001: 11)

<sup>10</sup> Ver item 1.5.2 que aborda essa questão do sentido da democracia e sua relação com o socialismo.

primeiras lutas e manifestações iniciadas pelo ME após o ano de 1969, sua luta pela reconstrução de suas entidades representativas, passando por uma reflexão sobre o sentido da democracia para os militantes das esquerdas estudantis, contemplando a luta pela anistia política, pelo retorno do pluripartidarismo, o congresso de reconstrução da UNE e as Diretas Já, atingindo seu objetivo maior de reconduzir o país novamente à democracia.

### 2.5.1 Primeiras lutas e reorganização do Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil na década de 1970 desempenhou um importante papel na luta contra o regime militar e em prol das liberdades democráticas. Ele foi o primeiro a retornar com as mobilizações e manifestações de rua, entre outras ações, mostrando-se como resistência na luta contra o regime, após anos de silenciamento gerados pela repressão da Ditadura (ARAÚJO, 2004: 167).

Assim, o movimento estudantil, como os demais movimentos, apresentava uma pauta dupla de lutas: por um lado lutava pelas liberdades democráticas no país, seguindo orientações de grupos de esquerda que nele atuavam; por outro, lutava pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa, que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de seu último presidente, em 1973. Esta ideia é compartilhada por Maria Paula Araújo, quando afirma:

Em meados da década de 1970 o Movimento Estudantil empreendia uma dupla luta: por um lado, estava empenhado na reconstrução de suas entidades representativas, principalmente a UNE e, por outro seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas. Em 1977 os estudantes do Rio e São Paulo conseguiram realizar, as primeiras passeatas depois de 1968, contra a ditadura militar. No Rio de Janeiro o movimento foi deslançado a partir da prisão de estudantes militantes do MEP. Aos gritos de “Libertem nossos presos! Agora, já!” estudantes realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva, pela anistia no país. (ARAÚJO, 2004: 167).

Em 1975, um marco do retorno das lutas estudantis foi o protesto ocasionado pela morte de Wladimir Herzog, jornalista e professor da Escola de Comunicação da USP, assassinado pela repressão. A missa de sétimo dia, que foi realizada na Catedral da Sé e celebrada por D. Paulo Evaristo Arns, reuniu uma verdadeira multidão que não conseguiu se alojar dentro da Igreja durante a celebração, transformando-se em um verdadeiro ato contra a Ditadura. (ARAÚJO, 2007a: 217).

Vale ressaltar que os militares tinham clara sua postura junto aos estudantes desde o princípio do governo ditatorial. No início do governo de Castelo Branco, a repressão sobre o Movimento Estudantil foi sentida mais nitidamente. Em 11 de novembro de 1964, a lei 4.464, conhecida como a Lei Suplicy Lacerda, tornou o movimento estudantil ilegal, estabelecendo que todas as representações estudantis estariam submetidas ao MEC (MARTINS FILHO, 2007: 193). Essa lei também extinguiu a UNE e as entidades estaduais de estudantes, as UEE's, e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE).

A Lei impunha o voto obrigatório, aos alunos regularmente matriculados, nas eleições das entidades – além do DNE e DEE's, também nos Diretórios Acadêmicos (DA's) e Diretório Central dos Estudantes (DCE's) – sendo que aqueles estudantes que não comprovassem sua participação no referido pleito ficariam impedidos de prestar exames logo após as eleições. Essa lei dava poderes ao Ministério da Educação ou ao Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Segundo Santana,

Analisando o teor da lei Suplicy, pode-se perceber que a sua real intenção era a extinção do movimento estudantil, visto que suas imposições tentavam acabar com a participação política dos estudantes e destruir a autonomia e representatividade das suas entidades em todos os níveis, transformando estas últimas em simples apêndices do Ministério da Educação. (SANTANA, F. A., 2007: 65).

Em síntese, a lei buscava acabar com a autonomia das entidades estudantis. Entretanto, em todo o país explodiram protestos em repúdio à lei, que foi identificada como “principal instrumento político da ditadura contra o movimento universitário” e inimigo principal do ME.

Além disto, outros atos foram realizados pelos militares para regular o Movimento Estudantil. Em fevereiro de 1969, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477 que se constituía como um dispositivo legal usado pelo regime, que levava o AI-5 para dentro das instituições de ensino do país, fossem públicas ou privadas. O “decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores, e estabelecia punições sumárias como a imediata expulsão do estabelecimento para quem o infringisse” (ARAÚJO, 2007a: 191). Assim, o ME foi desmantelado e silenciado devido às medidas de dura repressão dos militares principalmente após 1968.

No contexto da abertura política, com o intuito de reorganizar o movimento estudantil, retomar sua autonomia e restabelecer a UNE, foram realizados vários Encontros Nacionais de Estudantes (ENE's). O I ENE aconteceu em Campinas/SP, em janeiro de 1976. No entanto, a

presença de entidades representativas foi mínima e sua realização foi bastante tumultuada, devido às divergências entre as diferentes tendências quanto aos critérios de participação. Mesmo diante dos problemas enfrentados, o II ENE foi marcado para o segundo semestre do mesmo ano.

Dessa forma, em 16 de outubro de 1976 ocorreu, na USP, o II ENE, com a presença de 281 delegados, representando 40 escolas de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia e Minas Gerais. Segundo Flávia Santana (2007: 187), na pauta de discussões estava a reorganização do movimento estudantil, as lutas a serem travadas e as eleições municipais daquele ano.

1977 foi o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas do movimento estudantil. O ME voltou às ruas realizando manifestações e seguiu um caminho importante que o levaria a reconstrução da UNE. Segundo Maria Helena Moreira Alves, as manifestações que ocorreram inicialmente em São Paulo, logo se espalharam por todo o país. Porém, mesmo com a repressão policial sofrida pelos estudantes, o Movimento Estudantil buscava formas de direcionar sua luta pela reconstrução da UNE.

A reorganização da UNE começou em 1977. Com uma série de manifestações e passeatas, primeiro em SP, posteriormente em todo o país. As manifestações dos estudantes em silêncio nas ruas de São Paulo sofreram violenta repressão policial, comandada pelo Coronel Erasmo Dias. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram assembleia secreta na Universidade Católica de São Paulo para eleger a comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. (ALVES, 1984: 207).

No Rio de Janeiro a organização das lutas estudantis concentrou-se na PUC. O “Ato Público dos 5000” da PUC foi um fato significativo. Obviamente, estava muito distante do nível de mobilização que atingiu a passeata dos “Cem Mil” em 1968. Entretanto, era a primeira vez, desde a promulgação do AI-5, que os estudantes conseguiam reunir um contingente de pessoas como aquele. Era um avanço importante que sinalizava que o ME estava voltando com força. Esse ato influenciou os estudantes da UFRJ que começaram a se organizar fundando os centros acadêmicos, um a um, e, posteriormente, o DCE da UFRJ, em 1978.

Segundo a diretoria da UNE de 1980, na introdução de um livro com depoimentos de ex-dirigentes da entidade,

Em 1977 as ruas foram palco do primeiro grande marco da nova fase. A luta de verbas na USP repercutiu em todo o país, e com a prisão de estudantes e operários em maio deste ano, o clamor pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pela primeira vez colocado em praça pública, tomou conta do país. E, apesar dos jatos d’água, cassetetes, cães e bombas, as manifestações nas principais capitais dissiparam

qualquer duvida: a UNE jamais morreria e os estudantes brasileiros preparavam o melhor momento de sua reconstrução (1980: 9).

Podemos perceber que o ideal de luta pela democracia dos estudantes no período, bem como a resistência exercida por eles às formas de repressão do regime, estavam aliados ao objetivo de reconstruir sua entidade de representação nacional, a UNE, silenciada nos primeiros anos da ditadura militar.

Com o objetivo de reconstruir a UNE, os estudantes, em 1977, realizaram três versões do III ENE: uma em Belo Horizonte – MG e duas em São Paulo, na USP e na PUC. Em junho de 1977, os universitários tentaram realizar a primeira versão do III ENE, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eram estudantes de todo o país, seguindo em direção à capital mineira. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas superiores de BH; o reitor da UFMG, além de proibir o evento, decretou recesso letivo e administrativo nos dias 3 e 4 de junho. As tropas policiais impediram o acesso à cidade, de caravanas que vinham de outros estados. O exército cercou o Diretório Acadêmico de Medicina, local onde se realizaria o encontro. Assim, quem estava dentro não podia sair e aqueles que conseguiram chegar até o local não podiam entrar, se aglomerando em frente ao DA. Em determinado momento a polícia investiu contra eles. Como resultado, o encontro não foi realizado e mais de quatrocentas pessoas foram presas. Ignacio Delgado esteve presente no III ENE em BH e apresenta sua memória do encontro.

Eu me lembro do III ENE em BH, (Encontro Nacional de Estudantes), que eles pegaram a gente, cercaram a cidade com tropa, sabe, e como o clima já era outro, não era mais o Médici, foi se evidenciando que não dava pra continuar daquele jeito. Tudo isto ajudou a criar um ambiente de não retorno, de ampliação do espaço. (...) Ficava evidente a dificuldade que tinha a ditadura de lidar com o movimento que não era um pequeno grupo de bando de guerrilheiros aqui e ali, mas sim muita gente na rua no país inteiro. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

José Pimenta, presidente do DCE da UFJF nesta ocasião, lembra que foi um dos presos pela polícia no III ENE em BH.

Outro encontro foi em Belo Horizonte. O Aureliano era governador, fazia declaração na televisão. Porque aí o movimento tava acendendo, e eles fazendo declaração na televisão, quem fosse a Belo Horizonte ia ser preso. Eu lembro até hoje do papai, fui sair, despedir do papai, ele olhou pra mim e falou assim: “nós já sabemos o que vai acontecer”. Eu falei: “que isso pai, não vai dar tanto problema assim não”. Ele falou: “sabemos ou não sabemos?”. Eu falei: “ah, sabemos”, ele falou “então pode ir, você vai ser preso, vai se *estrumbicar* lá, mas tá sabendo”. Aí eu falei que tava, e ele deu o apoio. Aí a gente foi, lá em Belo Horizonte, e eu fui preso, (...). Aí o Romão, organizou um grupo de professores, pegou o apoio do reitor, mesmo contra a vontade dele e foi pra Belo Horizonte pra soltar a gente, assim como os professores da UFMG, os professores todos. Em muitos lugares tiveram uma pressão enorme pra soltar a gente, que fomos fazer o encontro na faculdade de Medicina em Belo Horizonte e foi todo mundo preso. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Depois destes acontecimentos em Minas Gerais, os estudantes marcaram outra edição do III ENE para setembro do mesmo ano, na USP. O coronel Erasmo Dias, então secretário de segurança pública de SP, ocupou, com as tropas toda a cidade universitária, no dia marcado para o ENE, declarou recesso na USP e colocou policiais nas vias de acesso àquela universidade. Alguns estudantes se reuniram na faculdade de Medicina, que ficava fora do *campus*, para discutir como realizar o ENE com a USP fechada pelas tropas. Porém um novo cerco policial se fez em torno da faculdade de medicina e os presentes foram presos. O coronel acreditou ter impedido a realização do ENE e logo em seguida liberou muitos estudantes (SANTANA, 2007: 191).

Mas um esquema alternativo e clandestino foi montado. Muitos estudantes conseguiram fugir do cerco policial e se deslocaram em seguida para a PUC, onde se reuniram e decidiram realizar um congresso rápido, concentrado, com apenas um ponto de pauta: reconstruir a UNE (SANTANA, 2007: 192).

A estratégia empregada pelos estudantes foi muito engenhosa. Enquanto era realizada, num auditório da PUC, uma assembleia metropolitana de estudantes para decidir medidas de protesto ao cerco policial da USP, os delegados de outros estados e representantes de entidades estudantis paulistas realizavam, clandestinamente, numa sala de aula, o III ENE. (ARAÚJO, 2007a: 224).

Os estudantes estavam sentados na sala como alunos, tendo à frente um dos militantes que fingia ser um professor, para que quem passasse do lado de fora não suspeitasse ser, aquela, uma “aula incomum”. Em quase uma hora de congresso eles criaram a Comissão pró-UNE e logo saíram apressadamente da PUC, comemorando que haviam vencido e driblado as forças policiais.

No entanto, quando a notícia da realização bem sucedida do III ENE foi veiculada na rádio, o coronel Erasmo Dias se sentiu atingido. Como resposta, invadiu a PUC, que foi totalmente depredada, quebraram vidros, portas, salas, restaurante e biblioteca, destruíram livros; houve muito pânico e tumulto, estudantes foram espancados pela polícia, pisoteados, feridos e sufocados pela fumaça das bombas. José Pimenta, relata que esteve presente e, em sua memória, este encontro foi marcado por grande repressão. “Aí teve o encontro da PUC de SP que o Erasmo Dias, que era o secretário de segurança lá, partiu pra cima, invadiu a PUC, jogou bomba, queimou, prendeu gente pra caramba, reprimiu com uma violência muito grande lá” (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

No III ENE a opção por uma nova tática dava indícios de uma nova estratégia utilizada pelo ME. Ao tentar burlar a ditadura e utilizar meios legais, eles conseguiram vincular a imagem do Regime militar à violência, principalmente em um período em que a luta armada havia sido derrotada. Reginaldo Arcuri, entrevistado para esta pesquisa, tem em sua memória a presença de um ME atuante em um momento “novo” na política brasileira, em que “novas” táticas eram necessárias, utilizando instrumentos legais para vencer a ditadura militar.

Entre 1973 e 1975, (...), saímos de uma fase da ditadura em que houve o Golpe, depois o AI-5, aí veio a coisa da luta armada, tortura, não sei o que e tal. Mas nesse período de 1973 pra frente você já começa a ter um outro tipo de articulação contra a ditadura, porque a luta armada foi derrotada, eu me lembro que nós fomos em praticamente todos os julgamentos aqui na auditoria, acompanhar, enfim, não se podia fazer mais nada além de ir lá fisicamente (...). E foi um período em que a opção (...) foi muito de usar as formas legais da época pra você tentar avançar no sentido de derrubar os instrumentos mais críticos da ditadura, que era o AI-5 e os decretos 477 e 228. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Para Ignacio Delgado, o ano de 1977, através das ações realizadas em São Paulo, iniciou um grande ciclo de manifestações que atingiram todo o Brasil e que foram protagonizadas pelo Movimento Estudantil. Esse foi o responsável por abrir espaço para os outros movimentos que surgiam e/ou ressurgiam, permanecendo até 1978 como protagonista, até a ascensão do movimento operário.

O grande marco nessa época foi o ano de 1977.- a mobilização de São Paulo, que abre um ciclo de grandes mobilizações, até o início dos anos 80. Quando o Movimento operário surgiu mais intensamente, esse protagonismo do Movimento Estudantil foi refluindo. Havia um filme que rolava pelos DCE's do Brasil inteiro entre 1977 e 1978 que chamava “o apito da panela de pressão”, retratando essas primeiras mobilizações de 77 e 78. A gente dizia o seguinte que o ME era isso, o apito da panela de pressão. (...) De 1977 a 1979, todavia, especialmente nos dois primeiros anos, o ME foi o Xodó da galera. Com as greves do ABC isso foi se tornando cada vez menos expressivo e, na década de 1980, o movimento foi perdendo muito dessa visibilidade. Não é que perdeu combatividade. Muitas lutas ocorreram, o Movimento Estudantil foi fundamental na luta pelas diretas, foi fundamental na luta contra o Collor, em todas estas lutas na sociedade ele esteve presente. Todavia, em dois anos pelo menos, - 1977 e 1978 - ele foi dos movimentos sociais o de maior visibilidade, porque os outros estavam adormecidos ou contidos pela repressão. (...) Falávamos muito a palavra espaço, a expressão espaço político, como quem se sente como os que vão na frente durante a guerra dizendo: “pode vir, pode vir”. Só que na hora em que o grosso do exército entra, a infantaria deixa de ter o sentido que teve. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Desta forma, percebe-se que o Movimento Estudantil atuou como protagonista na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, tendo papel fundamental por iniciar um cenário de mobilização social e assim, impulsionando outros movimentos a se unirem na luta. Este papel de protagonista também pode ser percebido através da expressão que o mesmo possuía na imprensa, no caso juizforano, podendo assim ser considerado como o responsável por abrir às



portas para a luta democrática e de oposição aos militares. Até 1978, não aparecem nas páginas dos jornais outro movimento articulado e atuante, evidenciando sua importância e destaque em detrimento de outros. O movimento docente aparece nas páginas dos jornais da cidade a partir de 1979 ganhando o cenário e atuando também pelas liberdades democráticas, contudo, foi o movimento sindical que assumiu a liderança das lutas após a visibilidade que adquiriu a partir das greves de 1978.

Na memória de Flávio Bitarelo, o movimento estudantil também aparece como protagonista na luta pelas liberdades democráticas, antes do movimento operário, e entende que Juiz de Fora teve ações subsequentes às manifestações acontecidas na USP.

O Movimento Estudantil começou a arrombar os grilhões e as portas do regime militar, antes até do Movimento Operário, que tava asfixiado. A partir de 1975 começa uma série de manifestações e a universidade pelo Brasil, principalmente na universidade de Brasília e USP, Rio de Janeiro, já apareceu na UFMG e aqui em 1977 já chegou. Então nós fomos quase simultâneos aqui no Movimento Estudantil. Tinham muitas manifestações pela liberdade democrática. Aquele momento era a palavra de ordem que unificava todo mundo, de liberais até a esquerda. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

O movimento estudantil já iniciava uma série de ações desde 1974, buscando inicialmente como forma de buscar liberdade, organizar congressos e encontros, burlando a ditadura, na busca de reorganizar a UNE. Reorganizar sua entidade representava claramente sua proposta de luta democrática, pois era necessário derrubar o decreto que colocava a UNE na ilegalidade, reconstruindo sua frente de luta e suas bases. Contudo, o Movimento Estudantil ganhou mais impulso após as mobilizações ocorridas em 1977 na USP, que refletiram-se simultaneamente por todo o país como uma grande onda que evidenciou o Movimento Estudantil como protagonista da luta que se fortificava.

José Pimenta atribuiu às mobilizações da USP, a organização de assembleias no Movimento Estudantil em Juiz de Fora, o que marcaria, assim como em âmbito nacional, o início de uma nova fase no ME local.

A gente começou a fazer assembleia, e começou a preparar as assembleias em função do movimento que foi puxado pela USP, a passeata da USP, famosa, de redemocratização. Uma passeata realizada da USP até o centro da cidade de São Paulo, até no largo da faculdade de Direito. No três de agosto, lá no centro de São Paulo. E aquilo foi uma coisa que teve repercussão, saiu pelo movimento no Brasil afora, a gente começou a fazer greve de solidariedade, movimento de solidariedade, as assembleias eram solidariedade ao movimento da USP. E essa solidariedade espalhou pelo Brasil todo. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Há uma consciência compartilhada por vários entrevistados, que indica para o fato de que, ao encaminharem suas ações no período, dentro do Movimento Estudantil, já havia uma ideia de que estavam marcando a história. Os entrevistados compartilham de um pensamento

em que se caracterizam como uma geração combativa e responsável por abrir espaço na luta política para os demais sujeitos sociais, reforçando a imagem de que a geração de 1968, salvo todos os seus méritos, não obteve o êxito esperado e foi abafada pela repressão. Contudo, a geração de 1970 contribuiu efetivamente para o retorno das liberdades democráticas no Brasil, tornando-se assim, vitoriosa.

(...) que essa geração de 1977 foi pouco valorizada. Pouco valorizada. A geração de 68 é muito valorizada, com razão, mas a nossa ajudou a dar um *empurrão* na ditadura. Esta sensação eu tenho. Desde o começo em São Paulo, a gente deu trabalho pra ditadura. (...) apesar da passeata lá dos cem mil<sup>11</sup>, nós não tivemos um ou dois, nos tivemos vários movimentos com muita gente, depois murchou, deu uma murchada, ali em 1979 – 1980, deu uma murchada, mas ali em 1977 – 1978 foi de lascar o negócio (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Jorge Sanglard, apresenta em sua memória a ideia de que a geração de 1970 tinha características específicas ao seu tempo, que exigia uma postura de preparação, e que tinha consciência de que sua ação produzia história.

A nossa geração foi muito bem preparada não só para as lutas do Movimento Estudantil, pela prática do Movimento Estudantil, mas também para depois de sair da Universidade atuar com cidadania. Foi uma geração que se preparou. E a gente sabia que tinha que se preparar para enfrentar os novos desafios que vinham com a reconstrução democrática no Brasil. A geração que atuou no Movimento Estudantil da metade dos anos 1970 até meados dos anos 1980 foi levada a esse tipo de preparação porque sabia que, com o fim da ditadura, cada um a seu modo, ia ser protagonista de alguma forma (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Beatriz Domingues, em sua memória apresenta a ideia de que, enquanto estudantes do final da década de 1970 e militantes do Movimento Estudantil, eles tinham consciência de sua ação de protagonistas da história.

Então tinha aquela, a gente sabia que tava participando assim, de um Woodstock, de algo que ia entrar pra história. Porque tem coisa que a gente participa que entra depois pra história e a gente não sabia, mas ali era uma consciência que a gente tava fazendo um gesto histórico. (Beatriz Domingues).

Assim, entendo o Movimento Estudantil como um movimento de grande importância no processo de abertura política brasileira, pioneiro na ação organizada contra a Ditadura durante os anos 70, e que permaneceu atuante durante todo o processo de transição democrática.

## 2.5.2 O sentido da democracia

---

<sup>11</sup> A Passeata dos Cem Mil ocorreu no RJ, no ano de 1968.

A palavra democracia configurou a temática central da luta do movimento estudantil brasileiro ao longo da década de 1970: luta pelas liberdades democráticas. Creio que uma pequena reflexão sobre o sentido do referido conceito é necessária para compreendermos de que democracia falam esses estudantes.

Democracia é uma palavra muito recorrente na história desde a Grécia Antiga, com sua experiência de democracia na cidade de Atenas, que contemplava o sentido da sua etimologia “demos”, povo; sendo, portanto, uma forma de “governo do povo”. Contudo, com o passar do tempo, o significado desta palavra sofreu muitas transformações. Ao longo do século XIX, o debate em torno do sentido de Democracia se desenvolveu configurado em sua essência, no confronto entre duas doutrinas políticas: o liberalismo e socialismo.

Na concepção liberal da Democracia, a participação no poder político, que sempre caracterizou um regime democrático, é atingida através de garantia de liberdades individuais, como a liberdade de expressão, de reunir-se ou associar-se para influir na política, e o direito de eleger representantes. Segundo Nobert Bobbio (2007: 34), o desenvolvimento da Democracia nos regimes representativos se dá em dois sentidos: no alargamento gradual do direito a voto, sem excluir nenhum cidadão, e na multiplicação dos órgãos representativos. Para definir melhor como o termo democracia, pelo viés liberal, chegou aos nossos dias, uso uma citação de Bobbio.

Ao longo de todo o curso de um desenvolvimento que chega até nossos dias, o processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de Democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa que qualitativa do regime representativo. Neste contexto histórico a Democracia não se apresenta como alternativa ao regime representativo, mas é seu complemento. (BOBBIO, 2007: 324).

Contudo, não é muito diferente a relação entre Democracia e socialismo, quando a analisamos como um complemento ao regime representativo, pois a democracia, para o socialismo, configura-se um elemento necessário. Porém, a mudança que aparece da doutrina socialista para a liberal é, segundo Bobbio, o modo de entender o processo de democratização do Estado.

Na teoria marxista-engelsiana, para falar apenas desta, o sufrágio universal, o aprofundamento do processo de democratização da parte das doutrinas socialistas acontece de dois modos: através da crítica da Democracia apenas representativa e retomada de alguns temas da Democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica. (BOBBIO, 2007: 324).

Sendo assim, Democracia é um ponto defendido pelas duas doutrinas, pois se caracterizam com um elemento complementar e necessário. A ideia do voto e da participação popular é presente em ambas as visões, sendo que, na liberal, ela se apresenta como uma forma representativa, o que difere da socialista, que busca uma participação direta do povo, não apenas na política, mas também na economia.

Superada a visão de incompatibilidade entre democracia e socialismo, esse tido como autoritário, a democracia é vista pelos defensores do socialismo como um passo necessário no processo de transição do capitalismo para o socialismo.

A atuação dos grupos socialistas pelas liberdades democráticas era coerente. Contudo, seu fim último era preparar as bases para uma transformação na estrutura política e social, preparando as condições para uma revolução socialista e para a instauração desse regime. Essa reflexão faz-se significativa neste ítem, pois, num quadro de lutas pela redemocratização do país, por mais que o ME fosse unificado, o que se esperava de uma democracia não era unânime. Como exemplo, muitos grupos socialistas viam na democracia política um passo para se chegar ao socialismo, em que seriam democratizadas, não só a política, mas também a economia.

A luta pela democracia era combinada com a luta pelo socialismo. Isso vai resultar em diferentes opções estratégicas em terreno partidário e opções táticas de luta, que perceberemos nos diferentes grupos existentes dentro da Esquerda e do Movimento Estudantil, e que trataremos mais detalhadamente no capítulo dois desta dissertação.

Contudo, redemocratizar, palavra recorrente no vocabulário desta época, apresenta um sentido variável de acordo com cada sujeito e com cada grupo político. Para Jorge Sanglard, redemocratizar estava ligado à ética na política.

Redemocratizar se relaciona com a questão da ética na política porque você tava com uma ditadura que quebrou as regras da democracia. Então você tinha que retomar a questão da ética, que era fundamental. Segundo, você ter uma ordenação jurídica e um estado de direito democrático pra você aí sim colocar as questões das diferenças da sociedade e aí lutar pra prevalecer a sua, a vontade do que é melhor. Além disto, o Brasil optou por eleições diretas. O espaço democrático de disputa eleitoral. Então você tem que entender as regras do jogo que lhe foram colocadas, porque o Movimento Estudantil, num determinado ponto foi empurrado pela ditadura pra tomar as atitudes que tomou pra enfrentar a ditadura, no período de 1974 e 1979, o Movimento Estudantil foi empurrado. O fechamento chegou a tal ponto, a repressão chegou a tal ponto que a única alternativa que o Movimento Estudantil teve foi rebelar contra a Universidade. Quando você inicia a redemocratização e tem anistia, muda o quadro político, você tem um processo eleitoral no Brasil quando o resultado das eleições passou a ser respeitado, e onde as eleições passaram a prevalecer. Aí você tem um novo quadro, e aí as forças passaram a acumular experiência e disputar dentro do quadro que ta colocado na sociedade. Eu acho que é aí que a esquerda não conseguiu se consolidar como alternativa de mudança substancial. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Para Flávio Bitarelo, ex-militante da tendência LIBELU, de orientação trotskista, redemocratizar era um termo habitualmente usado por setores da sociedade civil como OAB, Igreja, ABI, entre outros. No entanto, para seu grupo, o termo era claro: “abaixo a ditadura militar”, ou seja, a luta pela redemocratização do país objetivava o socialismo, entendendo a democracia como um meio para atingi-lo.

O termo redemocratizar não era tão utilizado por nós, mais de esquerda. Esse era um conceito mais do pessoal juristas, pessoal da OAB, da ABI, das chamadas entidades da sociedade civil. Você redemocratizar, pra eles era voltar ao estado de direito, essa linguagem deles (...) A nossa linguagem era abaixo a ditadura militar. Mas já colocava o socialismo. A gente defendia abertamente que a gente queria o socialismo. Divergimos já na forma de chegar lá, se é através da reforma ou se é através da revolução, mais a esquerda defendia o modelo da Revolução Russa, soviets, aquela discussão toda que tem em cima da Revolução Russa. (Flávio Bitarelo).

Redemocratizar, como conceito, é variante, porque não unificava a finalidade última da luta pela democracia entre os diferentes grupos que atuavam no interior do Movimento Estudantil. Contudo, uma coisa era única: a luta pelas liberdades democráticas. Independente do fim desejado pelo grupo ou sujeito, o meio era luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas no país.

### 2.5.3 Os estudantes e a luta pela anistia

No último dia de 1978, expirou o AI-5. Dessa forma, no ano seguinte o país começava a respirar. A luta pela Anistia política teve esboço em 1975 a partir de dois fatos: o culto ecumênico pela morte de Vladimir Herzog em São Paulo, e também em São Paulo a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado por Terezinha Zerbini.

Para Reis (2004: 47), a luta pela anistia foi empreendida por pequenos grupos familiares e amigos de presos e exilados, trabalhando em condições de extremo risco. Sujeitos ao total arbítrio da ditadura ainda vigente, a ideia da anistia ia progredindo lentamente no Brasil entre diversos grupos como os estudantes, os intelectuais, artistas e formadores de opinião. Segundo Reis, havia duas vertentes que logo se destacaram:

De um lado, os que desejavam uma anistia ampla geral e irrestrita e, além disso, uma apuração conseqüente dos crimes da ditadura, com o desmantelamento dos órgãos da policia política, a famigerada comunidade de informações, responsável pela execução da tortura como política de Estado. De outro, a tendência desejosa de alcançar uma anistia que reconciliasse a família brasileira, uma esponja suficientemente espessa para conseguir que todos esquecessem tudo e nada mais restasse senão a construção da democracia nos horizontes que então se abriam. (REIS, 2004: 46).

O tema da anistia logo se ampliou e a adesão dos estudantes se fez ainda maior após a prisão de universitários ligados ao MEP na região do ABC Paulista, em maio de 1977. Após esta prisão, estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo realizaram manifestações pedindo a libertação de seus companheiros. Em SP foram dez mil estudantes na passeata do Viaduto do Chá, a primeira na cidade após 1968, e que, de forma ampla, envolveu a bandeira de luta pela anistia.

Logo após essas manifestações, foram fundados Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), inicialmente no Rio e em São Paulo, que foram ampliando suas atuações nas principais cidades brasileiras. Esses comitês congregavam os segmentos sociais e políticos mais ativos e eram sempre liderados por correntes de esquerda, entre elas aqueles grupos vinculados à luta pelas liberdades democráticas. O comitê conseguiu congrega as forças de toda a Esquerda, movimentos sociais e a sociedade, entre eles os estudantes<sup>12</sup>.

Na cidade de Juiz de Fora/MG, também se formaram Comitês pela anistia que congregava pessoas de diferentes grupos políticos, unidos pela aprovação da lei pela anistia política. Jorge Sanglard, rememora o significado político que estava em torno da Penitenciária, localizada no Bairro Linhares, que recebia presos políticos de várias cidades da região. “A Penitenciária de Linhares<sup>13</sup> recebeu presos políticos de fora e daqui também. E o Movimento da Anistia teve um papel importantíssimo para discutir essas questões, de preparar o caminho pra volta, de quem estava lá fora e de quem estava aqui também”. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Beatriz Domingues relembra o envolvimento de alguns membros da Igreja Católica, dos vários movimentos sociais e do movimento de mulheres, em especial, que participavam do comitê pela anistia. Contudo, recorda que muitas outras pessoas, independentes de grupos políticos, envolviam-se no comitê por se comoverem com a causa.

Tinha um comitê pela anistia que na Igreja da Glória, tinha até um padre, que era professor lá, o padre Dalton e nesse comitê eu participava com as pessoas das mais diferentes tendências, era uma coisa suprapartidária lá na Igreja da Glória, eu lembro perfeitamente os padres da igreja da Glória que davam suporte, porque tinham pessoas da sociedade que não estavam envolvidas com tendência nenhuma, nem com movimento nenhum e que estavam ali. Tinham mulheres simpatizantes das mães da Plaza de Maio lá na Argentina, as que tinham perdido os filhos, desaparecidos na ditadura. (Beatriz Domingues).

<sup>12</sup> Ver anexo A, cartaz movimento pela anistia.

<sup>13</sup> A Penitenciária de Linhares referida na entrevista é a Penitenciária localizada na cidade de Juiz de Fora/MG que possui um histórico de abrigar presos políticos na ditadura militar não apenas da cidade, mas da região. Sobre a penitenciária de Linhares, ver RIBEIRO, F.M.F.. *A Subida do Monte Purgatório: Estudo da experiência dos presos Políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969- 1972)*. Juiz de Fora, PPGH – UFJF, 2007. Dissertação de mestrado.

Na memória de José Pimenta o movimento pela anistia começou como uma iniciativa do Movimento feminista e que depois agregou outros grupos em seu entorno.

O movimento de anistia aqui era muito grande. A dona Maria do Céu, que era uma senhora educadora e a Raquel<sup>14</sup> organizou o movimento feminino pela anistia. A gente fez uma solidariedade grande a um casal do Uruguai que tinha sido preso no Rio Grande do Sul que foi uma legenda na época. A campanha pela libertação deles aqui no Brasil, os adesivos do Comitê Brasileiro de Anistia, aquilo pela cidade. O calçadão ali tinha uma campanha enorme. (...) Então o movimento de anistia naquele período ali, era muito intenso, todo mundo participava. (José Pimenta).

Apesar de reconhecer, hoje, a importância do Comitê pela Anistia em congregar forças, percebe-se que havia grupos que se colocavam com uma postura mais radical, orientados por sua ideologia, e por isso, alguns deles foram colocados à margem dessa construção coletiva.

Estávamos tentando montar aqui o Comitê Brasileiro pela Anistia, mas acabamos ficando muito isolados e a minha presença foi muito pequena nisso. A posição da DS era uma posição muito irrealista. A anistia era uma luta pra reunir amplos setores, não era uma luta para separar, era uma luta pra juntar. Em si mesmo, o sentido dela era permitir a reintegração à vida brasileira de pessoas que dela tinham sido retiradas por causa da ditadura. Nós falávamos que tinha que ter julgamento para os torturadores, e aí os outros grupos que participaram do movimento pela anistia aqui foram nos retirando, não iam mais nas reuniões em que participávamos e nós ficamos meio que chupando dedo. Nós convocávamos para os atos, entendeu, mas não eram atos amplos. (Ignácio Delgado).

A luta pela anistia foi vitoriosa, no entanto, apresentava ressalvas. Em outubro de 1979, o presidente Figueiredo encaminhou um projeto sobre a anistia para o Congresso, que foi aprovado em uma disputa acirrada. A anistia, contudo, não contemplava a todos, pois não abrangeu os participantes da luta armada e não reconheceu os mortos e desaparecidos políticos. Além disso, a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979 apresentava uma dualidade: era uma anistia recíproca, anistiando, simultaneamente, torturados e torturadores.

Apesar de não ser conforme objetivavam, a Lei da Anistia foi vista como uma vitória pela esquerda brasileira, ainda que parcial. Ela representava uma importante conquista democrática, que congregou e unificou a Esquerda em prol de uma mobilização nacional. Assim, grande parte da população viu a lei como uma vitória importante rumo à democracia e compareceu aos aeroportos para receber com grande festa os exilados que retornavam ao país. Era a principal luta travada pela frente democrática, que enfrentou o regime militar nos anos 70 e foi vitoriosa.

---

<sup>14</sup> Raquel Scarlateri, jornalista, membro do DA de comunicação da UFJF e do DCE na década de 1970, ligada ao grupo de José Pimenta, com o qual foi casada. Chegou a ser vereadora na cidade de Juiz de Fora no início da década de 1980 e exerceu uma grande atuação junto ao movimento de mulheres na cidade de Juiz de Fora no referido período.

Após a anistia o país entrou efetivamente no caminho de construção das liberdades democráticas. Os estudantes ainda em 1979 empenharam-se em reconstruir a UNE. Porém, os anos posteriores até 1984 foram importantes nesse processo, tendo fatos marcantes que sinalizaram este caminho como o retorno ao pluripartidarismo e à Campanha pelas Diretas Já, ítems que serão tratados na seqüência deste capítulo.

#### 2.5.4 A reconstrução da UNE

Após a realização do III ENE, em que foi criada a Comissão nacional Pró-UNE, o passo seguinte do movimento estudantil consistiu em organizar um congresso para, efetivamente, reconstruir a entidade nacional representativa dos estudantes. O congresso de Reconstrução foi realizado em maio de 1979, em Salvador; era o XXXI Congresso da entidade. Ruy César, presidente do DCE da UFBA, organizou toda a logística do congresso. Conseguiu o centro de convenções da Bahia, junto ao governador Antônio Carlos Magalhães, mesmo com parte da direção do movimento estudantil contra, pois não queriam negociar com um governador nomeado pela ditadura militar. A hospedagem para as cinco mil pessoas esperadas no congresso foi em casas de famílias que se inscreveram para receber os estudantes. O fato de Antônio Carlos Magalhães ser governador naquele momento, marcou a memória de militantes entrevistados, como a de Rafael Pimenta. “O congresso de reconstrução da UNE foi em Salvador. O Antônio Carlos Magalhães era prefeito de Salvador<sup>15</sup>. Mas ele resolveu bancar e o Congresso da UNE foi lá”. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Além do governo de Antônio Carlos Magalhães, Beatriz Domingues tem a memória da chegada do ônibus com a delegação de Juiz de Fora em Salvador.

Uma coisa que eu to lembrando agora do congresso da UNE, quando, nessa época o Antonio Carlos Magalhães era o governador da Bahia, e quando a gente veio chegando de ônibus, nosso ônibus furou o pneu, tinha uma fila de ônibus com pneu furado. Mandou colocar uns grampos no asfalto, não sei quantos quilômetros antes de chegar em Salvador, então foi aquela fila de ônibus com o pneu furado. Eu me lembro da chegada, depois de uma viagem muito grande andando de ônibus. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

As dificuldades de chegada na cidade de Salvador foram recorrentes na recordação dos ex-militantes. Ônibus com os pneus furados ao longo da estrada que dava acesso à cidade,

---

<sup>15</sup> O entrevistado tem a memória de Antonio Carlos Magalhães como prefeito de Salvador, mas faço a ressalva de que o mesmo era governador da Bahia.



marcaram as memórias se apresentando com uma tentativa da ditadura de impedir a realização do congresso ao dificultar o acesso a Salvador. Flávio Cheker atribui ao exército, a iniciativa de provocar danos aos veículos que transportavam os estudantes.

Aquela viagem foi memorável, primeiro porque a gente saiu de JF, foram dois ônibus, e a viagem foi muito tumultuada, me lembro que o exército jogou na estrada aqueles grampos que são usados em manobras de guerra, e o pneu do ônibus furava com frequência, eu tenho inclusive um grampo desse guardado comigo, que eu guardo de lembrança, grampo como se fosse um tripé que de qualquer jeito que ele cai ele caiu com uma ponta pra cima, e aí o ônibus parava varias vezes, eram muitas barreira policiais, e todo um zum zum, uma noticia de bastidor que dava conta que eles invadiriam o congresso. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Cheker guarda consigo, como objeto de memória, um dos grampos usados para furar os pneus dos ônibus que levavam os estudantes para Salvador, tentando conter sua chegada. Era o símbolo da repressão do regime que tentava impedir que a luta pela reconstrução da UNE fosse vitoriosa. Os grampos na estrada, porém, geravam a preocupação de que poderia haver uma tentativa de invasão por parte dos militares no congresso, o que causava instabilidade entre os estudantes.

Nós fomos daqui com, tenho dúvida, com dois ou três ônibus, de delegados. E foi gente do Brasil inteiro pra Salvador. Tiramos delegados, eu fui pelas Ciências Sociais, tinha mais gente das Ciências Sociais. (...) E aí foi coisa de dez mil delgados em Salvador. E o governador da Bahia biônico, nomeado pelo regime militar, era o Antonio Carlos Magalhães, era um homem do regime mesmo. Antonio Carlos Magalhães. Ligadíssimo ao general Geisel, era do chamado grupo do Geisel. (...) Pra chegar foi muito difícil, eles espalharam uns grampos de ferro pela estrada, à medida que foi chegando na Bahia, aí começou a espalhar um monte na estrada, furou o pneu de um monte de ônibus, era um monte de ônibus com o pneu furado. O ônibus que eu tava furou três pneus, quatro pneus, foi tudo pra trás, esvaziar, pra atrasar. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

Flávio Bitarelo recorda, além da dificuldade de acesso ao local do congresso, a quantidade de pessoas da delegação de Juiz de Fora, que foi constituída de dois ônibus com membros de todas as tendências estudantis atuantes na UFJF, e a quantidade de delegados presentes no congresso. José Pimenta lembra que a delegação da cidade era constituída de quarenta e quatro pessoas, representantes dos diferentes cursos, e da intensa disputa, para enviar delegados, entre tendências do ME em Juiz de Fora.

Eu lembro que nós levamos dois ônibus aqui de Juiz de Fora, (...). Então a gente tinha, parece que quarenta e quatro delegados da federal de Juiz de Fora. Aí a gente foi no mesmo ônibus. O Guilhermano, (...), a Raquel que participava de tudo, claro, tava com a gente no DCE, era a nossa secretária de agitação. E o Jorge, o Ignacio<sup>16</sup> tava nessa mesma delegação. Bom, tivemos um processo de alta discussão aqui em Juiz de Fora, as assembleias eram enormes, todos os cursos tiveram disputa na eleição de delegado. E a disputa era basicamente esses formadores do PT e um

<sup>16</sup> Refere-se a Ignacio Delgado que foi entrevistado nesta pesquisa e Jorge Pantera.

agrupamento que não era, não fazia parte da formação do PT, mas não necessariamente tinha vínculo com o PMDB, vamos dizer assim, que era aquilo na época (...) era a área de influência, vamos dizer, da AP. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, percebemos que, apesar da unidade entre as tendências de Juiz de Fora para reorganizar a UNE, e de viajarem juntos, os membros formadores da delegação juizforana divergiam, debatiam e disputavam a eleição de delegados para o congresso da UNE em Salvador, o que marcava esta relação.

Através do texto feito pelos dirigentes da UNE de 1980, em livro editado com o depoimento de ex-militantes, percebo que para os estudantes no ano de 1979, o congresso foi um grande marco para a democracia. Eles o enxergavam como forma de resistência à Ditadura e de agregação estudantil com a sociedade.

O Congresso de Reconstrução em maio de 1979 – Salvador, Bahia – foi classificado na sua abertura como continuidade do 31º Congresso<sup>17</sup>, feito na clandestinidade em 1971. Homenagem a Honestino Guimarães, último presidente, “desaparecido” pela Ditadura Militar, foi o exemplo maior de bravura, do suor e sangue empregados para manter a bandeira da UNE de pé. O grande apoio dado pela população de várias cidades e a presença marcante de entidades representativas de diversos segmentos sociais comprovaram que a UNE, uma conquista dos estudantes, mora também no coração do nosso povo. (UNE: 1980: 9).

Esse Congresso de Reconstrução aprovou, após muitas discussões, a Carta de Princípios da UNE. Cada tendência havia preparado uma proposta. Eram quinze cartas diferentes, difícil de unificar, e as tendências eram irreduzíveis; cada qual defendendo que a sua fosse aprovada como carta de princípios da UNE. No entanto, Ruy César, organizador do Congresso do DCE da UFBA<sup>18</sup>, interveio, agregando o que era comum em todas, formulando uma nova carta de princípios. Essa, contava com um ítem de cada tendência e foi levada à votação, tendo sido aprovada por 80% da plenária, segundo o mesmo.

Durante o congresso, um atentado deixou o salão do Centro de Convenções às escuras. Foram lançadas bombas de pó químico e a energia elétrica foi cortada. Ruy César, em seu depoimento<sup>19</sup>, diz que resolveu organizar um coro de 100 pessoas e pediu a elas que repetissem, palavra por palavra o que ele dizia. Flávio Cheker recorda-se dos momentos de tensão vividos durante o atentado e da emoção que os envolvia ao repetir em coro as palavras da mesa diretora, o que simbolizava um momento de intensa unidade entre os estudantes.

<sup>17</sup> O movimento estudantil desejava dar ao congresso que simbolizava o recomeço do movimento um sentido de continuidade e identidade junto ao movimento anterior ao seu silenciamento pelo regime militar. Diferentemente era o movimento operário que desejava uma ruptura total com tudo que vinculasse o novo sindicalismo à forma de organização sindical anterior, fato que justifica nossa abordagem também situando o movimento operário anteriormente.

<sup>18</sup> Retirado do livro *Memórias estudantis*, de Maria Paula Araújo (2007a: 232).

<sup>19</sup> Retirado do livro *Memórias estudantis*, de Maria Paula Araújo (2007a: 232).

O congresso foi realizado onde hoje é o centro de convenções de Salvador, então hoje é tudo urbanizado, mas na época tinha um esqueleto de um prédio era numa praia muito afastada e o congresso foi sendo realizado, entrou noite adentro, e lá pelas tantas, apagaram a luz, então deu aquele black-out como era um lugar afastado, era de madrugada, baixou aquele pânico a gente naquela expectativa de que haveria uma repressão policial, todo mundo achou, então é agora, e como era uma multidão eram milhares de estudantes, a mesa improvisou um coro que foi uma coisa emocionante, ou seja, alguém da mesa falava e um coro composto por uns cinquenta – sessenta estudantes repetiam aquilo em coro e então potencializava a voz e todo mundo ouvia, e ai foi dando então aquele sentimento de unidade, todo mundo se manteve e outro episódio interessante é que jogaram parece que vidro moído e ventava muito e aquilo entrava no olho das pessoas, mas felizmente não houve nada, além disso. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Em 29 de maio de 1979, através de uma votação formal durante o Congresso de Salvador, a UNE foi reconstruída. No congresso, decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da entidade. Foi eleita uma diretoria provisória com o objetivo de organizar a nova votação. Em outubro foram realizadas as eleições por voto direto em todo o país. Ruy César, candidato à presidência da entidade pela coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B, foi vitorioso e se tornou o primeiro presidente da UNE após a sua reconstrução. Na mesma coligação de tendências estava José Pimenta, indicado pela AP como representante do interior de Minas Gerais.

Eu entrei na UNE na primeira diretoria por influência da AP, a AP que propôs duas pessoas em Minas Gerais, um deles foi o Juca, que era da AP de Belo Horizonte e do interior fui eu. Nós fizemos uma assembléia enorme lá, e fizemos na nossa chapa, que era uma chapa composta pela AP, MR-8, PC do B. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, o movimento estudantil juizforano esteve presente, atuando de forma efetiva, no congresso de reconstrução da UNE, unindo-se a estudantes do Brasil inteiro e lutando pela liberdade democrática para ter de volta sua entidade representativa em nível nacional.

### 2.5.5 Os estudantes e o retorno dos partidos políticos

No mesmo ano em que se efetivava a reconstrução da UNE, o governo restabeleceu o pluripartidarismo no país. A nova Lei Orgânica dos Partidos – a Lei nº. 6.767, de 20 de dezembro de 1979 - extinguiu a ARENA e o MDB e permitiu a criação de novas legendas. As regras que surgiram impunham restrições severas à formação de partidos. O registro das legendas dependia de suficientes evidências de organização no nível de estados e municípios, exigindo-se ainda que os partidos obtivessem pelo menos 5% da votação nacional e 3% em nove estados diferentes, a fim de se qualificarem para a representação no Congresso. Além

disso, foi mantida a proibição de registro e partidos comunistas. A despeito disso tudo, no começo de 1980, surgiram seis partidos, dos quais, apenas dois, podiam ser considerados sucessores diretos de organizações partidárias pré-existentes: o PMDB e o PDS. (MENEGUELLO, 1989: 23).

Dessa forma, os partidos que se originaram neste contexto foram: o Partido Democrático Social (PDS), que congregava os elementos da antiga ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se constituiu como o maior partido de oposição ao governo e contava com opositores ao regime, oriundos de diferentes grupos. O partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ressurgiu, trazendo em seu quadro, adeptos do trabalhismo varguista, herança que disputava com o também recém surgido Partido Democrático Trabalhista (PDT). O Partido Popular (PP) representava os elementos conservadores do ex-MDB e o Partido dos Trabalhadores (PT), organizou-se em torno das mobilizações do “novo sindicalismo”, em unidade com outros movimentos sociais, dando destaque à participação dos estudantes (MENEGUELLO, 1989: 25).

Rafael Pimenta recorda-se do retorno dos partidos políticos e das origens dos mesmos, bem como de sua vinculação partidária naquele momento: “Quando veio a reforma, o MDB passou a chamar PMDB. Então grande parte de quem tava nele permaneceu. Alguns foram pro PDT com o Brizola, outros foram pro PT com o Lula, e foram surgindo partidos. Então nessa fase a gente continuou no PMDB”. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

José Pimenta define que a divergência entre os grupos se situava na ideia de luta pela democratização e que por isso algumas tendências estudantis não se vincularam ao PT.

Então foi uma divergência muito em função daquela ideia da luta pela democratização e a ideia de partido dos trabalhadores que começou a se formar. Como essa ideia de partido dos trabalhadores atraía muita gente, mas por aparentar naquele período ser uma coisa independente da estrutura política vigente, e a gente tinha uma concepção de democratização com forças democráticas que não só fossem trabalhadores, universitários; a gente tinha uma ideia de juntar camponeses, juntar intelectuais progressistas, juntar políticos em torno dessa ideia. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

O PT apresentava um novo campo, eram os operários, estudantes, profissionais liberais, setores da Igreja, membros de grupos de Esquerda, entre outros, que haviam lutado nos últimos anos pela liberdade democrática. A organização e funcionamento internos do PT introduziram uma ligação mais estreita com suas organizações de base e davam maior ênfase às lutas sociais, bem como à uma proposta política de orientação ideológica definida, que se resumia na inserção dos setores, até então, marginalizados no sistema político brasileiro.

O PT foi o partido que congregou em torno de si grande parte dos militantes de diferentes organizações estudantis. Devido a isso, dedico especial atenção ao estudo de sua gênese e composição neste item. Meneguello apresenta cinco fatores presentes na composição do Partido dos Trabalhadores, cuja atuação conformou basicamente o perfil interno do partido entre 1979 e 1980. Primeiramente a concentração, em São Paulo, das principais lideranças do novo sindicalismo, encabeçadas por Lula; depois, a aproximação de políticos do MDB paulista, marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978; em seguida, o engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária; além disto o apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência de afinidades ideológicas da maioria dos fundadores do PT; finalmente, a mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos, em boa parte, encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica (1989: 57-58).

Intelectuais ligados a diversas entidades, como CEBRAP, CEDEC, UNICAMP, USP, PUC-SP, dentre os quais podemos citar nomes como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, entre outros, participaram da construção do partido. As organizações de Esquerda também tiveram papel importante nessa formação do partido, a exemplo da convergência socialista.

Fundada em 1978, a Convergência Socialista teve sua entrada no debate da reforma partidária, como proposta de um partido socialista de trabalhadores. Alguns outros grupos menos conhecidos, autodenominados trotskistas, entraram da mesma forma no debate partidário. A grosso modo, tais grupos eram, na sua maioria, organizações clandestinas prévias ao PT, emergidas em fins da década de 60 e início da década de 70. Sua aproximação dos debates pela formação do PT deu-se fundamentalmente em função do espaço político legal que o partido lhes proporcionava. “(...) levando para os debates partidários orientações iniciais políticas bastante definidas, fundadas em certo doutrinário, tais grupos podem ser identificados como: MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), grupo voltado à luta armada, originado das divisões do PCB na década de 70; LIBELU (Liberdade e Luta), organização estudantil; Ala Vermelha, dissidência do PC do B; membros da AP (Ação Popular), da POLOP (Política Operária) e do PRC (Partido Revolucionário Comunista), essa dissidência do PC do B, e o Secretariado Unificado também tendência trotskista”. (MENEGUELLO, 1989: 62-63).

Contudo, vale destacar que a tendência do Movimento Estudantil, LIBELU, não aderiu à proposta de fundação do PT logo no início, e sua vinculação ao partido foi posterior. Beatriz Domingues ao falar de sua ligação ao PT destaca este fato.

Da fundação do PT eu não participei porque na época eu era LIBELU e a LIBELU era contra o PT, contra a fundação do PT, depois que a LIBELU entrou no PT. (...) É porque a LIBELU achava que o movimento operário deveria ser livre e independente, o movimento operário a exemplo lá da Polônia, da fundação do sindicato livre na Polônia, (...), não atrelados a nenhuma forma de representação do Estado. Eu acho que ali no caso, a própria LIBELU reviu isso (...) Foi motivo de briga dentro da LIBELU, participar ou não da fundação do PT. Quando eu participava ainda da organização, aquele negócio obedecendo ao centralismo democrático, eu não participei do PT. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Segundo Aarão Reis, tomaram parte da iniciativa de construção do PT, grupos revolucionários trotskistas, entre os quais estava a Convergência Socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala Vermelha do PCB, Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), PCRB, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) (REIS: 2007:506). Também participaram desse processo os militantes da Esquerda Católica. (REIS: 2007: 507).

Ignacio Delgado, ligado ao grupo Centelha / Estratégia, recorda que foi um dos colaboradores na construção do Partido dos Trabalhadores na cidade e na região, fato que exerceu influência sobre no ME, pois muitos militantes se dirigem para a política partidária. Destaca, também, a participação da LIBELU, que após um período de resistência, acabou aderindo ao PT; e à AP, que, em partes, também seguiu em direção ao partido.

Nós dizíamos era necessário criar uma frente de esquerda, envolvendo os setores sociais que não faziam parte do bloco do poder, uma frente que não envolvesse o patronato. (...) A DS, a Centelha foi pro PT e nós nos empenhamos muito, muito mesmo, na construção do PT aqui na região e acabamos largando um pouco o Movimento Estudantil, fomos para cidades fazer diretório, o que contribuiu para que perdêssemos a eleição na sucessão também do Flávio Cheker. A AP ficou sem ter o que fazer (...) e acabaram ficando meio lá, meio cá, uma parte no PT, outra no PMDB. Nós fomos para o PT e o pessoal da LIBELU ficou malhando em ferro frio uns dois anos, falando em PO, Partido Operário, mas aí entraram pro PT, fizeram uma autocrítica e tal. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, o PT nascia no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion em SP, reunindo sindicalistas, revolucionários marxista-leninistas, militantes católicos e diversos movimentos sociais e de Esquerda. Surgiu no cenário nacional como um partido nascido da base, composto pelos que estavam fora da dinâmica política do governo e com o objetivo de ser um partido representativo das massas populares. Na chamada Carta de Princípios, um dos documentos referentes à pré-fundação, seus redatores já definiam o PT como um partido das massas populares, capaz de unir todos os operários e outros segmentos de trabalhadores que

compõe essa massa explorada, como bancários, professores, funcionários públicos, estudantes e profissionais liberais.

Mas não foi tarefa fácil congregar tantas forças diferentes. Houve concessões mútuas. As lideranças sindicalistas ganharam a presidência, a maioria dos cargos e os principais postos na primeira comissão provisória dirigente, devido a seu papel de protagonista nas lutas sociais. A composição da Comissão Regional Provisória de 1980, eleita como chapa única, comprova essa afirmação: a chapa aprovada em 25 de maio era composta de 60% dos membros ligados ao grupo sindicalista. Os 40% restantes dividiam-se em parlamentares e profissionais ligados ao jornalismo e a grupos políticos de extrema esquerda. (MENEGUELLO, 1989: 69).

Porém, para essa expressão majoritária, foi necessário deixar de lado as declarações, atribuindo inexperiência aos líderes operários. No entanto, “não houve rendição unilateral às lideranças sindicais. Estas igualmente se renderam à retórica revolucionária, que impregnou a atmosfera, o ato e os textos de fundação”. (REIS, 2007: 509).

As transformações na composição dos quadros diretivos do PT ao longo do período estudado, tanto no âmbito estadual quanto no nacional, em parte refletiram a dinâmica interna do partido e da ação dos vários grupos. Tal dinâmica é marcada por um momento inicial de organização que foi movido pelo debate sobre a mobilização ou não de esforços em direção à institucionalização do partido, ou seja, à obtenção dos requisitos legais para o registro partidário. A distribuição dos grupos internos do PT nesse momento foi dada em dois grandes blocos. De um lado, ficavam os sindicalistas, intelectuais, os parlamentares e boa parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional (MENEGUELLO, 1989: 70). Já o segundo bloco interno era composto

(...) da maior parte dos grupos de esquerda. Tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano ou mesmo condenando o processo de institucionalização partidária. (...) Esses grupos de esquerda não se converteram cada qual em facções definidas com linhas específicas dentro do partido, o que dificulta identificar o peso de sua influência em decisões partidárias e na composição dos órgãos internos. (MENEGUELLO, 1989: 72).

A criação do PT possibilitou um encontro e um maior intercâmbio entre Movimento Estudantil e Movimento Operário, apesar da diversidade existente entre eles, que segundo Ignacio Delgado, conseguiu ser melhor trabalhada após a fundação do Partido dos Trabalhadores.

A gente ficava assim meio chupando dedo, cadê os operários, queria que os operários entrassem nessa coisa ou que a gente de alguma forma tivesse lá junto deles. Antes do PT era um encontro meio difícil. O estudante tem um lado meio arrogante quando ele se relaciona com outros grupos: ele sabe falar melhor, ele faz uma análise da situação fundada em referências, e às vezes ele criava uma antipatia. Com o PT isso pode ser um pouco superado... eu não diria superado, porque esse é um problema que sempre vai acontecer, mas você teve um espaço para esses grupos se encontrarem. Eu lembro que, saindo do Movimento Estudantil e tal, já existia o PT e eu participei da organização da oposição dos têxteis, dos rodoviários e eles não reclamavam, achavam era bom, me adotaram... (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Muitas lacunas foram sendo preenchidas com o tempo. Debatia-se até alcançar um consenso. As lutas sociais aglutinavam todos os grupos. As diferenças que eram visíveis foram caracterizadas, de acordo com Daniel Aarão, como pluralidade de meios, fontes de vida e de força. Da necessidade se constituiu a virtude. “As diferenças seriam equilibradas na prática; as respostas às grandes questões viriam da luta e na luta” (2007: 510).

A primeira metade dos anos 80 foi marcada por uma grande efervescência social. As greves foram se multiplicando e tendo, como protagonistas dessas lutas, os militantes do Partido dos Trabalhadores com grande frequência. Não raras vezes, embrenhadas na luta sindical, surgiam palavras de ordens e até mesmo propostas de caráter anticapitalista. O centro das lutas era a região do ABCD Paulista. Dele se disseminou, para todo o país, os diversos movimentos sociais, em especial a força do movimento dos trabalhadores, do qual o movimento estudantil sempre esteve acompanhando. Segundo Jorge Sanglard, o ME de Juiz de Fora sempre esteve próximo às lutas das diferentes categorias dos trabalhadores, colaborando para vitórias significativas em seus sindicatos.

Nesse período, quando começaram a surgir as oposições sindicais, renovando a luta sindical, os pelegos do sindicalismo começaram a ser derrubados com o apoio do Movimento Estudantil. O Sindicato dos Têxteis era um sindicato considerado conservador e o Movimento Estudantil ajudou a oposição sindical a se articular e o Aroeira, que é um dos maiores ilustradores do Brasil, e na época morava em Belo Horizonte, veio pra Juiz de Fora, ficou aqui alguns dias, onde criou uma história em quadrinhos<sup>20</sup> que era a plataforma da oposição sindical dos têxteis. Era um circo onde o presidente do sindicato era o dono do circo, era o domador, o palhaço do circo, o malabarista, mas também era o homem-bala, que num dado momento era mandado pra fora do circo, furando a lona e caindo lá fora. Aquela história em quadrinhos com todo aquele conteúdo político e com aquele desenho fantástico caiu como uma luva no movimento dos têxteis e foi fundamental como instrumento de divulgação e de denúncia contra o peleguismo para a oposição sindical ganhar a eleição. Foi a primeira vez que uma oposição sindical ganhava uma eleição em Juiz de Fora. Dalí, outros movimentos sindicais opositoristas começaram a se articular, como os motoristas, sempre com uma força do Movimento Estudantil, discutindo e tal. Então você vê que era um momento muito rico na cidade, era um movimento de aglutinação de forças contrárias à ditadura e a favor da democracia. O Movimento Estudantil nunca desvinculou sua luta das lutas gerais da comunidade. Sempre

<sup>20</sup> Para ver história em quadrinho, consulte o anexo B.



esteve articulando junto, porque era parte da sociedade, não era só a luta dentro da Universidade. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Nas eleições de 1982, primeira experiência eleitoral do PT, o partido mostrou-se com grande desejo de alcançar vários cargos políticos nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. O PT lançou candidatos em todo o Brasil; seus militantes se candidataram a cargos diversos em todos os estados do país. Levando em consideração sua inexperiência e os poucos recursos, o resultado foi significativo. Segundo Daniel Aarão, o PT “elegeu oito deputados federais, doze estaduais e cento e dezessete vereadores em todo o país, além de alcançar importantes votações para os governos dos estados, destacando-se a votação de Lula, embora derrotado, para o governo do Estado de São Paulo” (2007: 512).

#### 2.5.6 Os estudantes e as Diretas já

A década de 1980 foi marcada por uma crescente pressão da sociedade civil pela redemocratização do Brasil. Fizeram parte desta década acontecimentos importantes para devolver, ao Brasil, efetivamente, a democracia. Dentre eles a Campanha pelas Diretas-Já tem uma significativa importância. Esta começou em 1983, ainda como um movimento acanhado, e em 1984 se tornou uma campanha de massa, apoiada por inúmeras organizações. A Campanha Diretas-Já foi um movimento suprapartidário, que envolveu os principais partidos de oposição ao regime militar, movimentos sociais de esquerda e outros setores da sociedade civil em torno da luta pelo retorno das eleições diretas para presidente da República.

Dentre estes grupos, que se somaram às mobilizações pelas eleições diretas, podemos destacar UNE (União Nacional dos Estudantes), OAB (Ordem dos advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), a CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e diversos sindicatos e associações profissionais.

Segundo Lucília Neves Delgado, a Diretas-Já ganhou sentido e dimensão maiores do que a luta pelo voto direto para presidente. Para a autora, a Diretas passou a representar uma manifestação da sociedade civil contra a falta de liberdade no país e o descontentamento com a política econômica.

O sentido republicano da campanha Diretas-Já alcançou dimensão bem maior que a de uma mobilização pelo direito de voto para presidente. Na verdade, a presença

crescente e maciça de trabalhadores, estudantes, desportistas, jornalista, políticos, artistas, intelectuais, clérigos e mulheres nas ruas e praças brasileiras, expressou um contundente protesto contra a ausência de liberdades civis e políticas no Brasil. Também serviu como canal de manifestação de um forte descontentamento com a condução da economia do país. (...) Crise econômica e aspiração democrática, portanto, alimentaram as ações de apropriação das ruas e praças das cidades pela população brasileira. (DELGADO, L.N, 2007: 417).

Os comícios e passeatas das Diretas transformaram-se em verdadeiras festas cívicas, temperadas com a esperança de mudança e ornadas com bandeiras que portavam os mais diferentes símbolos. Em um mesmo movimento, se uniam os diferentes partidos e tendências, em prol das Diretas; subiam em um mesmo palanque líderes políticos dos diferentes partidos que agregavam suas divergências políticas e se aliavam em um mesmo discurso, focando o objetivo principal: restaurar a democracia e as liberdades no Brasil.

Foram muitas as palavras de ordem e as peças publicitárias, como camisetas e faixas que enfeitavam as ruas das cidades brasileiras. Era uma grande festa da cidadania, da democracia e da comunhão nacional. Muitas ações foram planejadas para o dia 25 abril de 1984. Contudo, o governo federal conseguiu conter, principalmente, a iniciativa de uma Marcha para Brasília. Também, por definição do governo federal, as emissoras de televisão não puderam transmitir a votação da Emenda Dante de Oliveira ao vivo, tendo, a população, acompanhado a votação por meio de boletins da imprensa. Foram colocados, em muitos lugares públicos, imensos placares com o registro do voto de cada deputado.

Dante de Oliveira foi deputado pelo PMDB do Mato Grosso e foi o responsável por formalizar, através de uma emenda constitucional, a palavra de ordem que estava no anseio popular por transformações na vida política brasileira de forma significativa. Transformações que poderiam começar com o retorno da democracia eleitoral para o Brasil. No entanto, o resultado da iniciativa do deputado não foi o esperado pelo povo, que havia corrido o país com campanhas, manifestações e comícios, enchendo as ruas em torno da bandeira das Diretas Já. “Foram duzentos e noventa e oito votos a favor, sessenta e cinco contra, cento e treze deputados ausentes e três abstenções. Faltaram vinte e dois votos para que o quorum fosse alcançado, qualificado de 2/3 estabelecido para aprovação de emendas constitucionais”. (DELGADO, L.N.. 2007: 412).

O resultado provocou comoção em toda a sociedade brasileira. Pessoas choravam pelas ruas e praças das cidades brasileiras. Naquele dia 25 de abril de 1984, próximo à Câmara dos Deputados, formou-se, por centenas de pessoas, um ato cívico simbólico, demonstrando sua decepção com o resultado da votação: deram-se as mãos e entoaram o Hino Nacional.

Em Juiz de Fora, os estudantes realizavam debates na universidade e passeatas pelas ruas da cidade, em prol das eleições diretas. Segundo Rafael Pimenta, presidente do DCE no ano das Diretas,

(...) Nós fizemos diversos debates na Universidade. Por exemplo, o Teotônio Vilela veio nesta fase. A minha chapa no DCE, a minha chapa que estava concorrendo ao DCE antes da eleição é que trouxe o Teotônio Vilela a Juiz de Fora, pra dar uma palestra aqui. Então já era no movimento das Diretas. Durou um ano, um ano e meio, uma coisa que envolveu toda a sociedade brasileira. (...) A eleição pra definir se a eleição ia ser direta foi fechada. Mas no dia da campanha das Diretas foi uma choradeira geral em todo país era o que saía na televisão aquele dia. Você tava na rua, as pessoas do lado, a outra, a outra, um negócio louco. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Entretanto, no dia seguinte à votação da Emenda Dante Oliveira, a aliança formada pelos diferentes partidos e movimentos se desfez. Já que a Emenda havia sido derrotada, os partidos políticos recém-criados encaminharam uma nova solução; a opção era a realização de uma eleição indireta, por Colégio Eleitoral, composto por parlamentares. Os partidos apresentariam os candidatos e o Colégio Eleitoral escolheria o novo presidente. Essa proposta, no entanto, não agradou ao Partido dos Trabalhadores, que não aceitou a eleição indireta. As negociações políticas entre os partidos lançaram dois candidatos: Paulo Maluf e Tancredo Neves.

No período das Diretas-Já, Marcus Pestana foi vereador na cidade de Juiz de Fora e foi coordenador da campanha na cidade. Em sua memória, o movimento das Diretas envolveu o povo em torno da frase que unificava e sintetizava o movimento: “Eu quero votar pra presidente”.

Eu fui coordenador da campanha das Diretas como vereador (...). Mas então foi todo mundo se apaixonando pela campanha das Diretas, foi uma coisa, aquela ebulição, aquela coisa guardada, foi uma coisa engenhosa, porque sintetizou toda expectativa social numa palavra: “Diretas já”. Era uma coisa que não tinha cara (...). Tinha lá o Tancredo, o Ulisses, o Brizola, o Lula, tinha o Osmar Santos, Cristiane Torlone, mas assim, o lema, eu quero votar, sou eu, era uma coisa desse tipo, sem rosto, era uma causa coletiva. Então foi apaixonante a campanha das Diretas. Mas você imagina logo que a derrota da emenda Dante de Oliveira foi divulgada, nós tentamos fazer um protesto e foi melancólico, tinha trinta pessoas na escadaria da Câmara. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Além da organização de comícios na cidade, que contou com diversas iniciativas, os juizforanos também iam aos comícios no Rio e em Belo Horizonte.

Envolveu todo mundo, porque teve um artista plástico, o Jorge Abache que é arquiteto e artista plástico, ele fez uma coisa engenhosa, uma bandeirola quadrada, que era verde e amarela e que ela permitia uma série de montagens, você ia brincando com aquilo ali fazia varias formas. Teve mil iniciativas, a gente fazia muita mobilização, mas não só organizamos a campanha como ia ao comício do

Rio, o comício de Belo Horizonte, sai ônibus daqui pra ir. Foi uma coisa, foi um momento único, que o Chico na música conseguiu captar que é uma música, quem viveu aquilo quando ouve fica até emocionado, que é uma coisa, as pessoas saindo com a camisa amarela e tal. Mas foi um momento muito especial, tanto no lapso da mobilização quanto na derrota, na decepção, foi um aprendizado enorme. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Em Juiz de Fora, os estudantes se uniram à campanha das Diretas participando de comícios, realizando passeatas e produzindo materiais gráficos para a distribuição à população. Aconteceu na cidade, um comício na Praça da Estação, com a presença de Tancredo Neves, poucos dias antes da votação no congresso. Nesse evento, o então presidente do DCE da UFJF, Rafael Pimenta, teve discurso reservado a Tancredo, revelando a importância política que a entidade possuía no referido período. O momento do comício coincidiu com uma greve de estudantes pela melhoria do Restaurante Universitário da UFJF, o que oportunizou a realização de críticas à reitoria, através do discurso e da distribuição de panfletos.

Todo o material gráfico do comício, os cartazes, foi tudo rodado na gráfica do DCE (...). No comício das Diretas eu falei pelo DCE, falei logo antes, foi na Praça da Estação. Foi logo antes do Tancredo falar (...). Acho que ele já tava em cima do palanque, tava lotado de políticos, autoridades, deputados federais, deputados estaduais de tudo que é lugar, e o presidente do DCE falou no comício das Diretas. A gente tava em plena greve do bandeirão. Distribuimos muito papel no comício denunciando a postura da reitoria, não exatamente a reitoria, porque ela obedecia a ordens. Era em última análise ao governo federal e do ministério da Educação. A gente tava fazendo campanha pelas Diretas e pelo Tancredo, ao mesmo tempo dando cacetada no governo, pra ajudar e tal; tal era a importância que o DCE tinha em Juiz de Fora, pra você ter uma idéia (...).

A gente fazia passeata, a gente descia a pé da Universidade até o centro. Os comícios das Diretas foram muitos, foram crescendo. Esse que teve o Tancredo foi o de fechamento. Três, quatro, cinco dias, não sei dizer, antes da votação, que Juiz de Fora sempre foi uma cidade politicamente importante no Brasil (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

A UNE começou uma intensa discussão sobre apoiar ou não a candidatura de Tancredo Neves. A entidade decidiu apoiá-lo, apesar da polêmica criada em torno do tema que não foi unânime entre as tendências do Movimento Estudantil. Em janeiro de 1985, a chapa de Tancredo foi vencedora com grande vantagem. Sua eleição, apesar de caracterizar uma solução negociada e elitista, apresentava uma grande simbologia. Tancredo Neves representava a possibilidade de, após anos de governos militares, um civil, que não esteve envolvido no governo ditatorial, subir ao poder. Entretanto, Tancredo adoeceu e faleceu antes de assumir a presidência, que foi ocupada por seu vice, Jose Sarney, político de tradição conservadora, em 15 de março de 1985. Logo após sua posse, Sarney restabeleceu as eleições

diretas, legalizou partidos comunistas e aprovou voto para analfabetos. (ARAÚJO, 2007 b: 350).

### **Considerações**

Como vimos, o processo de abertura política desencadeou-se a partir do interior do próprio regime, no início do governo Geisel. Contudo, a ação dos movimentos sociais acelerou tal processo, por força da pressão que exerceram sobre o regime no sentido de sua distensão. Neste capítulo percebemos como os estudantes iniciaram um processo de lutas e manifestações após anos de silenciamento e como participaram ativamente das principais lutas que envolveram a sociedade. No entanto, como foi possível vislumbrar neste capítulo, o ME não é uma voz uníssona, sendo formado por varias tendências tanto no plano nacional como no plano local, configurando sua dinâmica e influenciando em suas ações. Por fim, percebemos que o Movimento Estudantil em Juiz de Fora acompanhou as pautas de luta do ME nacional e este por sua vez, as lutas da sociedade, traduzidas na pauta central: pelas liberdades democráticas.

### **3 AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA DÉCADA DE 1970 E SUAS ORIGENS**

A significativa ação dos movimentos sociais na segunda metade da década de 70 constituiu-se como um coeficiente de destaque, sendo um fator de resistência à Ditadura Militar vigente, bem como um fator de grande colaboração para a redemocratização brasileira. Grande parte dos movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil, era permeado por diversas tendências ou correntes internas, vinculadas, em sua maioria, à segmentos de Esquerda. Esses segmentos formavam grupos, em grande parte, oriundos de antigas organizações clandestinas ou mesmo partidos políticos.

Neste capítulo, busca-se identificar as conexões externas estabelecidas nesta ampla teia formada pelas diferentes correntes políticas na qual se inserem as tendências do ME juizforano. Em seguida, abordam-se as principais tendências estudantis que permearam o ME brasileiro buscando suas origens. Nele, dedica-se especial atenção às tendências atuantes dentro o movimento estudantil juizforano, foco desta pesquisa, buscando identificar suas origens e sua trajetória ao longo do período estudado.

### 3.1 A juventude nas organizações de esquerda até 1974: as influências no âmbito estudantil

Muitas foram as organizações de esquerda atuantes na realidade brasileira durante a ditadura militar, em especial dentro do Movimento Estudantil. Grande parte das mesmas possui sua gênese ligada a partidos e organizações antigas que, após ramificações e fusões, originaram novos grupos. Esses carregam consigo características das ideologias e posições políticas dos grupos que os geraram. Assim, faz-se necessário analisar a atuação destas esquerdas no interior do movimento, buscando compreender qual pensamento permeava a organização estudantil brasileira ao longo do período da Ditadura Militar.

Para Marcelo Ridenti, a participação dos estudantes nas organizações de esquerda era muito expressiva. A proporção de 30% de estudantes era uma constante para as organizações armadas urbanas, como também para grupos radicais que se opunham à esta via imediata, caso da Ação Popular (AP), com 30,1 % de estudantes, e a POLOP, com 26,2%. No caso do COLINA, o autor destaca que 51% era composta de estudantes nesta organização, típica do meio estudantil em Minas Gerais. No MR-8 eram 49,3 % de estudantes em seus quadros (RIDENTI, 1993: 116-117). Em seu livro, Ridenti também revela que alguns grupos chegaram a 60% de supostos militantes com menos de vinte e cinco anos de idade, caso da ALA, COLINA, FALN, MR-8, PCBR, POC e POLOP; enquanto outros tiveram por volta de 50% de jovens com a mesma idade, o caso de: ALN, AP, CORRENTE, DVP, PORT, VAR e VPR. (RIDENTI: 1993: 119).

Diante disto, Ridenti diz que

A origem estudantil dos militantes e simpatizantes foi amplamente majoritária nos grupos de esquerda armada. Portanto, a análise da participação dos estudantes na luta contra o regime militar deve ser considerada peça-chave para compreender as esquerdas armadas urbanas, ainda que elas tenham tido inúmeras facetas sociais além da estudantil, com destaque principalmente à participação dos trabalhadores intelectuais, dos militantes profissionais antigos, rompidos com o PCB, e dos militares subalternos e suboficiais, que também foram componentes muito significativos dos grupos em armas, ao menos qualitativamente (1993: 121).

Assim, analisar as organizações de Esquerda torna-se importante, não apenas para compreender a influência das mesmas dentro do Movimento Estudantil, mas também para perceber o processo inverso. Considerando o percentual significativo do estudantado em seus quadros, verificamos de que forma os estudantes também interferiram nas mesmas, muitas vezes levando-as a atuarem apenas nos *campus* universitários.

Vale ressaltar os mecanismos usados pelo governo militar para coibir os estudantes, que geraram insatisfação entre eles, provocando mudança na dinâmica das tendências estudantis de esquerda. Um exemplo destes mecanismos é a já mencionada Lei Suplicy Lacerda, deflagrada em 1965, que colocou na ilegalidade as entidades representativas dos estudantes e criou outras organizações, vinculadas ao governo federal, para substituí-las, encontrando grande resistência no âmbito do movimento estudantil, fato abordado no capítulo anterior.

As esquerdas universitárias foram se rearticulando a partir da organização estudantil de combate à Lei Suplicy Lacerda que se deu na década de 70. Segundo Ridenti,

Devido à sua fraqueza orgânica, inserida num quadro nacional em que os setores civis moderados de direita estavam cada vez menos influentes diante da militarização crescente no governo, os estudantes liberais foram logo substituídos na direção das entidades por estudantes de esquerda, que aos poucos retomavam o lugar de destaque ocupado no movimento estudantil desde o final dos anos 50, perdido principalmente em razão da repressão pós-golpe (1993: 127).

Assim, em 1970 as esquerdas foram se rearticulando e voltando a atuar no interior do Movimento Estudantil. Essas tendências estudantis reuniram forças na luta pelas liberdades democráticas. Em alguns lugares, como Juiz de Fora, conforme veremos à frente neste capítulo, essas tendências se uniram, atuando, inicialmente, sem grandes divergências, e visando organizar a força de esquerda em oposição aos grupos de direita. Posteriormente, foram demarcando suas diferenças ideológicas e sempre atuando em conjunto, na luta pelas liberdades democráticas em todos os âmbitos.

Essas tendências de esquerda, no entanto, possuem origens remotas e em suas bases ideológicas, apresentam influências de diferentes grupos dos quais originaram sua história. A divergência entre as esquerdas também sofreu modificações ao longo do tempo. Ao remontarmos a década de 1960, veremos que a ramificação de esquerda foi marcada por três pontos principais de divergência. Um se refere ao caráter da revolução brasileira, outro às formas de lutas ou etapas para chegar-se ao poder e, a terceira, ao tipo de organização necessária à revolução. As discussões em torno dessa temática geraram muitas cisões e muitas críticas às teorias comunistas tradicionais, principalmente as do PCB, fomentando uma busca de novos caminhos de luta política que valorizava a luta armada. Estes fatos suscitaram diversos conflitos entre as organizações de esquerda, baseadas principalmente nas idéias de “radicalismo e voluntarismo *versus* imobilismo e reformismos”. (ARAÚJO, 2000: 120).

Em 1968, houve a divisão das principais correntes políticas no movimento estudantil, com duas posições: a primeira, liderada pela Ação Popular (AP), dava destaque às lutas de rua

contra a ditadura, a outra, porém, preocupava-se em vincular a luta antiditatorial às reivindicações específicas dos estudantes. Em oposição à AP, destacavam-se a POLOP e as dissidências estudantis, principalmente a DISP, a DI-GB, além de várias outras dissidências estaduais (RIDENTI, 1993: 134).

Assim, para compreendermos as esquerdas no interior do Movimento Estudantil precisamos compreender as origens destes grupos diversos da esquerda, destacando suas características, buscando suas ideologias, visões, posições e cisões. Dessa forma, no texto que se segue, busca-se analisá-las, observando sua influência direta no ME. Dentre elas, a Ação Popular, a POLOP, o PC do B, o PCB, as organizações trotskistas, o MR-8, além de suas ramificações e dissidências.

### **Ação Popular**

A Ação Popular reuniu em sua origem setores progressistas da Igreja Católica, destacadamente a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica). Sua gênese data de 1962, dois anos antes do golpe militar, surgindo como uma organização autônoma, vinculada principalmente ao Movimento estudantil, chegando a dirigir a União Nacional dos Estudantes. Segundo Ridenti, em 1964, a AP “defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana”. (RIDENTI, 1993: 26).

A AP, com uma clara inspiração cristã, procurou inicialmente auto definir-se como um movimento político independente, e que defendia as idéias humanistas. Contudo, sua criação está intimamente ligada às mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica, no pontificado de João XXIII, através do Concílio Vaticano II e, ao mesmo tempo, ao aprofundamento da luta de classes no Brasil. Entretanto, segundo Alessandra Ciambarella, “seus fundadores viram nela a possibilidade de desenvolver uma entidade de ação política de esquerda mais autônoma e desvinculada das diretrizes do clero católico” (2007: 106).

Foi dentro do Movimento Estudantil que a AP encontrou mais abertura, controlando a diretoria da UNE por várias gestões durante toda a década de 1960. Entretanto, apesar da significativa presença dos estudantes dentro da organização, a mesma contou com membros oriundos das mais diversas categorias, como professores, artistas, jornalistas, profissionais liberais e setores das classes populares, ainda que em menor proporção. Em seu texto base, a



AP de 1963, opta por uma aproximação com outros segmentos, aproximando-se das lutas do movimento operário e camponês. De acordo com Lucília Neves e Farley Bertolino,

Em fevereiro de 1963, em Salvador, a AP realizava a reunião mais importante da sua etapa de fundação, o seu Congresso de Fundação, no qual foi aprovado e publicado o seu “Documento-Base” que definia que os seus quadros deveriam, prioritariamente, concentrar sua militância no movimento operário e no movimento camponês, deixando o movimento estudantil de lado. Desse modo, era mais fácil entender porque na UNE a militância da AP praticamente abandonou as lutas pela reforma universitária, passando a se preocupar com as lutas populares, sobretudo o movimento pela reforma agrária. Nesse contexto a AP passou a se organizar de baixo para cima, por meio de diretorias setoriais (estudantil, operário, camponês e profissional), coordenações e células (2008: 5).

A necessidade de se aproximar de outros setores da sociedade, diferentes do movimento estudantil, destacadamente o dos operários e camponeses, possibilitou uma maior inserção social da organização, em especial, pela participação de sua militância no Movimento de Educação de Base (MEB). Também no “documento-base” da AP, lançado em 1963, explicitava-se sua definição pelo socialismo, o qual, contudo, nos termos de Araújo (2000: 80), era “um socialismo marcado pela influência de pensadores católicos, como Teilhard de Chardin, Maritain, Emmanuel Mounier, que inspiravam a proposta de um ‘socialismo humanista’”.

Desse modo, para Maria Paula Araújo (2000: 81), a “AP se alinhava às organizações que preconizavam uma revolução socialista no Brasil”, mas fazia a ressalva de que não se tratava da “possibilidade de uma revolução imediata”, mas sim de “ordenar o trabalho e as conquistas atuais a uma preparação ativa desse processo”.

Muitas de suas lideranças começaram a pensar num processo de reorganização interna e na percepção de novas formas de ação política, pelas quais a AP passou entre 1965 e 1967. Repensando seus princípios ideológicos, relacionando a origem cristã a fundamentos marxistas que passaram a vincular em seu interior, viram que a análise marxista lhes possibilitava uma solução como instrumental de análise da realidade política vivida naquele momento.

Contudo, a partir de 1968, prevalecia, na organização da AP, uma ala de dirigentes vinculada com os princípios maoístas e da Revolução Cultural Chinesa, que estava gerando impactos sobre marxistas por todo o mundo. O resultado disso, segundo Ciambarella (2007:

119) foi “o abandono definitivo do foquismo<sup>21</sup> e sua substituição pelo maoísmo e pela estratégia da ‘guerra prolongada’, rejeitando o imediatismo da luta armada”.

A inspiração maoísta, no entanto, trazia um desafio para a AP: a construção de um partido de massas. Assim, a aproximação já existente entre AP e PC do B, desde os fins de 1960, veio a intensificar-se. Após essa aproximação, em 1969, seguiram-se muitas mudanças, entre as quais, a formalização da “marxização” pela AP, ao alterar seus estatutos, propondo ao PC do B e a outras organizações de inspiração marxista-leninista, unir forças para formar um partido proletário em novos moldes. (CIAMBARELLA, 2007: 123). Assim, o nome foi alterado para APML, Ação Popular Marxista-Leninista, em 1971. Contudo, ela foi duramente golpeada pelo regime e começou um processo de revisão política. A APML só foi reconstruída em 1975, segundo Lopes (2001: 100), ainda revelando dificuldades de recobrar sua identidade política e ideológica. A principal atuação desta se deu dentro do Movimento Estudantil que, no final de 1970, reaparecia atuando na luta pelas liberdades democráticas. (CIAMBARELLA, 2007: 123). Como expressão dentro do ME, a AP se expressava como tendência *Caminhando*.

Segundo Ciambarella (2007: 123)

Continuaram atuando apesar de baixas significativas em relação aos seus efetivos anteriores. Suas principais contribuições aconteceram dentro do Movimento Estudantil, que ressurgiu em fins dos anos 1970, na luta pelas liberdades democráticas (em especial na luta pela anistia) e na aproximação com novos movimentos político-sociais, tais como o movimento feminista.

No início dos anos 1980, a APML optou em seu último congresso pelo fim definitivo da organização, através de uma integração ao PT, partido que reconheceram como um verdadeiro partido de massas ao qual passaram a se vincular. (CIAMBARELLA, 2007: 124).

### **Política Operaria (POLOP)**

A POLOP nasceu em janeiro de 1961, na cidade de Jundiaí, “agrupando elementos de várias pequenas tendências alternativas ao PCB, com influência dos meios universitários” (RIDENTI, 1993: 26). A POLOP, que propunha a luta armada pelo socialismo e contra o reformismo, surgiu trazendo referências, teórico-socialistas, com o objetivo de formar, com base em Marx, um partido da classe operária, autônomo e oposto aos partidos da burguesia,

<sup>21</sup> A teoria foquista era vinculada principalmente a Régis Debray, filósofo francês que acompanhou Che Guevara nas matas da Bolívia. Debray defendia que a revolução deveria ser através de focos guerrilheiros em constante mobilização no campo, com deslocamentos simultâneos e o apoio das forças revolucionárias que derrubariam o capitalismo e alcançariam a libertação das massas populares. Pela teoria de Debray, os focos guerrilheiros ao lançarem-se à luta, serviriam como exemplos a todos trabalhadores, que formariam focos, até a formação de um exército regular (SILVA, Antonio Ozai. S/d. 98 – 99).

um partido de quadros, conforme definia Lênin, com a finalidade de estudar, propagar e organizar. “Estudar a teoria revolucionária. Propagá-la junto à classe operária. Organizar essa classe de forma independente no jogo político nacional”. (REIS, 2007: 56). De acordo com Daniel Aarão Reis, foram traçadas três tarefas fundamentais: “Criar um programa para um partido operário, recrutar jovens militantes operários para a organização e influir sobre o desenrolar da luta de classes no país”. (REIS, 2007: 57).

Segundo Maria Paula Araújo, a POLOP foi uma das pioneiras ao formular uma crítica à estratégia das etapas para a revolução, firmando que o “Brasil já estava maduro para uma revolução socialista”. Para os militantes a POLOP, a estratégia “etapista” do PCB e a aliança com a burguesia nacional eram reformistas. Destarte, a revolução seria feita por operários, estudantes e camponeses (2007b: 327).

A POLOP, além de seu congresso de fundação, em 1961, realizou mais dois congressos, em 1962 e 1963. No contexto do programa de “Reformas de base” do governo de João Goulart, quatro temáticas destacavam-se como principais para a POLOP, de acordo com Aarão Reis,

A inviabilidade das reformas fora de um contexto revolucionário; a questão do socialismo, colocado na ordem do dia pelos movimentos sociais e pela radicalização da conjuntura; a necessidade de libertar os trabalhadores da influência dos partidos reformistas (PTB e PCB); e a organização de um novo partido comunista, que assumisse realmente a direção política da classe operária (2007: 57).

Entretanto, em sua ação, a POLOP atingia mais os círculos intelectuais radicalizados e as organizações e partidos de esquerda, do que as classes populares ou mesmo os operários. Ela não conseguiu realizar suas propostas, mesmo aquelas que atingiram altos níveis de discussão intelectual, porém manteve sua prática de denúncias políticas veementes ao PCB e ao PTB.

Contudo, a POLOP enfrentou muitas cisões. A dissidência paulista da POLOP se uniu a uma parcela do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1968, para fundar a organização que veio a chamar Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cuja principal divergência girava em torno da adoção da luta armada. Outro racha dentro da POLOP foi em Minas Gerais, do qual se originou a organização conhecida como Comando de Libertação Nacional (COLINA), que teve grande expressão dentro do movimento estudantil mineiro. Os militantes que formaram o COLINA questionavam a estratégia socialista da POLOP, orientando-se por uma linha de libertação nacional. Estas cisões levaram a POLOP a perder metade de seus militantes (LOPES, 2001: 87).

No ano seguinte, em 1969, a VPR e o COLINA fundiram-se para formar a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), que combinava a prioridade da guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado. Mas sua existência foi efêmera, segundo Lopes (2001: 98), devido a problemas relacionados com a estratégia militar. Estes problemas levaram ao ressurgimento da VPR no mesmo ano em que, em sua segunda fase, apresentava em suas concepções, um militarismo extremado. Contudo, a partir de 1970, foi destruída pelo regime militar.

Os demais membros da POLOP, após seu congresso em 1967, se uniram à dissidência leninista gaúcha do PCB e geraram o Partido Operário Comunista (POC), em substituição da mesma. Esse continuou defendendo, assim como era no PCB, a ideia de que, para a revolução brasileira, haveria uma integração entre a burguesia nacional, os imperialistas e os latifundiários. Assim, estando o capitalismo brasileiro constituído, a burguesia já seria uma classe no poder e suas forças motrizes conduziriam a uma revolução socialista.

Segundo Jacob Gorender, o VAR-Palmares “combinou a prioridade atribuída à guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado, indispensável à sua hegemonia de classe no processo revolucionário”. Para o autor, embora de maneira tímida, “o Programa da VAR manifestou a percepção do isolamento político em que se encontravam as organizações da esquerda militarista e tentou desfazer este isolamento mediante a combinação entre guerrilha rural e partido político” (1990: 137).

Em 1968, o POC teve uma modesta participação junto às lutas estudantis que estavam em ascensão, atuando atrelado às Dissidências Universitárias e não como liderança, como era de se esperar, já que se tratava de um partido de vanguarda. Segundo Daniel Aarão Reis, “a proposta de construir uma universidade crítica, calcada em experiências situacionistas francesas, não ganhara respaldo e não conseguira concretizar-se, nem sequer nos poucos redutos estudantis do POC” (2007: 61).

Após o AI-5 houve uma grande ascensão da ideia de luta armada por parte de muitos grupos, partidos e organizações de esquerda. Neste contexto o POC fica “perdido”, porém acaba, em suas discussões, tendendo a encampar a luta armada e a fazer alianças com grupos dessa linha de atuação. Contudo, Ernesto Martins mobilizou os militantes que haviam permanecido fiéis aos princípios do partido anteriormente, não se deixando envolver pelo radicalismo da luta armada. Desta forma, ele refunda a POLOP com um novo nome: Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária – OCML-PO.

No interior da OCML-PO, surgia em 1970, a Fração Bolchevique (FB). A FB tecia críticas essencialmente ao “doutrinarismo” existente na organização. Para ela, a visão doutrinária estaria dificultando a avaliação objetiva da realidade, pois gerava divergências nas análises conjunturais e conseqüentemente nas propostas políticas, transformando a POLOP num organismo autoritário, ultracentralizado e sectário (SILVA, A. O. s.d.: 126).

Duramente atingido pela repressão ditatorial em fins de 1971, a FB procurou se organizar, fato que culmina com a realização de seu I Congresso, originada no Movimento pela Emancipação do Proletariado, o MEP. Definia-se como uma organização que tinha como base teórica o marxismo-leninismo, totalmente contrária ao trotskismo e ao stalinismo, visando constituir o partido da classe operária, que seria a força da vanguarda na luta pelo socialismo. De acordo com Antonio Ozai Silva, o MEP em seu programa, dizia que a revolução socialista no Brasil passava primeiramente pelo derrocamento da ditadura e o desmantelamento do aparato jurídico-militar e burocrático do estado, pela conquista da plena liberdade política e sindical para os trabalhadores, pela nacionalização dos monopólios e controle operário sobre a produção e distribuição de mercadorias, bem como pela reforma agrária radical (s.d.: 126).

Para Maria Paula Araújo, o MEP “reconhecia a importância de ‘alguns’ direitos democráticos, que seriam vitais para a organização e conscientização” da classe trabalhadora, por exemplo, as liberdades de organização, expressão e manifestação. Contudo, “entendia que, para evitar a apropriação desses direitos pela oposição burguesa não comprometida com os interesses dos trabalhadores, deveria se explicitar ‘a quem’ essas liberdades deveriam beneficiar” (2007a: 216).

### **O Partido Comunista do Brasil (PC do B) e suas ramificações**

A trajetória do Partido Comunista do Brasil (PC do B) teve início em 1962, após uma cisão do setor minoritário e abertamente stalinista do PCB (RIDENTI, 1993: 27). O PC do B reivindica, até os dias atuais, ser o herdeiro do antigo Partido Comunista (PC) fundado em 1922. Esta problemática tem origem na cisão ocorrida em 1962 (SALES, 2007: 167). Havia pequenas diferenças ideológicas e pragmáticas entre os dois partidos comunistas. Segundo Sales (2007: 168), após a análise do programa lançado pelo PC do B em seu surgimento, foi encontrada uma parte significativa de semelhanças em relação ao PCB.

A partir disso, o PC do B iniciou um caminho de demarcação de território político em relação ao PCB, utilizando como ferramenta a história e a memória partidária. O discurso

político que fundamentou a fundação do partido foi estruturado a partir da busca de um respaldo no passado. Através da história, o PC do B foi tentando convencer os seus militantes e interlocutores de que este era o “verdadeiro partido comunista atuante no Brasil”, pois se mantinha na tradição marxista-leninista, considerada a autêntica tradição comunista; enquanto o outro teria se afastado da mesma, demonstrando assim, uma verdadeira luta pelo patrimônio simbólico representando pela tradição do comunismo brasileiro.

Quanto a suas estratégias políticas, o PC do B não apresentou novidades às formulações teóricas da III Internacional Comunista, aplicando-a aos países latino-americanos. Assim, para o PC do B, a revolução brasileira aconteceria em duas etapas. A Revolução democrático-burguesa, comandada pela classe operária, seria a primeira delas. Entretanto o caminho a ser trilhado não seria o da luta armada e da violência revolucionária. Segundo Jean Sales, desde o seu manifesto-programa, o PC do B fala em “ações por conquistas parciais”, “campanhas eleitorais” e de “luta decidida e enérgica” contra a ditadura (2007: 171). Fato que fica bem distante das suas posições firmadas posteriormente a 1964, em que optam pela luta armada.

O PC do B também sentiu, como toda a esquerda, os acontecimentos de abril de 1964. Para o partido, era necessário lançar uma nova tática para enfrentar tamanho “problema”. Entretanto isso só foi realizado em junho de 1966, durante sua VI Conferência, expresso através do documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”.

Nesse documento, o PC do B assumiu a luta armada como resistência à ditadura. Em 1972, enfrentava diretamente o exército brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia. Os guerrilheiros resistiram por dois anos, porém não obtiveram êxito e foram derrotados pelos militares.

Dentro do PC do B também encontramos cisões. Dentre elas, destacamos a Ala Vermelha do PC do B (ALA) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). A ALA surgiu a partir de divergências durante a VI Conferência do PC do B, realizada em junho de 1966. A ALA, sensibilizada pela Revolução Cultural, em curso na China, criticava o dogmatismo e a ortodoxia do PC do B e ao mesmo tempo pregava a luta armada com o trabalho de massas. Segundo Antônio Ozai da Silva (s.d.: 132), a ALA contou com uma grande participação do movimento estudantil de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Ceará. Contudo, foi destruída pela repressão do regime militar.

Nesta mesma época, um grupo de militantes nordestinos, principalmente dos estados do Pernambuco e Paraíba, saía do PC do B por considerarem que sua direção não dava a importância merecida ao partido na região. Assim, foi formado o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que, em 1966, lançou a Carta de Doze Pontos aos comunistas universitários e, posteriormente, formalizou-se com um Programa e Estatutos. Mas do ponto de vista geral de sua concepção, o novo partido criado não se distinguia de sua matriz. Adotou a estratégia da guerra popular, falava em cerco das cidades pelo campo, entre outras coisas. A tese peculiar do PCR era de que “o Nordeste constituiu o ponto mais agudo da contradição entre imperialismo norte-americano e o povo brasileiro”. Por isso, essa área deveria ser a principal para a atuação dos comunistas revolucionários. Porém o PCR não resistiu à repressão. (GORENDER, 1990: 109).

A ALA, após 1968, passou a se dedicar à luta armada, desencadeando ações militaristas urbanas com o objetivo de se fortalecer para a guerrilha. A ALA defendia, como tática de luta armada, a combinação de foquismo com a teoria da guerra popular prolongada. Isto é, “instalar focos e desenvolver um trabalho político de massas”. (SILVA, A. O. s.d.: 133).

Todavia, esta tática gerou divergências internas na ALA, levando um setor que defendia a intensificação das ações urbanas dentro de uma análise foquista, a sair da organização. Em São Paulo, formou-se o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que tinha sua prática resumida à realização de ações militares. Em Minas Gerais, formou-se outro grupo, o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). Este possuía características muito parecidas com as do MRT. Contudo, ambos tiveram um curto período de existência, sendo massacrados pela repressão. Após consumarem sua derrota na Guerrilha do Araguaia, em 1976, o PC do B ficou praticamente desarticulado até 1980, mas quando se expressava dentro do ME era conhecido como *Ação e Unidade*.

### **Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas cisões**

O PCB, que surgiu como vertente do stalinismo, sentiu os efeitos do Golpe de 1964, que levou rapidamente a uma diminuição dos movimentos de esquerda que adentravam a política até aquele ano. Fazia-se necessário realizar uma autocrítica e averiguar em que haviam errado. Muitas foram as dissidências nas organizações de esquerda atuantes neste período. Entretanto, seria o PCB o que mais sentiria a derrota em 1964 e foi ele o que passou por maior parte destas cisões. Grande parte do partido não conseguiu realizar uma autocrítica

referente à sua própria atuação até o ano do Golpe. Este fato gerou a maior luta interna da história do PCB. Contudo, para por fim à mesma, a diretoria do partido decidiu por manter a mesma linha que o partido seguia até então. Essa decisão tem um amplo ônus para o PCB que perdeu prestígio, influência e muitos militantes, que vão originar outros grupos após sua desvinculação do mesmo.

Dentre essas dissidências, os grupos que surgiram do PCB e que mais influenciaram o Movimento Estudantil foram as DI's e também o MR-8. Entre 1965 e 1968, o PCB perdeu grande parte de sua base universitária, que rompeu com o partido em todo o país e constituíram as Dissidências Estudantis – DI's: no Rio de Janeiro surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB; a DI do Rio Grande do Sul; em São Paulo, a DISP (que posteriormente integrou a ALN, a VPR e VAR-Palmares); em Minas Gerais a DI integrou a CORRENTE; entre outras (RIDENTI, 1993: 28). O DI-GB, que se torna posteriormente MR-8, Movimento Revolucionário oito de outubro, defendia uma luta imediata pelo socialismo.

### **O MR-8**

A gênese do MR-8 foi fruto da crise do PCB, associada às divergências internas que se desenvolviam entre a juventude universitária comunista, no então, estado da Guanabara, em período que precedia o golpe militar. Com a instauração da ditadura, as discordâncias internas foram se ampliando e consolidando. No mesmo ano do golpe, uma fração de militantes universitários comunistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a se reunir definindo rumos próprios. Para eles, era possível transformar por dentro o PCB, através de uma luta interna, indicando para uma linha mais revolucionária.

No ano seguinte, envolvida com o crescimento das ações do Movimento Estudantil, do qual fazia parte, “a fração disseminou-se nas universidades do Rio de Janeiro, angariando adeptos em células de outras faculdades e estabelecendo contatos com militantes universitários comunistas em outros estados”. (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 133).

A direção do PCB tentou deter o avanço da fração, tendo em vista o sucesso que estavam obtendo. Entretanto, as condições não eram favoráveis. Tentando conciliar o problema, a direção do PCB convocou o Ativo Resolutivo Político, uma estrutura do partido. Porém obteve efeito inverso: ouriçou a luta interna e a radicalizou, indo no mesmo embalo das ações do movimento estudantil. (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 134).

Todavia, o ponto culminante foram as eleições parlamentares de 1966. O PCB desejava lançar candidatos ligados ao MDB para a disputa. Os militantes mais radicalizados



propunham o voto nulo. A situação ficou insustentável, não atingido um ponto de conciliação entre ambos. Destarte, antes de serem expulsos do partido, os dissidentes separaram-se do PCB. Originava-se, assim, a Dissidência Universitária da Guanabara.

Desde 1967, a DI-GB apresentava uma proposta inovadora para o Movimento Estudantil: queria incentivar o movimento com base em suas próprias reivindicações, aferidas em assembléias de turma, de faculdade e de universidade. Desta forma, novas propostas eram apresentadas ao movimento. Segundo Marcelo Camurça e Daniel Aarão Reis, eram elas:

Assumir consequentemente as lutas pelos programas definidos, e não usá-los como meros pretextos para alcançar objetivos políticos maiores, como a luta contra a ditadura. Respeitar a autonomia das entidades representativas, rompendo com a tradição do PCB, e de outros partidos de esquerda, de instrumentalizá-los como se fossem dependências secundárias, a serviço das vanguardas políticas (2007: 135).

Estas propostas ganharam ampla aceitação dentro do Movimento Estudantil em um período intenso de luta de resistência dos estudantes contra a ditadura militar em 1968. Achava-se que se conseguiria formar uma nova organização de base revolucionária a partir da articulação das diferentes dissidências estudantis. Entretanto, a dissidência do Rio Grande do Sul optou por compor a formação do POC, Partido Operário Comunista, juntamente com a POLOP e outras organizações. Em São Paulo, a DI se uniu à ALN de Marighella, fato que se repetiu em Brasília. Já em Minas Gerais a DI se uniu à Corrente Revolucionária de MG, que tinha como líder Mário Alves, culminando na formação do PCBR. (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 136).

A DI-GB, envolvida pelos debates políticos que haviam se radicalizado e do AI-5 que intensificou a repressão e iniciou suas ações armadas. Abarcando a luta armada, a DI-GB teria sua maior expressão no sequestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, no mês de setembro de 1969, em ação juntamente com a ALN. Foi neste momento, que, em manifesto expressando as razões de sua ação e suas exigências, se autodenominou Movimento Revolucionário oito de Outubro, o MR-8, nome inspirado na data de morte de Ernesto Che Guevara. Dentro do ME, por vezes, em especial na UFRJ, o MR-8 se apresentava como a tendência *Mãos à obra*.

Após o sucesso da operação de setembro de 1969, o MR-8 sofreu com a repressão policial tendo muitos de seus militantes presos, torturados e exilados. Porém, no período de abertura política, retorna com mais força a esse cenário, atuando destacadamente na reconstrução da UNE e da UBES, organização dos secundaristas.

Em 1973, juntamente com a APML e a PO, o MR-8 passaria a integrar a chamada tendência *Proletária* (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 139). No ano seguinte,

participou ativamente do processo eleitoral apoiando candidatos “progressistas” do MDB. Em 1978, chegou a eleger deputado e vereador no RJ. “As atividades políticas nos movimentos e organizações sindicais e na esfera político-institucional contribuíram para reconstituir o MR-8, que se fortaleceu na segunda metade dos anos 1970, beneficiando-se e participando das lutas democráticas que então se desenvolviam, em escala crescente, sobretudo, nas principais cidades brasileiras”. (p. 139).

Entre 1978 e 1982, houve um crescimento significativo do MR-8. De uma organização situada no Rio de Janeiro, tornou-se um partido clandestino com expressão nacional, estendendo-se do Rio Grande do Sul ao longínquo Pará, lugar onde morreu, assassinado por pistoleiros, Gabriel Pimenta<sup>22</sup>, um jovem advogado de posseiros que atuava no estado como membro do MR-8. (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 141).

Nesse mesmo sentido, outras organizações comunistas de menor porte se incorporaram ao MR-8. Segundo Marcelo Camurça e Daniel Reis (2007: 141),

Ao lado de seu crescimento interno, o MR-8 teve participação ativa na reconstrução das entidades de massa representativas dos diversos setores da sociedade brasileira. Participou das direções da UNE e da UBES, em aliança com o PC do B; da criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), (...), e também da Confederação das Classes Trabalhadoras (Conclat), organismo que buscava conciliar as forças emergentes do sindicalismo da região do ABC paulista com as forças tradicionais do sindicalismo trabalhista e de seus aliados comunistas, entre os quais o MR-8.

A partir de 1984 o “MR-8 vai construir a auto-imagem de uma entidade nacional e popular, inclusive desenhando sua bandeira nas cores verde e amarela, com uma estrela vermelha e uma pomba branca. Entretanto, não se constituíra como um partido político, pois continuará acreditando que o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, permanecia como a via político-institucional para a realização da revolução nacional antiimperialista”. (CAMURÇA, M. A. e REIS, D.A; 2007: 143).

Rafael Pimenta traz em sua lembrança que o MR-8, no início de sua atuação, no principio da década de 80, era uma organização revolucionária vinculada ao MDB.

E o MR-8 nessa época trabalhava como satélite do PMDB. O PMDB naquela época era um partido progressista, porque no bipartidarismo, MDB e Arena ou você era direita ou você era MDB. Então o MDB era quem era de centro até a esquerda. Então todo mundo progressista tava no MDB. (...) O MR-8 nessa época era um movimento revolucionário de esquerda de tendência Comunista. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Contudo, no movimento estudantil, entre os anos de 1974 e 1978, a AMPL e o MR-8, se afastaram, indo em direções bem opostas, depois de anos compondo o núcleo central das

---

<sup>22</sup> Gabriel Pimenta era irmão de Rafael e José Pimenta, entrevistados desta pesquisa. Abordo este fato e seus reflexos no Movimento Estudantil juizforano no capítulo três desta dissertação.

organizações oriundas da esquerda revolucionária, que integrava o bloco das liberdades democráticas. Assim, a APML passou a buscar proximidade com grupos independentes e organizações próximas ao seu legado de esquerda revolucionária. Já o MR-8 se aproximou do PCB, como percebemos nas alianças firmadas também no ME juizforano<sup>23</sup>.

Desta forma, o Movimento Estudantil recebeu influências destas organizações de Esquerda que abordamos neste capítulo, compondo seus quadros e exercendo dentro do ME as orientações das organizações, às vezes expressando-se como tendências estudantis em outros momentos diretamente. O fato desta participação dos estudantes de forma expressiva nos grupos de esquerda justifica a análise realizada neste capítulo, buscando assim compreender qual a base ideológica seguida pelos estudantes e de que forma elas influenciavam suas ações.

### **3.2 Mudando o cenário: as Esquerdas e o Movimento Estudantil na segunda metade da década de 1970**

A partir de 1974, outros pontos delineavam as divergências entre os diferentes grupos e organizações de esquerda que permeavam o Movimento Estudantil. Maria Paula Araújo classifica em três formas os pontos em torno dos quais a esquerda se dividia e se agrupava:

uma questão estratégica: ‘reforma e revolução’ (que era uma derivação da crítica à concepção das etapas); b) uma questão tática: a luta pelas liberdades democráticas; c) uma questão de filosofia política: como encarar e se relacionar com os movimentos específicos, a fragmentação e a valorização da subjetividade (2000: 120).

O debate em torno da democracia, que envolvia diversos dos grupos e organizações, expandiu-se de forma a atingir o movimento estudantil, visto que todos eles tinham forte atuação nas universidades. As organizações de esquerda “viam no projeto de distensão e abertura política, uma articulação de transição ‘por cima’ para um regime democrático”. Nesta perspectiva, cabia aos movimentos de oposição ao regime “alargar” os contornos dessa distensão, mudando o projeto de uma transição de cima pra baixo, mas introduzindo a participação das classes populares e dos trabalhadores. (ARAÚJO, 2000: 117).

O objetivo era construir um novo campo de oposição à ditadura militar que se tornasse visível e rompesse com os limites da clandestinidade. Nesta perspectiva, valorizava-se uma luta política que fosse legal e a participação em espaços públicos e abertos. Contudo, nesse processo de abertura, temos dois fatores importantes. Além da disputa interna entre radicais e

<sup>23</sup> O item será trabalhado à frente neste capítulo, ao abordar as tendências do ME juizforano.

moderados. Havia um grande embate entre o governo e a oposição, figurada principalmente nas organizações de esquerda, fossem marxistas ou não. (ARAÚJO, 2000: 119).

Como já abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, novos sujeitos ganharam destaque a partir da segunda metade da década de 1970 em meio à abertura, entre os quais podemos citar: o MDB, que obteve significativas vitórias eleitorais em 1974 e 1978; organizações profissionais como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); o novo sindicalismo; a Igreja Católica, em especial através das CEB's e pastorais, e os movimentos sociais de minorias. Outros movimentos ressurgiram com destaque neste contexto, o caso do Movimento estudantil, “organizado em seus diretórios e centros acadêmicos, nos quais se confrontavam as ‘tendências’ que eram, na verdade, as expressões universitárias e legais de organizações de esquerda clandestinas”. (ARAÚJO, 2000: 119).

Araújo destaca que o Movimento Estudantil foi palco dos principais debates em torno das concepções de luta democrática que fragmentava as esquerdas.

Cabe destacar que um dos principais palcos desse debate em torno das diferentes concepções de luta democrática foi, sem dúvidas, o movimento estudantil. Nas assembleias estudantis, as diferentes posições políticas, representadas nos diretórios e centros acadêmicos, travavam acirradas polêmicas em torno de palavras de ordem e de propostas de ação. (...) Ou seja, o antigo conflito que existia no interior da esquerda entre “prudência versus enfrentamento”, “negociação versus radicalização” de certa forma ainda persistia. (ARAÚJO, 2007b: 334).

A crítica, antes destinada ao PCB e ao PC do B, considerando-os reformistas, voltou-se contra as organizações atuantes na luta de resistência. A resistência era vista como permeada de valores humanistas, universalistas e democráticos, contudo, também se entendia resistência como uma “luta de derrotados, porém de derrotados prudentes e esperançosos”. O objetivo primordial da mesma refere-se a “um projeto de acumulação de forças, de preservação de quadros e de espaços já conquistados; as atividades são cercadas de rígidas medidas de segurança”. Assim, a definição de uma luta de resistência era uma “tentativa de sair do isolamento vivido pelos grupos armados” (ARAÚJO, 2000: 123-124).

Dessa forma, dentro da esquerda brasileira, com reflexos dentro do Movimento estudantil, configurou-se uma nova polarização: “de um lado, os que concordavam com uma luta de resistência, pelas liberdades democráticas; de outro, militantes e organizações que consideravam essa proposta uma reedição do reformismo do comunismo tradicional brasileiro” (ARAÚJO, 2000: 124).

Nessa polarização, encontramos, no bloco das “Liberdades Democráticas”, o PCB e o PC do B, seguido do MR-8, a APML e algumas organizações trotskistas, como a

Convergência Socialista e a Liberdade e Luta (ARAÚJO, 2000: 124). Este grupo atuava em campanhas pelos direitos democráticos, como a liberdade de imprensa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela liberdade de organização e expressão; denunciando torturas, entre outras coisas. Este grupo valorizava também a disputa política eleitoral através de “candidaturas populares” pelo MDB.

De outro lado havia o grupo liderado pela PO, composto também pelo MEP. Eram contra a luta democrática, por compreendê-la como reformista. Para este grupo, levantar bandeiras de luta econômica evitava a “diluição reformista”. Segundo Maria Paula Araújo, para este grupo,

Manter-se nos limites da luta econômica evitaria a diluição das bandeiras democráticas, enfrentaria a questão crucial do ‘arrocho’ salarial da classe trabalhadora e, dado o traço autoritário do governo brasileiro, toda luta econômica – pelo enfrentamento de um governo que não admitia diálogo – se transformaria, necessariamente, em luta política. Essa era a posição do PO (2000: 125).

Para a mesma autora, as discussões políticas acaloradas retomavam seu espaço entre os estudantes. Entretanto, no Movimento Estudantil, mesmo com suas peculiaridades, se espelhava no debate central das esquerdas naquele período. No meio universitário, a postura da PO foi adaptada: “o movimento estudantil deveria ser chamado a lutar contra a política educacional do governo, a ‘PEG’ – sendo, por esse motivo, chamados de ‘peguistas’” (ARAÚJO, M.P., 2007a: 216).

Sobre essa divisão em dois blocos e sobre a posição do MEP, Ignacio Delgado traz na memória que,

Antes desse despertar de 1977 (...) você via dois grandes campos (...) que eram os *peguistas* e os *liberdades democráticas*. Os *peguistas* eram aqueles que achavam que o Movimento Estudantil tinha que lutar contra a política educacional do governo – PEG, por isso eram chamados de *peguistas*, o principal motivador dessa posição era o MEP e o resto da turma falava em liberdades democráticas, aí você tinha um balaio que não era articulado na luta pelas liberdades democráticas. Mas o MEP, os *peguistas* como a gente falava, falavam isso porque achavam que liberdade democráticas era uma coisa burguesa, não é porque eles achavam que o movimento devia se autolimitar a questões específicas, é que na hora que eles puderem por a cara pra fora eles não falavam em liberdades democráticas, mas em governo dos trabalhadores, só que na penumbra da ditadura era uma coisa que eles se encontravam até com a Direita, mas não é que eles se encontravam, se articulavam com a Direita, mas era um discurso que tinha eco junto ao estudante de Direita. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

O MEP, apesar de se alinhar à PO na crítica a atuação dos grupos que lutavam pela liberdade democrática, tentava ter uma posição intermediária. Contudo, pressionado pelo movimento estudantil, recuou em algumas posições rígidas, como a que considerava a luta democrática uma luta reformista, apenas permitindo a existência da luta econômica. Assim,

mudou sua palavra de ordem para: “liberdade de organização, expressa e manifestação para todos os oprimidos e explorados”. Destarte, contemplava a todos. (ARAÚJO, M.P., 2007a: 216).

A tendência *Convergência Socialista* se originou de um grupo de militantes que estavam exilados no Chile. Dentre eles estava Mario Pedrosa e o trotskista peruano Hugo Blanco, que entraram em contato com IV Internacional e formaram o grupo *Ponto de Partida*, em 1972. (MARQUES, 2007: 157).

Em 1973, após o golpe militar chileno, um dos militantes do Ponto de Partida e ex-militante do PCBR, foi executado no Estádio Nacional e o *Ponto de Partida* se dispersou. Cada membro foi exilado ou fugiu para outros lugares. Alguns que fugiram para a Argentina fundaram a *Liga Operária* (LO). Esta se organizou em torno da tendência leninista do *Secretariado Unificado* (SU), mantendo relações estreitas com o PST argentino, que criou em 1977 a Fração Bolchevique no interior do SU.

Ao retornar para o Brasil em 1974, logo a LO se vinculou ao Movimento Estudantil, devido ao fato deste estar em ascensão no contexto nacional. Mas em 1975, a LO colocou como prioridade, além da atuação no Movimento Estudantil, o trabalho no movimento operário, deslocando para o interior das fábricas militantes de origem estudantil. No início de 1978, a LO lançou o *Movimento Convergência Socialista*, “conclamando os setores socialistas para a formação de um partido socialista”. Em 1983, devido ao crescimento atingido dentro do movimento estudantil, em especial o secundarista, a CS adotou o nome de *Alicerce da Juventude Socialista*. No entanto, no ano seguinte, conforme afirma Rosa Maria Marques (2007: 158), retomou o nome *Convergência Socialista* por ocasião da ascensão vivida no movimento operário. A CS apoiou a fundação do PT desde o primeiro momento<sup>24</sup>.

Percebemos que o Movimento Estudantil era composto por tendências políticas de bases ideológicas diferentes e que representavam os diversos partidos e organizações de esquerda que disputavam a direção das entidades representativas locais, após a reconstrução da UNE, também pela entidade nacional. Contudo, para Ridenti, essas organizações no meio estudantil não apresentavam grande grau de estruturação.

---

<sup>24</sup> Considerando que o PT apontava para a construção de um partido independente de trabalhadores, a convergência socialista realizava profundas críticas à sua direção. Dentro do PT, aos poucos, a CS adotaria uma tendência a radicalizar-se. Porém, permanecia no interior do partido, devido à liberdade dada pelo PT à coexistência de tendências. Contudo, após a realização do I Congresso do PT que aprovou resoluções que regulavam a dinâmica das tendências internas ao partido, a CS teve que diminuir suas margens e, logo em seguida, em 1992, foi expulsa do PT, sendo acusada de ter desenvolvido ações de oposição ao governo federal sem autorização do partido (MARQUES, 2007: 159). Dessa ação, após a CS convocar a formação de uma Frente Revolucionária, no ano de 1993, surge o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU.

Apesar da existência de inúmeras correntes no movimento estudantil, não se deve imaginar nem que a organização das esquerdas no meio estudantil era muito sofisticada, nem que a maioria dos estudantes era manipulada pelas lideranças militantes nas organizações clandestinas. Ao que tudo indica, a influência tanto das idéias como dos grupos de esquerda no ME era difusa entre os estudantes, estivessem eles organizados politicamente ou não (1993: 135).

A existência, entretanto, de tendências estudantis vinculadas a organizações clandestinas era uma constante. Segundo Maria Paula Araújo, “fugindo do estigma da ilegalidade, partidos e organizações de esquerda clandestinas estruturavam ‘tendências políticas’ legais que atuavam no movimento estudantil”. Para a autora, “essas tendências expressavam posições de organizações clandestinas ou grupos independentes” e tiveram grande expressão a partir de 1974, bem como se faziam presentes nas chapas para concorrer aos Diretórios Acadêmicos e aos DCE’s (Diretório Central dos Estudantes), que estavam sendo reabertos nas universidades. (ARAÚJO, M.P., 2007: 214).

Dentre estas tendências estudantis vinculadas a uma organização clandestina está a *Estratégia*, corrente interna do ME juizforano. Na lembrança de Ignacio Delgado, ex-militante desta tendência, a dualidade da existência de uma organização clandestina que estava por trás da tendência estudantil era uma realidade do grupo do qual o mesmo participou. No entanto, este fato era desencadeador de desentendimentos e problemas dentro da tendência estudantil.

Existia uma dualidade organizacional, a organização leninista e a tendência de massa. Esta era enorme. Nós fazíamos reunião no DCE com 100 pessoas no domingo a noite pra estudar texto marxista, fazíamos curso de férias, mas um grupo de umas vinte pessoas eram organizadas num núcleo clandestino, e tal núcleo não era muito conhecido do outro grupo, o que desenvolveu muita desconfiança. Foi um equívoco, era uma orientação nacional da posição que nós seguimos aqui e eu, particularmente, tive muita responsabilidade nisso. Minha adesão ao leninismo era quase uma questão de fé. Acabou parecendo uma coisa meio manipulatória. Algumas pessoas chegaram a virar inimigas nossos quando ficaram sabendo disso. Tinha uma menina da Enfermagem, a Bel – grande liderança na sua escola - que rompeu relações comigo. Nós entramos na Enfermagem através dela. Lembro-me que, em 1978, depois que nós perdemos a primeira eleição, eu estava pelos corredores do ICB, olhando desolado para nossos cartazes quando a Bel – ainda não a conhecia - veio meio me consolando, o que logo me despertou: Opa, “você é, da enfermagem?, vem cá, vamos conversar”, e assim trouxemos ela pra dentro da tendência. Essa menina depois que descobriu que existia uma organização clandestina, além daquilo que parecia uma grande reunião de amigos, se sentiu completamente ofendida e nunca mais conversou com a gente. Teve algumas pessoas (...) que eram grandes lideranças de massa – (...) que nunca foram recrutados, senão para a área próxima, que era uma espécie de estágio probatório, antes do ingresso na própria organização. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

A organização clandestina que estava por traz da organização estudantil não era de conhecimento de todos que estavam vinculados a ela, que era a “vitrine” visível da organização dentro da universidade. Muitos foram os militantes que, por muito tempo

atuaram em tendências como estas e não tomaram ciência do que havia por trás. O segredo em não revelar inicialmente ao militante que se aproximava da tendência do ME, se mostrava como uma forma de segurança para os militantes que eram vinculados às organizações clandestinas, resguardando-se dos militares. Na memória de Flávio Bitarelo, ex-militante da LIBELU, a existência de uma organização clandestina atuando por trás da tendência estudantil era um fato presente na sua militância.

Agora, o pessoal que participava da tendência estudantil não eram todos da organização, você tinha alguns que eram. Isso todas as outras organizações faziam mais ou menos a mesma coisa. Então você tinha alguns, não muitos, os militantes que eram da organização clandestina e outros que só atuavam ali com o Movimento Estudantil, porque, aí você tinha que saber também que, as tendências também atuavam como uma frente de luta. Então você atraía às vezes as pessoas que elas vinham, ouviam a sua discussão, tanto nacionais, nacionais quanto internacionais. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

Sobre as organizações de esquerda clandestina, Beatriz Domingues, ex-militante da LIBELU, revela sua memória de como eram organizadas, do centralismo democrático e do funcionamento das mesmas.

O centralismo democrático é o seguinte, as organizações clandestinas tomavam a forma Leninista de organização, que chama centralismo democrático. Os inimigos chamam de centralismo burocrático porque muito centralizado, na verdade pouca democracia. Era o seguinte, tinha uma discussão, a organização era organizada assim em células, tinha o comitê central, era a mesma estrutura de um partido comunista. Tinha o comitê central e os diferentes comitês regionais, que pra eles ia fazer um organograma. Então tinha as decisões que o comitê central tomava, passava a decisão pras células; as células tinham que discutir e se convencer da veracidade daquilo que tava sendo dito ou não. Se discordasse ia ter uma discussão ali dentro, mas você teria que vencer a eleição dentro da célula pra aí a discussão voltar ao topo da pirâmide, e isso era um processo muito complicado, porque era muito centralizado. E nesse ponto, embora eu tenha pertencido apenas a LIBELU, eu sei que todas funcionavam do mesmo jeito inclusive quando os aparelhos repressivos pegaram os grupos de esquerda, eles também já sabiam muito desse funcionamento. Porque havia muitas vezes infiltrações das pessoas que eram da ditadura, você tinha que ter muito cuidado ao recrutar uma pessoa, você podia tá recrutando uma policial, um dedo-duro, que ia entrar ali, desbaratar aquela coisa e ia entregar os nomes, os nomes verdadeiros das pessoas, como de fato chegou a acontecer em várias organizações da década de 1960, quando eles pegavam uma pessoa, pegava um aqui e era efeito dominó. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

As organizações clandestinas tinham uma intensa atuação também em outros segmentos além do estudantil, como o sindical; e o apoio entre eles era recíproco. Muitos militantes chegaram a ser enquadrados na lei de segurança nacional. Um exemplo disto foi um fato vivido por um ex-militante da OSI, Organização Socialista Internacionalista, organização clandestina que atuava por trás da LIBELU; lembrada por Flávio Bitarelo e Beatriz Domingues. Essa tendência estudantil foi acusada de programar um atentado terrorista contra



o presidente Figueiredo. Esse fato, ao causar insatisfação entre os militantes pela postura da polícia, levou a LIBELU a elaborar uma “Carta ao povo brasileiro”, que foi assinada inicialmente pelas intuições ligadas a OSI, mas posteriormente várias entidades foram incorporadas na lista de assinatura da carta de contestação, fato que leva todos a serem posteriormente enquadrados na lei de segurança nacional.

Você sabe que o Tiradentes passou a ser herói definitivo com o regime militar. Então todo presidente militar a partir do período, (...) transferiram simbolicamente a capital Brasília pra Ouro Preto. Então a gente sabia que o Figueiredo ia tá lá dia 21 de abril e planejamos pra começar. E esse militante era o representante nosso lá. Morava em Ouro Preto, formou lá. Ele formou em Engenharia de Minas (...) Uma semana antes do dia 21 de abril (...) a Guarda Republicana do Figueiredo, chegou lá e invadiu as repúblicas todas pra fazer uma limpeza, pegar todo mundo que eles tinham, e esse militante, eles invadiram a casa dele, plantaram uma bomba desmontada na casa dele. O cara fez Engenharia de Minas então ele sabe fazer bombas, mexer com essas coisas. E aí, eu assisti pelo Jornal Nacional. “Polícia Federal descobre bomba que estava sendo armada pra jogar no Figueiredo. Militante era da OSI”. Eu fiquei assim, vendo o Jornal Nacional. E eu tinha estado lá, menos de 30 horas em Ouro Preto reunido. Então, uniram e conseguiram (...) todo mundo, tirar ele de Ouro Preto. Sumiram com ele. Quinze dias depois ele se apresentou lá no DOPS – Departamento de Obras Políticas – eles colocavam no Estado de Minas, como terrorista procurado, ele foi tachado de terrorista. Aí esperou. Quinze dias depois armou um esquema grande, um monte de gente, advogado, imprensa, um monte de jornal visando. Ele chegou andando lá e se entregou no DOPS e acabou sendo julgado aqui na auditoria. E aqui eles condenaram ele. Aí recorreu, aliás, nós conseguimos provar que o negócio tinha sido todo armado, o flagrante, tinha uma bomba desarmada lá, chegou aqui, a testemunha disse que tava passando na rua e chamaram ele pra ver lá “você tá vendo uma bomba aqui, então você é testemunha de que tem uma bomba”, coisa armada. E a gente foi pra Brasília, aí nós conseguimos manter ele livre. Aí em Brasília veio a ordem (...) Superior Tribunal Militar, mandaram prender (...). E isso começou a ter vários ataques militantes nossos em Minas Gerais, aconteceu com ele, depois aconteceu em Barbacena, o outro também que usaram da bomba. Aí nós soltamos uma carta aberta aqui, contra a prisão dele. Essa carta, recolhemos a assinatura de todo mundo, até do presidente do MDB, que era um coronel do Exército, não concordou com o regime, rompeu com o regime, professor da Engenharia, muito sério. (...). Pegamos assinatura de um monte de DA, de quem tava no DCE na época, que era o Pestana, (...), lá tinha umas dezoito pessoas que assinaram. E metemos crítica à auditoria militar, que o negócio tinha sido forjado, que era militar. Para resultar o conselho da auditoria enquadrou todo mundo na lei de Segurança Nacional. Aí começou um processo que durou mais de anos chamando pra depoimento na polícia federal, que enquadrou todas as entidades da lista que teve alguém que se responsabilizasse por elas. Todas as entidades. E ainda os jornalistas, o jornal Diário Mercantil na época, (...) também foram enquadradas. (...) Isso redundou num processo que pegou vários militantes (...). (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

Em 1980 (...) o Maximiliano, que era militante em Ouro Preto foi acusado no dia 21 de abril. O presidente era o Figueiredo. O Figueiredo foi a Ouro Preto pras comemorações de Tiradentes e a polícia plantou uma bomba na casa dele. Aí falou que ele tava planejando explodir aquela bomba na visita do Figueiredo. Quando ele viu o que tava acontecendo ele nem voltou pra casa, ficou apavorado. Fugiu. Veio pra Juiz de Fora, se hospedou na minha casa e eu morri de medo na época eu fiquei com medo e aí começou a maior pressão da polícia perseguindo, o Davi tem que aparecer lá na polícia pelo menos pra depor, e ele acabou se entregando. E aí viu que não tinha base pra mantê-lo preso pelo menos até o julgamento. Aí soltaram. Ficou preso uns dias e soltaram. Depois disso, a juíza que tinha pedido a prisão dele,

recorreram e fizeram uma sessão na justiça, como uma palhaçada, no qual eles decidiram a prisão imediata do Davi Maximiliano, que ele ia esperar pelo julgamento na cadeia. E aquilo foi uma coisa que indignou, porque não tinha prova nenhuma. A mesma justiça que tinha acabado de dizer que o Davi podia esperar, porque ele era réu primário, não tinha nada contra ele, nessa suspeita, mas ele não tinha feito nada. É uma grande diferença falar que o cara é comunista a falar que o cara tinha uma bomba na casa dele e que ele ia jogar no presidente. Então isso era considerado terrorismo. Um termo que não tava tanto em voga na época, mas ele tava sendo acusado de terrorismo, uma acusação que era completamente absurda. E ali então foi escrita, várias entidades se voltaram e escreveram uma carta denunciando essa flexibilidade da justiça militar. E até as entidades que assinaram a carta, já tinha sido votada a lei da anistia nessa época, e a justificativa da polícia foi pegando, a polícia foi pegando entidades, pessoas que tinham assinado essa carta e nos chamando pra depor na polícia militar, e alguns dias depois desses depoimentos foram enquadrados e outros não. Dezesesseis pessoas terminaram enquadradas na lei de segurança nacional, nós vimos um processo nacional aqui em Juiz de Fora. Em suma, nós vimos um caso a ser enquadrado na lei de segurança nacional em função desse caso do Davi Maximiliano. Em 1981, final de 1981 foi o julgamento, a gente contratou o Heleno Fragoso, que era o advogado mais importante do Rio naquela época, que defendia presos políticos. Foi um acontecimento aqui em Juiz de Fora. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Este fato, vivido pelo militante da OSI, é expressivo de uma constante perseguição da ditadura militar com as organizações clandestinas e que atingiu as tendências estudantis e levou até mesmo ao enquadramento dos que apoiavam o acusado na lei de segurança nacional.

Contudo, havia muitas tendências atuantes no Movimento Estudantil, nem todas vinculadas a organizações clandestinas como as supracitadas. Grupos de esquerda como PC do B, PCB, AP, posteriormente APML, MR-8, POC e MEP, abordados anteriormente, também obtiveram grande expressão no interior do movimento. Após a reconstrução da UNE no Congresso de Salvador, em 1979, muitos destes grupos se uniram formando organizações com novos nomes, em uma espécie de “coligações” estudantis, para concorrer em chapas para a diretoria da UNE, das UEE’s e DCE’s. Essas “coligações” ganharam nomes diversos nos diferentes espaços agregando grupos; contudo, muitas vezes, esses nomes se repetiam para designar outra organização em outro lugar do país. Como já mencionado, as principais “coligações” reuniam de um lado PC do B, MR-8, PCB e APML. De outro lado estavam POLOP e MEP, sendo que algumas vezes estes grupos permanecem lançando-se sozinhos nestas disputas.

José Pimenta, ao falar de sua participação na UNE, recupera algumas das “coligações” que formaram tendências para as eleições da entidade.

A eleição 360.000 votos, quase 400.000 votos no Brasil todo. E a nossa chapa foi eleita na primeira gestão. (...) Era PCB e MR-8 principalmente. Foi nova eleição, a primeira chamava Mutirão, a segunda Viração. (...). Aí essa segunda eleição já foi mais definida, nesse campo do que o pessoal chamava da transformação

democrática, da luta democrática, que era MR-8, PC do B e tal. Aí essa foi a segunda chapa, *Viração*. Mas a luta de fundo permanecia. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

José Pimenta demonstra que essas vinculações entre os grupos se dava a cada nova eleição local ou nacional, mudando os membros das coligações. O MR-8 sempre se rearticulava com o PCB ou PC do B. Definindo melhor este campo, Araújo destaca alguns destes grupos atuantes no Movimento Estudantil. Entre eles, a tendência *Refazendo*, ligada à coligação entre APML e MR-8, e dirigiu o DCE da USP. A *Viração*, do DCE da Universidade Federal da Bahia, ligada ao PC do B. No Rio de Janeiro, uma tendência com o mesmo nome possuía ligação com a APML e dirigiu vários diretórios da PUC. Outra tendência se fazia presente na PUC-RJ e era da direção do DCE, chamava-se *Alternativa*, representava a POLOP e o MEP. A tendência *Unidade* congregava estudantes militantes do PCB em quase todo país. A *Liberdade*, tendência ligada a APML e a grupos independentes da UFMG. Havia também a *Caminhando*, ligada ao PC do B, bem como a tendência *Novação*, ligada à APML na Bahia, além da *Liberdade e Luta*, a LIBELU, uma das correntes mais radicais da época, que representava posições trotskistas (ARAÚJO, 2007: 337). A tendência *Novação* aparece também como o nome do grupo da *Centelha*.

Na primeira eleição para a diretoria da UNE, realizada no congresso de maio de 1979, que teve um caráter provisório, foi eleita a chapa Mutirão (PC do B e AP), da qual participava o juizforano José Pimenta. Já nas eleições para a UNE em outubro de 1979 cinco chapas concorreram na disputa.

Das cinco chapas, três possuíam membros de Juiz de Fora em sua composição. A chapa *Novação* tinha como candidato a presidente Eduardo de Albuquerque, o Duda, do DCE da UFMG e, de Juiz de Fora, na secretaria de Biomédicas, Sabato Girard, da tendência *Estratégia* na cidade. Tratava-se de um agrupamento das chamadas correntes socialistas do ME: *Centelha*, de MG; *Peleia*, do Rio Grande do Sul; *Convergência Socialista*, de vários estados; e *Travessia*, do Pernambuco (HAYASHI, 1986: 196). Outra chapa era a *Mutirão*, na qual estavam reunidos AP, PC do B e PCR, presidida por Luiz Cezar, da UFBA, e que tinha José Sales Pimenta, ex-presidente do DCE da UFJF, na secretaria de esportes. A direita também se fez presente na disputa, com a chapa *Maioria*, encabeçada por Marcos Martins Paulino, da Mackenzie de São Paulo, e Jair Bispo, de Juiz de Fora, na representação da região sudeste.

As outras duas chapas não tinham representação juizforana, eram *Liberdade e Luta*, da tendência que recebe o mesmo nome, e *Unidade*, que reunia MR-8 e PCB. Na mesma data

ocorreram eleições para a diretoria da UEE – MG e três chapas concorreram na cidade à direção da entidade mineira, eram elas: *Novação*, com a presidência de Ignacio Delgado; LIBELU, com Beatriz Domingues na direção e a *Mutirão*, representada pelo, então presidente do DCE da UFJF, Carlos Alberto Pavan<sup>25</sup>.

Como já citado, a *Liberdade e Luta* (LIBELU) foi o nome adotado pela tendência estudantil que disputou o Diretório Central dos Estudantes Livre da USP e que era vinculada à Organização Socialista Internacionalista (OSI), grupo de orientação trotskista<sup>26</sup> e ligada à IV Internacional. Esse grupo esteve envolvido na construção do Partido dos Trabalhadores e em 1986 adotou o nome de *O Trabalho*. Beatriz Domingues e Flavio Bitarelo recordam a trajetória da LIBELU, lembrando de suas vinculações anteriores e posteriores à atuação no meio estudantil.

LIBELU é a abreviatura dessa tendência chamada Liberdade e Luta, que era a vertente do Movimento Estudantil de uma organização clandestina, cujo jornal que se veiculava as idéias era o Jornal O Trabalho, que ainda existe. Então assim, tinha uma vertente do movimento operário, outra banda no Movimento Estudantil. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

Organização Socialista Internacionalista, que era a ramificação do Brasil numa organização internacionalista da França. A principal expressão era o Pierre Lambert, chamado de lambertistas, os lambertistas. (...) Apesar de sermos socialistas e revolucionários nós não defendíamos a Rússia de jeito nenhum. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

Conhecidos como lambertistas, devido à sua principal expressão, ser Pierre Lambert, a *Liberdade e Luta* também teve atuação em Juiz de Fora/MG. Na memória de Flávio Bitarelo, a LIBELU chegou à cidade por influência de um estudante da USP, onde tinha grande expressão. Com isso, Flávio Bitarelo recorda as expectativas e busca uma linha política de um pequeno grupo de amigos, que se dedicavam a estudar Marx e que foram saciados pelas ideias da LIBELU. Flávio relembra a dificuldade de acesso a alguns livros no Brasil devido à

<sup>25</sup> Diário Mercantil de 04 de outubro de 1979, p. 04.

<sup>26</sup> LIBELU e Estratégia eram tendências estudantis que atuavam na cidade de Juiz de Fora e que se definiam como trotskistas. A vertente trotskista do marxismo surgiu no Brasil em 1929, após uma viagem de Mario Pedrosa, membro do PCB brasileiro, à Europa, no momento em que ocorria a cisão Trotsky/Stalin. Em 1928, Pedrosa entra em contato com os documentos da Oposição e os envia para o Brasil. Um pequeno grupo adere. Em 1929 editaram um jornal, Luta de Classes, que representava o lançamento oficial da Oposição aqui no Brasil. No entanto esta vertente não significava uma ruptura plena com a concepção stalinista de socialismo. A diferença dava-se na ação política proposta. A visão autoritária tanto do Estado socialista, quanto dos caminhos para sua construção, refletia-se na presença de um purismo tão exarcebado que levava à ocorrência de sucessivos rachas. Dentre as inúmeras cisões que marcam a história dos trotskistas no Brasil, destacamos que, no Brasil, houve em 1953 a formação do POR, Partido Operário Revolucionário, sob a orientação direta de Bureau Latino-Americano da IV Internacional, Michel Pablo. Suas origens, no entanto, estão na trajetória de um operário, Homero Cristaldi, que adota o nome de Posadas e, em 1959, rompe com a IV Internacional. Com o golpe, Posadas e a Internacional estavam na clandestinidade e sua linha sectária acentuará a tendência aos rachas. (LOPES, Rosalba. 2001: 76).

repressão e as formas utilizadas para ter acesso a estes livros transmissores de ideias revolucionárias.

Então quando resolvemos nos aproximar de uma organização que foi a OSI, a gente já tinha uma certa solidez de estudo. (...) a gente percebia que precisava participar de alguma coisa mais organizada do que ficar atuando de forma avulsa. E nisso a gente foi estudando, observando, lendo, vendo a atuação de todas as correntes, e a que nós nos identificamos mais foi com a OSI, e que chegou aqui por causa de um estudante de História de São Paulo. Ele veio do interior de São Paulo pra estudar aqui e foi a primeira vez que eu vi o jornal O Trabalho, ele chegou com o jornal dele aqui. A partir daí nós fizemos alguns contatos e aí começou a fazer discussão com a direção da organização. Depois indo também pra esses eventos, pró UNE, pró UEE, a gente acabava encontrando essas figuras mais de destaque e livros também. Que não era fácil fazer livro, essas obras marxistas era difícil encontrar, eram proibidos, todas as edições, tudo proibido. (...) Só depois mesmo de 1979, com a lei da anistia, quando caiu o AI-5, a censura começou a acabar, começou realmente as editoras a publicar os clássicos marxistas. Até 1979 era difícil, era cópia antiga, que rodavam de mão em mão, ou então edições espanholas, portuguesas que chegavam aqui. Em 1979 já começam as editoras, surgiu uma série de editoras, começaram a publicar as obras clássicas. Então foi a partir disso que nós nos aproximamos da OSI. Era um grupo pequeno, um de cada curso, só tinham dois de História. Mas todos eram estudiosos. Mas não tinham vínculo a nenhuma organização, nunca tinha tido vínculo, então a gente estudava as obras. A partir disso a gente se definiu. Então eu considero que a gente se definiu com bastante consciência naquele período. (...) Nós escolhemos qual que tem mais a ver com o que nós estamos pensando, discutindo, e por isso fomos acompanhando e fechamos com a OSI, que no Movimento Estudantil era a Liberdade e Luta, LIBELU. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

A diversidade de tendências e correntes era grande. Abordamos aqui as tendências com presença nacional. Contudo, havia grupos presentes apenas em nível local ou estadual. Um destes casos é Minas Gerais, onde havia uma corrente denominada *Centelha*, já citada anteriormente. Esse grupo atuava em oposição aos acima citados, que se organizavam em “coligações”, e a LIBELU, que sempre permaneceu sem se associar a grupos de outras bases ideológicas no período. Sobre a *Centelha*, o autor Vitor Amorim de Ângelo diz que,

A O. mineira foi criada na primeira metade dos anos 1970 por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de Juiz de Fora (UFJF) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Seus integrantes eram contrários à atuação do PC do B e da AP-ML no movimento estudantil e críticos da luta armada. (...) De um lado, as divergências com o Partido Comunista do Brasil permitiram uma aproximação com as outras organizações que participavam do Movimento e que também discordavam da linha adotada pelo partido. De outro, a reorientação política de vários grupos de esquerda que tinham aderido às ações armadas também contribuiu para reforçar essa aproximação. Para aumentar sua influência no movimento estudantil, a O. lançou a tendência *Centelha*, em abril de 1977. A criação da *Centelha* ocorreu logo depois de encerrada a eleição para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, quando a chapa lançada pelo grupo mineiro – também chamado de *Centelha* – foi derrotada pelos candidatos apoiados pela AP-ML. (2008: 04).

Fundada em 1977, a *Centelha* nasceu como uma oposição definida aos grupos, até então atuantes, em especial ao PCB, ao qual tecia críticas. Contudo, na memória de Ignacio

Delgado, a aproximação de seu grupo com a *Centelha* foi posterior à criação desta. Militantes da *Centelha* foram enviados para Juiz de Fora/MG com o objetivo de convencer politicamente o grupo *Estratégia*. Devido à aproximação ideológica, as mesmas se identificaram e se uniram. Ignacio Delgado, ao falar de sua vinculação com a *Centelha* diz que,

O que acontecia era o seguinte, a gente (...) já tinha um certo mal estar com o PCB, (...) no meu caso particularmente, o Paulinho<sup>27</sup> teve uma influência muito grande porque ele me aplicou um Florestan Fernandes, me chamou a atenção sobre a crítica do Weffort ao populismo, e falava sempre, e eu não entendia muito porque, porque ele fazia mestrado no departamento de ciências políticas em Belo Horizonte, que o grande problema do marxismo brasileiro era ter conhecido pouco Trotski, então aquilo ficou na minha cabeça, (...), mas o Sabinho que era um rapaz da medicina, não organizado por ninguém, na verdade foi eu quem recrutei ele, (...) já lia Trotski, então a gente foi ficando meio trotskista assim, e no documento que publicamos antes da *Centelha*, (...), a análise era muito essa, a gente não discutia os problemas estudantis a gente discutia a revolução brasileira, era muito do diagnóstico de onde o PCB errou, como foi o início do populismo, que não sei o que, *tátátá...* e aí a gente foi ficando meio trotskista, aí a *Centelha* veio e faturou e nos pegou e fomos de bom grado, foi um casamento feito com muita satisfação, teve muito pouca resistência, teve muito pouca resistência a essa aproximação com a *Centelha*, nós ficávamos tentando descobrir assim o que somos nós... ah nós somos aqueles lá... e fomos então pra *Centelha*. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Havia também a organização gaúcha, envolvida posteriormente na criação da DS juntamente com os mineiros. Ela contou com o envolvimento de ex-militantes do POC e estudantes. Segundo Vitor Ângelo,

A organização gaúcha, também chamada de O., era formada por ex-integrantes do POC que haviam sobrevivido à repressão da ditadura e por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No final dos anos 1960, alguns militantes universitários do POC animaram uma corrente estudantil chamada Movimento Universidade Crítica, “que deixara bases na UFRGS”. O grupo gaúcho retomou parcialmente essa tendência e, em 1973, junto com alguns universitários, criou sua corrente estudantil: a Nova Proposta. Os militantes do POC, já fora da universidade, e os estudantes que aderiram à Nova Proposta eram críticos da linha política – influenciada pelo PC do B, pela LIBELU e pela AP-ML – predominante em alguns centros acadêmicos e no DCE da UFRGS, discordando dessas organizações sobre como conduzir as lutas táticas contra o regime militar. Um dos principais pontos de divergência era o seu discurso de combate à ditadura, criticado pela Nova Proposta pela ausência de um conteúdo classista. As diferenças com o PC do B e a AP-ML, articuladamente, tendo se repetido em Minas Gerais, também ajudaram na aproximação dos grupos gaúcho e mineiro (2008: 6).

A partir de 1974 as mudanças ocorridas com o MDB mudaram a visão existente sobre o mesmo, que passou a ser encarado, após sua significativa vitória nas eleições de 1978, como uma opção viável na oposição à ditadura. Esse fato levou-o a uma aproximação com as organizações de Esquerda, mesmo ainda na clandestinidade, e com o movimento estudantil. O MDB garantiu um espaço próprio para os estudantes em sua estrutura partidária criando o

<sup>27</sup> Ignacio Delgado refere-se a Paulo Delgado, seu irmão, que teve atuação anterior à sua dentro do Movimento estudantil juizforano.

Setor Jovem em 1973. Com a mudança dentro do partido, após a vitória em 1974, parte do grupo *Nova Proposta* decidiu participar, com o “objetivo de ter uma expressão pública e legal para sua atuação”. Em 1978, pouco antes das eleições daquele ano, que além do engajamento no MDB ainda mantinha vínculos com o movimento estudantil através da Nova Proposta – decidiu-se criar, por intermédio do Setor Jovem e com o apoio de outros grupos, uma corrente no interior do partido: a Tendência *Socialista*. (ANGELO, 2008: 7).

Com isso muda-se a tática da organização, que passa a ver no partido uma via de luta contra a ditadura, bem como a oportunidade de criação de uma corrente de abrangência nacional visando à formação de um partido socialista, após o fim do bipartidarismo. Segundo Vitor Ângelo,

Com a criação da Tendência, a O. buscou viabilizar a construção, a partir do MDB, de um “movimento ou corrente socialista” de caráter nacional que contribuísse para a formação de um partido socialista tão logo fosse anunciado o retorno do pluripartidarismo. Portanto, pelo menos até 1979, quando o lançamento do Movimento pró-PT alteraria o jogo político-partidário, a opção em continuar no MDB teve um caráter estritamente tático de combate à ditadura e em favor da redemocratização. O fato de o PCB, PC do B, MR-8 e AP-ML – de quem a O. divergia politicamente – apoiarem a legenda, também contribuiu para que sua permanência a longo prazo dentro do MDB fosse descartada já naquele momento (2008: 8).

O grupo gaúcho manteve-se organizado politicamente dentro da UFRGS e dentro do MDB preocupados com a formação de uma organização revolucionária. O grupo adotou como sua base ideológica o trotskismo, advindo principalmente de seus militantes ex-membros do POC.

O grupo *Nova Proposta*, foi organizado na mesma época em que, em Minas Gerais, era criada a *Centelha*. Contudo, naquele ano, segundo Vitor Ângelo, por conta das divergências em torno das formas de enfrentamento do regime militar e do conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização, a *Nova Proposta* dividiu-se em dois outros agrupamentos. Do racha, surgiram o *Manifesto*, que defendia a permanência no MDB mesmo depois da reforma partidária, e a *Peleia*, favorável à utilização da estrutura “emedebista” para construir um partido socialista (2008: 08).

Os laços pessoais entre alguns membros do grupo de Minas e do Rio Grande do Sul, que haviam estudado juntos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), somados à base teórica comum entre as duas organizações e aos contatos estabelecidos na militância estudantil, levaram a *Centelha* – que aderira aos dissidentes do jornal Movimento, em 1977 – a convidar os integrantes da *Peleia* para participarem da construção do jornal “Em Tempo”. Parte dos militantes gaúchos permaneceu no Rio Grande do Sul, atuando como representantes

do novo jornal, enquanto outros se deslocaram para São Paulo, onde começaram a trabalhar junto com alguns dirigentes da organização mineira, que já haviam se transferido de Minas Gerais para a capital paulista.

Sobre a organização nacional que uniu *Centelha* ao grupo gaúcho, e a presença da mesma em São Paulo, Ignacio Delgado, militante do ME de Juiz de Fora na década de 1970, relata que

A *Centelha* (...) no ano de 78, virou uma organização nacional, agrupando uma tendência que existia no Sul que era a *Peleia*, a *Centelha* em BH, a *Estratégia* e uns gatos pingados que foram surgindo em São Paulo porque a turma da *Centelha* em BH foi uma organização que dirigia a tendência mandou pra SP uma turma pra criar um trabalho lá, então foi pra lá o Flavio Andrade, o João Machado, mais tarde foi o Carlos Henrique Árabe, o próprio Duda que era o grande nome nacional da *Centelha*. (Ignacio Delgado. Entrevista de pesquisa).

Contudo, a partir de março de 1979, o “*Em Tempo*” esteve oficialmente engajado na organização do Partido dos Trabalhadores. Além do domínio conquistado sobre o jornal, os trotskistas também se convenceram de que, naquele momento, o projeto socialista não passava mais pela militância no MDB, na qual estavam as lideranças político-sindicais tidas como conservadoras pelos grupos mineiro e gaúcho. Segundo Vitor Ângelo,

Prova disso foi a decisão da Tendência Socialista – sobre a qual a O. do Rio Grande do Sul tinha um controle considerável – de sair em bloco do MDB para apoiar o Movimento pró-PT. De acordo com seus integrantes, o desdobramento das articulações político-partidárias exigia dos socialistas “apostar e assumir concretamente a organização do PT”. Acreditando que apenas o partido teria condições de organizar os trabalhadores de forma independente e que pela sua condição de “projeto frentista de massas” a legenda poderia abrigar os diversos agrupamentos de esquerda isolados individualmente em seus trabalhos políticos, a Tendência Socialista buscou contactar organizações regionais que tivessem o “mesmo tipo de interpretação do Movimento pró-PT” para articular, nacionalmente, uma atuação conjunta. Esse, portanto, foi outro ponto de convergência entre os grupos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Ao se encontrarem no *Em Tempo*, as duas organizações iniciaram um processo de discussão política que culminaria no congresso de dezembro de 1979 (2008: 9).

Desta forma, este grupo formado por Minas e Rio Grande do Sul, do qual se originou a Democracia Socialista (DS), foi se envolvendo paulatinamente no movimento pró-PT, vendo, nesse partido, a alternativa viável para unir diversos grupos de Esquerda isolados politicamente, tornando-se um verdadeiro partido de massas, capaz de organizar os trabalhadores. Não acreditavam que a organização dos trabalhadores em classe pudesse ocorrer de maneira espontânea, “o que explica o fato de a DS apoiar, desde o início, a criação de um partido de vanguarda, baseado num programa revolucionário, em que atuassem



quadros formados nesse programa com larga experiência na luta política”. (ANGELO, 2008: 9).

O grupo, apesar de possuir um quadro de importantes intelectuais, não dispunha de uma base social sólida. O número de militantes da DS era limitado ao movimento estudantil e a alguns contatos com as oposições metalúrgicas de São Paulo e Belo Horizonte, com as quais os militantes vindos do POC e da O. mineira mantinham boas relações.

Assim, a tendência estudantil juizforana *Estratégia*, que participou de todo o processo supracitado de formação da DS, atuou ativamente no ME local. Na memória de Marco Aurélio Crocco, ex-militante da década de 80,

A *Estratégia* era uma tendência com cunho marxista muito forte. Marxista e trotskista, que tinha por trás dela uma organização clandestina chamada Organização Revolucionária Marxista. (...) E eles montaram uma expressão pública pra atuar no Movimento Estudantil, que era a Centelha em Belo Horizonte e a *Estratégia* lá em Juiz de Fora, faziam parte do mesmo grupo. (...) E aí as tendências vão para o PT, as correntes vão para o PT. E aí a DS assume, vai para o PT. Esse é um momento, e outros grupos também vão para o PT, com projetos distintos. (...) Então era uma organização que defendia a construção do PT, a transformação do PT num partido socialista de esquerda, que ia puxar a revolução, as grandes transformações. (Marco Aurélio Crocco, entrevista de pesquisa).

As lembranças de Jorge Sanglard sobre a tendência *Estratégia*, em Juiz de Fora mostram essa trajetória de vinculação à *Centelha*, de Belo Horizonte, e sua participação na fundação do PT.

A *Estratégia* teve uma vinculação com a *Centelha*, em Belo Horizonte, que disputava em Belo Horizonte, os DA's e o DCE da UFMG. Durante um determinado momento era próxima do grupo do jornal Movimento. Depois teve um racha no Jornal Movimento, uma parte ficou no Movimento e outra parte foi fundar o jornal Em Tempo. Em termos partidários, ajudaram a fundar o PT. Ninguém tinha outra filiação partidária anterior, no período do bipartidarismo. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Para o autor Vitor Ângelo, a *Democracia Socialista* tinha outra bandeira de luta que era a garantia do reconhecimento da divergência de pensamentos dentro do PT, o qual deveria dar direito à existência de tendências internas. Segundo ele,

Além da transformação do PT num partido revolucionário, outra bandeira histórica da *Democracia Socialista* foi a defesa do direito de tendências. Com uma base social e política bastante heterogênea, o PT, na qualidade de frente, comportava diversas posições políticas, o que, segundo a DS, exigia não apenas liberdade de manifestação interna como também o reconhecimento da variedade de opiniões. Mesmo mantendo-se favorável à regulamentação do direito de tendências, a *Democracia Socialista* logo abandonaria sua posição inicial, passando a caracterizar o PT como um partido, e não uma frente. Ainda assim, a política de aproximação junto a outros grupos que também apoiavam o partido permaneceu inalterada, tendo em vista que ela era parte da estratégia da DS para formar uma corrente

revolucionária no interior da legenda – o que nunca chegou a ocorrer efetivamente. (ANGELO, 2008: 10).

Na década de 1980, a DS atingiu seu objetivo e o PT aprovou a resolução permitindo a existência das tendências. Contudo, o PT foi se aproximando cada vez mais da institucionalidade, afastando-se da possibilidade de se tornar um partido revolucionário, como acreditava inicialmente a DS.

Desta forma, percebemos que o movimento estudantil era heterogêneo, apresentando muitas facetas devido à variedade de grupos, nele, atuantes. Alguns deles se revelaram em todo o território nacional, outros, contudo, apareceram em realidades mais distantes, trazendo particularidades de cada localidade. A luta pela democracia, travada pelos estudantes, foi, então, marcada por um panorama de diferentes grupos militantes, com expressões diferentes em cada região e que apresentavam variações ao longo do tempo.

### **3.3 As tendências estudantis atuantes em Juiz de Fora de 1974 a 1984**

Juiz de Fora/MG, ao mesmo tempo em que possuía uma forte expressão dos grupos nacionais e refletia as ações do ME nacional, apresentava suas particularidades. No início da década de 1970, além do grupo denominado de Direita, havia, no Movimento Estudantil juizforano, a presença de dois grupos de Esquerda mais específicos: os, genericamente, conhecidos como marxistas e os católicos. “Aqui em Juiz de Fora o que estava muito forte era a AP, que vinha dessa da Esquerda Católica: JEC, JOC, JUC” (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa). Na memória de Ignacio Delgado, a divisão existente entre cristãos ligados à histórica AP, e marxistas por influência do PCB, era o que definia o contexto do Movimento estudantil na cidade até meados de 1970.

Em Juiz de Fora, a clivagem era entre cristãos e marxistas, um eco da antiga liderança que o PCB, por um lado, e a AP tinham no ME de JF. Em meados dos anos 1970 - tem que lembrar, pois é um acontecimento importante - houve um grande processo, que pegou o pessoal da AP e deu uma desorganizada na liderança do Movimento Estudantil na cidade. Esta ficou sob a direção da esquerda, mas a maior parte das pessoas não era exatamente organizada, sabe, não eram enquadrados no interior das organizações. Tanto o PCB quanto a AP, que disputavam essa hegemonia aqui, tiveram uma espécie de baque ali na metade da década de 70. Por isto, quando então chegou esse período - 76/77 - você tinha aqueles que eram genericamente marxistas e aqueles que se intitulavam cristãos, essa era a composição de esquerda aqui. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Percebe-se que a distinção entre Esquerda e Direita, no contexto do início da década de 70, não era marcada por grandes divergências teóricas, mas era uma questão de enfoque.

Era identificado, como Direita, o grupo que pautava seu discurso apenas em resolver problemas estritamente estudantis, sempre se colocando como apolítico e despreocupado com cenário nacional. Já a Esquerda, se unia na cidade, apesar da divisão interna entre marxistas e cristãos, e se identificava no discurso da busca pela democracia na Universidade e no país, sempre fazendo uma ponte entre as lutas específicas dos estudantes e a luta pelas liberdades democráticas. Dessa forma, na década de 70, até o ano de 1976, a Esquerda foi unificada no ME juizforano, unindo marxistas e cristãos na luta contra a Direita, a estreiteza de sua posição e pela democracia.

O ano de 1976 foi marcante no contexto juizforano, pois a chapa da Direita ganhou as eleições para a diretoria do DCE da UFJF, fato que iremos abordar de forma mais detalhada no próximo capítulo. No entanto, o mesmo gerou uma mudança na organização estudantil na cidade. Aliado a isso, o ano de 1977 foi o marco do despertar do movimento estudantil nacional, momento sentido em Juiz de Fora, não apenas pelas manifestações e assembléias, mas também pela pluralidade expressa nas tendências de esquerda, que apareceram marcando posições distintas, também em nível local, após essa data.

O surgimento da maior diversidade de tendências dentro do ME vem como reflexo do aparecimento de divergências dentro do grupo que anteriormente unificava a ação da Esquerda. Surgem propostas diferentes no modo de encaminhar a luta pelo retorno das liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar. Essa diversidade na ótica do período se constitui de uma expressão de democracia em que as divergências eram manifestadas, contudo, sem perder a unidade de ação. Essa afirmação pode ser justificada através do texto vinculado no Jornal da tendência *Estratégia* no ano de 1978. Ao se referir ao surgimento de tendências no ME juizforano, o grupo assegurava que,

As tendências surgem no ME quando o avanço das oposições determina o aparecimento de propostas políticas diferentes da superação do regime militar. Os estudantes, como setor social politicamente ativo, optam pelas propostas formuladas no conjunto da sociedade. Assim correntes de opinião se formam em torno de propostas políticas diferentes. A tendência não divide o Movimento Estudantil. O exercício da democracia implica a possibilidade de manifestação de varias posições e as divergências existentes a nível de propostas e de programas políticos, não comprometem a unidade na ação pratica, enriquecida pela ampliação da discussão. Em relação às entidades a atuação das tendências não visa a sua substituição. Somente as entidades organizam os estudantes nas suas lutas, abrigando dentro de si todos os estudantes. A tendência cabe influenciar nas entidades com vistas à ampliação do debate político, contribuindo assim para firmar uma direção segura para o ME. Não cabe a ele, no entanto, confundir-se à entidade, mesmo quando compõe a sua diretoria. (Jornal de Estratégia, n 1., junho de 1978. Arquivo da UFJF, coleção Flávio Cheker).

A nova organização vivida pelos estudantes de Juiz de Fora a partir deste despertar em 1977 foi marcada pela entrada e pelo surgimento de novos grupos de Esquerda, mudando o panorama existente, até então, de dualidade entre a chamada “Esquerda Marxista” e a “Esquerda cristã”; sempre atuantes contra o grupo de Direita, que permaneceu unido em um bloco único, em Juiz de Fora. Na lembrança de Ignacio Delgado, o momento em que as tendências nacionais começaram a ter ramificações na cidade é bem nítido.

O último presidente de Esquerda, em 1976, tinha sido o Reginaldo Arcuri. Em Juiz de Fora havia uma composição entre os dois grupos, que existiam na UFJF, que não tinham nada a ver - pelo menos esta é a impressão a que eu tenho, ainda hoje, igual à percepção que eu tinha na época, depois disso pra mim ficou claro -, ali naquele momento, com as linhas nacionais que depois afloraram no Movimento Estudantil. (...) As correntes que tinham presença nacional no Movimento Estudantil mandaram seus emissários pra cá e a partir daí, nós começamos a nos posicionar de acordo com aquilo que existia no âmbito nacional. Assim, se o PC do B já tinha uns gatos pingados por aqui, ele acabou ampliando essa presença, com recrutamento de gente que depois veio a ser até presidente do DCE, o Marcus Pestana, o Carlos Alberto Pavan. Nós aqui do ICHL e mais um grupo que tinha surgido na bioquímica, conversamos muito com a turma da Centelha em Belo Horizonte. E aí nós fomos reproduzindo aqui a divisão que existia no estado e no país. Foi uma divisão meio natural porque já tinha uma certa insatisfação com a maneira como o movimento era conduzido em Juiz de Fora. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

O novo panorama, marcado pela presença de diversos grupos, começou a se expressar. A Esquerda, dita cristã, foi aos poucos se esvaindo do ME em Juiz de Fora. Os militantes, que tinham ligação com o grupo dito marxista, foram se revelando com posições políticas mais definidas. Na memória de Ignacio Delgado, o panorama do ME na cidade, em 1978, era composto pelas tendências *Estratégia*, MR-8 e *Ação e Unidade* (nome dado ao PC do B no meio estudantil), e posteriormente, também, pela LIBELU.

No final do ano de 1978 só existia isso assim em Juiz de Fora: *Estratégia*, MR-8, *Ação e Unidade* e resíduos da AP e do PCB, que naufragou totalmente. No final de 78 nós assistimos a um racha aqui no DA do ICHL, que levou à criação da LIBELU em JF, do Trabalho. Então esse era o mapa das tendências. (...) tinha isso, um campo que vinha sempre junto que era a *Ação e Unidade* e o Oito, do outro lado a *Estratégia*, e, a partir do final do ano de 1978, também a LIBELU que nunca fez aliança com ninguém, que sempre andou por vias próprias. O PCB virou uma coisa muita pequena e seguia a turma do 8 e da *Ação e Unidade*, assim como a AP, que veio a desaparecer. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, no final de 1977, tínhamos como tendências atuantes dentro do ME em Juiz de Fora, a *Estratégia*, ligada à *Centelha* de base trotskista; o PC do B, MR-8 e PCB (esse em menor expressão), que se apresentavam na cidade como uma aliança, nomeada *Ação e Unidade*; e a partir de 1978, a LIBELU. Havia também um grupo, denominado pelos

militantes da época como Direita, porém não tinha expressão nas disputas, aparecendo com destaque em poucos momentos.

Na memória de Marcus Pestana, os grupos que tiveram expressão em Juiz de Fora entre 1974 e 1984 foram PC do B, do qual o mesmo participou, MR-8, *Centelha / Estratégia* e LIBELU. A AP e o PCB, apesar de terem alguns representantes, não tinham expressão significativa.

Que teve expressão mesmo foi o MR-8, PC do B e a Centelha. Tinha a LIBELU, tinha um núcleo da LIBELU, Liberdade e Luta, e o Pascoal tinha um partido forte. A Ação Popular que era muito forte no movimento estudantil, não era forte aqui, o Partidão também, tinha vários professores do partidão, mas não conseguiram juventude. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Segundo Rafael Pimenta, ex-militante do MR-8 em Juiz de Fora no início de 1980, após o retorno do pluripartidarismo, a juventude do PDT e o PMDB, passou a integrar, também, a aliança *Ação e Unidade*, que por vezes também se expressava com outros nomes.

Então tinha o MR-8, tinha o PC do B, tinha o PCB, tinha, aqui em Juiz de Fora o seguimento principal do PT que chamava Estratégia, que boa parte desse pessoal, o Paulinho Delgado e outros mais faziam parte. Tinha a LIBELU, que era a Liberdade e Luta, que era mais pra área trotskista meio anarquista não sei dizer. E eram esses os movimentos principais que havia em Juiz de Fora, do Movimento Estudantil mineiro e brasileiro. Eram esses. Aqui em Juiz de Fora era o MR-8 de um lado e o pessoal do PT de outro lado, a gente era adversário. (...) Então era mais o MR-8, o PC do B era da nossa aliança. Aqui em Juiz de Fora não tinha muito PCB, mas também era da nossa aliança. O início do movimento da juventude do PDT também era da nossa aliança. Do outro lado ficava o PT, com as tendências todas do PT, que basicamente era o que existia. (...) Então, são vários, na verdade era MR-8, PMDB, PC do B e PCB e, PT do outro lado. Basicamente era isso. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

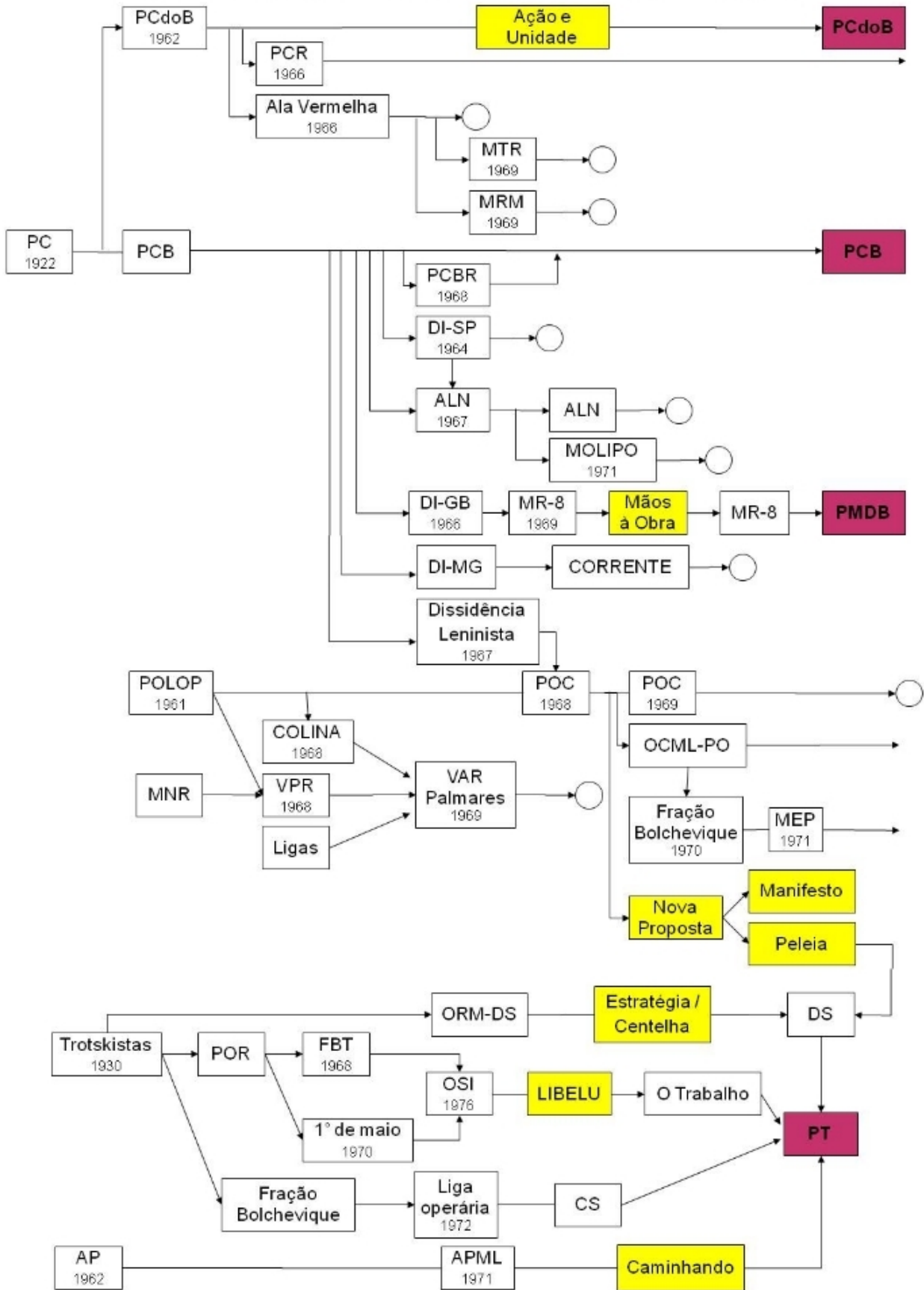
Dessa forma, a aliança entre PC do B, MR-8 e PCB configurava-se um grupo dentro do Movimento Estudantil em Juiz de Fora. A *Estratégia* participou da fundação do PT e a LIBELU também passou a integrá-lo, logo após sua fundação. A Direita continuava vinculada a seus antigos aliados. Após o retorno dos partidos políticos, as tendências passaram a ser sempre vinculadas, na visão dos grupos, a partidos políticos. Em Juiz de Fora, em especial, ao PT e ao PMDB.

Para melhor situar estas tendências e suas origens, apresento em seguida um organograma sobre a origem das esquerdas no Brasil. Esse organograma foi produzido a partir de um quadro de autoria de Marco Aurélio Garcia<sup>28</sup>, de trabalhos de Marcelo Ridenti (1993) e Antônio Ozai da Silva (s/d), visando contribuir para a compreensão do conteúdo acima apresentado. Além de focar o Movimento Estudantil, estendi também o recorte temporal do

<sup>28</sup> Marco Aurélio Garcia, publicado no Jornal Em Tempo, N. 76 (08/1979), série “Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979)” e citado por Rosalba Lopes (2001).

mesmo, dando destaque aos grupos estudantis e suas vinculações partidárias posteriores, dentro das quais passaram a militar, mantendo sua organização, abordando os grupos que atuaram no recorte desta pesquisa, 1974 a 1984.

**Organograma das origens das Esquerdas no Brasil, suas expressões no meio estudantil de 1974 a 1984 e suas vinculações partidárias posteriores**



**Legenda**

- → Fim da organização
- (Amarelo) → Expressão estudantil
- (Rosa) → Partidos políticos pós 1979 aos quais as organizações se vincularam

### **Considerações**

Portanto, quanto à esquerda e sua intercessão com o movimento estudantil, constata-se que suas divergências no campo ideológico de orientação eram refletidas dentro do Movimento Estudantil, e que estas diferenças davam a tônica do movimento. O motivo da divergência entre as esquerdas que na década de 1960 baseava-se no caráter, etapas e organizações necessárias da Revolução socialista, se transformam na década de 1970 numa questão de tática, estratégia e de filosofia política na forma como enfrentar a ditadura militar e encarar a revolução. A divergência entre reformismo e revolução dividiu as esquerdas e dentro do Movimento Estudantil se traduziu na oposição entre *peguista* e *liberdades democráticas*.

Os grupos que tiveram presença mais expressiva no Movimento Estudantil como nacional e em especial no juizforano eram pertencentes ao bloco *liberdades democráticas*. Desta forma, a influência do MR-8, PC do B, PCB, APML e os grupos trotskistas tiveram presença marcante ao longo da história da esquerda estudantil na década de 1970 e 1980 em Juiz de Fora. Estas apresentavam divergências de orientação conforme foi apresentado nestes capítulos e com isto configuraram as principais posturas políticas defendidas por cada grupo e que afetava as ações do ME composto por esta variedade de grupos. Devido à isto, esta análise e apresentação feita neste capítulo torna-se importante por colaborar na compreensão da trajetória do ME na cidade de Juiz de Fora, tema do capítulo que agora segue.



#### **4 MEMÓRIAS ESTUDANTIS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM JUIZ DE FORA NO CONTEXTO DA LUTA DEMOCRÁTICA (1974 – 1985)**

Neste terceiro capítulo apresento a memória do Movimento Estudantil na cidade de Juiz de Fora/MG, ao longo dos anos de 1974 a 1984, período de luta pelo retorno da democracia no Brasil e pelo fim da ditadura militar. Esse período foi marcado por uma intensa participação dos movimentos sociais no contexto político nacional, dentre eles, o Movimento Estudantil, conforme já apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Assim, neste ítem, abordo a atuação do Movimento Estudantil, no contexto da abertura política, buscando compreender de que forma se reproduzia, em nível local, uma luta em prol da democracia no plano nacional e de que forma as tendências de esquerda, no interior do ME, atuavam na cidade de Juiz de Fora/MG. Os estudantes movimentaram a política da cidade, com manifestações contra a prefeitura, e também tiveram atuação nas eleições municipais de 1978 e 1982, fato que também abordo neste ítem.

Dessa forma, busco realizar uma reflexão, neste capítulo, sobre dois ítems em especial: primeiramente, a forma pela qual o Movimento Estudantil, em uma cidade de médio porte, fora dos grandes pólos, expressava a luta pelas liberdades democráticas, embrenhadas pelo movimento estudantil nacionalmente; em seguida, a percepção das particularidades do ME na cidade, vendo sua relação com o Movimento cultural, com a política local e com a Universidade.

O movimento cultural na cidade teve momentos de vinculações expressivas com o Movimento Estudantil. A luta por acesso à cultura, e pela promoção da mesma, tornava-se uma forma de propagação de suas ideologias políticas e de agregação. Os anos finais da década de 70 foram momentos de intensa produção cultural em Juiz de Fora, fato oriundo do movimento estudantil, que se ocupava em promover inúmeras ações culturais, não apenas voltadas para os estudantes, mas também agregando a comunidade. Dessa forma, dedico um ítem neste capítulo para analisar a questão cultural na cidade de Juiz de Fora, no contexto estudado.

##### **4.1 A dinâmica das tendências: disputas eleitorais pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Anualmente os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora vivenciavam um processo eleitoral para a direção da entidade representativa local: o Diretório Central dos

Estudantes (DCE). Cada tendência configurava um chapa para concorrer à eleição. Em alguns momentos, no entanto, aliavam-se para vencer a tendência de Direita ou outro grupo de Esquerda, formando coligações. No momento das eleições, as tendências mostravam-se mais claramente, defendendo suas posições, lançando nomes e debatendo a Universidade, a sociedade e a política brasileira.

Entre os anos de 1974, marco inicial desta pesquisa, e 1976, conforme já abordado no segundo capítulo desta dissertação, havia uma divisão polarizada em dois extremos: Direita e Esquerda. José Antônio da Silva Marques, o Zé Toninho, presidente do DCE eleito em 1973 e vigente até as eleições que ocorreram em 17 de outubro de 1974, pertencia ao grupo ligado à Esquerda.

O comparecimento dos estudantes matriculados na Universidade às urnas era obrigatório<sup>29</sup> e, segundo matéria do Jornal Diário Mercantil<sup>30</sup>, aos faltosos seriam lançadas penas que poderiam variar entre um e trinta dias de suspensão das aulas, segundo o estatuto, evidenciando o controle do MEC sobre a Universidade, através principalmente da Lei Suplicy Lacerda. No entanto, não foram encontrados casos de tal punição.

Ainda segundo matéria veiculada no jornal Diário Mercantil, para concorrer ao cargo de presidente e vice-presidente da entidade, os candidatos deveriam atender a algumas determinações: ser brasileiro; maior de 21 anos ou legalmente emancipado; estar regularmente matriculado em um curso de graduação da UFJF, exceto no primeiro período ou no último ano do curso; não haver sofrido punições, na forma do estatuto do DCE; estar em situação regular diante do DCE da UFJF e não ser repetente<sup>31</sup>.

Ligado ao grupo conhecido como “marxista”, na mesma linha de Zé Toninho, estava Ivan Barbosa, que foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes no ano de 1974. Como vimos no capítulo anterior, a Esquerda “marxista” agregava os chamados “cristãos” e “marxistas”, ligados à AP e ao PCB e PC do B, respectivamente. Na disputa eleitoral, encontravam-se apenas duas chapas que marcavam a polarização existente entre Direita e Esquerda.

Essa polarização dentro do Movimento Estudantil era reflexo da existente na política brasileira, imposta pela própria Ditadura Militar, que, como já mencionamos, estabeleceu a vigência de apenas dois partidos políticos: ARENA e MDB. Assim, o primeiro congregava todos os políticos da chamada Direita, que apoiava os militares; e o segundo, por sua vez,

---

<sup>29</sup> De acordo com notícia do jornal Diário Mercantil, estiveram presentes nas eleições de 1973 4042 votantes.

<sup>30</sup> Diário Mercantil de 03 de outubro de 1974, p. 08

<sup>31</sup> Diário Mercantil de 03 de outubro de 1974, p. 08.

congregava toda a Esquerda, em oposição ao regime. Dessa forma, o panorama das disputas eleitorais no DCE da UFJF reproduzia, no interior da Universidade, a mesma lógica imposta pela ditadura.

Ivan Barbosa lembra que na disputa pelo DCE em 1974, a Direita apresentava uma chapa cujo candidato à presidente era o acadêmico de Odontologia, Adonise José Ribeiro, conhecido como Gaguinho. No entanto, não exibia propostas contundentes nem membros preparados, tendo algumas vezes se organizado apenas para apresentar-se como uma oposição ao grupo adversário.

Percebe-se que, muitas vezes, o grupo da Direita tinha como proposta lutar apenas pelos interesses estudantis, destacando não caber aos universitários preocuparem-se com a política, ou seja, questionarem o regime militar. Sobre Adonise Ribeiro, que foi candidato representando a Direita, Ivan Barbosa lembra a posterior função de secretário de esportes, na gestão de sua chapa, na direção do DCE.

O gaguinho não teve participação nenhuma nesse negócio, só disputou eleição, perdeu e depois foi meu secretário de esportes, porque ele gosta desse negócio. (...) Armaram uma chapa pra brigar com a gente, a chapa falava de esporte nada a ver... era uma chapa da Direita mesmo. (...) Muitos amigos meus entraram nessa, eles falavam comigo, nós vamos colocar o Gaguinho pra evitar que você seja preso, (...) o povo da boate de antigamente achava um absurdo eu ter voltado pra universidade ao invés de ganhar dinheiro (...) falavam pra eu largar, porque iam me perder. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

O Jornal Diário Mercantil<sup>32</sup> publicou matéria que relatava as ideologias e os projetos de cada candidato à presidência do DCE. Nas palavras de José Adonise Ribeiro, representante da chapa “Renovação”, suas propostas referiam-se a soluções de problemas dos universitários especificamente, ressaltando que “os outros” não lhe competia resolver. Outro ponto de destaque da chapa *Renovação* estava relacionado aos esportes, em que propunha mudanças para as Olimpíadas Universitárias. No jornal Diário Mercantil, Adonise Ribeiro finalizou sua fala, deixando claras suas propostas e sua linha de trabalho:

Tentar resolver os problemas universitários dando-lhes maior amplitude a todos os setores que se fizer necessária a presença do DCE. Seremos verdadeiramente apolíticos, embora estando atentos a todos os problemas que vierem a prejudicar ou beneficiar o estudante universitário<sup>33</sup>.

Ivan Barbosa, do curso de História, membro da chapa “Realidade”, em matéria supracitada no jornal Diário Mercantil, definia sua proposta como

<sup>32</sup> Diário Mercantil de 10 de outubro de 1974, capa.

<sup>33</sup> Diário Mercantil de 10 de outubro de 1974, p. 08.

Em primeiro lugar superar as transformações causadas às representações discentes, com a reforma universitária, ou seja, os transtornos, a desunião e a desagregação dos órgãos representativos, em cuja solução está a criação de Centros de Estudos, agregando todos os alunos dos mesmos cursos; criar órgãos informativos e incentivar as iniciativas de qualquer universitário que vise à união de todos; fortalecer ainda mais as representações estudantis para que possam realmente defender, da melhor maneira, os reais interesses da classe<sup>34</sup>.

A diferença entre as chapas era perceptível no tocante às suas propostas e vinculações. Mostrando-se sempre atenta, exclusivamente a necessidades locais cotidianas dos estudantes na Universidade, a chapa *Renovação* negava-se a discutir, questionar ou vincular problemas locais da conjuntura política, declarando-se apolítica.

Ao contrário dela, a chapa *Realidade* apresentava questões locais de interesse dos estudantes, contudo sempre fazendo crítica aos militares, como se percebe nas entrevistas e em documentos analisados, mostrando-se combativa à dominação da ditadura dentro da Universidade e buscando defender os interesses dos estudantes.

Para que as eleições transcorressem com tranquilidade, o então DCE distribuiu folhetos com um “esquema” de votação constando a relação dos cursos e os locais de votação de cada um. Foram no total quatorze urnas espalhadas pelo campus da UFJF no dia 17 de outubro, quando ocorreram as eleições de 1974, em que cada estudante recebia duas cédulas, uma para eleger a direção do DCE e outra para eleger a direção dos Diretórios Setoriais.

No mesmo pleito, ao eleger a chapa para a direção do DCE, além da escolha dos ocupantes para os cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretários diversos, também se elegiam representantes discentes para órgãos colegiados Superiores da UFJF. Eram três representantes para o Conselho Universitário, quatro para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e um para o Conselho de Curadores<sup>35</sup>. Nessa eleição, a vitória foi de Ivan Barbosa, com a chapa *Realidade*. Foram dois mil novecentos e cinquenta votos, contra mil quatrocentos e setenta e sete para sua opositora, a *Revelação*. A posse da gestão ocorreu no dia 19 de outubro de 1974, no anfiteatro do ICBG, e contou com a participação de muitos universitários, da antiga gestão do DCE, do reitor da UFJF, João Martins Ribeiro, e de representante da Prefeitura de Juiz de Fora.

Na sucessão de Ivan Barbosa, em 1975, duas chapas se enfrentaram na disputa pelo DCE, situação *versus* oposição. Eram as chapas “Consciência limpa”, da oposição, liderada pelo acadêmico de medicina José Tavela Filho, e a outra chapa, denominada “Nossa luta”, que era liderada pelo acadêmico de direito, Reginaldo Arcuri<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Diário Mercantil de 10 de outubro de 1974, p. 08.

<sup>35</sup> Diário Mercantil de 27 de setembro de 1974, p. 05.

<sup>36</sup> Diário Mercantil de 14 de outubro de 1975, p.8.

Na lembrança de Reginaldo Arcuri, a composição da chapa “Nossa Luta” considerava dois aspectos: no primeiro, um tronco básico, para direcionar a chapa e compor a representação no CEPE e no CONSU; no outro, a necessidade de equilibrar a composição da chapa entre os cursos, buscando o máximo de representatividade.

A chapa possuía uma montagem que tinha um componente político, de quem ia ser o coração político da chapa. No meu caso, (...) na composição básica éramos eu, o Paulinho Delgado, o (...) Chico Guerrilha, o Ivan não estava mais na chapa, obviamente, o Odilon Andrade, a Flávia, que depois virou minha mulher, (...) a Elenir Guimarães da medicina, também o Chico Teixeira da Comunicação, enfim, depois eu vou lembrando outros. Mas tinha uma outra parte que era você equilibrar a chapa pela distribuição dos cursos. Então a gente tinha, por exemplo, um pessoal da Educação Física muito bom (...). Mas tinha isso, você tinha que ter gente da Engenharia, tinha que ter gente da Medicina, tinha que ter gente da Economia, etc. Aí você montava a chapa nisso. Mas o miolo político da chapa tava focado na composição da representação no CEPE e no CONSU. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Em 18 de outubro foi realizado um debate entre os candidatos à presidência do DCE. O candidato de oposição, antes de explicar sua plataforma de ação, frisou que participava do pleito porque não via sentido em eleição sem oposição. “Se a vitória for nossa, temos nossos planos para execução imediata; se caso formos derrotados, estaremos valorizando a vitória de nossos colegas da situação”<sup>37</sup>. Já Reginaldo Arcuri, afirmava, no mesmo debate, que sua chapa “lutará para que a Universidade de Juiz de Fora seja realmente autêntica e procure incentivar mais trabalhos de pesquisa, não se limitando apenas em informar os universitários”<sup>38</sup>. A vitória foi da Chapa “Nossa Luta”, da situação, que venceu com dois mil duzentos e vinte e três votos sobre a chapa “consciência limpa”<sup>39</sup>, que permaneceu na direção até outubro de 1976, quando ocorreu um novo pleito.

Na memória de Arcuri, a eleição para a presidência do DCE tinha repercussão e era acompanhada pela população através da apuração transmitida em tempo real pelo rádio. Arcuri vincula essa repercussão, ao fato de que não era comum ocorrerem eleições diretas para a presidência do DCE em outros lugares de Minas Gerais. Assim, a eleição do DCE da UFJF já representava uma forma de resistência ao regime militar, uma vez que se realizava através de eleições diretas.

Tem outra coisa interessante, é que em Minas Gerais, pelo menos, eu não sei o resto do país, só o DCE de Juiz de Fora é que era eleito por voto direto. O DCE da UFMG, por exemplo, era eleito por voto indireto. Os DA's eram eleitos por voto direto, você tinha uma espécie de conselho acadêmico, uma coisa assim, que elegia a diretoria do DCE. Então as eleições do DCE aqui, eram na época tão importantes

<sup>37</sup> Diário Mercantil de 19 e 20 de outubro de 1975. p.8.

<sup>38</sup> Diário Mercantil de 19 e 20 de outubro de 1975. p.8.

<sup>39</sup> Diário Mercantil de 26 e 27 de outubro de 1975. capa.

quanto à eleição de prefeito. A minha eleição, por exemplo, foi transmitida a apuração pela, na época, PRB3, a Difusora, urna a urna. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Na eleição de 1976 manteve-se a dualidade na disputa de um lado a chapa “Presença”, da situação, presidida pelo acadêmico de filosofia José Antonio Correia Lage e de outro, a chapa “Xeque Mate”, presidida pelo estudante de Direito Paschoal Barros Montezzano, em oposição à gestão vigente, grupo ligado à Direita<sup>40</sup>. Essa eleição, contudo, configurou-se de uma forma diferente das anteriores, cujas vitórias eram da tendência de Esquerda. A Direita se articulou, aproveitando-se de algumas falhas do grupo adversário, que até então unificava, genericamente, cristãos e marxistas. Para Jorge Sanglard isso teve ligações com o fato de a ARENA, partido do regime militar, ter se voltado para Juiz de Fora, visando conquistar a prefeitura da cidade e o DCE da UFJF.

Teve um ano que o Melo Rei ganhou a prefeitura, que ele foi fazer um comício que o DCE havia mudado, agora precisava mudar a cidade e aquilo caiu como uma bomba na universidade a fala dele, porque a Ditadura jogou todas as fichas, a ARENA apostou todas as fichas em ganhar Juiz de Fora, porque JF era uma cidade que eles nunca tinham ganhado nenhuma eleição, e eles ganharam a prefeitura e ganharam o DCE, o presidente era o Paschoal Montezzano que era da Direita e era uma chapa muito conservadora e era uma chapa que deu muito problema para o Movimento Estudantil, eles tentaram criar uma ruptura muito radical com a retomada do DCE. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Reginaldo Arcuri traz em sua memória outro aspecto para justificar a derrota da esquerda na transição de 1976

Houve um problema quando nós fomos montar a chapa da nossa sucessão, porque o candidato natural era o Odilon Andrade, mas o Odilon por várias razões pessoais acabou não podendo concorrer. E quem concorreu foi o Zé Antônio, não me lembro o sobrenome dele. E não era o candidato natural. E aí essa coisa deu uma escorregada e a campanha não foi muito bem feita. Você ganha ou perde não por uma coisa só, uma sucessão de coisas. Dessa vez uma sucessão de erros foi maior que a sucessão de acertos. E aí, na verdade tem uma coisa que era importante nessa época, que era o seguinte, havia uma certa tensão, na forma de fazer as coisas entre o pessoal que era mais ligado à Igreja Católica e o pessoal que não era ou era menos ligado à Igreja Católica. E nesse caso aí o Zé Antonio era ligado ao pessoal da Igreja Católica, então essas coisas contribuíram um pouco pra não haver unidade. E, com isso, o pessoal da Direita ganhou, o Pascoal Montezzano, e foi uma gestão desastrosa. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Para Reginaldo, a pessoa vista como o “candidato natural”, por motivos pessoais não ter se lançado para a presidência do DCE, sendo substituído por José Antônio Correia Lage, estudante de filosofia, teria contribuído para a derrota da Esquerda e consequente vitória da Direita. Esse ponto também foi evidenciado na fala de Ignacio Delgado.

<sup>40</sup> Diário Mercantil de 19 de outubro de 1976, p.4.

O Reginaldo, penso, estava aliado neste campo que o pessoal chamava de marxista, e na sua sucessão o acordo pra indicar um nome pra dirigir a chapa foi construído com dificuldade. O nome que se imaginava era o nome do Odilon Barbosa, da Engenharia, (...) mas o presidente do DA do ICHL, que era o Zé Antônio, surgiu como uma alternativa assim, inesperada e acabou sendo indicado. A campanha foi muito frouxa e a direita ganhou (...) a eleição com um cara chamado Paschoal Montezano. Foi, portanto, uma coisa gozada: ao mesmo tempo em que o Movimento Estudantil reaparecia no âmbito nacional, em Juiz de Fora o DCE estava nas mãos da Direita. Assim, a articulação para poder participar daquela ação que se desenvolvia no Brasil a partir de São Paulo teve que ser feita pela turma dos DA's, que participava de um fórum chamado "congresso acadêmico". O congresso acadêmico é um equivalente do que seria posteriormente o conselho de DA's, só que votavam nele os representantes da direção do DCE no CEPE e no Conselho Superior, o CONSU. Ele tinha, assim, uma representação meio deformada. (Ignácio Delgado, entrevista de pesquisa).

Ignacio Delgado também vincula às falhas da Esquerda, a derrota da mesma nas eleições de 1976, dando a vitória a Paschoal Montezano com setecentos e trinta e dois votos à frente. Assim, no mesmo ano em que o movimento estudantil ressurgia no âmbito nacional, a diretoria do DCE na UFJF era composta de estudantes da Direita. Dessa forma, a luta foi encampada fora da entidade, mostrando que o Movimento Estudantil não se reduzia à mesma.

Durante este tempo, os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Setoriais ganharam destaque, pois foram eles que travaram embate constante com a direção do DCE. As reuniões do Conselho Acadêmico tornaram-se palco de intensas disputas, que se traduziram em uma conflituosa concorrência para a sucessão dos mesmos. Ignacio Delgado, recorda a participação dos DA's no Conselho Acadêmico e as atribuições que os mesmos receberam, principalmente enquanto o DCE estava sob a direção do grupo da Direita.

Assim, a articulação para poder participar daquela ação que se desenvolvia no Brasil a partir de São Paulo teve que ser feita pela turma dos DA's, que participava de um fórum chamado "congresso acadêmico". O congresso acadêmico é um equivalente do que seria posteriormente o conselho de DA's, só que votavam nele os representantes da direção do DCE no CEPE e no Conselho Superior, o CONSU. Ele tinha, assim, uma representação meio deformada. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, o Conselho Acadêmico passou a conduzir a luta pela democracia em Juiz de Fora, afastando-se das posições direitistas da gestão do DCE, disputando o encaminhamento de assembleias, manifestações e outras ações entre os DA's naquelas reuniões. A Esquerda adotou como tática recuperar o DCE a partir da vitória nos DA's e DS's, um a um. Matérias constantes passaram a ser veiculadas, na imprensa local, noticiando a disputa entre chapas de oposição e outras, vinculadas ao DCE, em todas as faculdades da UFJF. As chapas de Esquerda, concorrentes aos DA's, enfatizavam, além das plataformas específicas do curso, questões mais amplas, ligadas à realidade nacional do movimento estudantil na luta pelas

liberdades democráticas, mostrando sua posição diante da campanha pela anistia política, entre outras coisas. As chapas de Direita, contudo, permaneceram indiferentes à questão política nacional, demonstrando seus interesses ligados, apenas, às questões específicas de cada curso.

Um exemplo desse fato foi a disputa pela direção do DA do curso de Direito. Adenal Botelho, da chapa *Resistindo*, de orientação de Esquerda, afirmou, em entrevista concedida à imprensa local, que o papel do DA era realizar o máximo de promoções culturais, focar os problemas sociais, políticos e econômicos através de palestras, além de manter informações sobre matrícula e currículo, para dar maior apoio aos alunos na orientação dentro do curso; propunha, também, fazer renascer as tradições esportivas, com a criação da Associação Atlética: “tomar posição nos momentos certos, diante dos problemas do nosso curso, dar continuidade à participação do diretório acadêmico na luta pela liberdade de organização, pelo estado de Direito, por melhores condições de vida para o povo brasileiro e pelas liberdades democráticas”<sup>41</sup>.

Já a chapa da Direita, liderada por Manoel Donizete, enfatizava não haver nenhuma ligação com a gestão do DCE, apesar da grande proximidade de suas propostas com a mesma. Nas palavras de Tonizete “meu trabalho será dirigido para os interesses da faculdade e não para panfletos”<sup>42</sup>.

Assim, através das falas desses candidatos, percebemos o teor dos discursos e plataformas apresentadas pelas chapas concorrentes aos DA's e DS's naquele ano. Uma campanha pautada no mesmo conteúdo, de crítica ou apoio às ações do DCE, foi recorrente em todas as disputas pelos os diretórios.

Nesse cenário, a Esquerda conquistou os DA's de Engenharia, Economia e Direito. No Serviço Social, a oposição à direção do DCE também venceu, com a chapa *Reintegração*. Na Comunicação, a chapa única liderada por Jorge Sanglard, da Esquerda, também conseguiu votação para se eleger, bem como nas Ciências Biológicas. Na Educação Física, a vitória também foi do grupo de Esquerda. A vitória da oposição no DA de Medicina, com o acadêmico Renato Giacomini, fez com que o movimento, contrário à gestão da Direita no DCE, ganhasse força.

Os grupos de vinculação à chapa em exercício no DCE mantinham, mesmo nas disputas pelos DA's, um discurso que dizia que o estudante deveria ser apolítico, e defendiam a extinção das correntes políticas dentro da universidade. Paschoal Montezano, presidente do

---

<sup>41</sup> Diário Mercantil de 24 de junho de 1977, p.04

<sup>42</sup> Diário Mercantil de 24 de junho de 1977, p.04



DCE, afirmava<sup>43</sup>, que o movimento estudantil devia manter-se distante dessas tendências, e insistia que havia afastado o DCE, durante sua gestão, tanto da ARENA quanto do MDB, fato presente apenas no discurso, já que sua aproximação com a ARENA era visível.

Paschoal Montezzano tecia críticas ao grupo de Esquerda, acusando-os de inconformistas e representantes de uma estrutura que manipulava o ME de Juiz de Fora por anos. Em sua crítica, abordava sua oposição ao, denominado por ele, “continuismo”, negando-se a apoiar claramente uma chapa concorrente à presidência do DCE.

A postura de Montezzano expressava contradições e ambivalências. Afirmando ter consciência de que estatuto do DCE previa a luta pela democracia, o então presidente da entidade assegurava que jamais pediria revogação do AI-5, mas sim do 477. Em suas palavras: “Os DA’s misturam na mesma luta operários, trabalhadores, MDB, que nada tem a ver com o estudante”<sup>44</sup>. Assim, mostrava seu ideal de desvincular o ME de todos os outros movimentos sociais e políticos, que naquele momento ganhavam força e se uniam na luta pela democracia. Sua posição direitista não permitia o enfrentamento dos meios de repressão da ditadura militar, defendendo a Universidade como um local isolado e sem relação com a política nacional.

Para a sucessão de Montezzano, foram inscritas três chapas. A primeira “Ponto de Partida”, liderada por José Pimenta e tendo por vice José Campomisi; a chapa “Sustentando”, presidida por Odilon Andrade e a terceira, a chapa “Liberdade e Verdade”, liderada por Manuel Donizete Nunes<sup>45</sup>. A primeira congregava grande parte da Esquerda estudantil, enquanto a última representava a Direita, buscando a continuidade na direção da entidade. A Chapa “Sustentando”, no entanto, declarou em entrevista ao jornal Diário Mercantil, no dia 27 de outubro de 1977, que só lançou-se devido a questões políticas recentes dentro do Movimento Estudantil. Odilon Andrade declarou que a inscrição da mesma só ocorreu por garantia, caso a chapa de Pimenta fosse impugnada<sup>46</sup>. Odilon Andrade estava aliado a Pimenta e fez campanha para o mesmo, ficando a eleição, na prática, disputada somente por duas chapas: “Ponto de Partida” e “Liberdade e Verdade”. Dessa forma, toda a esquerda se unificou em torno da “Ponto de Partida”, cujo objetivo era retirar a Direita da direção do DCE da UFJF, seja compondo a chapa ou somente apoiando.

---

<sup>43</sup> Em seus discursos na imprensa local no período.

<sup>44</sup> Diário Mercantil de 17 de outubro de 1977, p. 04.

<sup>45</sup> Diário Mercantil de 27 de outubro de 1977, p. 04.

<sup>46</sup> Diário Mercantil de 08 de novembro de 1977. Capa.

Um exemplo desse apoio a José Pimenta veio do grupo que se organizava naquele momento como tendência na UFJF, a *Estratégia*. Ignacio Delgado recorda o momento de eleição de José Pimenta e da oposição desse grupo.

Há uma figura que apareceu como a pessoa que encarnou mais que ninguém esse levantar do Movimento Estudantil em Juiz de Fora que foi o Zé Pimenta. Mas a turma do ICHL e a turma da faculdade de Bioquímica já tinha alguns “senões” com a sua liderança, talvez porque quisesse disputar a liderança com ele, talvez por achar que ele tinha um perfil menos radical do que a gente gostaria que tivesse. Assim, ao final do ano de 77, quando foi montada a chapa pra disputar o DCE com a Direita, nós já estávamos fora, nós não quisemos entrar. Nós lançamos um documento (...) que era uma enorme análise do capitalismo brasileiro, cheio de firulas, em que a gente se apresentava como uma tendência diferente que era a *Estratégia*. Esse documento é um documento inaugural da *Estratégia* (...) O nome do documento era *Estratégia*, criticava o populismo e era recheado de todas aquelas análises da linha do Weffort, que acabaram dando no PT. Lançamos isso e nos diferenciamos, não entramos na chapa do Zé Pimenta, embora tenhamos apoiado porque era pra tirar a direita do DCE. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Percebe-se que grupos de diferentes ideologias já começavam a se configurar, em 1977, no interior da Esquerda no ME juizforano, estimulados pelas lutas estudantis iniciadas na USP e que, organizadas pelo Conselho Acadêmico e pelos DA's, haviam se reproduzido em Juiz de Fora. As correntes nacionais começaram a enviar seus representantes a JF, e a Esquerda, que até então era unificada, começou a dar sinais de ramificações em organizações bem definidas, configurando seu novo momento em Juiz de Fora e, em especial, no Movimento Estudantil. Pela fala de Ignacio Delgado, percebe-se que a “*Estratégia*” já estava se formando no momento da eleição de transição da presidência do DCE, de Montezzano para José Pimenta. Assim, o grupo, por não se identificar com a linha de Pimenta, não compôs sua chapa, mas manteve-se como apoio, unindo forças para retirar a Direita da direção do DCE.

A plataforma da chapa *Ponto de Partida*, de José Pimenta, contemplava pontos como a maior participação dos estudantes no DCE, na reestruturação do congresso acadêmico, de forma a eliminar a burocracia que os afastava, bem como realizar consultas permanentes e assembléias periódicas, para ouvir o estudante e ainda fortalecer e apoiar os DA's. Propunham-se, também, a lutar em defesa dos interesses dos estudantes e por melhores condições de assistência na Universidade como: melhorias no Restaurante Universitário (RU); prática de esportes e desenvolvimento da cultura; melhoria no ensino e seu foco nas necessidades da população; organização do ME; autonomia, democracia e a conquista das liberdades democráticas<sup>47</sup>. A chapa *Sustentando* apresentava-se com os mesmos princípios da chapa *Ponto de Partida*, e não se afirmava como uma oposição à mesma.

---

<sup>47</sup> Diário Mercantil de 09 de novembro de 1977. p. 14

Já o grupo *Liberdade e Verdade* apresentou, como proposta, convocar um representante de cada curso para as reuniões periódicas do DCE, incentivar a cultura, promover um festival de música popular em Juiz de Fora, apoiar a Liga Universitária de Jogos Estudantis, reivindicar estúdios permanentes em todas as áreas, orientar os alunos sobre suas necessidades, reivindicar melhores condições para o funcionamento da biblioteca e lutar para a construção da casa do estudante<sup>48</sup>.

A vitória foi de José Pimenta com a chapa *Ponto de Partida*. Foram no total de cinco mil trezentos e oitenta votos, sendo duzentos e sessenta e seis nulos e cento e sete brancos. A chapa *Sustentando* obteve apenas cento e vinte e dois votos. A *Ponto de Partida* venceu a segunda colocada por uma diferença de dois mil novecentos e noventa e cinco votos<sup>49</sup>. Em sua posse, José Pimenta declarou, conforme discurso publicado na imprensa local, que sua defesa era pela democracia, envolvendo todos na luta que ali se iniciava.

Agora, acabou a paz de cemitério, para começar a festa da democracia. Mas esta não será uma festa dos salões nobres, pois a democracia só se festeja nas ruas, junto ao povo. Por isto, essa posse não é um fim, mas o ponto de partida de uma nova era do movimento estudantil em Juiz de Fora.

Pimenta estava certo. Com a gestão da chapa *Ponto de Partida* o panorama do movimento estudantil juizforano sofreu modificações. Após este momento, configurou-se um novo cenário da Esquerda, fragmentado em tendências. Na memória de Ignacio Delgado, a *Ação Popular* tentou uma inserção sem muito sucesso, o MR-8 e o PC do B compunham o campo *Ação e Unidade*, e havia, por fim, a *Estratégia*, que teve vinculações com a *Centelha*, organização de Belo Horizonte<sup>50</sup>.

Depois que o Zé Pimenta ganhou a eleição nós tivemos uma mudança na configuração da esquerda. A turma da AP ainda tentou fazer uma incursão aqui, e tinha um laço porque a AP já foi muito forte em JF, mas não prosperou porque a própria AP nacionalmente foi perdendo a força. No campo do Zé Pimenta você tinha o MR-8, que foi a organização que, inclusive, recrutou o Zé Pimenta, não sei dizer se já em 1977 ou no ano seguinte - e o PC do B, que se apresentava no Movimento Estudantil com o nome de Ação Unidade (o MR-8, eu não sei se tinha um nome nacional não, a gente chamava de 8, e aqui em JF). Nós estávamos ligados à Centelha. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, na eleição para suceder José Pimenta na direção do DCE, concorreram três chapas, sendo duas de Esquerda e uma de Direita, quebrando a dualidade existente entre

---

<sup>48</sup> Idem

<sup>49</sup> Diário Mercantil de 19 de novembro de 1977. Capa.

<sup>50</sup> Ver capítulo 2 desta dissertação.

Direita e Esquerda nas disputas pela entidade representativa do estudante<sup>51</sup>: a chapa *Estratégia*, que pela primeira vez concorria oficialmente como tendência ao DCE; a chapa *Ação e Unidade*, da situação e a chapa *Caminhando*, representante da Direita.

A *Estratégia* apresentava, como principal ponto, a luta pela democracia no DCE, na Universidade e na sociedade. Sua proposta inicial era abrir canais de participação na entidade, criando assim um movimento de reconstrução do DCE que visava torná-lo democrático e aberto, além de atuante. A tendência acreditava que o papel da diretoria do DCE era o de coordenar e orientar as lutas e trabalhos do movimento estudantil e que, para a efetivação disso, deveriam ser criadas outras formas de participação, para que todos pudessem influenciar o trabalho realizado dentro do DCE. Eles também propunham lutas pela democracia dentro da Universidade, bem como pelas liberdades democráticas e pela volta da UEE e da UNE. Buscavam intervir, desde aquele momento, na luta dos oprimidos, levantando bandeiras que lhes interessavam, como a anistia ampla, geral e irrestrita pelo fim da censura e pela liberdade de organização partidária<sup>52</sup>.

Nesta ocasião, a *Estratégia* lançou uma chapa sem indicação de um nome para presidente, mas sim, dez diretores. Esse fato é lembrado por Ignacio Delgado como sendo um dos motivos que desencadearam sua derrota, agravado pelo apoio, dado por José Pimenta, a Carlos Alberto Pavan, presidente da chapa concorrente.

Aí, no ano de 1978, no final daquele ano, eu disputei o DCE, na verdade nós disputamos o DCE e eu seria o candidato, mas deu um acesso de “*democratite*” no nosso campo lá e o pessoal achou melhor lançar uma chapa com uma coordenação de dez nomes, ao invés de lançar presidente, vice ou coordenador geral. Eram dez nomes, a gente passou a campanha inteira explicando porque que a gente não tinha presidente. Foi um horror, embora eu ache que a gente perderia de qualquer forma porque o Zé Pimenta era uma liderança muito forte e ele apoiou outro candidato que era o Pavan, Carlos Alberto Pavan, que era do PC do B. (...) Nós passamos a campanha inteira de 1978 explicando aos estudantes quem é que ia mandar, porque os estudantes desconfiavam de uma chapa que não tivesse um nome à sua testa. (...) Então a coisa de fazer uma chapa colegiada, sem rosto, tava muito distante da cultura política dos estudantes, que ficaram o tempo todo perguntando, e as questões substantivas a gente então não conseguia discutir, a gente passou a campanha inteira explicando que não era assim, que se não tinha um presidente (...). (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Diferente da *Estratégia*, a *Ação e Unidade* tinha o nome de Carlos Alberto Pavan para presidente e de Maria de Fátima, da Medicina, como vice. Apesar de se declarar independente, a chapa recebia apoio direto do presidente do DCE, José Pimenta, e seguia a mesma direção. Declarava-se contra o “doutinamento político” e, acreditava que o debate

<sup>51</sup> Apesar da eleição no ano anterior ter contando com três chapas, uma delas não contou com expressão, lançando-se apenas para garantir oposição à direita.

<sup>52</sup> Jornal Diário Mercantil do dia 17 de outubro de 1978.

ideológico não devia ficar apenas restrito às lideranças universitárias. Defendia que, somente através da atuação unificada dos estudantes, poderia alterar as péssimas condições de ensino vigentes e assim, contribuir para o fortalecimento do movimento popular. Propondo lutar pela aproximação entre DA's e DCE, visava torná-los mais democráticos, além de, no campo mais geral, defender a anistia ampla, geral e irrestrita contra a ditadura<sup>53</sup>.

Já a chapa *Caminhando*, da Direita, da mesma linha da *Xeque-Mate*, que esteve à frente do DCE nos anos de 1976 e 1977, não apresentou propostas concretas de atuação durante aquele pleito, colocando-se apenas como alternativa de oposição, mas já sem expressão e força junto aos estudantes. Ignacio Delgado recorda que, após a vitória de José Pimenta, a Direita foi desaparecendo aos poucos, tendo algumas inserções irrisórias posteriormente.

A direita foi sumindo, sumindo sumido... ela disputou ainda umas duas vezes, tinha um cara chamado Jair Bispo Evangelista que fazia parte da chapa do Paschoal, e que no ano seguinte apareceu como candidato, mas que teve uma votação irrisória, irrelevante. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Naquela eleição já era perceptível uma mudança na plataforma das chapas de esquerda, que aliaram, formando um discurso favorável, além das liberdades democráticas e da oposição à ditadura militar, questões específicas na luta da Esquerda no período, como a defesa da anistia política e o retorno do pluripartidarismo.

Assim, na eleição a vitória foi da chapa *Ação e Unidade*, com a presidência de Carlos Alberto Pavan, que ganhou por seiscentos e quarenta e dois votos de diferença da segunda colocada, a *Estratégia*.

Nas eleições que se seguiram, em 1979, a tendência *Estratégia* lançou dois nomes como coordenadores gerais, substituindo os dez nomes da eleição anterior. Foram seus representantes Fernando Grossi, do curso de Medicina, e Flavio Procópio Cheker, acadêmico de Letras. Sua proposta tinha como base a construção de um novo DCE, com trabalho e democracia, respondendo concretamente a cada problema existente, através de lutas por mais verbas, pelo ensino público e pela criação de um comitê contra o ensino pago. Esse comitê teria por funções a realização de um levantamento das necessidades financeiras da UFJF, além de encaminhar a reivindicação pelo congelamento das taxas<sup>54</sup>. Para Ignacio Delgado, a vitória da *Estratégia* em 1979 foi reflexo de muito trabalho.

---

<sup>53</sup> Diário Mercantil de 28 de outubro de 1978. Capa.

<sup>54</sup> Diário Mercantil de 10 de novembro de 1979, p.4.

Então, nós continuamos trabalhando no Movimento Estudantil e ao final do ano ganhamos o DCE por 39 votos, com o Flávio Cheker. O ano seguinte foi, portanto, o ano da nossa gestão no DCE. O presidente, digo, o coordenador geral – nome criado para contornar a rejeição ao presidencialismo, que se mantinha na Estratégia - o Flavio... Na verdade, eram dois coordenadores gerais, o Flavio e o Fernando Grossi – para valer era como se fosse o presidente e o vice. Nós continuávamos muito fortes na bioquímica, onde tínhamos 98% dos votos em toda eleição; éramos também muito fortes aqui no ICHL, mas dividíamos votos com o pessoal da LIBELU - teve uma eleição que chegamos a perder o DA -; tínhamos força na Medicina, mas nunca conseguíamos ganhar o DA; éramos fracos na Engenharia mas disputávamos e, teve um ano que chegamos a ganhar o DA, porque, para surpresa nossa, o outro grupo não disputou; tínhamos grupos, por fim, espalhados pela universidade inteira, mas a nossa base assim mais sólida era o ICHL, Bioquímica e a Medicina, que nós rachávamos, embora sempre em desvantagem. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Para aquele pleito, outro grupo que acabava de se formar em Juiz de Fora, apareceu na disputa, apesar da pequena expressão em número de votos obtidos, a LIBELU, *Liberdade e Luta*. Na memória de Ignacio Delgado, este grupo surgiu após um cisma na Esquerda, principalmente no ICHL. “Do nosso lado teve esse cisma da turma da LIBELU, que era o Flávio Bitarelo, a Bia, o Adenal, um cara do Direito, a Adriana que era do ICE, irmã da Bia. Eles sempre tinham uns duzentos votinhos. Já a gente, disputava ali em cima com esse outro campo”. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim, havia, concorrendo ao pleito de 1979, outras três chapas além da *Estratégia*, configurando uma divisão ainda maior dentro da Esquerda no ME de Juiz de Fora: *Liberdade e Luta*, *Mutirão* e *Impacto*. A chapa *Liberdade e Luta*, de origem de esquerda e trotskista, apresentava o mesmo nome de sua tendência dentro do ME. Já a *Impacto* era remanescente de um pequeno grupo de Direita e a chapa *Mutirão*, que representava o grupo agregado: MR-8, PCB, PC do B e alguns poucos da AP.

A LIBELU colocava como fundamental a questão de combate à ditadura, a batalha pela anistia ampla, geral e irrestrita, a organização de um esquema de luta pelo ensino gratuito e público, em paralelo com melhores condições gerais de ensino. Colocava a necessidade de criação da União Metropolitana de Estudantes, para centralizar e coordenar o movimento estudantil em Juiz de Fora, puxando o movimento em escolas particulares, inclusive. Propunha, também, a construção de um DCE Livre e a independência política, defendendo o rompimento de todos os vínculos com o MEC e a universidade<sup>55</sup>.

A chapa *Mutirão* colocava como central a luta pelas liberdades democráticas. Sua principal proposta concentrava-se na realização de um Congresso interno de delegados de turmas, com o objetivo de incorporar o estudante. Outras questões, como a postura diante dos

<sup>55</sup> Diário Mercantil de outubro de 1979 p.04

novos partidos políticos, apareciam neste contexto. Apesar de, para ela, esse ser um ponto importantíssimo, essa chapa apresentava-se apartidária e propunha um simpósio, no qual cada corrente pudesse se apresentar em debate, dando subsídios ao estudante para se posicionar.

Contudo, o resultado desse pleito de 1979 foi a vitória da *Estratégia*, com trinta e nove votos à frente da chapa *Mutirão*. Fora mil oitocentos e trinta e cinco votos conquistados contra mil setecentos e noventa e seis da segunda colocada. A *Impacto* ganhou trezentos e noventa e três, seguida pela *Liberdade e Luta*, com trezentos, num total de quatro mil seiscentos e vinte votantes. A *Estratégia*, através dos presidentes eleitos, Fernando Grossi e Flávio Cheker, permaneceu na direção do DCE de outubro de 1979 a novembro de 1980, quando foi realizada outra eleição.

A eleição de 1980 foi bem disputada entre a Esquerda, já que o grupo de direita não lançou candidatos. Foram três chapas: *Nosso Tempo*, chapa da situação, ligada à *Estratégia*, com João “Loló”, da Engenharia, e Consuelo, da Bioquímica, como presidentes; *Pé no chão*, com Marcus Pestana, da Economia, como presidente, representante do grupo *Ação e Unidade*; e *Liberdade e Luta*, com o mesmo nome de sua tendência, LIBELU, com Beatriz Domingues, da História, e Anelise, da Geografia, como candidatas à presidência do DCE.

Neste pleito a vitória foi da chapa *Pé no chão*, que ficou à frente do DCE de novembro de 1980 à abril de 1982, já que as eleições foram adiadas por diversas vezes devido à greve dos professores da UFJF, não acontecendo em 1981 como era esperado.

Na eleição, que se organizou em abril de 1982, duas chapas se enfrentaram: *Estratégia*, liderada por Marco Aurélio Crocco e Maria Isabel Costa Melo; e *A todo Vapor*, com o candidato Fernando Siqueira. Já no cenário dos novos partidos políticos, a primeira foi apoiada pelo PT enquanto a última recebeu apoio do PMDB. Como resultado, a *Estratégia* foi eleita com dois mil duzentos e três votos contra mi quinhentos e setenta e três da chapa *A todo Vapor*. Foram duzentos e quatro votos nulos e cento e nove brancos. Apesar do baixo índice de votos no primeiro dia de eleição, a votação do segundo dia superou as expectativas e num total de seis mil estudantes matriculados, quatro mil e oitenta e nove compareceram às urnas.

Em 1983, a eleição ocorreu em maio. Foram montadas duas chapas para disputar à direção do DCE: *Clareia*, com a coordenação geral de Eugênio Pasquali, ligada ao grupo *Estratégia*. Apesar de não se caracterizar inteiramente como uma continuação da situação, essa chapa contava com o apoio do PT; e *Unidade*, presidida por Rafael Pimenta, apoiada pelo PMDB, da linha *Ação e Unidade*, que congregava PCB, PC do B e MR-8.

As principais propostas da *Clareia* resumiam-se em aprimorar o trabalho da livraria do DCE; pela moradia estudantil; implantar telefones públicos em todos os institutos; ampliar convênios médicos e odontológicos; trabalhar pela criação de uma creche que atendesse às necessidades de estudantes, funcionários e professores; lutar pela meia passagem dos ônibus para estudantes desempregados e intensificar as atividades culturais. O candidato a presidente declarou, em entrevista à imprensa local, que tentaria “romper com qualquer tipo de formalismo, o que, em consequência, burocratiza ainda mais o movimento estudantil”<sup>56</sup>.

Já a chapa Unidade tinha como principal proposta conseguir garantias de suplementação de verbas para a UFJF no ano de 1983 e, para isso, buscava fortalecer o DCE junto ao reitor.

No contexto deste pleito, surgiu uma nova proposta: o voto nulo; sugerido por um grupo de estudantes independentes, que defendiam que o que deveria mudar era a atuação de todas as entidades junto aos estudantes<sup>57</sup>. Sem pretensões de lançar uma chapa e tendo como porta voz Helton Ribeiro, não pretendiam colocar propostas de atuação, pois entendiam que seriam as mesmas que já estavam em discussão. Contudo, a ideia do voto nulo não obteve muitos adeptos. O placar final da eleição deu a vitória à chapa *Unidade*, liderada por Rafael Pimenta, com dois mil duzentos e trinta votos contra mil cento e doze da segunda colocada, *Clareia*. Foram cento e noventa e seis votos nulos e cento e quarenta e três brancos.

Uma nova eleição só foi realizada em setembro de 1984, na qual a disputa pela sucessão de Rafael Pimenta contou com a presença, novamente, de apenas duas chapas: *Mudança Já*, liderada por Nilo Hallack, da situação, apoiada por Rafael Pimenta e pelo PMDB; e *Semente*, presidida por Eraldo Bastos, como oposição.

A *Mudança Já* ressaltava a eleição do reitor em urna, com 1/3 de estudantes em relação a professores e funcionários; reivindicava média sete e pré-matrícula em todos os cursos, garantia de funcionamento do Hospital Escola, saída regularizada do Jornal e reforma do DCE, além da criação da Associação Atlética Universitária Independente<sup>58</sup>, do som aberto e shows.

Já a *Semente*, que uniu diversas tendências do movimento discente já “reunidas” há um ano e meio, teve como eixo principal de campanha, a busca de um trabalho voltado ao estudante e à integração universidade/comunidade, dentro de uma linha prática e não metodológica. Discutia a necessidade de não estarem atrelados a qualquer partido, dizendo

<sup>56</sup> Diário Mercantil de 12 de maio de 1983, capa.

<sup>57</sup> Diário Mercantil de 17 de maio de 1983, p. 04.

<sup>58</sup> Tribuna de Minas de 07 de setembro de 1984, p. 7.



que o que os unia era o fato de serem todos estudantes. Pretendia, também, atuar na questão social de forma a retribuir à comunidade o ganho profissional e cultural na UFJF, através do projeto “internato rural”. Outro ponto era o projeto cultural que pretendiam trazer de volta aos estudantes, que incluía o jornal universitário, o som aberto, teatro e cine clube<sup>59</sup>. Sua principal meta era a democratização da Universidade, com eleições diretas em todos os níveis.

O resultado da eleição deu Vitória à chapa de oposição *Semente*, com dois mil duzentos e quarenta e nove votos contra oitocentos e noventa da *Mudança Já*. Houve cento e vinte e nove votos nulos e cento e um brancos. Ao encerrar a pesquisa no final do ano de 84, não abordamos detalhadamente a gestão desse grupo no DCE da UFJF.

Assim, percebe-se que o processo eleitoral para ocupar a direção do DCE sofreu variações na disputa ao longo dos anos estudados. Inicialmente, o cenário se compunha de duas chapas, uma que englobava toda a Esquerda e outra a Direita. Em 1977, após a gestão do grupo da Direita, em Juiz de Fora, e os acontecimentos que fizeram o ME ressurgir nacionalmente, o panorama das Esquerdas se modificou, dando origem a novos grupos, que configuraram quatro diferentes chapas na disputa eleitoral. Aos poucos, a tendência de Direita foi deixando o cenário, que passou a ser ambiente de disputas entre chapas de Esquerda, variando quanto à ideologia e terminando, nos anos finais desta pesquisa, com apenas dois grupos.

## **4.2 As gestões do DCE na memória de seus militantes**

Cada entrevistado desta pesquisa trouxe consigo a memória deste tempo de militância no Movimento Estudantil. Neste ítem, dou destaque a essas memórias de ações, disputas, lutas e manifestações, ao longo das gestões do DCE da UFJF, de 1974 a 1984. A partir dessas memórias e das demais fontes utilizadas, teço a trajetória deste movimento, que optei por apresentar, através das gestões que conduziram o Diretório Central dos Estudantes ao longo do período estudado.

### **4.2.1 Heranças e a gestão da chapa “Realidade”: o início de uma trajetória**

Nos primeiros meses de 1974, o presidente do Diretório Central dos Estudantes era José Antônio da Silva Marques, que foi eleito ainda em 1973. Apesar do marco apresentado

---

<sup>59</sup> Tribuna de Minas de 31 de agosto de 1984, p.04.

pelos entrevistados estar centrado na gestão de Ivan Barbosa que o sucedeu, percebe-se que as bases seguidas na gestão da chapa Realidade foram dadas pela gestão de José Antônio, o Zé Toninho.

Nesta gestão, em maio de 1974, foi lançado o primeiro número da Revista *Nossas Palavras*. O objetivo da Revista era colocar em debate os problemas culturais e discutir as questões culturais que afetavam a vida universitária<sup>60</sup>. Os artigos do primeiro número contemplavam algumas reflexões sobre a Indústria Cultural, a música brasileira, cinema e Saúde. Com essa revista iniciava-se também um movimento cultural na UFJF, seguido de apresentações musicais, teatrais, incentivo à leitura, jogos olímpicos universitários, entre outras atividades.

Ivan Barbosa, ao lembrar-se das ações de sua gestão no DCE, recorda da herança recebida de seu antecessor: “A gente tinha uma livraria, a gente comprava direto da editora, aí vendia com 30% de desconto, 40 % de desconto, mas isso foi montado pelo Zé Toninho também, já herdei isso, começou a dar um IBOPE danado”.

Entre as gestões de Zé Toninho e Ivan Barbosa, os estudantes juizforanos adquiriram, como grande aliada, a gráfica do DCE. Sempre recorrente e em destaque na memória dos ex-militantes, a gráfica auxiliou, não apenas o movimento estudantil, mas também outros movimentos, como meio de “produzir democracia”. Percebe-se que o volume de materiais produzidos pelo DCE entre folhetos, panfletos, jornais e etc., só foram possíveis devido a aquisição dessa gráfica, que reduziu custos de impressão de material, colaborando na divulgação de ideias e propostas.

Na memória de Ivan Barbosa, a gráfica também foi uma herança de Zé Toninho, que a complementou e colocou em funcionamento.

O Zé Toninho, meu antecessor, comprou a gráfica, mas eu comprei a impressora, aí completou o negócio, nós tínhamos uma gráfica da melhor qualidade, papel à vontade, então nós rodávamos o que a gente queria: jornal, panfleto e convocação, e o negócio começou a dar certo. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

Na memória de outros militantes como Jorge Sanglard, o papel da gráfica foi essencial para a vinculação de ideias do Movimento Estudantil e do movimento cultural, em Juiz de Fora.

O Ivan comprou uma gráfica que foi talvez assim a grande propulsora do Movimento Estudantil em Juiz de Fora, do movimento cultural que através da gráfica você fazia folhetos, fazia panfletos, fazia jornal, fazia revista, possibilitou

---

<sup>60</sup> Revista Nossas Palavras. Nota de abertura. p. 02. Arquivo pessoal de Ivan Barbosa.

você ter um instrumental de divulgação de discussão das coisas. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Assim, a gráfica do DCE teve um papel importante dentro do Movimento Estudantil de Juiz de Fora, possibilitando a divulgação de ideias políticas e de cultura. Na gestão da chapa *Realidade*, um problema, também herdado da diretoria anterior, era a questão do transporte para o *campus*. Em agosto de 1974, a empresa Lord, concessionária do serviço de transporte, devolveu a linha ao poder público, sendo colocada em licitação, para que uma nova empresa realizasse o transporte, finalizando os problemas enfrentados pelos estudantes há muito tempo.

O secretário de transporte da prefeitura de Juiz de Fora, em constantes reuniões com o DCE, apresentava como solução a mudança do ponto final da linha centro – *campus*. Sendo assim, o DCE convocou assembléia estudantil para debater e deliberar sobre o assunto.

As deficiências no transporte para o *campus* ganharam pauta no discurso de vereadores “emedebistas” na câmara municipal de Juiz de Fora. O vereador Luis Sefair chegou a propor à Câmara que convidasse o prefeito Saulo Moreira, o secretário de transportes, José Holanda, e o reitor da UFJF, João Ribeiro, bem como representantes das empresas de transporte de Juiz de Fora, para uma reunião, no intuito de resolver a situação dos estudantes, que sofriam com a inexistência de horários para o *campus* e lotações acima da capacidade real dos veículos<sup>61</sup>.

Ivan relembra ações realizadas pelos estudantes para pressionar a prefeitura na solução do problema do transporte para o *campus* e os embates com a prefeitura de Juiz de Fora.

O problema que tinha na época era o transporte pro *campus*, aí nós começamos a organizar um negócio chamado de *super fila* na época: ou põe transporte pra levar todo mundo lá pra cima ou nos vamos fazer uma fila aqui! Aí começou a formar uma fila quilométrica ali na Independência, aí o Saulo Moreira que era prefeito na época, disse “não, general vai te prender”, tinha muito daquele clima de general. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

Após a abertura do novo acesso ao *campus* pela Avenida Independência, a questão do transporte se agravou, ao contrário do que era esperado. O ponto de ônibus sofreu mudanças, dificultando o acesso dos estudantes, em especial, pela distância do mesmo do Restaurante Universitário. Em declaração no jornal Diário Mercantil, o DCE reivindicava um ônibus de circulação interna no *campus* e a diversificação do horário de início das aulas, para

---

<sup>61</sup> Diário Mercantil de 05 de junho de 1975. p.04.

evitar os chamados *horários de pico*<sup>62</sup>. Entretanto, o problema do transporte permaneceu por muitos anos e se tornou motivo de novas ações e manifestações de outras gestões em exercício no DCE.

Destarte, durante a gestão de 1974/1975, houve outros momentos de pressão. Ivan recorda-se de alguns episódios em que foram encontrados panfletos distribuídos a todos os estudantes, com informações que denegriam sua imagem pessoal e a de seus companheiros de DCE. “Às vezes começavam a *sacanear*, você ia distribuir panfleto lá de manhã, chegava e tava lá (...) aquela coisa baixo nível, ‘Ivan foi treinado em Cuba’, aquela coisa pra apavorar (...) volta e meia era chamado no QG da Policia Federal”. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

No arquivo pessoal de Ivan Barbosa encontramos três desses panfletos, assinados com o nome de “O universitário autêntico”<sup>63</sup>. No panfleto intitulado “O que vai por fora do Ônibus”, os representantes do DCE eram acusados de não possuírem autoridade para falar em nome dos estudantes na questão do transporte, já que possuía carros particulares e, por tal motivo, não teriam interesse em defender a questão. Assim, sugeriam medidas que declaravam como simples e acusavam o DCE de não ter interesse em lutar pelos estudantes, mas somente por interesses próprios.

Em outro panfleto intitulado “O silêncio que assusta”, acusavam, abertamente, Ivan Barbosa de realizar acordos com Tarcísio Delgado, visando sua promoção pessoal, garantindo sua candidatura como vereador em Juiz de Fora nas eleições seguintes e a vitória de Reginaldo Arcuri, seu sucessor no DCE.

No panfleto “Passeando em ônibus”, os *universitários autênticos*, conforme assinavam, consideravam-se vitoriosos por terem cumprido seu objetivo de alertar os estudantes e o reitor da UFJF da existência de interesses pessoais na questão do transporte para o *campus*. Tal crítica se dava, em especial, por parte da Direita, que, por muitas vezes, endossada por PM’s infiltrados na universidade, buscava prejudicar a legitimidade das lideranças estudantis de esquerda junto aos estudantes. Contudo, Ivan Barbosa recorda que esta tática não era eficaz, “e isso ao invés de atrapalhar, ajudava, porque aí o pessoal ficava, nossa esse pessoal... oh!”. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

Entretanto, estes panfletos não passaram sem efeito e geraram um mal-estar entre os estudantes. Publicados na imprensa local, ao lado do ofício escrito pelo reitor da UFJF para o

---

<sup>62</sup> Diário Mercantil de 07 de junho de 1975, p.04.

<sup>63</sup> Panfletos “O silêncio que assusta”, “O que vai por fora do ônibus” e “Passeando em ônibus”. Arquivo pessoal de Ivan Barbosa.

prefeito municipal, endossando as críticas dos “Universitários autênticos”, indicavam que interesses políticos estavam envolvidos na luta pela melhoria das condições de transporte para o *campus* por parte do DCE. Sua direção, no entanto, reagiu a tais críticas realizando um pronunciamento durante reunião do Conselho Universitário, com discurso anteriormente aprovado pelo Congresso Acadêmico, lamentando o fato de a reitoria não considerar suas lutas e manifestações. Acusações também foram tecidas à reitoria por parte da direção do DCE, como a de que a construção do novo acesso à UFJF, por parte da reitoria, seria apenas um atrativo turístico que não resolveria o problema do transporte, bem como a de que a reitoria teria transferido sua responsabilidade sobre isso para a prefeitura, que também não conseguiu implementar soluções para o mesmo. A crítica também chegou aos autores dos panfletos, contudo, o DCE demonstrava-se sem preocupação com os mesmos, já que não afetaram sua imagem nem seu compromisso com os estudantes<sup>64</sup>.

O problema do transporte, no entanto, teve uma solução provisória. Após reunião com empresários, prefeitura e DCE, lançou-se a ideia da implementação de mais ônibus para a linha centro-*campus* e o funcionamento de uma Kombi, que levaria estudantes da bioquímica do prédio dos Estudos Sociais até a faculdade. Porém, percebe-se que a questão do transporte não foi solucionada. A pauta da melhoria de transporte acompanhou todas as gestões posteriores a Ivan Barbosa.

Na memória de Ivan Barbosa, contudo, o essencial daquela gestão, não foi a luta pelo transporte, mas a criação dos DA's em substituição aos DS's existentes, já evidenciados em sua campanha, além do funcionamento da gráfica.

A reforma Universitária tinha acabado com os Diretórios Acadêmicos todos, eram todos Diretório Setorial, entendeu, só tinham quatro diretórios, o de ensinos fundamentais que era no ICHL, o outro que era na faculdade de direito que juntava o direito, economia, pedagogia, juntava tudo num diretório só. O da saúde juntava medicina, odontologia e bioquímica; e ciências exatas que era matemática, engenharia civil. Aí quando eu assumi, voltaram com os diretórios acadêmicos. Então fundamos alguns diretórios: educação física, ciências biológicas, jornalismo. (...) Assim, o principal foi quebrar os Diretórios Setoriais, voltar com os Diretórios Acadêmicos todos, botar a gráfica pra funcionar, porque você com a gráfica na mão, papel a vontade porque papel era barato, cada DA com autonomia, escrevendo o que quisesse. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

Reginaldo Arcuri lembra que a criação dos Diretórios Setoriais ocorreu na gestão anterior a de Ivan Barbosa e que possuía um objetivo específico. Zé Toninho, na intenção de conseguir mais verbas da reitoria, transformou os DA's em DS's, cedendo a uma exigência do

<sup>64</sup> Pronunciamento do presidente do DCE na reunião do Conselho Universitário de 08 de agosto de 1975, aprovado pelo Congresso Acadêmico.

decreto 228<sup>65</sup>. No entanto, foi por causa desta mudança que o DCE conseguiu adquirir a impressora *off set* para a gráfica.

E aí, aqui em Juiz de Fora houve um movimento interessante, que foi o Zé Toninho, (...) fez como presidente do DCE, que foi concordar em adaptar a estrutura da representação estudantil da UFJF a umas normas do decreto 228. Então os DA's foram transformados em DS's, que eram Diretórios Setoriais. E isso significava que você tinha coordenação discentes, equivalentes aos DA's, e um grupo de DA's por áreas formava um diretório setorial. Ele fez isso pra que? Pra reitoria liberar um dinheiro pro pagamento de taxas pra carteiras de estudante que tava retido porque só podia ser legalmente liberado se você tivesse essa estrutura. E aí essas maluquices da época da ditadura, com isso ele conseguiu importar uma impressora *off set*, direto do Japão, que eu acho que existe até hoje aí, e que foi uma enorme ferramenta pra todo mundo a partir daí, porque o DCE passou a ter a possibilidade imprimir por sua conta esse negócio. (...) Mas o Ivan voltou a estrutura de DA's e o DCE. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

A criação dos Diretórios Setoriais, indicada no decreto 228, buscava acabar com as formas de representação estudantil, visando minar o envolvimento e a aproximação dos estudantes com organizações de representação de cunho político na universidade. Em Juiz de Fora não foi diferente; reduzidos números e agrupados por área, envolvendo um número maior de estudantes, os DS's os afastavam de sua representação.

A fundação dos Diretórios Acadêmicos na gestão de 1974/1975 começou a ventilar o Movimento Estudantil em Juiz de Fora, ampliando o espaço de participação dos estudantes e criando representações por cursos. Além disso, na memória de Reginaldo Arcuri, Ivan Barbosa sempre buscava algum ponto para manter a luta contra a ditadura através das ações do DCE da UFJF. “Era muito engraçado que o Ivan de vez em quando virava e falava ‘tá tudo muito calmo, esse negócio não tá certo. Vamos criar uma crise!’ Aí inventava alguma coisa, mas sempre nessa coisa de manter a tensão com a reitoria obviamente e com o conjunto das outras representações, digamos, da ditadura”.

Reginaldo Arcuri lembra que durante a gestão de Ivan Barbosa, a partir de uma iniciativa do DA de Direito de realizar um seminário sobre multinacionais, o Movimento Estudantil trouxe, a Juiz de Fora, Paulo Vidal e Lula, que seria seu sucessor no sindicato dos metalúrgicos.

Eu resolvi fazer no Âmbito do DA de Direito um seminário sobre multinacionais, que era o tema da época, essa coisa tava surgindo. E aí fomos a São Paulo, eu e o

<sup>65</sup>A LEI n°. 4464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, objetivou o fechamento das entidades estudantis. Foram criados o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE's), substituindo a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as UEE's (União Estadual dos Estudantes). Em meio aos protestos contra esta lei o governo lançou o Decreto Lei n°. 228 em 1967 que extinguiu o DNE e os DEE's, deixando os estudantes sem nenhuma entidade representativa legal.

Leonardo Horta pra convidar algumas pessoas pra virem falar disso. (...) E tinha um advogado que era contato do Leonardo, que se chama ou se chamava, eu nunca mais tive contato com ele, Renato Rua de Almeida. E era um advogado que tinha defendido muitas causas importantes de grupos de trabalhadores e tal. E ele aceitou vir e perguntou se nós não gostaríamos de levar um líder sindical. “Uai, podemos conversar e tal”. Aí ele marcou e no dia seguinte levou uma pessoa chamada Paulo Vidal, que era o presidente do sindicato dos metalúrgicos do São Bernardo do Campo. E tinha saído realmente, na época ainda existia a revista Visão, uma matéria dizendo que era o único líder sindical que combatia e tinha sobrado e tal. Convidamos e tal, e fizemos o seminário aqui. E no dia marcado pra palestra do Paulo Vidal ele chegou num fusquinha do sindicato trazendo o sucessor dele, que era o Lula. E foi muito engraçado, que na noite lá que foi a conferência, era uma coisa que a gente tinha feito, era o Centro Cultural do DCE, ali numa das galerias da Rua Halfeld. Eu me recorde que tinha seis pessoas na platéia, contando meu pai, que era totalmente contra a tudo que a gente fazia, mas foi lá no papel de pai pra prestigiar e um cara do DOPS encarregado de tomar nota e tal. Mas o Lula adorou e o Paulo Vidal, em vez deles irem embora no dia seguinte, ele ficaram três dias aqui. Foi ótimo. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

A presença de Lula na cidade aparece na memória dos militantes como um fato curioso e importante, vista sua projeção nacional posterior, além de um momento marcante na gestão da chapa Realidade. Ivan Barbosa foi sucedido por Reginaldo Arcuri, ligado ao mesmo grupo da gestão em exercício, assumindo o DCE pelo ano que se seguia.

#### 4.2.2 A gestão da chapa Nossa Luta: as eleições para a reitoria e a visita de Geisel

Em seguida, Reginaldo Arcuri, ligado ao mesmo grupo, venceu as eleições, exercendo sua gestão de outubro de 1975 a outubro de 1976, com a chapa “Nossa Luta”. Segundo seu relato, isso aconteceu em um cenário de mudanças da própria ditadura militar.

Então, eu fui eleito em 1975 e foi um período extremamente complicado, aonde essa coisa de como a gente se movia, foi um grande aprendizado acho que nós fizemos a coisa certa pra época num momento em que o quadro da própria ditadura mudava muito. Esse por exemplo, foi o período em que o Manoel Filho, depois o Herzog foram assassinados em São Paulo. Então, tinha toda uma coisa de como reagir a essas questões, porque no fundo o Movimento Estudantil era um movimento de vanguarda, tinha um grande apoio, mas não era uma coisa como muitas vezes se tentava perceber, em que a relação do Movimento Estudantil como se resto da cidade fosse unívoca, fosse toda na mesma direção. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Neste contexto de início da abertura política, ainda marcado por momentos de retrocesso e repressões, deu-se o ano de liderança da chapa “Nossa luta”. Reginaldo Arcuri recorda que a gestão de 1975 buscava, como base, efetivar o DCE e os DA's, numa forma de resistir ao governo, não seguindo uma linha, cuja defesa era o esvaziamento destas entidades como a melhor saída para a resistência aos militares.

Estávamos todos achando que era hora de você usar cada vez mais o DCE como uma ferramenta de luta contra a ditadura. Porque houve um período anterior em que no auge da repressão realmente pesada, o DCE foi tão esvaziado, porque muita gente acabou sendo presa no Congresso de Ibiúna, naquelas coisas, quando a UNE e a UEE foram destruídas, que houve gente que chegou a propor que a melhor forma de você mostrar a repulsa a ditadura era você deixar de ter DCE e DA's, você realmente zerar a representação estudantil. E isso na verdade não prosperou, mas vira e mexe voltava essa coisa. E a nossa proposta, dessa chapa, da minha chapa, que chamava Nossa Luta, foi exatamente você fazer o inverso, quer dizer, usar todas as ferramentas que tivesse. E aí o que se fez? Primeiro no CEPE a gente tinha sempre uma discussão, no CEPE e no CONSU, uma discussão sobre a pauta, uma discussão política sobre a pauta. Você tinha algumas coisas que eram administrativas e tal, mas você tinha sempre uma discussão política para poder usar todas as oportunidades pra fazer enfim, gestos políticos. Em segundo lugar, a gente usou muito a gráfica, porque, parece bobagem, mas é muito importante isso. Numa máquina *off set* como essa você tem que ter matriz, que é onde você coloca o que você vai imprimir e pega a tinta e roda. E era muito caro fazer matriz. Então vira e mexe o DCE não tinha dinheiro pra fazer as coisas. Então na eleição do Ivan nós compramos uma máquina de fazer matriz. Então nós ficamos com o circuito fechado, nós publicávamos o que queríamos. E publicamos muita coisa. Tanto, editamos o *Rei da Vela*<sup>66</sup>, uma porção de textos acadêmicos, textos de seminários, e a gente publicava o *Jornal Universitário*, que era uma coisa de divulgação e de combate a ditadura, enfim, as coisas da reitoria, etc. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Neste intuito, o DCE partiu para ações que valorizassem sua atuação contra a ditadura. Embrenhavam-se em constates discussões com a reitoria através do CEPE e do CONSU, em questões administrativas e políticas. Investiram na gráfica e na publicação de textos acadêmicos, livros e do *Jornal Universitário*, que era uma ferramenta de luta contra o regime militar.

Contudo, apesar dos constantes embates, Reginaldo Arcuri lembra que havia uma relação de respeito por parte da reitoria com a representação estudantil.

A relação com a reitoria era muito civilizada, no sentido de que eles nos respeitavam como representantes e como pessoas, mas sem abrir mão de que não era aquele sistema universitário que a gente queria, não eram aqueles conteúdos que a gente achava que eram os conteúdos que interessavam pra quem queria mudar o país, pra quem queria mudar o mundo. E obviamente o reitor era nomeado pelo presidente da república, que era um ditador de plantão. Então era uma luta honesta, mas uma luta permanente contra. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Arcuri lembra que dentro do contexto de ditadura os interesses dos estudantes não coincidiam com os da reitoria, visto que o reitor era um braço da ditadura dentro da universidade, já que era indicado pelos militares. Porém, nem o sistema de indicação do reitor ficou imune, tendo sido questionado durante a gestão 1975/1976.

<sup>66</sup> *O Rei da Vela*, peça de Oswald de Andrade, é uma obra representativa da década de 30, e marca uma época de preocupações e compromissos sociais. A peça é considerada o primeiro texto modernista para teatro. Nas experiências inovadoras anteriores, apenas a encenação tinha ares modernistas ao incluir a pintura abstrata nos cenários e afastá-los do realismo e do simbolismo. Mas o texto de Oswald de Andrade trata com enfoque marxista a sociedade decadente, com a linguagem e o humor típicos do modernismo.



O processo para eleger o sucessor do reitor João Martins Ribeiro aconteceria por meio de uma reunião do Conselho de Pesquisa, ensino e extensão e do Conselho Universitário, do qual participavam coordenadores de cursos, diretores de institutos e faculdades, o reitor em exercício e representantes do DCE; em um primeiro momento era realizada uma votação preliminar, na qual indicavam-se nomes a serem votados em uma nova reunião; dessa, formar-se-ia uma lista sêxtupla a ser encaminhada para a presidência da república que, finalmente, escolheria o reitor.

Para definirem, no processo de indicação de nomes para a lista sêxtupla, quais nomes seriam apoiados pelos estudantes para ocupar a cadeira de reitor, o DCE, em reunião do Conselho Acadêmico, decidiu realizar em maio de 1976, um plebiscito junto aos alunos da UFJF. O objetivo era abrir o debate de forma democrática, visando, contudo, restringir a entrada, na lista sêxtupla, de alguns professores considerados legalistas. Os estudantes tinham consciência dos limites de tal iniciativa, como vemos nas palavras do presidente do DCE na imprensa local: “pois sabemos que não temos nenhum poder de decisão sobre a escolha, mas podemos interferir de modo a impedir que prossiga um ciclo perigoso de esvaziamento de ideias na nossa universidade”<sup>67</sup>.

O plebiscito estudantil foi amplamente divulgado. Notícias nos jornais da cidade acompanharam todo o processo, vinculando explicações do DCE sobre ele. Também foi elaborada uma edição especial do Jornal Universitário, distribuída a todos os alunos, explicando as razões de tal atitude e convidando os estudantes a pensarem nas qualidades necessárias para que uma pessoa desenvolvesse, de forma competente, as funções de reitor de instituição de ensino federal; características das quais destacavam a luta por uma universidade livre e autônoma, que promovesse o diálogo entre aluno e professor, que incentivasse a pesquisa e a cultura, e que aproximasse universidade e comunidade.

Após o plebiscito, o Congresso Acadêmico realizou reunião, definindo seis dentre os doze nomes indicados pelos estudantes, que seriam levados pelos representantes do DCE à reunião em que era composta a lista sêxtupla, posteriormente enviada ao presidente Geisel. Na votação preliminar foram indicados 15 nomes, dentre os quais, seriam selecionados seis. Os estudantes realizaram grande debate e buscaram envolver os professores votantes com as opções indicadas pelos universitários durante o plebiscito, porém sem muito êxito.

Foram indicados para compor a lista sêxtupla: Sebastião de Almeida Paiva, Renato José Abramo, Aldemir Negrão Martins, Murilo Gonçalves do Amaral, José Geraldo Teixeira

---

<sup>67</sup> Diário Mercantil, 15 de maio de 1976, capa.

e Wilson Beraldo. Dentre esses, três eram médicos, dois engenheiros e um advogado. Contudo, essa formação da lista sêxtupla foi considerada, pelo então presidente do DCE, Reginaldo Arcuri, como uma “ducha de água fria” sobre os estudantes, pois considerava que a posição dos estudantes seria determinante no resultado do processo.

Em declaração de Arcuri à imprensa local em 20 de junho de 1976, o mesmo destacava que os requisitos para um reitor não abrangem apenas o conhecimento da universidade, mas sim, dentro do contexto da sociedade brasileira, predispõe um domínio dos instrumentos políticos. Destacou, ainda, que a luta do Movimento estudantil deveria contemplar a formulação de uma consciência democrática, para que, assim, se pudesse ver com olhos de participação o processo de escolha dos reitores da UFJF<sup>68</sup>. Dessa forma, a iniciativa estudantil não obteve êxito em seu objetivo primeiro, contudo motivou uma reflexão entre os estudantes que se envolveram no processo, sobre a democracia na sociedade e na universidade. O plebiscito significou uma forma de resistência à imposição da ditadura e de luta democrática em nível local.

Na lembrança de Reginaldo Arcuri, outro fato marcante de sua gestão foi a visita do general Geisel à Juiz de Fora, em meio ao processo eleitoral que o sucederia no DCE, e sua negativa enquanto representante desse de receber o chefe da nação, fato que repercutiu no meio estudantil, prejudicando o apoio ao candidato de seu grupo à sucessão eleitoral.

Nós tivemos, por exemplo, um caso muito emblemático em relação a isso, que foi a visita do Geisel a Juiz de Fora. Na época o Melo Reis era o prefeito e conseguiu definir a instalação da siderúrgica Mendes Júnior na cidade, o Itamar tinha começado esse processo, mas foi com o Melo Reis que o governo federal, exatamente porque ele era da ARENA, exatamente porque era necessário que a ARENA ganhasse legitimidade popular, eles fizeram um grande esforço em alguns lugares para que os políticos da ARENA tivessem bons resultados. E aqui em Juiz de Fora isso era uma coisa decisiva, era o grande investimento que a cidade podia receber na época, uma cidade que tinha duzentos mil habitantes na época e tal. E nós tivemos uma decisão, de que eu que era o presidente do DCE, eu não iria receber o Geisel no *campus*, porque inclusive eles tinham pedido que eu fosse receber o presidente e tal, e acho que foi corretíssimo fazer isso. Mas houve uma reação no meio dos próprios estudantes contra isso. Tanto que isso pesou muito na eleição seguinte que nós perdemos pra direita. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Para a ARENA, em declaração na imprensa local, a recusa do DCE de estar junto ao presidente Geisel, que desejava uma “conversa” com os estudantes, prejudicou o grupo da situação e abriu terreno sua entrada na universidade, quebrando a hegemonia da esquerda, próxima ao MDB, desde 1971<sup>69</sup>.

<sup>68</sup> Diário Mercantil de 20 e 21 de junho de 1976, p. 10.

<sup>69</sup> Diário Mercantil de 28 de outubro de 1976, p.08.

#### 4.2.3 A gestão da chapa Xeque-mate: a Direita no DCE da UFJF e a reação da Esquerda

A gestão de Paschoal Montezano, da tendência da Direita, foi marcante na memória dos militantes por dois motivos principais. Primeiramente porque configurou uma falha de articulação da esquerda, que por uma soma de fatores não venceu as eleições, perpetuando uma seqüência que havia se iniciado em 1971. Em seguida, por ter sido uma gestão desastrosa no DCE, com intensos embates com os DA's, fato que provocou que a luta democrática dentro do ME, inspirada nas ações dos estudantes da USP, fosse liderada pelas diretorias dos Diretórios, sem referência no DCE, marcando um novo cenário no ME juizforano, com a realização de assembléias e manifestações.

Na memória de Reginaldo Arcuri, “foi uma vitória de Pirro da direita, porque a gestão deles foi tão desastrosa que no final ele entregou a chave na reitoria, antes de terminar o mandato. Mas aí foi a época em que começou um processo realmente mais avançado de manifestação de rua”, fato com repercussão na imprensa local no período.

As manifestações nacionais aliadas ao contexto juizforano tiveram um impacto no Movimento Estudantil da cidade no ano de 1977. Na memória de Ignacio Delgado é presente a lembrança de assembléias lotadas, conduzidas pelos DA's, e que tiveram grande participação.

Neste ano aconteceu uma coisa, ou melhor, duas coisas, que foram muito importantes na trajetória do Movimento Estudantil em Juiz de Fora. Uma delas impactou o movimento estudantil nacional, que foi a reação dos estudantes paulistas, especialmente da USP, ao pacote de Abril e ao assassinato do Manuel Filho, que tinha sido no ano anterior. Tal reação provocou um despertar abrupto do movimento estudantil, quando os estudantes da USP saíram às ruas por volta de maio (...) Foi uma surpresa porque até então o Movimento Estudantil não era propriamente um movimento. Eram feitas apenas pequenas reuniões. Lembro-me que na gestão do Ivan Barbosa, no DCE daqui de Juiz de Fora, foi considerado um grande evento a realização de uma assembléia com cem pessoas no Fórum da Cultura. Isso era o máximo que se fazia. Assim, aquele gesto de ousadia dos estudantes lá de São Paulo - sob a direção do DCE da USP, que estava nessa época sob o comando da Liberdade e Luta, ou LIBELU - criou um impacto fundamental para todos nós, uma sensação, a gente vendo de longe, que nós tínhamos que fazer igual, nós tínhamos que repetir em Juiz de Fora aquilo que estava sendo feito lá, que era nossa obrigação de fazer igual. Mas o outro fator, digamos assim, desta vez de natureza local, que impactou de uma forma diversa, foi que no ano anterior (...) a esquerda perdeu o DCE. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Esses fatores colocaram o movimento estudantil de Juiz de Fora em um novo contexto. Impulsionados pela manifestação dos estudantes paulistas e aborrecidos com a liderança da Esquerda fora da direção do DCE, os estudantes juizforanos organizaram-se e

realizaram uma assembleia no *campus*, a partir da qual muitas outras começaram a ocorrer. Isso inaugurava um novo momento no ME da cidade. Na memória de José Pimenta, a sucessão de assembleias, que se deu em apoio ao movimento iniciado na USP, coincidiu com um momento de unidade entre a esquerda na cidade, objetivando a retirada da Direita da direção do DCE, das quais muitas discussões e denúncias foram realizadas.

O Reginaldo (*a sucessão de Reginaldo*) perdeu a eleição pra um tal de Pascoal Montezano, uma figura. Um reacionário (...). Mas também ele nem tinha muita coisa formada na cabeça. Ele serviu de instrumento pros setores mais atrasados da Universidade tentarem impedir aquele crescimento político de esquerda, vamos dizer assim, democrático, que vinha crescendo dentro da universidade. Aí depois a gente formou um grande movimento de derrubada do Pascoal, e naquele período começaram os movimentos na USP. E a gente começou a realizar assembleias aqui. Aí eu lembro que uma dessas assembleias eu fui fala (...), combinei, o pessoal com a qual eu ia discutir, que ia falar na assembleia foi o Ivan Barbosa, e a Zu e a Maria do Carmo. (...) E aí combinei com eles, mas na hora que eu fui falar na assembleia eu até tremia, minha perna tremia. Eu nunca tinha fala na frente de tanta gente. Mas aí a gente fez muita denúncia do ministro da Educação na época, da política arbitrária do MEC e tal, e aquilo tomou uma proporção na assembleia muito grande. Aí meu nome surgiu e eles começaram a articular meu nome pra presidente do DCE. Eu nem podia imaginar isso na época. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Na memória de Ignacio Delgado, a primeira assembleia realizada no congresso acadêmico obteve grande adesão, surpreendendo até seus organizadores. O momento era visto com tamanha relevância para a luta pela democracia; os militantes dos diferentes grupos preparavam antecipadamente seus discursos, com a ajuda de outros para intervirem, durante a assembleia, de forma a dar a direção dos debates e propostas.

No âmbito deste conselho de DA's, nesse *congresso acadêmico*, foi decidida a realização de uma assembleia na Praça Cívica, em solidariedade aos estudantes de São Paulo, em favor das liberdades democráticas. Nós fomos pra lá, meio com a expectativa que apareceria um “pinguinho” de gente, mas montamos um “sonzão” lá, alguém pulou a janela da biblioteca central, puxou o fio para a caixa de som. Nós pagamos pelo som, nós soltamos uma nota e chamamos os estudantes e foi todo mundo lá... Foi uma coisa de louco. Foi uma coisa absolutamente impressionante o que aconteceu: o som pegava a universidade inteira e tinha seis mil estudantes na praça, seis mil estudantes e quem não estava ficava olhando das plataformas. Assim, foi um negócio de louco e nós não sabíamos literalmente como se fazia uma assembleia, nós não sabíamos como lidar com aquilo. Hoje eu acho gozado, porque que todo mundo que ia falar escreveu os seus discursos. (...) Naquele momento a Direita liquidou-se na cena do Movimento Estudantil em Juiz de Fora, porque estava realmente fora da inclinação que ocorria no Brasil inteiro e também por causa do desempenho do Pascoal que na hora que foi fazer o discurso dele virou e falou assim: “*estudaaaaantes de Juiz de Fora...*”. Levou uma vaia monumental e pronto, acabou pra ele e nós ficamos até o final do ano sem DCE, porque o DCE então entrou em parafuso. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Assim como recorda Ignacio, a partir da realização das assembleias no *campus*, a Esquerda começou a recuperar seu espaço dentro da UFJF e a ser protagonista da luta pelas

liberdades democráticas na cidade. Com a gestão da Direita no DCE em descrédito junto aos estudantes, por causa das medidas tomadas ao longo do ano e pela sua desastrosa participação nas plenárias, as lideranças dos DA's articularam a luta, contudo, sem muita experiência e com dificuldades de dar continuidade ao movimento que havia se iniciado na UFJF. O desfecho disso, na memória de Ignacio Delgado, não foi muito satisfatório. No entanto, o reflexo do mesmo no final do ano de 1977 foi a vitória de José Pimenta nas eleições e o retomar do DCE para as mãos da esquerda, abolindo a Direita.

Entre os DA's a gente continuava tendo aquela articulação, mas com algumas dificuldades adicionais. A primeira era a que gente não sabia muito bem o que fazer com aquilo. Nós convocamos mais uma assembléia, que foi cheia de novo, e uma terceira já não foi muito cheia. Aí o problema era qual continuidade dar a isso. Em algum momento votamos que a Praça Cívica ia chamar Praça dos Estudantes, mas foi algo que ninguém levou muito a sério. Na verdade foi a única decisão tomada nessas três assembléias. Ao longo do tempo nós tentamos ir um pouco pra rua, mas aí foi muito pouca gente. Distribuímos notas, teve detenções ligeiras e a coisa refluíu um pouco, mas no final do ano o saldo disso foi a retomada do DCE por parte daquele campo que o liderava até 1976. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Sem encaminhamentos muito contundentes e efetivos, a participação nas assembleias foi minando e as dificuldades de encaminhar a luta levaram, ao fim, o movimento. Contudo, uma vitória precisa ser contabilizada: a eleição de José Pimenta como líder do Diretório Central dos Estudantes em outubro do mesmo ano.

#### 4.2.4 A Gestão da chapa Ponto de Partida: um novo cenário no Movimento Estudantil

A partir da vitória da chapa *Ponto de Partida*, com José Pimenta (gestão 1977/1978), que retomou o DCE para a Esquerda, uma nova dinâmica interna se configurava. Novas tendências e novas ideologias passaram a conviver e disputar, dentro do ME juizforano, formando tendências internas. No entanto, apesar da luta travada pelas tendências internas ligadas à democracia, que aparecia sempre paralela e unificada na luta estudantil, as questões pontuais de organização da universidade eram importantes. Na memória de Flávio Cheker, o Movimento Estudantil sempre vinculava as lutas mais gerais, pelas liberdades democráticas, com as lutas específicas pelos interesses locais dos estudantes, contudo, era esta que atingia mais repercussão junto aos estudantes.

A gente sempre procurou a fazer esse *pulo do gato*, sabe, eu me lembro que todas as palavras de ordem estudantis terminavam invariavelmente com o “Pelas liberdades democráticas” e “abaixo a ditadura”, então não tinha luta estudantil que não se vinculasse a lutas mais gerais, da sociedade, sobretudo na época era essa pelas liberdades democráticas, depois a gente entrou com a convocação de uma constituinte, plena, soberana, e aí, com o abaixo a ditadura, então isso era constante, era palavra de ordem constante, agora certamente as manifestações mais concorridas eram aquelas que tocavam diretamente ao interesse estudantil. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

O ME sempre associavam a luta específica com a luta mais ampla pela democracia, dando às questões pontuais e relevantes um caráter político e de oposição. Ignacio Delgado recorda que o discurso da esquerda sofreu mudanças em 1978, saindo do campo puramente ideológico e atingindo ações práticas de interesse direto do estudante.

Se em 77 nós fomos só a luta contra a ditadura, só ideologia, só reconhecimento e reconstrução das identidades dos grupos que atuavam no ME, só discurso e afinamento do discurso, no ano de 78 nos começamos a atuar em defesa de interesses mais empíricos dos estudantes, e aí a coisa que pegou mesmo foi o transporte. Era muito evidente aquela condição precária do deslocamento dos estudantes da cidade pra cá, aí aquele *fuzuê* todo, um monte de assembléia, até que um dia nos fizemos uma manifestação em frente a prefeitura e o reitor na época, o Sebastião de Almeida Paiva, e o prefeito, que era o Melo Reis, chamaram a polícia e criou-se uma grande confusão....O Zé Pimenta foi preso, e aí nós fizemos a primeira greve, a primeira greve, greve de adesão total, gente mobilizada. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

A problemática do transporte para o *campus* foi um dos pontos centrais de lutas específicas do Movimento Estudantil juizforano. Em pauta desde 1974, como reflexo de um problema antigo, a situação do transporte para a universidade se tornava cada vez pior, o que

fez com que um grande movimento por parte dos estudantes fosse realizado no ano de 1978, na gestão de José Pimenta e durante o mandato do prefeito Melo Reis, da ARENA. No entanto, apesar de ser uma luta pontual, a manifestação pela melhoria do transporte era permeada por uma luta pelas liberdades democráticas. Na memória de Jorge Sanglard, a luta pelo transporte era essencial devido à precariedade do sistema que servia à Universidade, contudo, destaca a repressão sofrida pelo movimento com ações da PM, que atacou com cachorros os manifestantes e atingiu também a população que passava no local.

As lutas na verdade eram muito fortes para redemocratizar a universidade, mas tínhamos lutas pontuais importantíssimas, você não conseguia subir de ônibus pra ir pra aula porque não tinha ônibus. (...) Teve um movimento fortíssimo pela questão do ônibus e teve a maior repressão política da época. Teve uma manifestação por ônibus pra universidade e eu acho que a prefeitura se assustou com a manifestação ali no Parque Halfeld e pela primeira vez a polícia trouxe tropa de choque, cachorros e cavalos e eles partiram pra cima dos estudantes. (...) Os cachorros morderam as pessoas que estavam no ponto de ônibus, jornalistas, (...) muita gente foi mordida, nunca tinham enfrentado uma manifestação com cachorro e com cavalo e eles partiram pra cima da população. Um dos receios que a prefeitura tinha, era o Melo Reis o prefeito, um dos receios que depois eles comentaram era de que o prédio da prefeitura ia ser invadido, só que (...) não tinha o menor interesse de invadir nada; era só de chamar a atenção da cidade (...). O Movimento estudantil teve um papel importantíssimo naquela manifestação porque foi uma manifestação totalmente ordeira, que foi violentamente agredida. A cidade ficou toda contra a polícia, pela reação que a polícia teve despropositada porque não estava acontecendo nada pra atrair a ira da PM daquela forma. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

As lideranças do movimento que se iniciou a partir de assembleias e reuniões do Conselho Acadêmico encaminharam que, se as reivindicações não fossem atendidas, seria promulgada uma greve estudantil, que estourou após a repressão violenta da polícia sobre os estudantes, durante uma concentração em frente à prefeitura de Juiz de Fora. Foi a primeira greve estudantil na cidade que envolveu todos os estudantes. Na memória de José Pimenta, presidente do DCE na ocasião, o episódio que ficou conhecido como a *Greve dos Cachorros*, foi um fato marcante na história do Movimento Estudantil.

A gente foi dar uma entrevista no Diário Mercantil, e o pessoal falou assim “e se o transporte não melhorar?”, os repórteres eram muito mais experientes que a gente. Eles “e se não parar?”, a gente “se não consertar nós vamos fazer greve”. Aí nós mesmos levamos susto com o que tinha falado. Aí aquele negócio espalhou rápido pra todo lado, saiu no jornal, repercutiu na universidade, na cidade e tal. Aí a gente acabou fazendo a greve mesmo, puxamos a assembleia, decidi fazer a greve. E aí a gente tava criando uma situação que a gente não tinha dimensão dela, essa greve foi muito grande, a gente fazia piquetes enormes. (...) Nas negociações com a reitoria, o reitor da época era o Sebastião, Tiãozinho que a gente chamava, ele era muito despreparado pra esse tipo de coisa. O prefeito era o Melo Reis. Aí eles também tinham muita dificuldade em lidar com aquele movimento, (...) Aí a gente marcou uma negociação para tratar desse assunto ali na prefeitura. De repente a gente concentrou uma massa de estudantes ali, tinha uns caminhões acima que a gente

sabia que era da polícia, mas dentro tinha a tropa e tinha cachorro. Aí de repente, a reitoria e a prefeitura transferiram a negociação por causa do clima de tensão que tava pra reitoria. Mas a gente não aceitou, que a gente falou que eles estavam enrolando, de querer levar a gente na conversa e ficar defendendo a idéia que os empresários tinham acerca do transporte. Aí a gente não saiu dali, começamos a fazer movimento, a gritar palavras de ordem e eles soltaram aquele tropa pra cima da gente. Aí foi uma confusão no centro da cidade que aquilo não tinha tido na época de 1964 / 1968(...). Então aquilo tomou uma proporção na cidade, foi uma confusão, porrada pra todo lado, a gente não tava preparado para aquilo, a gente não tinha se organizado, mas muitos grupos se organizavam pra tampar pedra na polícia, pra desnoitear a polícia também. Aí foram feitas um número enorme de prisões, parte da massa foi correndo pra reitoria. Mas aí começaram as prisões, o pessoal foi preso na polícia federal. Cercaram a gente, eu, Raquel, o Odilon tava também. (...) Aí nós falamos que só saíamos dali junto com o reitor. Mas isso teve um significado muito grande no Movimento Estudantil aí. E aí ele passou a ser um movimento mais radicalizado, com muito mais debate político nesse período que também tinha começado o movimento lá na USP, na redemocratização do país. Aí rapidamente o movimento tomou um caráter de luta pela democracia, a luta pela retomada da democracia, de fim da ditadura, de denúncia das torturas. Ele já tinha essa característica há muito tempo, só que nesse período ele tomou uma proporção definitiva de engajamento político completo, como o resto do Brasil estava sendo. E aí as tendências, as divergências começaram a se acentuar entre nós, entre essas lideranças todas. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

A partir da repressão sofrida pelos dois mil estudantes que se concentraram em 17 de maio de 1978, às portas da prefeitura de Juiz de Fora, iniciou-se a greve estudantil que obteve grande repercussão e envolvimento dos estudantes. Na memória dos militantes esta greve foi a maior da história do Movimento Estudantil até aquele momento, assim como percebemos na fala de José Pimenta.

Estourou a maior greve da história aqui até então, desde a época da ditadura, que não havia movimento daquela proporção. Aí foi uma greve, paralisou a universidade toda, deu uma repercussão na cidade. (...) A gente com aquela memória recente da repressão muito violenta, a gente fazia toda uma série de medidas, (...) e panfletava a cidade inteira, que tinha estudantes na cidade toda. Então nosso movimento (...) balançou a cidade, você vê que teve uma repercussão muito grande. E paralelo aquilo a gente foi participando da reorganização do Movimento Estudantil, da União Estadual dos Estudantes. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Durante a greve, o DCE elaborou muitos panfletos a serem distribuídos, não apenas aos estudantes, mas para toda a população da cidade, denunciando a precariedade do sistema de ensino e do transporte, motivo este que desencadeou a greve. Muitas foram as iniciativas para envolver a população em apoio ao movimento. José Pimenta recorda as ações usadas por eles para burlar o controle da ditadura e realizavam discursos e panfletagens dentro dos ônibus circulares na cidade, além do apoio que a população manifestava ao ouvi-los.

Ele (*o panfleto*) falava como é que a falta de democracia se estendia em condição de ensino, de educação, a gente era universitário, pra toda população, como é que era descaracterizado. Eu me lembro disto até hoje, a gente falava da situação da



educação em geral e como que isso tinha conseqüência na vida do povo, e dessas conseqüências políticas da situação da ditadura. Como é que aquilo se estendia por todo o país, a prefeitura, como é que ela tratava o problema, o domínio dos empresários no transporte. Então os panfletos tinham um conteúdo muito esclarecedor, foram cinqüenta mil panfletos, mas a população pegava. A gente começou uma coisa naquele período que no Rio se fez muito na época da derrubada do prédio da UNE. A gente entrava nos ônibus e fazia comício dentro dos ônibus, o povo aplaudia e pagava os panfletos. Entrava em um, saía, entrava no outro, igual vendedor de bala; a gente entrava, vendia nosso peixe lá e saía. Era um agito constante. A gente fazia aqui de perto do DCE mesmo, na Getúlio Vargas, na avenida ali embaixo na região. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

Os discursos realizados pelos mesmos envolviam a população, mostrando os reflexos da ação da ditadura sobre suas vidas, denunciando a ditadura militar e a prefeitura municipal de se preocuparem apenas com os interesses dos grandes empresários do setor de transportes. Dessa forma, conseguiam adesão da população para as duas principais lutas travadas naquele momento pelo ME: pelas liberdades democráticas e pela melhoria das condições de transporte.

A proposta pacífica dos estudantes pode ser percebida através de notas de convocação distribuídas entre os estudantes, convidando para a concentração em frente à prefeitura no dia 17 de maio, tendo como objetivo formar uma comissão para participar de uma reunião com o prefeito e o reitor, apresentando as seguintes palavras de ordem “por mais ônibus, horário regular, preço justo e melhores condições de ensino”. Em nota posterior ao fato, os estudantes denunciavam a repressão sofrida como prova do regime militar autoritário vigente desde 1964 e a necessidade de liberdade democrática.

A repressão da PM sobre os estudantes e a greve estudantil que se deflagrou durante assembléia na manhã seguinte, obteve repercussão sendo noticiada em jornais de circulação nacional, bem como obteve pronunciamentos na Assembleia do estado de Minas Gerais. A greve ganhou apoio também dos estudantes de cursos secundaristas, como os do Colégio Magister, que publicou nota em apoio aos universitários, assim como os alunos do Instituto Cândido Tostes. O movimento também ganhou adesão dos estudantes de faculdades particulares de Juiz de Fora. O Centro de Ensino Superior (CES) e a Faculdade Machado Sobrinho realizaram greve de solidariedade durante 48 horas e o Instituto Vianna Junior permaneceu em greve por 72 horas, em apoio aos universitários da UFJF<sup>70</sup>.

Um grupo de cento e trinta mães de alunos da UFJF também fez um manifesto por escrito, protestando contra a violência que atingiu, não só os estudantes, mas também a população que passava pela rua no momento do ataque da PM. No documento, as mães referiam-se ao dia delas, ocorrido há pouco tempo, e solicitavam que o poder público

---

<sup>70</sup> Diário Mercantil de 20 de maio de 1978, p. 04.

resolvesse o problema do transporte, bem como ensinasse, a seus filhos, lições de liberdade e paz<sup>71</sup>.

Após alguns dias de greve com profunda adesão estudantil, o DCE, em assembleia, decidiu pelo fim da greve. Muitas exigências foram feitas ao reitor, o que fez com que, mesmo diante do anúncio do aumento do número de coletivos para a linha centro-universidade, a greve fosse mantida. Entre as principais exigências estava a reposição das aulas, matérias e provas, sem nenhuma perda para os alunos da UFJF. O reitor demonstrou resistência, mas cedeu aos pedidos. Dessa forma, a *greve dos cachorros*, como ficou conhecida, foi um marco de mobilização das lutas estudantis. Apesar dos momentos de unidade entre as tendências estudantis que já estavam em atuação dentro da UFJF neste momento, houve algumas pequenas tensões sobre a forma de conduzir o movimento grevista, sempre permanecendo, contudo, a unidade de luta, com a liderança conjunta e com a participação de todos.

Durante toda a greve a “comissão de cultura de apoio à greve” permaneceu atuante, elaborando apresentações culturais diversas. Foram shows, apresentações de filmes, palestras, debates, mostra de artes, lançamento de revistas e poesias, que tinham como objetivo, além da promoção à cultura, envolver os estudantes, colaborando para que permanecessem organizados e unidos.

Contudo, as reivindicações estudantis não foram totalmente atendidas e o movimento, apesar de seu êxito pela repercussão atingida e pela contestação realizada ao regime, não obteve as soluções esperadas para o problema do transporte. Na memória de Ignacio Delgado, devido à inexperiência dos militantes e das pressões da reitoria e da prefeitura, a realização das manifestações não solucionou por completo o problema do transporte, contudo, amenizou-se o mal-estar vivido cotidianamente pelos universitários, desde a fundação do *campus* Martelos.

Ficamos num mal estar muito grande, mas não sabíamos muito bem o que fazer e o movimento acabou. Ele teve, contudo, resultado, pois a universidade pra melhorar um pouco a situação do transporte adquiriu alguns ônibus para a circulação interna, que nós chamávamos de feijão, pois era preto com uma linha branca horizontal, que fazia, o tempo todo, o trecho da Farmácia, onde hoje está o setor saúde, até a Engenharia, o que diminuía o custo para as empresas, que podiam aumentar o número de ônibus para o trecho que ligava a cidade ao campus, uma vez que eles paravam na entrada do campus e não faziam mais a circulação interna. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

---

<sup>71</sup> Diário Mercantil de 20 e 21 de maio de 1978, p. 04.

Assim, através da universidade, que assumiu o transporte no interior do campus o problema foi minimizado e o movimento saiu como vitorioso. Após o encerramento da greve no início de junho de 1978, o movimento estudantil permaneceu atuante, aproveitando a mobilização atingida, e demonstrando sua ligação com o objetivo de reconstruir as entidades representativas em nível nacional e estadual.

Em 05 de junho foi realizado o I Encontro Estadual de Estudantes em Juiz de Fora, reunindo universitários de diversas cidades de Minas Gerais. Ao tomar conhecimento do fato, o reitor, Sebastião de Almeida Paiva, divulgou nota oficial em 02 de dezembro de 1978, no intuito de lembrar que a União Estadual dos Estudantes havia sido extinta em 1967 e que qualquer iniciativa que objetivasse reestruturá-la era vetada pela Lei de Segurança Nacional. Assim, declarava que não permitiria a realização do referido encontro na UFJF e tentava intimidar os estudantes, para que não participassem do I EEE-MG<sup>72</sup>.

Os estudantes, em resposta, pediram à população, através da imprensa local, apoio para a realização do encontro que tinha significado importantíssimo para os universitários do estado e declararam que esse aconteceria conforme planejado, indiferente às declarações da reitoria<sup>73</sup>. E assim aconteceu. Contudo, as lideranças estudantis, diante das ameaças da UFJF de decretar recesso de 48 horas de suas atividades e da PM, de buscar na lei 228 e na Lei de Segurança Nacional, subsídios para a repressão do referido encontro, anteciparam-no para o dia 04 de junho e o realizaram em apenas um dia com a presença apenas dos representantes das delegações. Participaram do encontro cerca de 150 delegados, representando as delegações de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Ouro Preto, Viçosa, Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, totalizando 54 escolas superiores além da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de BH<sup>74</sup>.

Como resolução do I EEE, foram composta uma Comissão Pró-UEE e sua Executiva, que ficaram responsáveis por centralizar e encaminhar a luta em torno de seu objetivo central: a criação da UEE-MG. Tal comissão também recebeu a atribuição de preparar, para o mês de setembro, o II Encontro Estadual de Estudantes de Minas Gerais<sup>75</sup>.

A realização do I EEE-MG<sup>76</sup> em Juiz de Fora indica a relevância que possuía o ME na cidade, bem como o envolvimento de seus líderes na reconstrução da União Estadual dos Estudantes e da União Nacional dos Estudantes, em que se envolveram e tiveram ativa

<sup>72</sup> Diário Mercantil de 02 de junho de 1978, p. 08.

<sup>73</sup> Diário Mercantil de 04 e 05 de junho de 1978, p. 04.

<sup>74</sup> Nota oficial do DCE em 05 de junho de 1978. Arquivo pessoal de Gabriel dos Santos Rocha.

<sup>75</sup> Nota oficial do DCE em 05 de junho de 1978. Arquivo pessoal de Gabriel dos Santos Rocha.

<sup>76</sup> Ver cartaz no anexo C.

participação. Essa pauta do ME buscava, em sua essência, lutar pela liberdade democrática, ao reconstruir sua entidade representativa destruída pelo governo ditatorial.

A partir do encontro realizado em Juiz de Fora, a comissão pró-UEE iniciou seus trabalhos de organização do congresso de reconstrução da UEE-MG, ocorrido em setembro de 1978. Neste período, em todos os estados, buscava-se reconstruir as UEE's para que aos poucos o Movimento Estudantil fosse retomando as forças, mobilizando-se em todos os lugares do país para, assim, atingir o objetivo de reconstruir a UNE, o que aconteceu no primeiro semestre de 1979.

#### 4.2.5 A gestão do grupo Ação e Unidade e novas pautas: a tomada do Restaurante Universitário

Assim, após eleições em outubro de 1978, a *Ponto de Partida* deixava o DCE e a chapa *Ação e Unidade*, que tinha como presidente Carlos Alberto Pavan, assumiu a presidência. Na gestão de Pavan eclodiu uma nova luta no Movimento Estudantil de Juiz de Fora. Se em 1978 a pauta se concentrou na questão do transporte, em 1979 o foco foi a luta por melhorias no RU.

Na memória de Ignácio Delgado, o preço e qualidade da comida servida no Restaurante Universitário desencadearam uma insatisfação entre os estudantes que, após algumas assembleias realizadas na UFJF, culminou na ocupação do RU pelos mesmos.

A outra coisa que já pintou nessa época foi a coisa do RU. (...) No ano de 1979 o problema do RU – preço e qualidade da comida - resultou em uma grande mobilização, que já estava sob direção do Pavan. (...) é uma coisa gozada, porque a gente (*Estratégia*) já era uma tendência que atuava autonomamente, ia nas assembleias e tal, e aí a nós começamos a campanha pela melhoria do RU, discussão de preços do RU e o movimento foi crescendo, crescendo, crescendo e nós fizemos algumas manifestações em frente a reitoria e aí de repente tinha aquela coisa do *grand finale*: qual vai ser o grande momento em que nós vamos finalmente encurralar a reitoria para que ela nos dê uma resposta? O reitor era muito difícil. O Sebastião é até uma pessoa muito boa, mas pouco maleável, não sabia negociar, sabe, demorava a atender e não fazia acordo; então, a coisa esticava demais porque também não tinha retorno do lado de lá. Aí, nós chegamos a uma assembleia marcada no RU (...) nós íamos fazer a assembleia no RU pra decidir qual era o passo, o arremate daquela campanha que estava crescendo, crescendo, crescendo. Na *Estratégia* nós fizemos uma reflexão interna definindo que deveríamos propor a tomada do RU, mas que a tomada do RU não deveria ser decidida naquela assembleia. Nós íamos propor uma concentração em frente ao RU aí se o reitor não reagisse, a gente ia sair dali e tomar o RU. Só que nós chegamos lá na assembleia e o pessoal do DCE propôs o boicote ao RU. Aí é uma coisa engraçada, porque como nós nos reconhecíamos no movimento como o grupo mais radical, não podíamos admitir ser vencidos numa assembleia com uma proposta mais radical que a nossa. Lembro que estava sentado eu, a Cristina Boloteca, da Ciências Sociais, namorada do Sérgio Coca-Cola, o Guigui e os dois ficaram assim: “vamos propor logo a

tomada, vamos propor logo a tomada Ignacio”. Eu fiquei assim meio sem jeito, mas disse assim, de ombros: “propõe então”. Aí a Cristina levantou e disse assim “oh gente, esse negócio de boicote, isso não tem nada a ver, o estudante vai pagar mais caro” [porque tem que comer fora, né]. A turma foi ficando animada com aquilo e marcou pra semana seguinte a tomada do RU. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Através da fala de Ignacio Delgado percebe-se a atuação das tendências dentro do Movimento Estudantil, em Juiz de Fora. Cada tendência realizava reuniões, discussões e debates anteriormente às assembléias, buscando articular qual linha seguiriam em suas intervenções e quais propostas seriam encaminhadas pela mesma de acordo com sua ideologia e bases internas.

A *Estratégia*, tendência trotskista, propôs a ocupação do RU, buscando levar à plenária sua definição e a proposta foi aceita. A semana se seguiu com constantes anúncios da imprensa local sobre o dia da tomada do Restaurante Universitário do *campus*, o que propiciou a tomada de conhecimento do fato pela reitoria, culminando numa dura repressão aos estudantes. Na memória de Ignacio, a tomada do RU foi um momento marcante e teve a presença de quatrocentos universitários, sem nenhum ato de vandalismo ou depredação do espaço. Contudo, o reitor abriu o *campus* para a Polícia, que reprimiu durante aquela manifestação estudantil.

Aí foi uma coisa de doido porque o jornal noticiava quase todo dia: “faltam tantos dias para a tomada do RU”, “o dia da tomada do RU é tal”, “hoje é o dia da tomada do RU”. Nós fomos lá, tomamos o RU, cerca de quatrocentos estudantes. Não aconteceu nada em termos de danos materiais, para a instituição - dizem que queimou um fusível - mas o reitor chamou a polícia, encheram o *campus* de polícia, colocaram RU debaixo de polícia. (...) tomou-se o RU, mas ali foram detidos e presos eu, o Pantera, o Pavan, que era presidente do DCE, e um certo Carlos Eduardo que era estudante de Direito. Ficamos lá na Oswaldo Cruz até de noite e em Santa Terezinha, incomunicáveis. Não teve exatamente tortura, mas por duas horas eles mandaram a gente segurar uma cadeira assim, uma dor no braço pra daná, e - nós não víamos, mas ouvíamos, não sabia se era simulação para nos amedrontar ou se acontecia mesmo - alguém na sala ao lado, acusado de porte de droga, fazia um barulho como se estivesse apanhando pra burro. Aquilo, eu confesso a você, deu um certo medo na gente. Isso foi no início de 1979. Eu sei, porque a gente tinha acabado de voltar das férias, eu tinha brigado com a namorada, a Fátima da Bioquímica, e isso tava na minha cabeça. Os caras, na hora de me interrogar sabiam tudo, que eu tinha terminado com a namorada, e isso eu achei impressionante, pensei “eles estão me vigiando o tempo todo”, mas não era nada disto não. As cartas que nós trocamos estavam dentro da bolsa, eu tinha levado a minha bolsa à tiracolo... Ficou aquela expectativa e as ameaças: vai abrir processo, lei de segurança nacional, coronel, *papapa*. (Ignacio Delgado, entrevista de pesquisa).

Alguns estudantes foram presos após a investida da polícia sobre os manifestantes no RU. A lembrança de um tempo de dura repressão gerava medo nos estudantes presos nesta ocasião. Contudo, os mesmos foram apenas amedrontados, mas sem sofrer nenhuma agressão.

Flávio Bitarelo, do grupo LIBELU, também se recorda dessa ocupação realizada pelos estudantes e de sua prisão, assim como Ignacio Delgado.

Não havia assim, uma certeza de que ia ter repressão na universidade, principalmente porque o Reitor que tinha que autorizar, pois a área era federal. Os reitores eram nomeados pelo general. Ele autorizou a federal e a polícia militar entrar e prendeu dentro do RU, lá em cima, eu e mais alguns estudantes, algumas estudantes, meninas da Odonto, da Ciência Biológicas, Bioquímica, que eu não tô lembrando agora. Jogaram a gente dentro do camburão da PM e trouxeram a gente aqui pra polícia federal que era aqui na rua Osvaldo Cruz (...).Eu fiquei umas dez ou doze horas preso, interrogatório pra todo mundo. Mas eu realmente não tinha paranóia. Eu não acreditava naquela altura do campeonato que o regime militar tinha condição de matar alguém. (...) Eu lembro de falando com as meninas “eles vão fazer o que?” Eles vão interrogar, eles vão atualizar os arquivos deles, tem gente nova que nunca foi preso que eles não conhecem. (Flávio Bitarelo, entrevista de pesquisa).

O interrogatório foi feito, pela polícia, a todos os estudantes presos e foram todos fichados, atualizando os arquivos da PM, mas tendo sido, posteriormente, todos liberados. Na memória de Flávio Cheker, a presença do exército dentro do *campus*, com o objetivo de conter a ação dos estudantes na ocupação do RU, tornou-se marcante.

Os momentos de maior repressão que a gente teve aqui, momentos graves inclusive foram os da ocupação do RU quando a gente ocupou o RU e o exército então invadiu o *campus*, não só a polícia militar como soldados do exército invadiram o campus, eu me lembro que tava subindo de carro, eu dirigia o carro e os caminhões passando, cortando a gente, encostando, e quando eu entro no *campus* eles estavam saindo do *campus* como se fosse um filme de guerra mesmo, soldados pulavam dos caminhões, rolavam pelo chão e se colocavam de prontidão, isso foi uma coisa terrível, felizmente não teve nenhum episódio de confronto mais agudo, mas essa invasão por si só foi marcante, daí ocuparam tudo, fizeram aquela festa, e o *campus* é um território autônomo, foi uma violência terrível. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

A liberação dos estudantes presos na memória dos militantes teve a intermediação de Itamar Franco, senador em 1979 pelo MDB. Na memória de Jorge Sanglard, o apoio de Itamar Franco sinalizava para o apoio recebido por políticos da oposição ao movimento estudantil, que tinham como objetivo macro a luta pelas liberdades democráticas.

Teve uma invasão da polícia, mas só podia entrar polícia no Campus se fosse a pedido do reitor, e algumas pessoas foram presas dentro da Universidade. A ocupação da Universidade pela PM também chocou muito a cidade, porque eram os filhos das pessoas de Juiz de Fora, as pessoas de bem que estavam lutando pra melhorar a Universidade, as pessoas não toleravam mais aquela intolerância, que prevalecia na relação com a sociedade. Nessa invasão do RU de cima e de baixo, um pequeno grupo de estudantes e de jornalistas procurou o senador Itamar Franco, na casa dele (...). Foi relatado o que estava acontecendo, ele dispôs a conversar com a liderança da PM, que estava no comando. Ele disse estar disposto a entrar na mediação como senador. Então, você vê que a gente também tinha um respaldo da oposição que tava lutando pela redemocratização. Esses são assim, dos pontos

gerais, alguns aspectos importantes pra colocar, pra gente medir assim, o papel que o movimento estudantil tinha, o papel que o movimento estudantil desempenhou na redemocratização. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

A luta conta a ditadura militar era a soma de um conjunto de sujeitos que, cada um a seu modo, desempenhavam papel de oposição. Os políticos do MDB, que atuavam numa disputa político-eleitoral com a ditadura, desempenhavam, muitas vezes, um apoio legal no amparo aos militantes de movimentos sociais, em especial, quando estes eram acusados junto à Polícia. Esse apoio sinalizava também para o reconhecimento do papel do Movimento Estudantil no contexto político e sua importância na luta pela redemocratização do país.

Outro acontecimento de destaque na gestão de Pavan em 1979 foram as eleições, ocorridas nos dias 03 e 04 de outubro, para a diretoria da UNE e da UEE - MG. Das cinco chapas concorrentes naquele ano para a UNE, três possuíam membros de Juiz de Fora<sup>77</sup>. Durante o processo eleitoral, muitas pressões foram direcionadas ao DCE, tanto por parte do reitor, quanto pelo governo, para a não participação da entidade nas eleições da UNE, que estava extinta por decreto federal, o que tornava tal envolvimento inconstitucional.

Contudo, os estudantes não se intimidaram e realizaram normalmente as eleições para a UNE, que contou com uma grande participação dos universitários de Juiz de Fora. Essas eleições mostram a relevante participação que possuíam os juizforanos na composição de chapas nacionais e estaduais, que contavam sempre com membros da cidade nas diferentes tendências.

#### 4.2.6 A primeira gestão da *Estratégia* e os reflexos da mudança conjuntural no início da década de 1980

No final de 1979, a *Estratégia*, presidida por Flávio Cheker e Fernando Grossi, assumiu pela primeira vez a direção do DCE. Naquele momento um novo cenário estava configurado. Os partidos políticos estavam se formando após a abertura ao pluripartidarismo, a UNE já havia sido reconstruída, o AI-5 extinto, os decretos 477 e 228, que atingiam diretamente os estudantes, revogados e a lei da anistia promulgada. Todos estes fatores afetaram o cenário local, que passou a ser permeado por essa nova conjuntura política

O envolvimento com outros setores da sociedade também ganhou mais expressão entre os estudantes, que passaram a se aproximar de sindicatos e associações de bairros. Um

---

<sup>77</sup> Ver capítulo dois, página 100 desta dissertação.

exemplo disso foi o envolvimento do ME na luta em apoio aos garis que, após realizarem uma paralisação, sofreram demissão em massa, em janeiro de 1980.

Estudantes representados pelo DCE e por Diretórios Acadêmicos da UFJF, juntamente com outras organizações, como a comissão de organização do PT, do PMDB e União Juizforana de sociedade pró-melhoramento de bairros, organizaram uma coleta de doações de dinheiro e gêneros alimentícios para os garis demitidos. A campanha se desenvolveu por toda Rua Halfeld, no centro da cidade, e envolveu a população, que levava doações e cartazes com palavras de protesto contra a prefeitura de Juiz de Fora, declarando o ato arbitrário e injusto diante do protesto coerente dos garis, que buscavam receber seu décimo terceiro salário no mês de janeiro de 1980<sup>78</sup>.

A sede do DCE também foi local de reunião da assembleia dos garis para definir os rumos de seu movimento e encaminhar medidas para solucionar a crise. O DCE, bem como todas as organizações supracitadas participaram dessa reunião, contando ainda com a presença de dois advogados, Reginaldo Arcuri, ex-presidente do DCE, e Eduardo Salazar, para orientá-los quanto às leis que envolviam a questão. Nesta ocasião, foi formada uma comissão de garis para dialogar com o prefeito, na busca de solução para o fato<sup>79</sup>.

O embate com a reitoria deu-se quando essa propôs novos critérios para os créditos na UFJF, impondo limite mínimo de dezesseis por semestre e tempo máximo que um aluno poderia permanecer em determinado curso. A medida, que foi aprovada no CEPE e no CONSU, recebia objeções do DCE, por considerá-la uma forma mascarada de jubramento, e foi denunciada na imprensa local, nas reuniões dos Conselhos deliberativos e em notas aos estudantes pela diretoria do DCE e por José Pimenta, seu ex-presidente e membro em exercício da diretoria da UNE em 1980.

Os representantes estudantis declaravam que tal medida, tomada em período de férias, impedia o estudante de participar de um debate, na construção de uma proposta apropriada, e acusava que os critérios estabelecidos sobre os créditos eram máscara que disfarçavam os reais interesses da UFJF: o jubramento. Esta ameaça dizia respeito diretamente a alguns líderes estudantis que, devido ao envolvimento com as atividades políticas do ME, não conseguiam finalizar seus cursos dentro do prazo e, por isso, era vista como grande ameaça pelos universitários. Essa questão, contudo, era ainda mais ampla e constituiu pauta de luta do ME em muitas universidades brasileiras. O jubramento

---

<sup>78</sup> Diário Mercantil de 10 de janeiro de 1980, p.05.

<sup>79</sup> Diário Mercantil de 10 de janeiro de 1980, p.05.



representava uma medida repressiva e autoritária do regime reproduzida na universidade, que, de lá, expulsava muitos estudantes.

Sua regra colocava sobre o estudante toda a responsabilidade por sua reprovação, deixando de lado os problemas estruturais da universidade e a falta de verbas para a educação. Ao implantar uma carga horária extensa, os estudantes não conseguiam se envolver em questões políticas e na convivência comunitária, o que prejudicava o ME. Esse ponto foi debatido em muitos DCE's pelo Brasil, tornando-se uma bandeira nacional.

Contudo, também existiam embates entre as diferentes tendências no Movimento Estudantil em Juiz de Fora. A primeira gestão da *Estratégia* recebeu críticas de Carlos Alberto Pavan, ex-presidente do DCE, que compunha a direção da UEE-MG. As críticas pautavam-se na discordância da forma como o DCE da UFJF havia encaminhado as lutas no tocante à aprovação das normas de créditos, avaliadas por Pavan, como uma forma de jubilamento.

Com a revogação dos decretos 477 e 228, que incidiam diretamente sobre a representação estudantil, o MEC exigiu que cada universidade elaborasse um novo regimento interno, que abarcasse a representação estudantil. Na UFJF, os estudantes consideraram as resoluções aprovadas como uma grande vitória, pois todas as propostas apresentadas pela representação discente foram aceitas. Dentre as principais propostas está a autonomia das entidades estudantis, tanto na atuação, quanto no processo eleitoral.

Em declaração à imprensa local, Jorge Sanglard, membro do DCE, dizia: “Essa vitória representa um marco na história da representação estudantil, uma vez que se assegurou a maior conquista dos estudantes: eleições livres e diretas, controladas pelos próprios estudantes, sem a interferência da burocracia universitária”<sup>80</sup>. Outra vitória foi a redução do *quorum* mínimo eleitoral para a maioria absoluta, ou seja, 50% mais um.

A reitoria também cedeu às propostas do DCE no tocante ao Restaurante Universitário, que apresentava problemas na qualidade da comida e sofria risco de aumento de preço. Os estudantes comporiam uma comissão que iria acompanhar de perto o andamento do RU, da elaboração da comida ao controle dos gastos<sup>81</sup>.

O DCE encampou, no mesmo ano, uma luta contra o projeto de implementação das licenciaturas curtas na UFJF. Na memória de Flávio Cheker, presidente do DCE na ocasião, o movimento obteve grande participação estudantil nas assembleias em frente à reitoria e nas manifestações que se seguiram.

---

<sup>80</sup> Diário Mercantil de 01 de março de 1980, p. 05.

<sup>81</sup> Diário Mercantil de 11 de março de 1980, p. 04.

Eu me lembro perfeitamente de uma que a gente fez contra a implantação das curtas licenciaturas na UFJF, foi um negócio fabuloso, uma assembléia imensa, enfrente a antiga reitoria, aqui na Bejamim, também lá em cima no campus tivemos assembléias muito cheias, porque havia uma ameaça concreta desse projeto das curtas licenciaturas que batiam de frente com os interesses dos estudantes. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

De acordo com discurso reproduzido no Jornal Diário Mercantil, a crítica dos estudantes ao projeto das curtas licenciaturas se pautava no fato do mesmo ser ofensivo aos interesses dos universitários, pois as curtas propiciavam rápido rodízio de estudantes nas universidades, criando a ilusão de mais vagas e legitimando um descompromisso do Estado com a Educação. “Desta forma, sem gastar um centavo a mais, forma-se mais professores, mais profissionais a preço de banana”<sup>82</sup>.

Em meio às manifestações contra as licenciaturas curtas, o DCE da UFJF trouxe à cidade, como parte da programação da calourada de 1980, o cantor Luiz Gonzaga Junior, o Gonzaguinha, para uma apresentação cultural no ginásio do Sport. Na memória de Flávio Cheker esse episódio foi marcante, devido à sua fala anterior à apresentação do cantor.

Eu lembro que numa das promoções de uma das calouradas a gente trouxe aqui o Gonzaguinha e isso foi no ginásio do Sport, eu me lembro que foi o maior público que eu já falei na minha vida, o ginásio lotado, aquela coisa incrível, e eu fiz uma pequena falação, tinha gente sentado nas arquibancadas repletas, gente sentada no meio do ginásio também repleto, e um palco montado e alguns minutos antes do show começar eu fiz um pronunciamento falando de um caráter político, sabe, e aquela multidão equacionou, não a mim, mas ao conteúdo das palavras, sabe, aquela coisa, aquela reação, aquilo foi fantástico, foi um show, o Gonzaguinha era um cara engajado, embora tivesse todo o seu lirismo, ele se identificava pela luta pelas liberdades democráticas, e a multidão de estudantes compreendeu o recado, foi um momento de divertimento porque era um show, mas um momento de reivindicação também. (Flávio Cheker, entrevista de pesquisa).

Através da promoção cultural transmitia-se uma mensagem política. Neste caso, como abertura do show de Gonzaguinha, o discurso também passava pela pauta das ações contra as curtas licenciaturas na UFJF. Após muitos dias de reuniões, assembleias e planejamento, em 15 de março de 1980 os cursos de licenciatura da UFJF deflagraram uma greve, pressionando a votação contrária à implementação das licenciaturas de curta duração na UFJF.

A greve se manteve, com frequentes reuniões e discussões sobre o projeto das licenciaturas curtas, até o dia 23 de abril, quando o CEPE, em votação, decidiu por não aprovar o projeto. Após oito dias de intensa mobilização, as lideranças do DCE consideraram o movimento como vitorioso, atingindo seu objetivo e fomentando a discussão na

---

<sup>82</sup> Diário Mercantil de 20 de março de 1980, p. 05.

comunidade acadêmica. Contudo, a reitoria afirmou, em declaração à imprensa local, que o movimento dos estudantes foi válido como forma de provocar a discussão e não como forma de pressão<sup>83</sup>.

Mostrando que o regime militar ainda exercia medidas de repressão em meio ao processo de abertura, e que os estudantes eram alvo dessas medidas, o DCE da UFJF protestou, em 1980, contra a prisão do estudante de filosofia José Renato Duarte, feita pela Polícia Militar no momento em que o mesmo distribuía, pela cidade, notas à população, assinadas por várias entidades da sociedade civil, protestando contra a prisão de professores e sua repressão durante a greve dos docentes do estado. O apoio dos estudantes a outros movimentos grevistas e a ações dos movimentos sociais e sindicais representam um fato recorrente no período. A prisão do estudante foi interpretada como um ato de arbitrariedade e de busca pela intimidação dos estudantes e da população, que se mostrava contra toda forma de opressão e repressão<sup>84</sup>.

Em meio a todas as agitações no meio estudantil, outra ação teve repercussão na cidade, nas instituições particulares de ensino. No Centro de Ensino Superior (CES) houve uma grande mobilização em protesto ao aumento de 45% nas mensalidades. Foram realizadas assembleias que contaram com a presença do diretor da UEE – MG Carlos Alberto Pavan. Em uma delas foi aprovado um boicote ao pagamento, que envolveu os estudantes do CES no seu maior movimento até o momento. Beatriz Domingues, que compunha o Comando de Luta do CES, traz na memória as particularidades da luta em uma instituição privada.

E nós militávamos no CES e já começava a ter diferença social aqui. O ICHL era uma coisa muito mais (...) aberta. Primeiro porque havia um predomínio absurdo de mulheres (*no CES*); em cada sala de aula tinha trinta e tantas mulheres e dois homens (...) E era muito aquela coisa de inclusive mulheres mais velhas que iam estudar de noite, que já tinha filho. Então assim, um padrão muito mais conservador. Então tinha um tipo de discurso apropriado pra aquele negócio, porque aqui na universidade o discurso era assim “Abaixo a ditadura”, eles também falavam assim, mas sempre tinha a preocupação de colocar as coisas mais no concreto. (...) Lá na particular tinha algumas particularidades. Então, por exemplo, não tinha RU e tinha pagamento. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

As diferenças entre o envolvimento político dos estudantes da UFJF e os estudantes de faculdades particulares são caracterizadas pelas distintas realidades sociais e pelas diferenças nas estruturas da própria faculdade. Devido a isso, os discursos precisavam ser direcionados para contemplar as particularidades de cada realidade; não apresentando puramente um caráter político, mas apresentando lutas pontuais que afetavam diretamente a

<sup>83</sup> Diário Mercantil de 24 de abril de 1980, p.05.

<sup>84</sup> Diário Mercantil de 04 de maio de 1980, p. 06.

vida dos estudantes para conseguirem mobilização. Assim foi com a questão do aumento das mensalidades no CES em 1980, que Beatriz Domingues traz na memória.

Então, houve uma vez lá, que eu não lembro mais o motivo do aumento dos pagamentos e que a gente foi a maior atividade que o CES já deu, que foi que a gente conseguiu realizar uma assembléia (...) subimos no alto das cadeiras, aquele negócio cheio de gente, encheu a assembléia, colocamos cadeira, enchemos a assembléia pra convencer o pessoal a votar pela não aceitação do aumento da mensalidade. (...) Mas então lá era assim, eles olhavam pra nós, principalmente mulheres mais conservadoras, falavam assim “e os reforma agrários nem entendia direito a reforma agrária”. Era bem diferente. (...) Havia umas assembléias assim, mas eu lembro mais nitidez essa que a gente tomou uma ação, (...) a gente recolheu, as pessoas que tiveram confiança em nós pra entregar os carnês e não pagaram mensalidade, a direção ficou louca. Eu acho que a gente não conseguiu incomodar a administração na verdade novamente no mesmo nível de recolher carnê das pessoas do colégio. Olhavam... “aqueles comunistas ali no DA, tão controlando os carnês das pessoas”. (Beatriz Domingues, entrevista de pesquisa).

O movimento realizado pelos estudantes do CES afetou a diretoria da faculdade e teve repercussão na imprensa local, além de se tornar o maior ato de mobilização estudantil da faculdade até aquele período, e envolvendo-a como parte da ação estudantil vigente no Brasil no ano de 1980.

Os movimentos sociais, grupos de Esquerda e partidos políticos fundados, logo que a lei permitiu o retorno dos mesmos em finais do ano de 1979, iniciaram ações conjuntas de protesto e manifestação contra a ditadura militar. Medidas tomadas pela mesma, como a prisão de pessoas envolvidas com as organizações, tornaram-se pauta unificada. Um exemplo é o caso do David Maximiliano, militantes da OSI, citado no capítulo anterior desta dissertação, que, acusado de terrorismo contra o presidente Figueiredo, em Ouro Preto, foi preso pelo regime militar. Contudo, os atos de insatisfação contra o ocorrido, aliados à crítica à ditadura, tomaram conta da Esquerda em Juiz de Fora, que protestou contra o caso através de abaixo-assinado e notas distribuídas à população, fato que levou muitos militantes de outras organizações ao enquadramento na lei de Segurança Nacional.

A prisão de David Maximiliano foi também um dos pontos de protesto que motivaram uma manifestação em 06 de setembro de 1980, aliado à falta de verbas para a educação, bem como a proposta de auxílio aos jornais da imprensa alternativa como “O Trabalho”, “Em Tempo” e “Tribuna da Luta Operária”. A venda de exemplares era feita a preços menores, compensando a recusa de algumas bancas da cidade em vendê-los, por causa dos constantes ataques terroristas. Tal manifestação sinaliza na direção da união dos movimentos sociais e políticos em pauta, que em si mostravam postura contra a ditadura militar e a favor das liberdades democráticas, contrários às atitudes repressivas dos militares.

Estavam unidas nesta manifestação, que aconteceu na Rua Halfeld em Juiz de Fora: o Comitê Brasileiro pela Anistia, a UEE – MG, o DCE da UFJF, a União dos Trabalhadores do Ensino, o Comando de Luta do CES e os partidos políticos PT, PMDB e PP.

Na carta distribuída à população, as entidades protestavam contra os atentados, realizados pela ditadura militar, a entidades e pessoas e denunciavam a impunidade que beneficiava torturadores e executores de violência, além de prisões, vistas como medidas autoritárias ao longo dos anos de ditadura militar, ocorridas ainda em 1981.

Seguindo na mesma pauta, as entidades e organizações supracitadas se articularam mais uma vez em ato conjunto no dia 07 de setembro, dia em que é comemorada a independência do Brasil. A concentração se deu nas escadarias da Câmara Municipal de Juiz de Fora e seguindo em passeata pela rua Halfeld, em repúdio ao desfile militar realizado no mesmo dia<sup>85</sup>.

Como resolução durante o I Coneb (Conselho Nacional das Entidades de Base) da UNE, realizado naquele ano no Rio de Janeiro, foi encaminhada uma greve geral dos estudantes entre os dias 10 e 12 de setembro, como forma de pressionar o governo federal sobre as reivindicações estudantis. O DCE da UFJF aderiu à greve, bem como o Comando de Lutas do CES que, durante esses três dias, não compareceram às aulas. Suas pautas declaradas eram por mais verbas para a educação, pelo ensino público e gratuito a todos e contra a ditadura militar<sup>86</sup>.

Para dar apoio e fortalecer o movimento, os professores também paralisaram suas atividades entre os dias 08 e 13 de setembro, apoiando as reivindicações estudantis e solicitando aumento no salário do magistério. No tempo de greve, estudantes e professores realizaram debates e exibiram filmes sobre o tema na universidade. Foi elaborada uma avaliação sobre a conjuntura do ensino em Juiz de Fora e a greve foi avaliada como positiva por eles.

No final da gestão da tendência *Estratégia* em 1980, uma média de cinco mil estudantes votaram nas eleições para as diretorias da UNE e da UEE-MG em Juiz de Fora. Dentre as chapas concorrentes, mais uma vez, se percebe a participação de universitários de Juiz de Fora. “Nosso tempo”, “Mobilização Estudantil”, “Viração”, “Voz ativa” e “Unidade” concorreram à UNE e à UEE. *Viração* contava com a participação de José Pimenta, de Juiz de Fora, disputando a UNE, unindo MR-8 e PC do B. *Nosso Tempo* tinha na disputa pela UEE - MG a participação de Tião, da Bioquímica, e Flávio Cheker, pertencente à *Centelha*. A

---

<sup>85</sup> Diário Mercantil de 07 de setembro de 1980, p. 04.

<sup>86</sup> Diário Mercantil de 10 de setembro de 1980, p. 04.

*Mobilização Estudantil* era o nome do agrupamento da Direita. *Unidade* representava o PCB, que aparecia com o nome de *Maioria* anteriormente.

A participação nas eleições para UNE e UEE também foi realizada nas faculdades particulares da cidade e os resultados foram distintos. A chapa *Viração* obteve maioria dos votos em Juiz de Fora, com mil duzentos e noventa e cinco votos, treze à frente da segunda colocada, *Nosso Tempo*. A *Viração* obteve vitória por sua inserção nas faculdades particulares da cidade. Porém, no CES, a chapa *Mobilização Estudantil* obteve grande expressão<sup>87</sup>.

#### 4.2.7 A gestão da chapa Pé no Chão: “por mais verbas para as universidades”

A gestão da chapa *Pé no Chão* foi liderada por Marcus Pestana, que foi presidente do DCE durante o período de novembro de 1980 a abril de 1982. Logo que assumiu presidência, a gestão sofreu um ato inesperado da reitoria, que gerou divergências no Movimento Estudantil, recebendo críticas de outras correntes. Em 13 de dezembro, a reitoria, sem nenhum aviso prévio, fechou o RU, declarando falta de verbas para manter seu funcionamento durante todo o período de provas da UFJF, que se iniciava naquela data, até o reinício das aulas em 1981. O fato surpreendeu não só os estudantes como o DCE, que não foi avisado de tal iniciativa. Contudo, em reunião com o reitor e pró-reitor de administração, o DCE, que havia pensando em uma greve, chegou à conclusão da inviabilidade da mesma, devido ao período de provas, e reconheceu que não havia como resolver o problema. Assim, o mesmo fez um apelo aos universitários que eram da cidade, a oferecerem refeições aos colegas que dependiam do RU, durante os dias finais do ano letivo<sup>88</sup>.

A diretoria da UEE-MG, ligada à tendência *Estratégia*, utilizando-se da imprensa local, criticou a postura da direção do DCE da UFJF, considerando-a como conciliatória e não questionadora à atitude do reitor e ao problema de falta de verbas para a universidade. A diretoria da UEE acusava o DCE de fugir de seus princípios e de não defender o interesse dos estudantes<sup>89</sup>.

Esta discordância se fundamenta na diferença entre os grupos dirigentes das entidades local e estadual, que por possuir membros da UFJF, sempre se posicionava em acontecimentos da cidade. O DCE, por sua vez, declarou não entender a crítica da UEE e sem o desejo de continuar numa polêmica estéril, que não levaria os estudantes à unidade. Pestana

<sup>87</sup> Diário Mercantil de 15 de novembro de 1980. Capa.

<sup>88</sup> Diário Mercantil de 16 de dezembro de 1980, p. 04.

<sup>89</sup> Diário Mercantil de 17 de dezembro de 1980, p. 04.

atacou a postura da UEE de não procurar primeiramente o DCE para conhecer o assunto, antes de fazer declarações à imprensa.

O embate entre as diferentes correntes refletia-se muitas vezes como postura da direção das entidades que haviam conquistado. Tal fato mostra que, apesar da unidade de luta em muitos pontos, a diferença entre as tendências, na forma do encaminhamento das ações, eram divergentes e, em alguns fatos, não seria possível uma conciliação. Entretanto, neste caso, após debate, as entidades chegaram a um consenso e assinaram nota distribuída a todos os alunos da UFJF, reiterando o apelo aos universitários de Juiz de Fora a auxiliarem os que necessitavam do RU, e tecendo críticas à política do MEC e à necessidade da luta por mais verbas para a universidade<sup>90</sup>. Em nota, declararam:

O inesperado fechamento do RU é mais um capítulo da crise da Universidade e tanta desmoralizar o ensino público e gratuito, 'provando' a inviabilidade financeira das Universidades federais. Não podemos aceitar docilmente tal situação. Temos que unir nossas vozes ao protesto geral do país, denunciando o MEC como agente da política do analfabetismo e da fome. Não podemos admitir que a universidade continue a ter orçamento tão estrangulado e chegue ao final do ano sem um níquel<sup>91</sup>.

Produzida pelos DA's da UFJF, pelo DCE, UEE e UNE, a nota, além de acusar o MEC pela falta de verba que resultou no fechamento do RU, declarava que sua principal força, a mobilização geral, estava comprometida no período de provas, sendo a solidariedade dos estudantes a melhor saída para o problema, que encerrava a atuação do ME no ano de 1980 na cidade.

Na memória de Marcus Pestana, “na verdade, a esquerda estava propriamente interessada no preço do RU e na qualidade da comida do RU, que era um modo de mobilizar os estudantes, botar todo mundo em ação e também por mais verbas pra educação, reforma universitária e vários temas pontuais”.

O ano de 1981 iniciou-se com a questão do RU em voga. O aumento nos preços forçou reuniões do DCE com a reitoria, que cedeu em parte aos estudantes aumentando seu custo de vinte para vinte e dois cruzeiros, e não vinte e cinco, como era a proposta inicial. Contudo, a reitoria sofreu mudanças, o que veio a atingir o Movimento Estudantil.

Em março a universidade recebeu como novo reitor, escolhido pelo presidente Figueiredo, o professor Marcio Leite Vaz. No primeiro contato com Marcio Vaz, a comissão

---

<sup>90</sup> Diário Mercantil de 18 de dezembro de 1980, p. 04.

<sup>91</sup> Diário Mercantil de 18 de dezembro de 1980, p. 04.

de imprensa do DCE realizou uma entrevista, posteriormente publicada no Jornal Universitário, com o objetivo de conhecer seu pensamento<sup>92</sup>.

Na dinâmica da gestão, o DCE promoveu, durante a calourada de 1981, debates sobre “a Amazônia é nossa”, “os estudantes e a universidade” e “os estudantes e a sociedade”, com a presença de José Luiz Guedes, ex-presidente da UNE, e de Aldo Rebelo, então presidente, consideradas um marco para o ME de Juiz de Fora. Além das palestras e debates, houve apresentações teatrais, exibição de filmes e musicais, como o show com Ivan Lins, com entrada gratuita para calouros<sup>93</sup>.

O DCE também possuía publicações periódicas em jornais, que eram distribuídos pessoalmente pelos membros da gestão, em especial, pelo presidente Marcus Pestana. Esse fato é presente na memória do mesmo, bem como a publicação do manual de convênios feito pela entidade, que oferecia descontos em consultas médicas, odontológicas e em farmácias.

A gente tinha o informativo do DCE, que a gente soltava de quinze em quinze dias, ia pra porta do RU, pro ponto de ônibus distribuir pessoalmente, pra ter contato com os estudantes. Eu tinha muito essa noção que não adiantava eu ficar isolado dos estudantes comuns, e eu tinha que falar temas próximos as preocupações das pessoas, era uma coisa que foi super criticada, nós fizemos o maior manual dos convênios, fizemos convênios, eu tinha um secretário-geral que não mexia muito com política, mas trabalhava muito, gostava, ele conseguiu vários dentistas, médicos, que davam desconto com a carteirinha de estudante. Nós fizemos uma edição, um catálogo de médicos, muito bem feito, bem editado. Aí nós fomos pra porta do RU, a esquerda toda criticou, falou que era assistencialismo. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

A crítica dos grupos adversários era frequente frente às medidas do DCE, mostrando que o clima não era de uma convivência muito harmônica. Contudo, em lutas gerais, as tendências uniam-se, mesmo que apresentando limites nesta união. Compoendo uma linha de protestos estudantis em nível nacional, os universitários de Juiz de Fora iniciaram um movimento, a partir de assembleia realizada no jardim da reitoria, em que discutiram o aumento abusivo das mensalidades nas faculdades particulares, a falta de verbas para as universidades federais, entre outros problemas.

A proposta de uma greve nacional sem data para acabar foi posta em pauta pelos estudantes durante a assembleia. A UNE entregou ao ministro da educação uma série de reivindicações que contemplavam os principais problemas enfrentados pela classe estudantil no período, apresentando como central, a proposta de aumento das verbas para a educação. A greve nacional teria por objetivo exigir que o ministro atendesse a todas as demandas apresentadas pela UNE, com a destinação de 12 % do Orçamento Nacional para a educação.

<sup>92</sup> Diário Mercantil de 07 de março de 1981, capa.

<sup>93</sup> Diário Mercantil de 14 de março de 1981, p. 05.



Em assembleia estudantil no dia 01 de abril de 1981, os universitários da UFJF decidiram não aderir à greve nacional proposta para o dia 07, contudo agendaram, para o mesmo dia, uma concentração em frente à reitoria para, simbolicamente, entregar ao reitor uma série de reivindicações dos estudantes da UFJF. Com esta deliberação, Marcus Pestana, presidente do DCE, partiu para Brasília para o CONEB, Conselho Nacional das Entidades de Base da UNE, com o propósito de defender a não realização da greve nacional no dia 07.

Durante o CONEB a posição contrária à greve preponderou e a proposta de uma paralisação nos dias 07 e 08 de abril foi a que ganhou maior destaque. Em Juiz de Fora, conforme deliberando em assembleia estudantil, ocorreu uma concentração em frente a reitoria e um encontro com o reitor que recebeu das mãos de Marcus Pestana, acompanhado de um grupo de dez estudantes, uma lista de doze reivindicações dos alunos da UFJF. Dentre elas estavam pedidos de melhoria do RU e de melhorias nas condições de transporte para o *campus*, além de pautas também entregues pela UNE ao ministro da educação.

A situação financeira das universidades brasileiras era caótica e na UFJF não era diferente. Assim, o primeiro item era sobre a suplementação de verbas para a UFJF. Os alunos exigiam oitocentos milhões de cruzeiros para manter as atividades básicas da universidade. Os estudantes objetivavam direcionar essa verba para o RU, bibliotecas dos institutos e faculdades, biblioteca central, creche, laboratórios, especialmente da medicina e da odontologia, construção de quadras para a Educação física, salas de TV na Comunicação, além de outros projetos<sup>94</sup>. Também estava presente na pauta para o reitor, o fim das taxas cobradas na UFJF, o fim das formas de jubramento, maior representatividade estudantil no CONSU e no CEPE e eleições diretas para todos os cargos eletivos precedidos de debates. Essas pautas, no entanto, não representavam algo pontual no ME juizforano. Através desta pesquisa percebemos que as mesmas pautas gerais eram reproduzidas nas lutas em DCE's do Brasil inteiro como foi o caso da UNICAMP (PEREIRA, 2006: 177).

Os estudantes do curso de Odontologia, em função dos problemas estruturais pelos quais passavam, entraram em greve, apresentando uma pauta também de doze pontos, na qual estava inserida a compra de materiais e equipamentos para sua prática. Durante quinze dias, os estudantes permaneceram em greve, até que o reitor aceitou atender oito das doze reivindicações apresentadas, o que foi considerado como vitória do movimento<sup>95</sup>.

Em 23 de setembro de 1981, a UFJF aderiu a outra paralisação nacional e geral. Professores e universitários atenderam a proposta da UNE e da ANDES, Associação Nacional

---

<sup>94</sup> Diário Mercantil de 09 de abril de 1981, p. 04.

<sup>95</sup> Diário Mercantil de 23 de maio de 1981, p. 04.

dos Docentes de Ensino Superior, do Dia Nacional de Luta para reivindicar mais verbas para a educação, melhores salários para os professores e um ensino mais democrático. Durante o dia de luta foram realizados na universidade debates sobre a situação do ensino no Brasil e notas foram distribuídas à população explicando o motivo da paralisação<sup>96</sup>.

A eleição para a presidência do DCE, que deveria acontecer em novembro de 1981, foi adiada, devido a deflagração da greve dos professores da UFJF, para a qual os estudantes, em assembleia, deliberaram enviar apoio, e acrescentar ao movimento, que a luta não fosse apenas por melhores salários, mas por mais verbas na educação. O movimento dos professores ganhou maior projeção devido à sua atuação ao longo do ano de 1981 junto aos estudantes.

Contudo, os estudantes também não pararam as lutas durante a greve docente. Entre 12 e 14 de novembro de 1981, foi realizado o terceiro encontro da UNE, após sua reconstrução. O 33º congresso da UNE, realizado em Cabo Frio, contou com a presença de quarenta delegados da UFJF, para discutir os rumos da luta por mais verbas, para o ensino, e para eleger nova diretoria da entidade nacional. O presidente eleito na ocasião foi Javier Alfaya, que recebeu muitas críticas via imprensa pelo fato de ser espanhol, permanecendo, no entanto, com intenso apoio estudantil<sup>97</sup>. Na memória de Marcus Pestana, Juiz de Fora sempre teve uma presença atuante junto à UNE com representantes na diretoria, inclusive relata uma articulação na qual quase foi eleito diretor no congresso de Cabo Frio.

Juiz de Fora tinha uma presença forte na rearticulação da UNE. Eu participei de todos os conselhos nacionais de presidentes do DCE, o CONEG, eu estava em todos. Nessa época, o Aldo Rebelo era o presidente da UNE, depois o Javier. Mas assim, eu seria diretor da UNE. No congresso de Cabo Frio, no início de 1982, mas aí houve uma divergência, um acordo, o PC do B fez um acordo com o MR-8, e aí houve um problema lá no bastidor e eu acabei não entrando na chapa. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

A dinâmica das correntes de Esquerda no novo cenário brasileiro no início da década de 1980 chama a atenção da sociedade, em especial, quando os mesmos passam a compor partidos políticos. A diversidade de ideologias e as normas fixadas em cada grupo mostram que, naquele momento, ela era vista com uma grande diversidade. Tal fato é percebido através de matéria veiculada no Jornal Diário Mercantil, que dedicou material de página inteira no caderno Domingo, em 15 de novembro de 1981, com o título “Afinal, com quantas esquerdas podemos (ou não podemos) contar?”.

---

<sup>96</sup> Diário Mercantil de 23 de setembro de 1981, p. 05.

<sup>97</sup> Ver fotos do congresso no anexo D.

A reportagem dedicava-se a refletir, através de entrevista realizada com Ivan Barbosa, na ocasião vereador e ex-presidente do DCE, e Paulo Delgado, membro do diretório nacional do PT, ex-militante do DCE, sobre o que era Esquerda; os motivos de sua fragmentação; a vinculação de uma juventude alienada politicamente, devido aos seus diferentes interesses e às formas de organização da esquerda; bem como a presença das mesmas dentro dos partidos políticos. A dinâmica das Esquerdas, alvo de preocupação da imprensa local, permeava todo o Movimento Estudantil que seguia a década de 80, composto por uma diversidade de grupos, que atuavam e disputavam em seu interior.

Em março de 1982, as eleições para a sucessão de Pestana no DCE foram adiadas mais uma vez. O motivo foi a greve deflagrada no meio estudantil da UFJF, que protestava contra o aumento de 590% no preço do RU, aplicado devido a uma portaria do MEC. A assembleia, realizada em 10 de março, contou com a presença de mil e duzentos universitários, no anfiteatro do ICBG. O movimento teve um caráter nacional. Contudo, apenas UFJF e UFMG entraram em greve no dia determinado e, por isso, permaneceram, nela, isoladas<sup>98</sup>. Na memória de Marcus Pestana o objetivo da greve nacional era o aumento de verbas para as Universidades Federais.

Então nós tivemos, no final houve uma grande greve, quarenta dias, e era uma greve nacional, só que Juiz de Fora e Belo Horizonte entraram antes, ficaram isolados, todo mundo prometeu a entrar em greve e só nós ficamos, Juiz de Fora e Belo Horizonte, quarenta dias de greve. Era em questões mais estruturais e nacionais, na estrutura de ensino e financiamento. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Em Juiz de Fora, o aumento abusivo do RU motivou os estudantes a aderirem à greve, aprovada com apenas um voto contra na assembleia, em 10 de abril de 1982. Após isso, cerca de trezentos estudantes se dirigiram para a reitoria e formaram uma comissão para uma reunião com o reitor. Eles reivindicavam que o RU permanecesse em funcionamento durante o período da greve pelo valor de sessenta cruzeiros a refeição, e que professores fossem contratados.

Um esquema policial foi montado próximo à reitoria, para vigiar o movimento durante a reunião da comissão com o reitor. Pestana, após quarenta minutos de reunião, anunciou aos estudantes que o reitor aceitou manter o RU em funcionamento durante a greve, mas que aquele valor era apenas para alunos carentes<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Diário Mercantil de 10 de março de 1982. Capa.

<sup>99</sup> Diário Mercantil de 10 de março de 1982. P. 05.

Em 20 de março, o movimento grevista dos estudantes realizou uma vigília nos jardins da reitoria, que reuniu cerca de trezentos estudantes<sup>100</sup>. Eles permaneceram na reitoria durante toda a noite, tendo alguns, ocupado o saguão da mesma. A polícia vigiou toda a movimentação preparada para intervir, caso necessário<sup>101</sup>.

Contudo, a greve se seguiu, atingindo quinze dias na UFJF. Poucas universidades aderiram à greve, que não demonstrou força. O DCE, após reunião com reitor, compreendeu que a reivindicação não poderia ser atendida, já que esse seguia a Portaria com força de Lei decretada pelo MEC e, assim, pôs fim à greve. Como últimos atos, fizeram um enterro simbólico do reitor e protestos contra a atuação do MEC na universidade, através da figura do mesmo<sup>102</sup>. Assim chegava ao fim a greve da UFJF em 1982 e a gestão de Marcus Pestana, a maior do período estudado, devido aos adiamentos das eleições, primeiramente pela greve dos professores e em seguida pela estudantil.

Na memória de Marco Aurélio Crocco, da tendência *Estratégia*, a forma como foi encaminhado o final do movimento grevista gerou um descontentamento a alguns estudantes que encararam a medida do DCE como conciliatória e de acordo com a reitoria, fato que teria levado a tendência *Estratégia* à sucessão de Pestana na visão dos militantes.

Eu lembro que tinha uma greve sobre o preço do bandeirão. Naquela época o preço do bandeirão era uma coisa levada muito a sério porque, vamos entender, tinha eleição pra reitor era estritamente fechada, não tinha consulta a universidade (...). E tinha problema de, contra as taxas na universidade, porque o pagamento de taxa era considerado um processo de privatização. Teoricamente o pagamento da taxa, a universidade, um ensino público e gratuito deveria garantir a educação, moradia e o pagamento de nenhuma taxa. E teve uma, um movimento de resistência contra o preço do bandeirão. E basicamente, Juiz de Fora, aquela universidade de lá é um pólo na região, então você tem muito estudante lá. (...) Então, tem muito gente de fora. Então essa questão pegava fogo. O preço do bandeirão sempre pegou fogo lá. Então teve um movimento, assembleias enormes com a ocupação da reitoria e tudo mais. E só é que num determinado momento a direção se parte, se divide. Tem a direção do DCE que já queria fazer um acordo com a reitoria e tinha a direção do movimento que não queria fazer um acordo com a reitoria. O que acontece é que o acordo é feito por debaixo dos panos, o Pestana nunca confirmou isto e nem vai confirmar, na verdade não se tem certeza de nada, mas isso gerou uma desconfiança com a gestão anterior. E com isso a gente consegue capitalizar essa coisa. Foi um bom movimento contra esse, e tinha também, junto com o problema do bandeirão tinha um problema mais geral. (Marco Aurélio Crocco, entrevista de pesquisa).

A visão que a oposição tinha sobre a gestão do DCE mostrava os embates vividos pelas mesmas durante essas manifestações. Havia também uma disputa pela liderança do movimento fora da gestão do DCE, em que tendências buscavam participação e representação. As críticas às posturas do DCE eram constantes, pela forma como conduziam o

<sup>100</sup> Diário Mercantil de 20 de março de 1982. P.04

<sup>101</sup> Ver foto, anexo E, ocupação da reitoria.

<sup>102</sup> Ver fotos, anexo F, enterro do reitor.

movimento, devido às bases ideológicas e posturas políticas de cada grupo que eram, em sua maioria, diferentes. Contudo, a especulação quanto a um possível acordo com a reitoria pelo fim da greve foi usado pela oposição contra o grupo no DCE e apesar de Pestana não mais estar ligado ao PC do B no final de sua gestão e não ter apoiado diretamente candidato para sua sucessão, o grupo, que seguia sua mesma linha anterior, perdeu o DCE.

#### 4.2.8 A gestão da Estratégia em 1982 / 1983: mudanças na mobilização estudantil

A tendência *Estratégia*, em sua segunda gestão, que contou com Marco Aurélio Crocco e Maria Isabel Melo como presidentes, iniciou sua atuação no DCE da UFJF no momento em que Javier Alfaya foi presidente da UNE, do PC do B. Javier era espanhol, filho de imigrantes, e morava no Brasil desde os sete anos de idade. Mas em 1982, Javier sofreu as perseguições do governo, que objetivavam expulsá-lo do país. Em todo o Brasil, o Movimento Estudantil lançou uma campanha “Javier é brasileiro” e em todas as cidades foram feitas manifestações e ações pela permanência do presidente da UNE.

Em Juiz de Fora, foi programado um debate, que aconteceria em nível nacional, sobre a lei de estrangeiros no Brasil, para o dia de luta contra a expulsão de Javier Alfaya. Contudo, devido ao esvaziamento do dia de lutas na UFJF, tal debate não aconteceu. O DCE criticava a falta de interesse da juventude e vinculava o ocorrido ao pequeno êxito da greve vivida pouco antes pelos estudantes, que os teria, na visão dos mesmos, desestimulado. Outros grupos, no entanto, culpavam o DCE por não envolver os estudantes na discussão sobre Javier e na visão política do fato<sup>103</sup>.

O Movimento Estudantil começava a avaliar o surgimento de uma crise de participação na política estudantil e no envolvimento dos estudantes, fato que não era isolado em Juiz de Fora. Sobre o assunto, a Direção da UEE – MG, que também era da tendência *Estratégia*, organizou um Conselho de Entidades, do qual participou o DCE da UFJF, realizando uma avaliação do Movimento Estudantil. A direção da UEE, através da vice-presidente da entidade, Consuelo Gonçalves, criticava a diretoria da UNE, pertencente ao PC do B e MR-8, quanto à (des)organização e sobre o pouco envolvimento dos estudantes nas lutas<sup>104</sup>. Tal crítica era rebatida pela diretoria da UNE, sempre caracterizando uma disputa entre as tendências que divergiam na forma de conduzir as lutas.

---

<sup>103</sup> Diário mercantil de 10 de junho de 1982, p. 04.

<sup>104</sup> Diário Mercantil de 09 de julho de 1982, p. 05.

A crise no Movimento Estudantil era visível para os militantes da época. Uma mudança no paradigma e no envolvimento dos alunos nas ações promovidas pelas entidades já não aglutinava mais os estudantes como nos anos finais de 1970. O início da década de 1980 representa um novo panorama. Dentre os motivos estão as transformações, na realidade universitária, vividas no contexto político brasileiro: lei da anistia, retorno ao pluripartidarismo, fim do AI-5 e fim do decreto 477. O movimento sindical também surgiu com força, tendo, nas greves, grande destaque e peso de pressão, pois envolvia a economia do país. Assim, Marcus Pestana, presidente do DCE na gestão anterior, apresenta, em sua memória, sinais deste enfraquecimento e mudança na realidade estudantil.

Quer dizer, o movimento estudantil saía na imprensa todo dia, era respeitado, tinha peso e isso foi acabando. Com esse passo, a mudança cultural, o novo mundo que tava surgindo, outras formas de participação política. É uma mudança também de ambiente mesmo, que foi nascendo esse mundo, que é um mundo mais individualista, menos generoso, mas não falo isso em tom de saudosismo, nem de crítica, é como é. Mas a realidade mudou, o ambiente mudou. E o movimento estudantil vai se esvaziando, tem outras formas de luta, de expressão, de representação. Eu acho que é isso, uma mistura de erros com mudança de ambiente, mudança cultural, comportamental, de seguimentos de geração. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Marco Aurélio Crocco, presidente do DCE em 1982 pela *Estratégia* também relembra a presença dos sinais de enfraquecimento do Movimento Estudantil, atribuindo principalmente à ebulição do Movimento Sindical este fato.

Muito da crise do Movimento Estudantil aparece com o surgimento do Movimento Sindical. Porque aí a ponta de lança entre as coisas da ditadura passa a ser o Movimento Sindical, eles são maiores. Eles tão no sério, onde é que pesa, no bolso, a greve estudantil é num bolso, a greve operária era no outro. Então acaba que eles disputavam com mais sucesso. (Marco Aurélio Crocco, entrevista de pesquisa).

A mudança no contexto político, sinalizando a abertura política e a mudança no perfil da geração juvenil que assumia o ME. Esta não se configura uma ruptura e mudança radical, mas sim novas características que marcam um novo momento na política estudantil atuante no contexto brasileiro. Uma nova geração do ME, um novo contexto político e novos sujeitos sociais, que se apresentavam como novas opções de participação política no período, marcaram essa mudança, que foi fruto de debate entre as tendências no DCE da UFJF, em congresso da UEE e da UNE.

Destarte, a problemática em torno do RU foi novamente reativada quando uma nova Portaria o MEC indicou um segundo aumento, de 40%, no segundo semestre do mesmo ano. A reação do DCE foi de crítica, contudo, esperava mobilização nacional para lançar algum

encaminhamento, visto que a medida era em nível nacional e ações isoladas não teriam efeito<sup>105</sup>. Assembleias foram realizadas no *campus* para debater as especificidades de Juiz de Fora, chegando a reunir cerca de 300 estudantes, e lançaram um questionário para os alunos, que buscava diagnosticar os problemas locais referentes ao RU.

Atos públicos em frente ao RU ocorreram para protestar contra o aumento dos preços. Faixas de protesto foram espalhadas pela universidade. A *Estratégia* também enviou nota de protesto à UNE, convocando a entidade a entrar na luta contra o aumento do RU. Nos atos, representantes dos partidos políticos, fizeram-se presente, realizando pronunciamentos de apoio aos estudantes.

A organização do Congresso da UNE foi vivida de maneira intensa pelas tendências, que tinham como ponto alto de debate a luta contra a Portaria que aumentava o preço cobrado nos Restaurantes Universitários. O Congresso foi realizado em Piracicaba-SP nos dias 30 de setembro a 02 de outubro, com a presença do DCE da UFJF e delegados dos cursos, ligados às diferentes tendências atuantes na cidade. Na memória de Rafael Pimenta, percebemos as disputas entre os grupos para levar delegados e as viagens em que iam todos de Juiz de Fora, no mesmo ônibus, para os congressos.

A gente ia pros congressos da UNE, tirava delegado pra todo lado, e quando o PT conseguia tirar um delegado ou dois em quinze na faculdade de Engenharia, eles faziam a maior festa porque eles tomaram um delegado da gente, quando a gente conseguia fazer um delegado na escola que eles tinham mais interesse que eles tinham mais influência, era muito disputado. E era divertido porque a gente viajava pros congressos nos mesmos ônibus, ia tudo misturado, ia gritando palavras de ordem uns contra os outros, brincando, mas era muito movimentado, tinha muito evento, era muita participação. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Os congressos da UNE tornavam-se uma arena de disputa intensa, entre as tendências existentes nacionalmente no ME. A pauta girava em torno da forma da condução das lutas estudantis, do envolvimento e a participação dos estudantes e pela direção da entidade nacional, através da eleição que seria realizada via congresso, em Piracicaba – SP, com a votação dos delegados.

Contudo, a movimentação não parava. Em Juiz de Fora, no mês de novembro, houve duas ações de envolvimento estudantil. Primeiramente o aumento da passagem de ônibus urbano em quase 130%, de acordo com matéria veiculada no dia 04 de novembro no Jornal Diário Mercantil. Os estudantes promoveram reuniões com representantes dos partidos e de outras entidades da cidade, como o Jornal Unibairros, para discutir a questão e encaminhar propostas. Além disso, foi deflagrada greve docente na UFJF, que foi apoiada pelo DCE

---

<sup>105</sup> Diário Mercantil de 11 de agosto de 1982, p. 04.

como forma de luta, contudo, sem aderir à mesma. O DCE se pronunciou de forma preocupada com os professores “fura-greve”, que continuavam dando aulas e aplicando provas na UFJF<sup>106</sup>. Após o fim dessa, os estudantes retornaram às atividades contestando o calendário de reposição das aulas que foi aprovado no CEPE.

O ano seguinte começou envolvendo os estudantes na “Calourada 1983”. A gestão *Estratégia* promoveu diversos debates e palestras sobre o Movimento Cultural em Juiz de Fora; Movimento Estudantil, com membros da UNE, UEE e DCE; Universidade Brasileira; Crise econômica e sobre o golpe militar no Chile, com exibição de documentário; além da realização de apresentações musicais<sup>107</sup>.

Em março, aderindo ao dia nacional de lutas da UNE, os estudantes de Juiz de Fora se dirigiram à prefeitura, buscando uma audiência com o Prefeito Tarcisio Delgado, que os recebeu em reunião. Dentro da pauta de reivindicações, dentre outros, não diretamente aplicáveis à prefeitura municipal como o pedido de eleições diretas para reitor e para os prefeitos das capitais e o desmantelamento do DOPS, o item central era pelo passe livre estudantil no transporte coletivo na cidade<sup>108</sup>.

A gestão *Estratégia* foi marcada por paralisação estudantil em vários cursos como Bioquímica, Enfermagem e Educação Física, que protestavam em diferentes momentos pelo mesmo problema: a falta de professores nos departamentos. O encerramento da gestão se deu com debates em torno da situação do Movimento Estudantil na cidade e das eleições para o DCE. Marco Aurélio Crocco e Maria Isabel Melo, foram substituídos por Rafael Pimenta, do MR-8 na direção do DCE.

#### 4.2.9 Gestão da chapa Unidade: Restaurante Universitário continua em pauta

Com a vitória da chapa *Unidade*, na eleição de maio de 1983, assumiram o DCE Rafael Pimenta, como presidente, que cursava Engenharia e era vinculado ao MR-8, Waldir Santos, da Engenharia, como vice-presidente, e Jéferson Santos, da Educação Física, como secretário geral.

A primeira calourada realizada como acolhida aos calouros do segundo semestre de 1983 pela *Unidade*, que já marcava sua proposta de discutir a universidade. Foi realizado um debate sobre “A universidade e a situação econômica do país” no qual estiveram presentes o

---

<sup>106</sup> Diário Mercantil de 11 de novembro de 1982, p. 06.

<sup>107</sup> Diário Mercantil de 08 de março de 1983, p.04.

<sup>108</sup> Diário Mercantil de 23 de março de 1983, p. 06.



reitor da UFJF, Marcio Leite Vaz, o presidente da ANDES, Luiz Pinguelli Rosa, a presidente da Associação dos professores, Maria José Féres, o secretário de educação de Juiz de Fora, José Eustáquio Romão, e o presidente do DCE, Rafael Pimenta. A calourada também contou com apresentações musicais na UFJF e no teatro Pró-música e a realização do Som Aberto, recuperando um tradicional evento cultural dos estudantes<sup>109</sup>.

Em setembro, explodiu mais uma vez a questão da precariedade e dos altos preços do Restaurante Universitário. Iniciou-se uma série de assembleias que discutiam a forma de encaminhar as reivindicações ao reitor. Inicialmente a diretoria do DCE elaborou uma carta, que foi entregue ao reitor, na qual argumentava contra o aumento no valor da refeição. Contudo, o clima de insatisfação foi crescente. Durante uma concentração em frente ao RU no dia 15 de setembro, cerca de duzentos estudantes decidiram invadir o RU, mesmo sem o apoio do DCE, que recusou assumir a responsabilidade do ato. No entanto, enquanto estavam no interior do RU, o DCE organizou uma assembleia para discutir o problema.

A iniciativa de invasão do RU e a postura do DCE, bem como a discussão que se desenrolou a partir do fato, mostram nitidamente a divisão de forças existentes dentro do Movimento Estudantil juizforano em 1983. Interrupções nas falas de Rafael Pimenta, sob o grito de “pelego”, mostravam que havia uma oposição declarada à sua gestão. O presidente discursava mostrando a necessidade de um aumento de verbas para a UFJF, para solucionar o problema do RU. Já a oposição, figurada principalmente pelo grupo *Estratégia*, exigia atitudes de maior expressão e tecia acusações à direção do DCE<sup>110</sup>.

O problema se seguiu durante meses e em janeiro de 1984, durante o período de férias acadêmicas, o reitor anunciou que um novo aumento, que aconteceu em fevereiro, estava por vir. Foi divulgado que seria de 75,3% no preço das refeições, nas três modalidades existentes: carente, semicarente e alunos não carentes, através de uma portaria do MEC<sup>111</sup>. Contudo, dias depois o reitor anunciou um aumento de quase 400% em cima do valor de cada refeição. O DCE, no entanto, enviou uma contraproposta ao reitor, sugerindo um preço inferior, e declarando que era necessária uma mobilização nacional para barrar o aumento, que era uma imposição do MEC, e que, por isso, levaria para o CONEG, em março de 1984, a proposta de uma paralisação nacional contra o aumento do preço do RU.

Outras assembleias foram realizadas, nas quais os estudantes, em conjunto, deliberaram pela elaboração de uma carta ao reitor exigindo que a reitoria não repassasse

---

<sup>109</sup> Diário Mercantil de 25 de agosto de 1983, p.04.

<sup>110</sup> Diário Mercantil de 15 de setembro de 1983, p. 05

<sup>111</sup> Tribuna de Minas de 16 de fevereiro de 1984, p.07.

preços tão altos para os estudantes no RU<sup>112</sup>. Uma comissão de vinte alunos foi formada, dentre eles, o presidente Rafael Pimenta, que levou ao reitor os pedidos estudantis. Contudo, após avaliação, o reitor não atendeu os estudantes e disse que tentaria uma audiência com a Ministra da educação para solucionar o problema.

O DCE da UFJF, reunido em Assembléia estudantil, deflagrou greve protestando contra o aumento do RU em 23 de março, depois de meses de mobilização. Naquela ocasião, reuniram-se quase dois mil e quinhentos universitários, na praça cívica da UFJF. Dentre as ações durante a greve aconteceram assembléias e manifestações estudantis, como um “panelaço”, em frente à reitoria, em forma de protesto<sup>113</sup>. Em meio à greve estudantil também houve comícios pelas Diretas Já em Juiz de Fora, com a presença de Tancredo Neves, no qual Rafael Pimenta discursou e os estudantes distribuíram notas explicando os motivos da greve contra o aumento do RU a todos os presentes.

Na memória de Rafael Pimenta, a greve estudantil manteve a mobilização durante os vinte e um dias de greve, envolvendo os estudantes no protesto.

O que aconteceu é que, no ano que eu entrei no DCE, fui eleito pro DCE em outubro de 1983; em janeiro de 1984, nas férias, a reitoria avisou pra gente que tinha aumentado o preço do bandejão oito vezes. (...) E aí a gente entrou pra dentro do começo do ano, e aquele valor já estava vigorando no bandejão. Então, a greve na nossa gestão foi mais dura, porque a gente pegou o preço (...). Diferente de outros momentos, porque se o aumento viesse durante as aulas, você impedia um aumento de vir com a greve. Mas como isso já tinha acontecido três anos antes. A reitoria mais conservadora, aprendeu a lição e veio com o aumento nas férias no primeiro dia de aula, o bandejão tava dezoito, dezesseis, não lembro de que dinheiro.(...) Aí a gente começou a passar nas salas, e eu passei em todas as salas da Universidade. Eram cento e vinte salas, eu passei em todas duas vezes, antes da gente conseguir fazer a greve. Conseguimos convencer a Universidade inteira, nós e todo mundo. O movimento todo, o PT, todo mundo participando. Porque ali, apesar da gente ter as nossas diferenças de ponto de vista, mas a gente tinha um inimigo maior, que era o preço do bandejão, que atingia todo mundo. Aí nós conseguimos, eu não lembro bem quando, deve ter sido ali pra abril, nós levamos uns dois meses pra mobilizar os estudantes, mobilizamos, fizemos a greve. Ficamos vinte e um dias em greve. Pra você ter uma idéia, sem piquete, não sei se você sabe o que é piquete, piquete era gente que ficava cercando pros estudantes que queriam fazer a greve não entrarem. Nessa greve não teve, ninguém foi na aula. Aí fomos discutir com o reitor. Ele falou “não, tem uma turma. Não, a greve não é integral”; eu falei “como não é integral? Toda Universidade tá parada”. Ele falou “não, os formandos da Economia estão em aula”, eu falei “então vamos encerrar nosso papo aqui, amanhã a gente conversa de novo”, levantei e saí. Eu e o tesoureiro do DCE, que era presidente do DA de Economia, que chamava Romeu Bellini, (...) nós dois fomos pra sala de aula e viramos pros caras e falamos “não é possível, quarenta alunos, numa Universidade de seis mil, são os únicos que tão tendo aula”. Aí apertou eles o quanto pode. Eles falaram “não, tá bom, tá bom. Tá bom, a gente vai dar um crédito de confiança”. Entraram na greve, no dia seguinte chega a gente na reitoria “reitor, nenhum aluno”. Aí ele sentiu a pressão e nós começamos a negociar. Eu acho que o preço do

<sup>112</sup> Ver fotos em anexo G, assembléia na reitoria.

<sup>113</sup> Ver fotos em anexo H, panelaço.

bandejão, no ano anterior, era um e cinqüenta. Chegou a dezesseis ou dezoito não sei, por ali, e a gente conseguiu voltar ele pra dois reais. Não conseguimos voltar pra um e cinqüenta, que era o preço que a gente queria, mas conseguimos chegar a dois reais. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Rafael Pimenta traz na memória as negociações vividas entre estudantes e reitoria durante a greve, e avalia como vitorioso o movimento. Segundo o Jornal Tribuna de Minas de 11 de abril de 1984 (p. 07), os preços fixados pela reitoria eram Cr\$ 370, Cr\$ 720 e Cr\$ 1.200 por refeição, para alunos carentes, semicarentes e não carentes respectivamente. Os preços reivindicados pelos estudantes eram Cr\$ 150, Cr\$ 300 e Cr\$ 680. A reitoria cedeu às pressões e baixou o preço, não chegando a atingir a proposta dos estudantes, mas diminuindo de forma significativa, o fixando o preço final em Cr\$ 200, Cr\$ 400 e Cr\$ 800.

Rafael Pimenta recorda também a divergência entre as tendências em relação à defesa de propostas a serem apresentadas à reitoria quanto aos valores das refeições.

A LIBELU entendia que a gente tinha que levar o bandejão pra zero reais. Porque a proposta do Movimento Estudantil sempre foi ensino público e gratuito. Mas, isso a gente nunca conseguiu. Eu não sei se isso já se conseguiu em algum lugar do Brasil o bandejão de graça. Não me lembro na época, não me lembro de alguém que falasse que tinha. Um e cinqüenta era um preço muito bom, porque era a metade do preço de um PF. Então o estudante que morava na república, ele podia almoçar no bandejão primeiro porque ele comia muito melhor. Uma comida ótima. E a metade do preço. Então era muito legal. Conseguimos levar a dois. A LIBELU defendia na assembléia final (...) zero reais, voltar a zero; uma parte do PT defendia congelamento de preço, pra ficar em um e cinqüenta. Mas a gente posicionou o seguinte: nós temos que conseguir o melhor possível. E aí a gente posicionou, topamos o dois e fomos pra assembléia pra poder disputar lá na assembléia e ganhamos de mais de setenta por cento dos presentes, votaram a favor de dois reais e voltou-se pras salas de aula. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, apesar das divergências existentes entre as tendências, a proposta que foi encaminhada aos estudantes foi satisfatória, aceitando a indicação do reitor que havia baixado os valores do RU. Contudo, apesar das divergências de encaminhamentos, as tendências todas se uniram, mostrando coesão na luta em prol do interesse estudantil, porém sem deixar de lado suas divergências ideológicas que eram sentidas nos discursos.

Além da questão do RU, na memória de Rafael Pimenta, sua diretoria no DCE ficou envolvida na organização de uma Olimpíada universitária, constituindo-se, assim, os dois focos da gestão durante o ano em que esteve à frente do DCE.

Durante a minha gestão a outra coisa de grande porte que aconteceu foi a Olimpíada Universitária, que era uma coisa muito tradicional aqui em Juiz de Fora. Só que no ano que eu assumi o DCE já tinha uns três, eu não sei dizer quanto tempo, tinha algum tempo, uns dois, três ou quatro anos que não havia. E nós falamos “não, nós vamos fazer a olimpíada” e fizemos a olimpíada no padrão que havia antes. Foi um sucesso danado. Então a gente acabou ficando envolvido principalmente com essas duas coisas. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Devido ao envolvimento com a campanha das Diretas, olimpíadas e greve, Rafael Pimenta avaliou que o problema de sua sucessão deu-se pela falta de organização financeira, o que prejudicou sua sucessão. Em sua memória, essa questão era uma problemática sempre presente no ME, criticada por ele antes de entrar no diretório e depois, pela oposição, nas eleições que o sucederam. Segundo os jornais da época a dívida deixada pela gestão *Unidade* foi de um milhão de cruzeiros.

O que acontecia muito era o seguinte, o que sempre acontece no Movimento Estudantil é que a pessoa entrava sem a mínima experiência administrativa, isso é que matava o Movimento Estudantil. Então tinha gente que entrava não tinha noção do que é um talão de cheque. Então a gente saía soltando cheque. Toda gestão do DCE quando o presidente entrava e o tesoureiro a primeira coisa era ir no banco acertar a conta, porque a moçada não sabia lidar com aquilo. A gente não tinha um tostão. Agora tinha o talão de cheque do DCE, o DCE respeitadíssimo na cidade; um cheque do DCE todo mundo recebia, só que era sem fundo, a pessoa não sabia. Todo mundo recebia uma vez; a segunda ninguém recebia, falava “ah, esses caras não tem jeito”. Mas o que acontecia, cada gestão não conseguia por em prática os planos que apresentava. Então a gestão anterior apresentou lá seus planos, eu meti o pau e fui eleito porque não tinham feito; e eu também não fiz, porque eu passei metade do ano na greve, e a outra metade na campanha das Diretas e na olimpíada. Eu achei muito legal, foi muito participativo, foi muito interessante, muito bacana. Tanto que tinha três mil pessoas na assembléia. Mas a discussão política acabava ficando em plano secundário, porque a gente não conseguia, tinha que pagar conta do DCE, pagava a luz do DCE, tinha que pedir dinheiro na reitoria pra pagar a conta de luz, uma complicação danada. Aí o que aconteceu, a minha oposição estourou a mesma coisa, ganhou da gente. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Assim, a chapa *Semente*, que sucedeu Rafael Pimenta no DCE, assumiu a luta pelo RU, pela campanha das eleições diretas para reitor que se iniciava e pela dívida de quase um milhão de cruzeiros deixada pela gestão anterior<sup>114</sup>.

#### 4.2.10 Meses finais de 1984 com a Gestão da chapa Semente

A *Semente* iniciou sua atuação marcada pela eleição para reitor que aconteceria, pela primeira vez, de forma “direta”, compondo a lista sêxtupla a ser encaminhada ao presidente da república. O DCE promoveu um debate entre todos os candidatos a reitor da UFJF, que contou com a presença de quinhentos estudantes dentro do anfiteatro dos Estudos Sociais. Dentre os candidatos que compuseram a mesa de debate estavam Affonso Paulo Mendes, Margarida Salomão, Gláucio Franco, Paulo Neder, José Geraldo Teixeira, João Pedrosa Castelo, Gilvan Procópio, Clélia Miranda de Castro e Terezinha de Assis. Além desses, a APES recebeu mais nomes, num total de dezesseis candidatos à lista sêxtupla, que

<sup>114</sup> Tribuna de Minas de 15 de setembro de 1984, p.07.

participaram de novos debates na UFJF posteriormente. Neles, o clima era tenso e de muita discussão política sobre os rumos da universidade, com a apresentação dos programas dos candidatos.

Entretanto, o reitor não respeitou os encaminhamentos da comunidade universitária e convocou o colégio eleitoral para a votação da lista sêxtupla. Estudantes e professores fizeram uma manifestação nas portas da reunião, pedindo que fosse respeitada a decisão da comunidade. A indicação de nomes que não foram votados pela comunidade eleitoral na lista foi combatido, com muitos protestos de estudantes e professores, que após assembleia, saíram em passeata para o calçadão com os gritos de “se a lista não passar, UFJF vai parar”, “nós estudantes, funcionários e professores queremos o direito de eleger nosso reitor” e “chora, Márcio Leite, chora que tá chegando a sua hora”<sup>115</sup>.

O caso só chegou ao fim em 22 de dezembro de 1984, quando uma reunião do colégio eleitoral, apesar das ameaças de boicote e das tentativas de conciliação, enviou para o presidente uma lista contendo dois novos nomes e quatro eleitos pela comunidade universitária.

Em janeiro de 1985 também foi realizada a última eleição indireta para presidente da república. O colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves, pondo fim a 21 anos de ditadura militar, colocando o Brasil em eixos mais firmes de democracia. Com esse fato, encerro a pesquisa sobre o Movimento Estudantil em Juiz de Fora em meados da gestão da chapa *Semente*, colocado como marco cronológico final deste trabalho.

### **4.3 Promovendo cultura e lutando politicamente**

Ao analisar as entrevistas realizadas para esta pesquisa, um fator apareceu com destaque: o movimento cultural. Os entrevistados destacaram como o Movimento Estudantil sempre caminhou junto ao movimento cultural e como as iniciativas estudantis de promover cultura eram uma forma de lutar politicamente. A década de 70 foi colocada por eles como um momento de retomada do movimento cultural, protagonizada pelos universitários com uma visão de que, lutar por cultura também era lutar por liberdade e democracia.

A cidade de Juiz de Fora sempre teve a cultura como ponto de envolvimento social. O processo cultural que vinha se desenvolvendo durante o século XX, sofreu uma fragmentação ao chegar à década de 60, com o golpe militar. Segundo Cristina Musse, o processo cultural

---

<sup>115</sup> Tribuna de Minas de 29 de novembro de 1984, p.07.

de Juiz de Fora foi mediado pelas faculdades particulares e posteriormente, a partir de 1960, pela UFJF, quando a mesma foi criada. Assim, a UFJF passou a ser “pólo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes”. (MUSSE, 2006: 114).

Segundo Musse, mesmo com a implantação da ditadura, que modificava o cenário, os estudantes ainda resistiram até 1968, levando à frente ações culturais até o AI-5, que implantou a censura e dispersou o ME na cidade. Segundo a autora, muitas foram as iniciativas culturais naquele tempo, como a criação do Centro de Estudos Cinematográficos aliado à exibição de filmes que lotavam o cine-teatro central. O encontro dos estudantes sempre se dava na Rua Halfeld, local de encontro de todos os estudantes, dos diferentes cursos, em cafés e bares, onde discutiam política e também cultura, dando seguimento ao processo cultural. A livraria Saragana, na rua São João, era ponto de encontro dos militantes do PCB. Próximo a ela, no Palace hotel, foram realizados encontros com a *Civilização Brasileira*, vista como um momento de resistência intelectual, debatendo com os mais importantes autores que publicavam pela editora. (MUSSE, 2006: 119).

Outro espaço de convívio fundamental para a época foi Galeria de Arte Celina, espaço privilegiado para a difusão dos trabalhos de artistas amadores e profissionais, onde também funcionava o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC). A galeria foi criada pelos membros da família Bracher, e era, ela própria, uma referência no movimento cultural da cidade (MUSSE, 2006: 115).

Em 1966 foi realizado o I Festival de Cinema Brasileiro de Juiz de Fora, lotando o Cine-teatro central. Esses eventos e locais de reunião são exemplos de um movimento cultural que estava em processo de consolidação na cidade, sempre protagonizado pelos estudantes. Contudo, após 1968, apesar da resistência de muitos, essas ações se minimizaram devido à repressão. Permaneceram, principalmente, apresentações musicais, com festivais promovidos, não apenas pela prefeitura, mas por colégios da cidade, como o João XXIII.

Em 1974, percebe-se um ressurgir das ações culturais, também iniciadas pelo Movimento Estudantil e que marcaram o processo cultural da cidade de Juiz de Fora, bem como a reorganização política e mais expressiva desse movimento. O DCE, no referido ano, buscando democratizar a universidade e a sociedade, investiu em ações culturais e lançou o Som Aberto, que para os estudantes representava uma forma de resistência, já que acreditavam que promover cultura era lutar por democracia. O Som Aberto reunia, aos sábados, um grande público estudantil na universidade, onde eram apresentadas poesias, teatros, música, dança, entre outros, pelos próprios estudantes que se lançavam num grande

movimento pela cultura. O Som Aberto também foi palco de apresentações de artistas de expressão nacional, que se apresentavam no Central na cidade e depois, gratuitamente no Som Aberto, no Anfiteatro do ICBG. Em suas apresentações havia a preocupação de apresentar atividades culturais de qualidade, ao passo que utilizavam estes espaços para a divulgação de ideias políticas.

Na memória de Jorge Sanglard, o Som Aberto surgiu durante a gestão de Ivan Barbosa no DCE, em 1974, após o contato com um estudante da USP que inspirou a ideia.

Numa vinda de um primo do Ivan que estava de férias aqui em Juiz de Fora ele comentou com o Ivan que estava começando na USP um negócio que chamava Som Aberto, um movimento pra vincular as músicas e tal e foi quase um embrião do circuito universitário. O Ivan, o Reginaldo e o Paulo que estavam no DCE naquela época viram então que deveria fazer um Som Aberto em Juiz de Fora, como você tinha muitos grupos importantes de musica naquele período, chamou o pessoal de Juiz de Fora, o Chico Teixeira coordenava, era o mestre de cerimônia aos sábados. No ICHL o Manoel Barbosa era o diretor na época não cedia a chave pra gente, na verdade o reitor ficava muito submetido ao general e os diretores então nem se fala, tinha um medo, a universidade era muito fechada, muito reprimida e às vezes você não conseguia colar um cartaz porque o diretor ia atrás tirando, do Som Aberto que era um evento cultural. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Jorge Sanglard recorda a dificuldade de se conseguir local dentro da universidade para a realização do evento, devido à vigilância da ditadura militar através do reitor e dos diretores das faculdades da UFJF. Na memória de Ivan Barbosa, presidente do DCE em 1974, somente conseguiram abertura no anfiteatro do Instituto de Ciências Biológicas e Geociências, o ICBG.

Montamos o Som Aberto lá no ICBG, ninguém queria deixar, mas montamos no ICBG, o Negrão, justiça seja feita, deixou a gente fazer lá, tem que falar porque ninguém deixou, mas ele deixou a gente fazer lá. E aquilo tomou um público enorme, fizemos convênio com o Pró-música e o DCE começou a trazer todo mundo pra cá. Veio o Florestan Fernandes dar palestra, o pessoal mais progressista da época todo mundo vinha pra cá. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

A rearticulação do Movimento Estudantil promoveu também uma rearticulação do Movimento cultural em Juiz de Fora, mostrando a relação entre eles na década de 70. As pessoas que se envolveram na promoção de cultura estavam ligadas politicamente ao ME. Jorge Sanglard recorda que os principais nomes que iniciaram o movimento cultural estavam na liderança do DCE no momento de sua reorganização e com o passar do tempo foram aglutinando mais pessoas para se envolver na promoção de cultura.

Havia um movimento cultural muito forte em Juiz de Fora, em 1975 e 1976. Isto tudo tem um início em 1974 em torno do DCE, a retomada do DCE. Basicamente, novas pessoas começavam a participar culturalmente, mas o DCE tinha o Ivan Barbosa, o Reginaldo Arcuri, o Paulo Delgado, tinha mais alguns nomes vinculados

a esses três que era o núcleo de reaglutinação do Movimento Estudantil aqui em Juiz de Fora. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

No Som Aberto as apresentações eram feitas, em sua maioria, por estudantes da universidade que tinham livre acesso para suas apresentações dos mais diversos tipos. Do movimento musical, Jorge Sanglard apresenta sua lembrança dos principais envolvidos.

E também tinha o pessoal que estava começando na música, como o Chico Curzio, o grupo Vértice, com o Luizinho Lopes, que era um dos grupos mais importantes de música de Juiz de Fora na época, tinha o grupo A Pá, que também fazia parte do Som Aberto, tinha o grupo A Pázinha, que era a turma mais nova, os amigos da Pá. Marcinho Itaboray, os Teixeira, o Serjão Evangelista, o Guto Gomes, também tinha o Márcio Gomes e seu irmão, o Toninho, que integravam o grupo de choro Gardênia Dourada. (...) A gente vinha sempre articular a questão do movimento estudantil com o movimento cultural. Em Juiz de Fora, sempre foi articulado, por exemplo, a família do Márcio Gomes era toda articulada à música, ao choro, ele tinha um grupo chamado “Gardênia Dourada” e eles tocavam no Som Aberto, ele, os irmãos e os primos. Na casa do Márcio era onde se encontrava o pessoal que gostava de música brasileira e era onde se discutia quem ia trazer pro Som Aberto, quem ia convidar para tocar e cantar. A gente convidava a pessoa pra vir fazer um show na cidade e participar no Som Aberto, às vezes, vinha alguém só para participar no Som Aberto. Por exemplo, o João do Vale veio a Juiz de Fora, o Sérgio Cabral, o pai, crítico de música conceituado, o Aniceto do Império, a Lecy Brandão, todos nessas condições, trazidos só pra vir ao Som Aberto. O João Bosco também deu uma canja no Som Aberto. Era assim, havia um debate, ou vinham tocar e depois iam pra uma feijoada, pra uma festa e a casa do Marcinho era um ponto de encontro dessa discussão e sempre dali saíam coisas legais ligadas à música. Uma coisa alimentava a outra. Mas a repressão era muito forte, você tinha que ter alguns canais de expressão e os canais livres na época eram os canais da música e da literatura. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Jorge Sanglard recorda da articulação que existia entre os estudantes que se envolviam mais com o movimento cultural e da forma como definiam as atrações que se apresentariam no Som Aberto. Nomes de destaque nacional pisaram nos palcos do ICBG, nas manhãs de sábado da década de 1970. Discutiam cultura como um todo e, dessa articulação, saíam propostas que incrementavam o movimento cultural, este que aparece sempre articulado ao movimento estudantil, vendo na cultura um canal aberto para a resistência ao obscurantismo do regime militar.

Márcio Itaboray, em seu livro *Assuntos de vento* também traz algumas lembranças do Som Aberto.

Estamos no anfiteatro do ICBG no Campus Universitário, às dez da manhã, de um sábado de outubro, fazendo a primeira apresentação do Som Aberto que seria, no mínimo, por mais quatro anos, o maior e mais democrático espaço para a cultura da cidade. A expressão “estávamos no anfiteatro”, refere-se a vários artistas locais, entre eles nós da “Pá” (Bilinho, Dudu e Xico Teixeira, Guto Gomes, Marcinho Itaboray), Cezar Itaboray, Ademar Salomão e Carreira, naquela primeira apresentação. O grande barato das manhãs de sábado em JF era subir ao Campus para assistir ao Som Aberto. Nas primeiras apresentações, o público de universitários não sabia como se manifestar ao ver seus próprios colegas no palco.



Não havia palmas, mas um olhar orgulhoso, de admiração pelo que ai estava se passando. (ITABORAY, 2001: 70).

Márcio Itaboray, em seu livro, recorda também que muitos nomes nacionais se apresentavam no Som Aberto em troca de apenas passagem e comida, com o intuito de promover cultura. Dentre estes nomes estão Leci Brandão, João do Vale, Sueli Costa, Roberto da Regina, Sérgio Cabral, entre outros. Dentre os artistas locais, Márcio Itaboray recorda que foram apresentados por Xico Teixeira, o anfitrião das manhãs de sábado no ICBG, nomes como Netinho Vale; Duty; Domicio; o “Grupo Vértice”, de Luizinho Lopes; o grupo “Gardênia Dourada”, do Marcinho Tinhorinho; Guaçuí e “A Pazinha”, que era formada por Ronaldo, irmão de Marcinho Itaboray, Estavão e Godô, irmãos do Xico Teixeira, e Ricardo José, irmão do Helinho Dudé (ITABORAY, 2001: 71).

Quando resgatamos, hoje, essas lembranças sobre o Som Aberto, e tantos outros eventos da época, não nos impressiona apenas o fato de a cultura ser uma marca clara da resistência ao obscurantismo do regime militar, mas também o fato de as pessoas se reunirem de forma mais simples, menos produzida, em tudo o que era feito, apesar dos desgastes e os esforços que costumam acompanhar qualquer evento, era marcado por uma aura característica dos espetáculos mambembes, sem muita infra-estrutura ou investimento. (MUSSE, 2006: 134).

O Som Aberto, no entanto, não era composto somente por apresentações musicais. Houve concursos de poesias, literatura de cordel, concerto de harpa, curso de teatro, exposição de fotografia e pintura (ITABORAY, 2001: 71). Na memória de Jorge Sanglard, um movimento de poesias também começou a integrar o Som Aberto e a buscar novas expressões.

Ao ingressar na universidade eu encontrei o José Henrique da Cruz, o Mutum, a Raquel Scarlatelli, o Gilvan Ribeiro, que dava aula de Literatura, e, numa conversa preliminar, o José Henrique da Cruz me disse que tinha articulado um movimento de poesia no Colégio Magister, durante o pré-vestibular com o Gilvan, e no outro dia levou os folhetos e me mostrou aqueles folhetos e eu falei, “se você fez isso lá... aqui tem muito mais perspectiva”. Os primeiros folhetos contavam com poemas do Ignácio Delgado, do Gerrô, do Gilvan, estudantes e professores do Magister. Nós estávamos em 1976 e eu falei “se você fez isso lá no Magister, nós vamos fazer aqui também” e aí a Raquel chegou, viu o material e o Walter Sebastião, que já estudava Jornalismo, também chegou, assim como o João Batista Mota, que também estava na Comunicação, e tinha o Xico Teixeira, que estava mais adiantado e estava no início da articulação do Som Aberto. (...) e o movimento *Poesia*, quando nós começamos a segunda fase, a gente escrevia poemas, desenhava as capas, muitas vezes eu tive que desenhar as capas<sup>116</sup>, em cima, na hora, em cima do mimeógrafo lá no Colégio Magister, pois ainda não tinha quem fazia arte pra gente, até que nós descobrimos o Marcelo, que era um desenhista que estudava no Magister, e morava

<sup>116</sup> Ver capas do Poesia no anexo I.

do Bom Pastor, e ele passou a fazer as capas pra gente. Ele já tinha feito algumas capas na primeira fase, depois o Jorge Arbach e o Cezar “Gavinha” entraram também no movimento. A gente aglutinava poetas de Juiz de Fora, todos vinculados ao Movimento Estudantil. Dalí o Gilvan ajudava a gente a coordenar, fazia a seleção, era uma seleção muito rigorosa e criteriosa, não entrava quem não tivesse qualidade, e esse que era o grande lance, (...) a poesia que era veiculada, não era poema panfleto, era poema, poema de qualidade. Só que até você fazer poesia, distribuir na rua, distribuir no Som Aberto e aglutinar um grupo em torno da poesia, até isso era revolucionário na época, porque não podia fazer nada na época, a repressão era muito forte. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Data dos anos 70, com o envolvimento de jovens universitários e do professor de literatura da UFJF, Gilvan Procópio Ribeiro, um movimento chamado *Poesia*, conforme Jorge Sanglard apresenta em sua memória. O objetivo dos estudantes, envolvidos na produção cultural desse movimento, prezava pela qualidade de sua forma literária.

Numa primeira fase, o movimento *Poesia* começava no Colégio Magister, no qual se originou a ideia, e seguindo, pelos estudantes da UFJF do qual posteriormente originou outros movimentos como o *Jornal Bar Brazil*, o folheto *Abre Alas* e a revista *D’Lira*. Tendo por base, alicerce e eixo poético de todo este trabalho a *sensibilidade*, o movimento *Poesia* enchia as manhãs de sábado no Som Aberto, e também as ruas centrais da cidade de Juiz de Fora, onde eram montados varais de poesias e distribuídas, à população, produções dos poetas da cidade, inicialmente forjadas em mimeógrafos, e posteriormente, em jornais, revistas e folhetos (off-set), pela gráfica do DCE. “Tudo embalado pelo sonho de poder transformar em realidade o desejo de deixar fluir todo o sentimento. Sem limites, sem barreiras”. (SANGLARD, 2002: 03).

Gilvan Ribeiro, na apresentação do livro *Poesia em Movimento*, organizado por Jorge Sanglard, mostra a ligação do movimento que surgiu inicialmente no colégio Magister e seguiu-se para a universidade em articulação com o DCE.

Em 1975, trabalhando como professor de Português no Colégio Magister, conseguimos - vários de nós - o apoio da direção para fomentar um movimento de poesias, possível graças ao entusiasmo dos alunos. Em articulação com o Diretório Central dos Estudantes, começaram a sair os folhetos com o título *Poesia*. Mimeografados no Colégio com papel cedido pelo DCE, o folheto funcionou como um ímã, ampliando-se bastante a partir da ideia inicial, dado o número de interessados que se manifesta. (...) O grupo original, logo na UFJF, onde já estávamos como professor, se reorganiza, adquirindo uma nova feição. O folheto passa a ser distribuído – sempre gratuitamente - nos espetáculos político-musicais chamados Som Aberto, organizados pelo DCE e realizados na Universidade e se amplia sua dimensão pelas ruas da cidade, sendo levado à população todas as semanas, despertando cada vez mais curiosidade, atenção e... desconfiança (das autoridades).

O folheto *Poesia* foi ganhando dimensões que não continham mais sua produção. Assim, o DCE criou, na gestão de Ivan Barbosa, um Centro de Cultura, que funcionava na sede do DCE, na galeria Pio X, 2º andar, e possuía um auditório composto por cem a cento e vinte cadeiras móveis facilitando o teatro de arena, palco, tela cinematográfica, e outros equipamentos. O centro era coordenado por um departamento de cultura subdividido em teatro, música, cinema, literatura e artes plásticas e tinha como professor responsável Gilvan Ribeiro.

Na memória de Jorge Sanglard, o centro de cultura do DCE originou-se do Centro de Estudos Cinematográficos e durou até 1976 quando assumiu o DCE um grupo da Direita.

O Centro de Cultura do DCE foi criado e funcionava na Galeria Pio X, onde o CEC (Centro de Estudos Cinematográficos) era sediado. O Centro de Estudos Cinematográficos era um cine-clube e passava todos os filmes do circuito alternativo, os filmes *cult*, e após as sessões aconteciam debates. O cine-clube sempre promovia atividades nos fins de semana, além de mostras temáticas. Assim, a coisa foi ampliada e foi criado pelo DCE o Centro de Cultura, que tinha uma diretoria e chegou a ter duas gestões, na primeira, o Gilvan P. Ribeiro era o diretor e, na segunda, a Tatau Delgado era a diretora e eu era o secretário. E o mandato do Centro de Cultura ultrapassava em um ano o mandato do DCE. A ideia era de que sempre tivesse no Centro de Cultura alguém que tivesse vinculação com as artes e a cultura e que, se por acaso um dia o DCE tivesse algum problema, não fosse interrompida a atividade no Centro de Cultura. Naquele período, quando ia terminar o mandato da Tatau, o Centro de Cultura do DCE passou a ser boicotado pela única diretoria à direita eleita no DCE, que foi o grupo ligado ao Paschoal Montezano, logo depois da vitória do Mello reis para a Prefeitura. A situação ficou insustentável entre o DCE e o Centro de Cultura e uma Assembléia definiu o encerramento das atividades do Centro de Cultura. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Neste Centro de Cultura foi lançada a ideia de ampliar o *Poesia*, com uma nova publicação que desse maior vigor ao movimento. Com isto foi criada a revista *Bar Brazil* (com Z de Zorro)<sup>117</sup>, uma revista-jornal que buscava estabelecer durante sua curta duração de três números, um diálogo intenso com publicações semelhantes no resto do país. Foram entrevistas, ensaios, poemas, análises, contos, artigos e ilustrações. Devido às mudanças na direção do DCE, que na gestão de 1976/1977 estava com um grupo da Direita, a publicação do *Bar Brazil* foi interrompida.

Na memória de Jorge Sanglard, o Jornal Bar Brazil obteve uma grande repercussão e foi construído com a colaboração de muitos membros do Movimento Estudantil juizforano.

A gente tinha aí um salto de qualidade, que foi lançar um jornal independente, o Bar Brasil, que tinha a colaboração de muita gente boa daqui e de fora, que tinha participação na cultura do Brasil. E era produzido pelo pessoal do movimento estudantil. Nós lançamos três números e aquilo deu uma repercussão muito grande, ele teve uma repercussão aqui e fora. Depois do jornal Binômio e do jornal Sete, retomada da imprensa alternativa em Juiz de Fora, foi com o lançamento do *Bar Brazil* e ele só saiu porque a gráfica do DCE e o DCE eram progressistas. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

<sup>117</sup> Ver anexo J, capas do *Bar Brazil*.

Além da realização do Som Aberto, outras ações relacionavam cultura e política, dentre elas estava o Cine Clube e as apresentações musicais, de dança e teatro. Na memória de Reginaldo Arcuri, a busca por derrubar a ditadura e mudar a realidade era incrementada pela cultura.

Eu acho que o eixo do que nos definia era uma combinação genial, (...) que você concretizar a ação no sentido de buscar derrubar a ditadura e criar um mundo novo, um mundo melhor misturando uma dose enorme de cultura, todos nós íamos no Cine Clube, ver os melhores filmes, participávamos dos movimentos musicais, eu era fotógrafo na época, todo mundo misturado com dança, tudo. Quer dizer, você se movia assim, **cada ato cultural era um gesto político, cada gesto político tinha um componente cultural nisso** (*grifo meu*). Inclusive os botequins, obviamente, nesse grande espaço de desenvolvimento da cultura universal e da política universal, a discussão era entremeada o tempo todo. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

A frase em destaque na entrevista de Reginaldo Arcuri representa bem o sentido da relação entre cultura e política na década de 70 pelos estudantes juizforanos estando estritamente relacionadas. Por isso, sempre havia um conteúdo político na divulgação das inúmeras promoções culturais, através da distribuição de panfletos e publicações de jornais e notas. Ao mesmo tempo, ações somente culturais, já demonstravam, por si só, uma forma de resistência. Reginaldo Arcuri, recorda-se de outras ações culturais, que em sua gestão também envolveram os estudantes.

Fizemos uma consolidação das atividades culturais, criando esse Centro Cultural do DCE, que era na antiga Galeria de Arte Celina que era uma coisa que a família Bracher tinha feito. Eu acho que era na Galeria Pio X. Então tinha um auditório com uma área de exposições, então a gente tinha muita coisa ali de manifestações experimentais, enfim, Cine Clube, etc. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Destarte, o movimento de poesias se seguia dentro da UFJF. Surgiu, então, o movimento *Abre Alas*, que se desdobrou no trabalho de rua com a distribuição de panfletos à população e a criação de varais de poesia nas ruas da cidade. Na memória de Jorge Sanglard, após o fim da publicação do *Bar Brazil* e do *Abre Alas*, a revista *D'Lira* lançada pelo movimento cultural alcançou um alto grau de sofisticação de conteúdo.

O *Bar Brazil* teve uma importância muito grande e depois foi criada a revista *D'Lira*, que foi talvez o produto mais bem acabado desse movimento cultural de Juiz de Fora, com influência para a literatura nacional. A revista era feita em Juiz de Fora por um grupo que começou lá na Poesia, depois no *Bar Brazil* e no *Abre Alas* e tinha um critério muito grande de qualidade na revista, tanto dos de fora como nos daqui. Só saía publicado se tivesse qualidade cultural, não importava se o cara tinha nome, se não tinha nome, o que importava era a qualidade do trabalho; tinha um Conselho Eleitoral muito rigoroso nisso e a revista teve uma repercussão nacional muito grande. Então você vê sempre que o Movimento Estudantil de Juiz de Fora teve um pé no Movimento cultural. Isso foi muito rico, porque tinha o *Varal de Poesia* que o José Santos coordenou. Assim como o folheto *Poesia*, o grupo fazia os poemas,

publicava os poemas, depois esticava uma corda onde é o Banco do Brasil hoje no Calçadão e o pessoal aproveitava o muro, esticava ali um barbante e pendurava os poemas. As pessoas pegavam, liam, e se gostassem levavam pra casa. Era muito legal. Tinha uma participação muito ativa do movimento cultural e isso contribuiu para a revitalização do DCE. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

A aproximação com a população realizada pelo movimento *Abre Alas* se tornou significativo e de grande expressão durante os anos finais da década de 70. Já em 1980, a revista *D'Lira* surgiu trazendo uma qualidade superior, tanto em termos de trabalho gráfico, quanto em conteúdo e nomes de projeção nacional, escrevendo em suas páginas. Contudo, a revista também se sustentou por apenas três números.

Segundo Cristina Musse,

Com o aumento da censura e da perseguição política, outros veículos, alguns de vida muito curta, apenas dois ou três exemplares, como o *Bar Brazil*, vão se alinhar ao movimento estudantil. É a “geração mimeógrafo”, que surge nos bancos das escolas e universidades, em busca da reordenação política do país. Esta geração foi a semente de um movimento ainda mais organizado, nos anos oitenta, que lançou vários nomes novos no cenário literário local e, mais tarde, nacional, como o de Luiz Ruffato. (...) A geração que fez política estudantil e aquela que se embrenhou nas viagens do ácido tentam, então, repensar aquela cidade que era derrubada para abrigar uma outra cidade. (MUSSE, 2006: 29 – 30).

Segundo a autora, a geração estudantil da década de 1970, através da ação política e do movimento cultural, foi responsável por repensar Juiz de Fora e inserir uma nova visão da mesma. Novos lugares ganharam significado na vida social da cidade, tornando-se lugar de debate, cultura e política (MUSSE, 2006: 30).

O movimento cultural aliado ao movimento estudantil permaneceu com grande vigor ao longo da segunda metade da década de 70. Todas as gestões do DCE, com exceção à presidida por Paschoal Montezano, da Direita, tiveram grande preocupação em resgatar o movimento cultural, promovendo ações culturais na universidade e junto à sociedade. Apesar dos empecilhos colocados por ele, como a própria utilização da gráfica do DCE pelo movimento cultural, o mesmo se manteve atuante através da realização do Som Aberto e do movimento de poesias, durante as demais gestões do DCE. José Pimenta, ao suceder Montezano na presidência do DCE, retoma a questão cultural como central.

Durante manifestações e greves estudantis, sempre estavam presentes ações culturais como forma de mobilizar e agregar os estudantes. Eram promovidas apresentações musicais e teatrais, entre outras. Havia um grupo que se destinava a cuidar das ações estritamente políticas do movimento e outro como uma comissão que cuidava das ações culturais, durante a greve estudantil.

Marcus Pestana traz na memória o movimento cultural, através do Som Aberto e do Cine clube, vendo nele uma forma de mobilizar e agregar os estudantes em torno das lutas políticas.

Havia uma vertente muito forte cultural, mas a gente percebia claramente, eu sou muito ligado ao movimento cultural, eu freqüentei, quando eu tava no cursinho, quando eu freqüentei o Som Aberto em 1977, a gente via claramente, era mil pessoas, era um outro contexto em 1976-1977. Os cantores vinham aqui tomar sorvete com a gente, João Bosco, João do Vale, Sueli Costa, Gonzaguinha, o pessoal vinha aqui, só vinha ele e o violão, tocava de manhã e tomava sorvete, não era nada profissionalizado; vinha de ônibus, a gente pegava na rodoviária. E tinha atividades de cinema, tinha o Cine Clube, tinha o varal da poesia, tinha a turma da poesia. Na minha gestão, como eu era muito ligado eu insisti, mas a gente começou a perceber que aquele modelo tava acabando, esgotando. O Som Aberto, eu fiquei muito chateado, começou a se esvaziar. Então o Som Aberto tinha vez que tinha mil pessoas, e lá era uma forma de, que lá tinha as notas de protesto, os abaixo-assinados, usavam a atividade cultural como ambiente de mobilização. Então nós, e eu comecei, a perceber claramente, primeiro, houve assim uma mudança de mercado artístico, começou a se profissionalizar nesse período de 1980, os artistas terem uma outra postura, era muito difícil trazer gente de graça, não era cobrado, era gratuito. E aí nós começamos a passar no cinema, mas tinha o Som Aberto, era claramente aberto, a pessoa chegava com seu violão, subia lá, tocava suas duas músicas, mas tinha um grupo chamado a Pá, e todo mundo tinha formado, que era, se não fosse ninguém, a Pá fazia, subia dois autores, era mais ou menos umas quatorze pessoas, e foi uma geração que tinha alta qualidade anterior. Tinha a Pá, tinha o Rabo de Galo, que era de choro, (...). Mas a Pá fazia o meio de campo, o fundo eles como eram muitos, parecia que eram vários shows e subia dois, subia dançarino separado, eles ensaiavam coisas muito bonitas, e recebia visitas de pessoas, e tinha coisas sofisticadas, tinha concerto de harpa, um silêncio, imagina quinhentos visitantes lá (...) Só que isso começou a, eu comecei a ver, desanimar, a gente fazia as coisas. Na geração que eu freqüentei, ainda no início da universidade, no primeiro ano de universidade, foi feita uma semana Glauber Rocha, no antigo, hoje é filme pornô, lá no Cine São Luis, iam quinhentas pessoas por dia, cinco vezes seguidas, lotado (...) Aí a gente fazia as coisas, eu comecei a desanimar, eu fazia filme (...) e a gente fazia show e já não tinha tanta participação. Aí foi morrendo. Depois da minha geração morreu, mudaram o modelo totalmente. Aí foi pra festival de rock, mudou a cara. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Marcus Pestana recorda do vigor do movimento cultural na segunda metade da década de 70, que conseguia realizar grandes edições do Som Aberto, com um grande público. Contudo, constata um declínio do movimento após sua gestão. Uma mudança nas características de sua geração levou o Som Aberto a encerrar suas atividades. O Som Aberto tornou-se uma referência do grupo que esteve à frente do DCE desde 1974, com Ivan Barbosa, do qual todos que seguiram como parte da esquerda se originaram. No entanto, a *Estratégia*, ao assumir o DCE, desativou o Som Aberto, que já estava com pouca adesão, e criou o *Domingo Cultural*, na busca de rearticular as ações culturais na universidade e deixando a marca ligada à sua gestão e tendência.

O Domingo Cultural era realizado no *campus* da UFJF com apresentação de shows musicais, espetáculos de teatro, exposições de pinturas, escultura e artesanato. Iniciando às 11

horas da manhã, também eram promovidas, no Domingo Cultural, brincadeiras e jogos orientados pelos estudantes de Educação Física. Dentre as apresentações musicais estiveram presentes o grupo Vértice, Mito, Solstício e Presença. A entrada era aberta aos universitários e a toda a população<sup>118</sup>.

Em 1982, na gestão da *Estratégia*, o Centro Cultural do DCE foi reativado, a partir de um convênio com o grupo de Teatro de Quintal, como uma forma de abrigar a cultura alternativa da cidade<sup>119</sup>. Aproveitando o espaço na esquina da rua Floriano Peixoto com a Av. Getúlio Vargas, o grupo realizava apresentações e exposições de arte. Foi montada uma sala com um projetor para exibição de filmes e um espaço para shows. O DCE também disponibilizava para grupos da cidade o espaço em sua sede para ensaios, colaborando assim com a promoção de cultura em Juiz de Fora.

Outras iniciativas de DA's também promoveram atividades culturais, como aparece na memória de Rafael Pimenta, como o lançamento do “Prata da Casa” pelo DA de Engenharia em 1982.

A redemocratização na Universidade veio com isso. No DA de Engenharia, isso você já deve ter ouvido em outras entrevistas, você já deve ter ouvido falar do Som Aberto, que era um movimento musical, de cultura, que acontecia aos sábados de manhã, de graça, no anfiteatro do ICBG, o ICB, que era o maior anfiteatro, e aí foram artistas, os melhores do Brasil. Quando eles vinham tocar em Juiz de Fora eles tocavam lá. O Ivan Lins tocou, o João Bosco tocou, o João do Vale tocou. Nossa, eu não saberia, eu vou esquecer um monte de gente aqui. Tocou todo mundo que tocava no Central, tocava no Som Aberto de graça. E aí lotava, era muito legal. Então neste ano, quando eu tava no DA de Engenharia, um pouco antes, nós reativamos o Som Aberto na Engenharia com o nome de “Prata da Casa”, que era o seguinte, eram alunos da Engenharia, que soubessem tocar algum instrumento, ou declamar. A gente queria reativar o Som Aberto, mas a gente não queria usar o nome que era uma marca do DCE. Pra não usar o nome de Som Aberto, que parecia presunção, a gente inventou esse nome de *Prata da Casa*, que deu um certo danado. Ficou tão legal que a gente começou a receber alunos de outras faculdades também pra tocar. Então o pessoal ia, tocava. *O Prata da Casa* foi um negócio muito legal que a gente conseguiu reativar, o DA de Engenharia nessa época. E a atividade cultural (...) era quase a atividade principal. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

Dessa forma, percebemos que a atividade cultural ao longo dos anos desta pesquisa, mostrou-se como um ponto de destaque dentro das ações do Movimento Estudantil. Este foi responsável por um resgate do movimento cultural na cidade na década de 1970, mantendo a relação entre cultura e política até a década de 80, apesar de algumas modificações vividas após 1981. Todas as tendências de Esquerda mostravam-se envolvidas e empenhadas junto ao movimento cultural, que teve um papel de aglutinador dos estudantes. A luta por cultura

<sup>118</sup> Diário Mercantil de 26 de novembro de 1982, p. 05.

<sup>119</sup> Diário Mercantil de 11 de julho de 1982, p. 04.

também se tornava uma luta política e a promoção de cultura era uma forma de agregar a atividade política, tornando, assim, a cultura um artefato da política estudantil.

#### 4.4 Os estudantes e a cidade: a ação para além da universidade

Universidade e cidade sempre estiveram ligadas. Muitas das lutas travadas pelos estudantes se dirigiam diretamente à prefeitura da cidade, como foi o caso da luta pela melhoria do transporte para o *campus*. Os universitários também se envolviam na política da cidade, tecendo críticas à prefeitura, dialogando com vereadores e até mesmo assumindo cargos públicos.

Havia, naquele tempo, uma valorização de destaque da política estudantil pela população da cidade. Notícias eram vinculadas constantemente na imprensa local referindo-se ao movimento estudantil, e a opinião do presidente do DCE era recorrentemente solicitada, fato que dava projeção às lideranças estudantis na cidade. Aliado a este fato, alguns estudantes ligados ao Movimento Estudantil tornaram-se vereadores na cidade de Juiz de Fora.

Ivan Barbosa foi o primeiro a abrir as portas para a inserção partidária dos estudantes na política local em 1976. Reginaldo Arcuri traz em sua memória o *slogan* da campanha que elegeu Ivan Barbosa como vereador.

E nós estávamos muito focados era em gerar resultados, em conseguir avançar com essas coisas que favorecessem o final da ditadura, esse era o foco central. Tanto que foi um período que eu estava como presidente que a gente decidiu que o Ivan ia se filiar ao MDB para depois concorrer a vereador. Tanto que foi a única candidatura de esquerda unitária, na história de Juiz de Fora foi essa. E ele foi eleito o vereador mais votado, foi uma campanha genial. A gente fez um *slogan*, que a gente usou do irmão do Tarso Genro em Porto Alegre, que era “vote contra o governo”. E tudo nessa linha, que eu acho que nos distinguiu, e eu falo sempre no plural porque nessa época nós éramos um grupo, ninguém tinha carreira pessoal. (Reginaldo Arcuri).

A campanha para a eleição de Ivan Barbosa como vereador aglutinou muitos militante estudantis de grupos diferentes. Na memória de Jorge Sanglard, a eleição de Ivan Barbosa sinalizava para um Movimento Estudantil com capacidades de atuação e projeção maiores do que os limites da universidade.

Mas antes teve a candidatura vitoriosa a vereador do Ivan Barbosa, quando o Tarcísio Delgado perdeu a eleição para prefeito para o Melo Reis. O Ivan foi o vereador mais votado da época e aglutinou pessoas dos dois grupos todo em torno da sua candidatura. E foi importante a eleição do Ivan, porque mostrou que o Movimento Estudantil tinha fôlego pra dar saltos maiores e passos maiores fora da



Universidade, não só na cultura, mas no campo político e institucional. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Ivan Barbosa traz na sua memória os receios, na época, de lançar sua candidatura e ser acusado de usar o Movimento estudantil para projeção pessoal, no entanto, sua candidatura como vereador foi vitoriosa. Porém, o MDB sofreu derrotas na prefeitura e conquistou poucas cadeiras na câmara municipal, o que dificultou sua atuação política.

Sai ou não sai candidato? Vai falar que está usando o movimento estudantil, não sei o que, aí o pessoal achou que valia a pena, e eu entrei pra vereador, em 1976, aí depois todo mundo entrou a política partidária. Aí veio essa turma toda, Reginaldo, Pestana, aí depois todo mundo entrou, Ignacio foi candidato a vereador, Paulinho virou deputado federal, todo mundo entrou e nós perdemos a eleição de 1976, eu ganhei pra vereador, mas o Tarcísio perdeu pra prefeito pro Melo Reis, aí eu fiquei isolado na Câmara (...), todo mundo batendo, eu tinha 26 anos, a campanha foi “vote contra o governo” então essa foi pesada porque aí o negocio foi ficando sério, eu já estava disputando pra vereador não era negocio de estudante. E esse panfleto não deixaram rodar em juiz de fora, tive que rodar em São João Nepomuceno, numa tipografia porque a gráfica todas recusaram. Quem redigiu, a maior parte é do Paulinho, na hora que você ver vai falar “é a mesma coisa”, trinta e tantos anos depois e continua a mesma coisa, precisa ter divisão de renda, desemprego, aquela coisa, agora o que chamava a atenção era o slogan “vote contra o governo”, ninguém podia ser contra o governo naquela época (...) o pessoal saía todo mundo escondido, saía, vai no ponto de ônibus numa hora determinada e *tatatata* e na hora que nego chega já era já tinha distribuído e todo mundo guardava ninguém jogava fora e isso aí deu um retorno fantástico. (Ivan Barbosa, entrevista de pesquisa).

A campanha de Ivan Barbosa demonstrava uma forma de resistência ao regime, posicionando-se claramente contra o governo. Os atos de divulgação da campanha eram escondidos devido à censura. Destarte, sua campanha foi vitoriosa, e Ivan se tornou o vereador mais votado de Juiz de Fora até 1976.

Reginaldo Arcuri recorda as ações estudantis na política como uma via de mão dupla. O Movimento abria espaço para que os políticos do MDB pudessem ter um canal de contato com os estudantes e votavam neles e estes políticos estavam atentos às questões estudantis.

Quer dizer, nós estávamos fazendo no movimento estudantil muito do que os políticos que tinham mandato eram impedidos de fazer porque senão eles eram caçados imediatamente. Por outro lado, nós também abríamos espaço pra que eles falassem e pra que eles participassem de um contato mais direto com os estudantes, assim como votávamos neles, fazíamos campanha e tal pra isso. Como também as eleições municipais nunca foram interrompidas, era um ótimo momento pra você juntar as duas coisas, tanto que a gente fazia um esforço muito grande, o candidato era nessa época era sempre o Tarcísio, pra poder carregar pra ele a pessoa mais próxima da esquerda todos os votos, que aí você tinha uma divisão muito grande, porque era um sistema, você tinha dois partidos, mas cada partido podia ter até três sublegendas. Então na verdade você chegava a ter seis candidatos por eleição pra prefeito. Então tinha uma divisão muito grande. Tanto que ele ganhou só em 1982, antes disso ele nunca conseguiu ganhar. (Reginaldo Arcuri, entrevista de pesquisa).

Após o mandato de Ivan Barbosa como vereador em Juiz de Fora, foram eleitos em 1982, para o mandato sequente, dois ex-militantes estudantis: Raquel Scarlateri e Marcus

Pestana. Na memória de Marcus Pestana, sua eleição foi indicada por Ivan Barbosa, que havia desistido da reeleição para o cargo do legislativo.

O Ivan Barbosa era vereador. O Ivan Barbosa não queria ser mais vereador (...) E tinha um cara do PC do B que assessorava ele. E (...) apesar do cara ser do PC do B, o Ivan convenceu todo mundo a apoiar ele. Aí eu entreguei minha gestão do DCE, eu só consegui fazer eleição em maio de 1982. E fui ao Rio pesquisar pro meu mestrado, não tava nem com a cabeça nisso. Só que houve um acidente, o irmão desse cara suicidou, ele entrou num processo pessoal muito ruim, entrou em depressão e desistiu de ser candidato. Aí o Ivan Barbosa falou assim, conversou com as pessoas e falou “o Pestana é o melhor nome”. Eu já tava com a cabeça lá no mestrado e tal. Aí a minha candidatura surgiu, eu entreguei o DCE em maio, minha candidatura surgiu em junho, as eleições eram quinze de novembro, a convenção deve ter sido no final de junho. Então logo depois eu virei candidato. Mas era um outro mundo, as campanhas eram totalmente diferentes. Não eram campanhas ricas, era tudo baseado em militância, (...) a camisa da campanha era que os amigos faziam, comitê, carro que eu tinha era emprestado de um amigo meu, uma variante amarela, a gente mesmo que colava cartaz, a gente mesmo que distribuía folhetos. Esse grupo do Ivan Barbosa, do Reginaldo e eu, chegava a reunir cem pessoas sábado a tarde, domingo de manhã, pra distribuir, fazer campanha. Então me apoiaram uma parte do partidão, mas só alguns, uma parte do PC do B. E aí eu me elegi com três mil votos. (Marcus Pestana, entrevista de pesquisa).

Enquanto vereadores, esses líderes estudantis se tornaram referências para outros que desejavam seguir o caminho político partidário. Estavam sempre vinculados ao Movimento Estudantil, percebendo suas lutas e atuações, e trabalhando pela sociedade. Os estudantes mostravam-se envolvidos e preocupados em discutir a política local. Em 1982, a gestão *Estratégia* na direção do DCE, diante da realidade do ano eleitoral e num contexto em que os partidos políticos tinham retornado ao cenário nacional, promoveu um debate entre eles na cidade. A discussão foi sobre a “situação política nacional” com a finalidade de levar aos estudantes os programas de todos os partidos que participaram das eleições de 1982. O debate foi realizado no DA de Direito, devida a negação da UFJF em ceder um anfiteatro para o encontro, fato julgado pelos representantes dos partidos presentes como medida arbitrária e desnecessária, que colocava a UFJF como uma das universidades mais fechadas do Brasil no período<sup>120</sup>. Estiveram presentes no debate, representando os partidos, Paulo Delgado, pelo PT; Marcus Pestana, pelo PMDB; José Maria Rabelo, pelo PDT e José Alfredo de Oliveira pelo PDS.

Na memória de Jorge Sanglard, apesar de cada tendência estudantil ter se aproximado de partidos e de forças diferentes ao longo do tempo, percebe-se uma aproximação significativa do Movimento Estudantil com outros movimentos da sociedade civil, em especial, o sindical, contribuindo nas campanhas eleitorais para a direção dos sindicatos, elaborando materiais de divulgação e demonstrando que o ME nunca esteve isolado na universidade, mas envolvido

<sup>120</sup> Diário Mercantil de 11 de setembro de 1982, p. 03

nas lutas da sociedade em prol da democracia. Além de uma participação no movimento sindical, os ex-militantes estudantis, ao saírem da universidade, também se tornavam lideranças políticas na cidade. Jorge Sanglard recorda o momento de reorganização e reaglutinação partidária vivida no início de 1980.

Era um momento de transição muito grande na cidade, muito importante na renovação das lideranças da cidade. A cidade estava passando por uma discussão partidária grande, estava tendo uma reaglutinação partidária, estava tendo o surgimento de novos partidos, o país havia conquistado a Anistia, ia acontecer depois a Constituinte. Foi um período onde o Movimento Estudantil tem uma força muito grande. Em 1982, O Luiz Dulci e o José Luiz Guedes foram eleitos deputados federais. A eleição do Paulo Delgado como deputado federal Constituinte em 1986 foi um marco para a cidade. O Paulinho era um professor muito querido em JF, muito admirado por amplos setores da cidade, e a eleição dele, com praticamente pouquíssimos recursos, simbolizou a força que os setores que lutaram pela redemocratização tinham, o movimento estudantil, o movimento sindical, os professores da UTE e as greves dos professores por melhores condições de ensino, toda articulação de criação do PT. O Paulo Delgado foi o deputado federal mais votado na constituinte pelo PT em Minas Gerais. E em contrapartida Juiz de Fora também elegeu o Sílvio Abreu e o Melo Reis. O Itamar Franco já era senador e estava no meio do mandato. O Movimento Estudantil teve muita importância na preparação e na formação de novas lideranças na cidade. Com o declínio das lutas do movimento estudantil, com a democratização da Universidade, ocorreu uma mudança no perfil dos DA's e do DCE, quer dizer, você não tinha mais uma ditadura pra enfrentar, você não tinha mais a legislação autoritária rigorosa pra derrubar. (Jorge Sanglard, entrevista de pesquisa).

Interessante se torna perceber que os estudantes movimentavam a cidade com suas atuações, seja diretamente, por questões estudantis, ou por sua influência na política local. Contudo, não somente a partidos e candidaturas se ligavam os estudantes. Alguns seguiam seu caráter político, neste período, atuando em outros meios de mobilização social.

Gabriel Pimenta, militante estudantil do MR-8 e advogado do sindicato dos motoristas, trabalhadores rurais e da construção civil em Marabá, no Pará, na década de 70, chegou à morte, envolvido em conflitos de terras. Irmão de José Pimenta e Rafael Pimenta, entrevistados para esta pesquisa, que trazem na memória a experiência de Gabriel, que deixou para eles o testemunho de coragem na luta política, e que expressava as características do MR-8 e do regime militar na época.

Meus irmãos, vários deles militaram na política. Além do Zé Pimenta, o Gabriel Pimenta, que foi advogado, morreu assassinado no Pará, em julho de 1982. Por causa de política, que ele defendeu umas famílias lá contra um invasor de terra, e ganhou o processo no Tribunal do Pará e o fazendeiro mandou matar ele. Mas as famílias continuam lá até hoje, ganharam a ação e tal. (Rafael Pimenta, entrevista de pesquisa).

O Gabriel, ele formou em Direito aqui, teve uma participação ativa também no movimento estudantil junto com a gente. (...) Ele ficou no Pará três anos, começou em Conceição do Araguaia, foi pra Marabá. Em Marabá, ele movia uma ação

grande contra os grileiros de terra. E quando ele ganhou uma ação contra uma fazenda que chama “Pau Seco”, (...) só que a fazenda foi tomada jagunço. E ele ligou pro Antonio Chico e falou pra ele: “temos que garantir essa parada aí, não vai ser só na justiça não”. Aí o Antonio Chico organizou um grupo e nesse grupo ele botou umas vinte, trinta pessoas, eles fizeram bala até com pilha derretida, porque eles não tinham recurso de nada. Quer dizer, a vontade de pegar a terra era tão grande que eles passaram os jagunços lá. Expulsaram os jagunços. Em função desse episódio, o Gabriel foi assassinado. Não, não foi só desse episódio, ele construiu, ou fez ou reorganizou o sindicato dos taxistas, da construção civil e o sindicato rural de Marabá. E ele foi organizando delegacias sindicais, criou delegacias sindicais pra proteger os dirigentes. Que aí eles fazem delegacias em locais distantes da cidade, onde os grupos de posseiros se organizavam. Então era essencialmente pra defender as posses dos posseiros que já moravam lá há muito tempo (...) Pra você ter uma idéia, nesse processo da resistência armada lá do Antonio Chico, que era o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais nessa época, eles tiveram que ficar sumido. O Gabriel ficava muito no mato, também ficava muito com eles, porque a pressão era muito grande na cidade. Mas aí no dia que ia fazer a reconversão do PMDB em Marabá, eles tinham que ir, eram os advogados que organizavam a conversão. Foi nesse dia, 18 de julho de 1982 que ele foi assassinado. Então isso é uma consequência do movimento estudantil aqui de Juiz de Fora. É uma consequência direta daquele crescimento daquela consciência social, política, que se formou em todas essas pessoas. E ele foi uma expressão disso, desse movimento estudantil, desse processo político aqui de Juiz de Fora, que foi pra aquela região, e acabou desenvolvendo lá esse trabalho. (José Pimenta, entrevista de pesquisa).

A missa de sétimo dia de Gabriel Pimenta, em julho de 1982, envolveu todo o movimento estudantil e outras organizações de luta política na cidade. Uma nota foi distribuída aos estudantes denunciando a morte de Gabriel Pimenta e convidando para a missa que se tornou um grande ato político através do pronunciamento de diferentes organizações presentes.

Assim, a inserção dos estudantes em outros espaços fora da Universidade foi recorrente e geradora de aglutinação, mobilização e discussão política. Muitos militantes, estudantes no período, logo se direcionaram para a vida política, em especial na cidade de Juiz de Fora, tornando-se lideranças na cidade a partir de um desdobramento de sua militância no movimento estudantil.

### **Considerações**

A partir deste capítulo foi possível recuperar a memória dos militantes estudantis sobre as ações do ME e sua dinâmica interna. A partir das fontes compreendemos sobre as principais políticas estudantis, suas reivindicações e manifestações em nível local, bem como as disputa entre as tendências existentes em Juiz de Fora, verificando que há na cidade uma vinculação dos mesmos com as lutas nacionais e que mesmo nas questões mais específicas dos estudantes locais havia uma íntima ligação com a luta pelas liberdades democráticas.

Percebemos também que em JF o ME sentiu a mudança no cenário nacional e geracional na transição da década de 1970 para 1980. Este fato está presente na memória dos militantes que viveram esta transição e percebeu-se que a mesma foi significativa marcando as ações locais do movimento, que passaram por momento de baixa participação gerando a necessidade de reinvestir nas bases.

Por fim, percebemos que o movimento cultural possuiu uma proximidade com o ME que usou a cultura como um importante artefato político e contribuiu decisivamente para o avanço do movimento cultural na cidade de Juiz de Fora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de tecer a história é chegado o momento de dar o arremate final. Sem dúvidas um fio se deixa solto sinalizando que o trabalho de tecelão possui possibilidade de prosseguimento, visto que muito ainda há de fios de diferentes cores e formas que podem completar a peça final. Contudo, considero que este trabalho atingiu seu objetivo. Através dos depoimentos compartilhados foi possível apresentar, nestas páginas, a memória do movimento estudantil em Juiz de Fora.

Através da subjetividade e especificidades de cada entrevistado foi possível compreender mais do que os fatos em si, mas as intenções e sonhos que permeavam os estudantes juizforanos entre os dez anos que esta pesquisa abarca. Cada entrevista foi marcante e envolvente em especial pela alegria e disposição em partilhar de sua memória de anos vividos intensamente na juventude. Cada entrevista em particular foi uma verdadeira aula de doação, política, sonho, cultura e vontade de lutar, se constituindo em uma experiência riquíssima em conteúdo de vida e obviamente, em conteúdo para esta pesquisa que agora apresento os resultados.

Através dos estudos percebi, assim como apresentado no primeiro capítulo, que o Movimento Estudantil desempenhou um papel de destaque na luta pela democracia no Brasil. Apesar da abertura política surgir de dentro do seio do governo militar, a pressão desempenhada pelos movimentos sociais foi peça fundamental para o processo de retorno à democracia. O ME foi o primeiro movimento social a se reorganizar em âmbito nacional e a puxar a luta pela democracia. No período de 1974 até 1977, o Movimento ainda era tímido. Contudo, essa expressão nacional intensificada a partir de 1977, atingiu diretamente os estudantes de Juiz de Fora, que, impulsionados pelas lutas em outros estados, inserem efetivamente o ME juizforano como um sujeito atuante dentro da sociedade civil pelo fim da ditadura e retorno das liberdades democráticas. Este protagonismo dos estudantes também foi percebido através da repercussão que o mesmo possuía na imprensa local, onde verificamos que até 1979, o ME era o único movimento social a ganhar grande destaque nas páginas dos jornais. Não são apresentadas notícias referentes aos demais movimentos que só vão ganhar projeção na imprensa após 1979, em especial o movimento docente, o sindical e, posteriormente, os partidos políticos que se formaram.

No entanto, o Movimento Estudantil não permaneceu como protagonista ao longo de todo o período de transição democrática. Assinalo três momentos específicos. O primeiro,

conforme dito acima, no qual o ME inicia de forma ainda tímida sua luta. Um segundo momento, onde o movimento estudantil começa uma luta pelas liberdades democráticas, impulsionando outros movimentos da sociedade a se organizar e unir na luta contra os militares; e um terceiro momento caracterizado por um protagonismo do Movimento Sindical, a partir de 1980, marcado pela força que possuía em níveis de organização e impacto, que após as greves do ABC paulista em 1978 e 1979, assumiram a direção da luta dos movimentos sociais.

A mudança, porém, não ocorreu apenas por conta deste deslocamento de posições nas lutas pelas liberdades democráticas. Com esta pesquisa, pode-se afirmar que houve também uma mudança geracional e uma mudança de contexto político que afetou as lideranças do ME na passagem das décadas de 1970 para 1980. O fim do AI-5, a anistia política, o ressurgimento dos partidos políticos, a reconstrução da UNE, entre outras coisas, modificam o cenário trazendo à tona novos atores e nova conjuntura que leva os estudantes a uma nova postura. A mudança de postura das lideranças estudantis é perceptível no tocante à forma de encaminhamento de suas ações após 1980. Neste período, o ME assumiu uma característica de voltar-se para suas questões específicas, buscando envolver os estudantes que passavam por um momento de desmobilização. Esta desmobilização caracteriza uma diminuição da participação dos estudantes nas ações propostas pelo ME que muitas vezes ficaram esvaziadas.

A reconstrução da UNE, que até 1979 era pauta central do Movimento Estudantil, ao lado da luta pelas liberdades democráticas, passou a incidir sobre o movimento influenciando sua dinâmica e acirrando a rivalidade entre as tendências internas que até 1979 apesar da diversidade os pontos de intercessão eram mais facilmente identificados. Após esta data, as posições divergentes passaram a ser reafirmadas a cada oportunidade, seja em disputas eleitorais ou manifestações.

A busca por questões que afetavam mais diretamente a vida do estudante conseguiu, de certa forma, envolver o grupo e contar com a participação estudantil em lutas específicas, diferenciando-se das pautas de luta da década de 1970, que, por mais que se abordassem questões específicas a luta evidente era pelas liberdades democráticas. Assim, pode-se dizer que até 1979 a pauta tinha características mais políticas, ao passo que a partir daí, a ênfase recai sobre demandas mais específicas, que dizem respeito exclusivamente aos interesses dos estudantes. Esse processo se reflete em Juiz de Fora, que repete a tendência verificada no plano nacional.

Como vimos no segundo capítulo, a dinâmica das esquerdas marcou profundamente as ações desse movimento. Com diferentes ideologias, as tendências internas do Movimento Estudantil, por mais que se unificassem na luta em prol da democracia, divergiam na forma de conduzir a luta e no seu objetivo com a própria democracia. Para muitas correntes, a democracia era um passo necessário para um posterior estabelecimento do socialismo no país, para outras era seu objetivo central.

Sendo assim, pautados nas bases de esquerda, o ME seguiu mantendo constante mobilização e luta. Em Juiz de Fora percebemos a presença de grupos de origens diversas dentre os quais citamos os trotskistas: LIBELU e Estratégia; e outro campo que unificava PC do B e MR-8, em especial. Estes grupos, com exceção da LIBELU que devido à sua pequena expressão quanto ao número de participantes não chegou à direção do DCE, e revezavam na diretoria da entidade representativa dos estudantes. As eleições eram de disputas intensas, contudo, independente do vitorioso, nas lutas mais gerais, com limites para esta unidade, todos os grupos se uniam em manifestações, assembléias, entre outras ações.

A mudança no panorama sociopolítico, com o ressurgimento dos partidos políticos, que se configuravam em uma nova forma de agregação dos grupos, sujeitos e movimentos antes envolvidos na luta democrática, também influenciou na atuação do Movimento Estudantil, que passou a expressar, dentro de sua dinâmica interna, os partidos presentes na política fora da universidade. As tendências se aproximaram dos partidos e as disputas eleitorais passam a se configurar sempre identificando cada uma delas com algum partido atuante. Este fato não quer dizer que o Movimento Estudantil tenha se partidarizado, mas demonstra que o mesmo não estava alheio à realidade política fora muros da universidade e revelava uma aproximação com os novos partidos atuantes na sociedade.

Em Juiz de Fora, como vimos no terceiro capítulo, o DCE foi dirigido entre 1974 e 1976 por um grupo conhecido genericamente por Marxistas, que nas eleições de 1976 perderam para o grupo da Direita que há muitos anos não chegava à direção da entidade. A gestão do grupo mais à Direita coincide com um momento auge de rearticulação nacional do ME e que se reflete na cidade através dos DAs e CAs que mantinham orientação de Esquerda e que, juntos, iniciam na cidade um movimento que foi capaz de envolver toda a universidade. Como reflexo deste movimento e provando sua própria impopularidade, o grupo de Direita perde credibilidade e a direção do DCE, que volta para as mãos das Esquerdas, agora ramificadas e diversificadas em tendências. Estas tendências conduziram o Movimento Estudantil durante os anos seguintes e, mesmo realizando manifestações de cunho político,



abordavam mais enfaticamente a questão do transporte e Restaurante Universitário, sempre recorrentes ao longo dos dez anos estudados. Tais questões eram abordadas anteriormente, mas estavam de certa forma subordinadas à luta maior pelas liberdades democráticas.

Percebe-se também que a cultura foi um importante artefato político. O Movimento Estudantil esteve inteiramente vinculado ao movimento cultural que ganhava proporções significativas no final da década de 1970. A idéia de que promover cultura também era lutar politicamente permeou o ME, que investiu em apresentações culturais das mais variadas formas. Estes momentos, além da ação cultural em si, servia como uma alternativa para realizar discursos políticos, envolvendo os estudantes nas lutas políticas. A cultura também foi utilizada como forma de mobilização em meio a greves estudantis, o que vinculava ainda mais o movimento estudantil ao movimento cultural em Juiz de Fora.

Na política local, o ME também teve grande expressão. Suas lutas nem sempre eram diretamente na universidade. Muitas de suas pautas eram ligadas à prefeitura como a questão do transporte para o *campus*, o que levava os estudantes a agitar a política local, sempre com grande expressão nos jornais da cidade, envolvendo a população em apoio aos estudantes. Muitos também se envolveram na política eleitoral e se tornaram vereadores com grande expressão em votação na cidade.

Desta forma, concludo afirmando que a reivindicação apresentada pelos ex-militantes estudantis entrevistados nesta pesquisa, de uma necessidade de valorização do papel desempenhado pela juventude estudantil nos anos 1970 em contraposição à geração de 1968, necessita ser reconhecida em âmbito da academia. A geração de 1970, diferentemente da geração anterior, foi vitoriosa na sua luta pelas liberdades democráticas e precisa ser vista como tal.

Sendo assim, o Movimento Estudantil, sujeito desta pesquisa, no final da década de 1970 e início de 1980, desempenhou um papel importante no processo de luta pela democracia. Agregando lutas específicas dos estudantes sempre ao ideal da luta pela liberdade democrática, os estudantes, através do ME, foram sujeitos de transformação social. Apesar da democracia em si só ter sido concretizada no final da década de 1980 efetivamente no Brasil, todo o processo vivido e aqui narrado foi elemento essencial para a construção da democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. In: BRASA CONGRESS, 29., 2008, New Orleans. Anais eletrônicos... New Orleans, 2008. Disponível em: < <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/hgRnb2/Angelo%20Vitor.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2009.

ARAÚJO, Maria Paula; SEPÚLVEDA, Myrian. História, memória e esquecimento: implicações políticas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007a.

ARAÚJO, Maria Paula N. Lutas democráticas contra a ditadura. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

ARAÚJO, M.P.N. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In.: REIS, D. A. (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ARCARY, Valério. *Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo*. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 30, n. 2, p. 203-209, 2008.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: Bresciani, Stella e Naxara, Márcia (orgs.) *Memória e (re) sentimento*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2005

BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

BOOBIO, Nobert. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

BOOBIO, Nobert. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 13ª Ed., Vol. 2, 2007.

BOSI, Ecléa *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. SP: Companhia das Letras, 1995.

CAMURÇA, Marcelo Ayres e REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In.: FERREIRA,

Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3, p. 131-148.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil, 1964-1980*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1987.

CIAMBARELA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3, p. 99-130.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)*. São Paulo: FAPESP, 1995.

DELGADO, Ignacio Godinho. *Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr, 2001.

DELGADO, Ignacio Godinho. *Desenvolvimento e Política Industrial no Brasil*. VI workshop empresa, empresários e sociedade. 7 a 9 de abril de 2008. UFF.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia Neves e BERTOLINO, Farley da Conceição. *A esquerda católica: história e memória da ação popular*. Anais do IX Encontro Nacional de História Oral. De 22 a 25 de abril de 2008. UNISINOS - São Leopoldo – RS.

DELGADO, Lucilia Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In.: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3.

DIETZ, Ana Lópes. *La mercantilización de la educación en Chile*. Anais do Simpósio “Movimentos estudantiles na America Latina – siglo XX”. Congreso Internacional Ciencias, tecnologías y culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe. 30 de octubre a 2 de noviembre de 2008. Universidad de Santiago de Chile. Santiago de Chile.

DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela Castro (coord.). *Velhos Militantes*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª Ed. São Paulo: editora Ática, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HAYASHI, M.C.P.I.: *Política e Universidade: a consciência estudantil – 1964/1979*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos: 1986.

ITABORAY, Márcio. *Assuntos de vento: breves histórias da MPB em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: editora Esdeva, 2001.

JELIN, Elizabeth: *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represi3n. Siglo veinteuno de Argentina editores

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *Hist3ria da A3o Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2 ed., 1984.

LOPES, Rosalba. *Luzes à esquerda: Partidos e organiza33es marxistas brasileiros e a democracia na d3cada de 1970*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Departamento de Ci3ncia Pol3tica da FAFICH / UFMG, 2001.

LORENZ, Federico. “*Los que hablan, para quien hablan? Desafios del trabajo com testimonios em Argentina*”. IN: *Hist3ria Oral Revista da Associa33o Brasileira de Hist3ria Oral*, v.10, N. 1, 2007

L3WY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de liberta33o. In.: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aar3o (orgs). *Revolu33o e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civiliza33o Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3.

MAIA, Andrea Casa Nova. *APUBH – 20 anos de hist3ria: Hist3ria oral do Movimento docente da UFMG*. Belo Horizonte: APUBH, 1998.

MARTINHO, Francisco C.P.. O estatismo sindical e a transi33o democr3tica. In.: RAMALHO, J.R. & SANTANA, M.A. (org.) *Trabalho e tradi33o sindical no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS FILHO, Jo3o Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aar3o (Orgs).. *Revolu33o e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civiliza33o Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3.

MENDES JUNIOR, Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. S3o Paulo: Brasiliense, 1981.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a forma33o de um partido (1989-1982)*. RJ: Paz e Terra, 1989.

MOIS3S, Jos3 Alvaro. *Li33es de liberdade e de opress3o: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOIS3S, Jos3 Alvaro et AL. *Contradi33es urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercícios de memória sobre os anos 60 / 70 em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, José R. S. de. *A mitologia estudantil. Uma abordagem do movimento estudantil alagoano*. Maceió: Sergasa, 1994.

PAMPERMAYER, Malori José (org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987

PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP (1974/1982)*. Campinas: UNICAMP, 2006. Dissertação de Mestrado.

PESTANA, Marcus. *Coração quente, cabeça fria: pensamento, gestão pública e Ação Política*. Minas Gerais, 2006.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael, *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, RJ, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a historia oral diferente*. Proj. história, São Paulo, (14), fev. 1997

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Daniel Aarão e MOTTA, Marcelo Ridenti (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. SP: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil, v.3. p. 503 – 540.

REIS, Daniel Aarão. A classe operária de quadros e revolução socialista: O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3, p. 53-73.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia*

(1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3, p. 73-98.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In.: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.93 – 102)

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PC do B). In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. As esquerdas no Brasil; v.3, p. 163-182.

SANGLARD, Jorge. *Poesia em movimento*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2002.

SANTANA, Flávia de Angelis. *A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. USP, 2001. Dissertação de mestrado.

SANTANA, Marco Aurélio. Esquerdas em Movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, v. 1, n.1 p. 37-68, dez. 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SADER, Emir (org.). *Movimentos Sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.

SARLO, Beatriz. “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*”. Siglo Veintiuno editores Argentina, 2007

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. 2. ed. São Paulo: Proposta Editorial, [198-?].

UNE. *História da UNE: depoimento dos ex-dirigentes*. Vol. 1. São Paulo: Editora Livramento, 1980.

JELIN, Elizabeth: *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina editores, 1998.

## ANEXO A

Cartaz do movimento pela anistia.  
 Fonte: Arquivo pessoal Gabriel dos Santos Rocha



## ANEXO B

Panfleto sindicato dos têxteis  
 Arquivo Pessoal de Jorge Sanglard



## ANEXO C

Eleição de 22 de abril de 1982

Foto dos cartazes das tendências na parede.

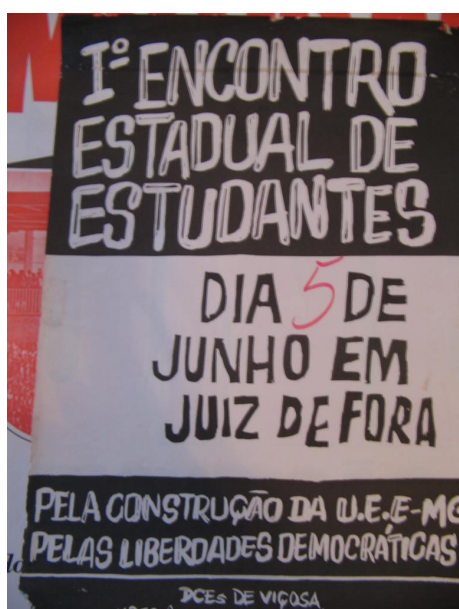
Arquivo DCE UFJF



## ANEXO D

Cartazes do I Encontro Estadual de Estudantes em Juiz de Fora.

Arquivo Pessoal de Gabriel dos Santos Rocha





## ANEXO E

Congresso da UNE em Cabo Frio

Fotografo: Jose Roberto Góes

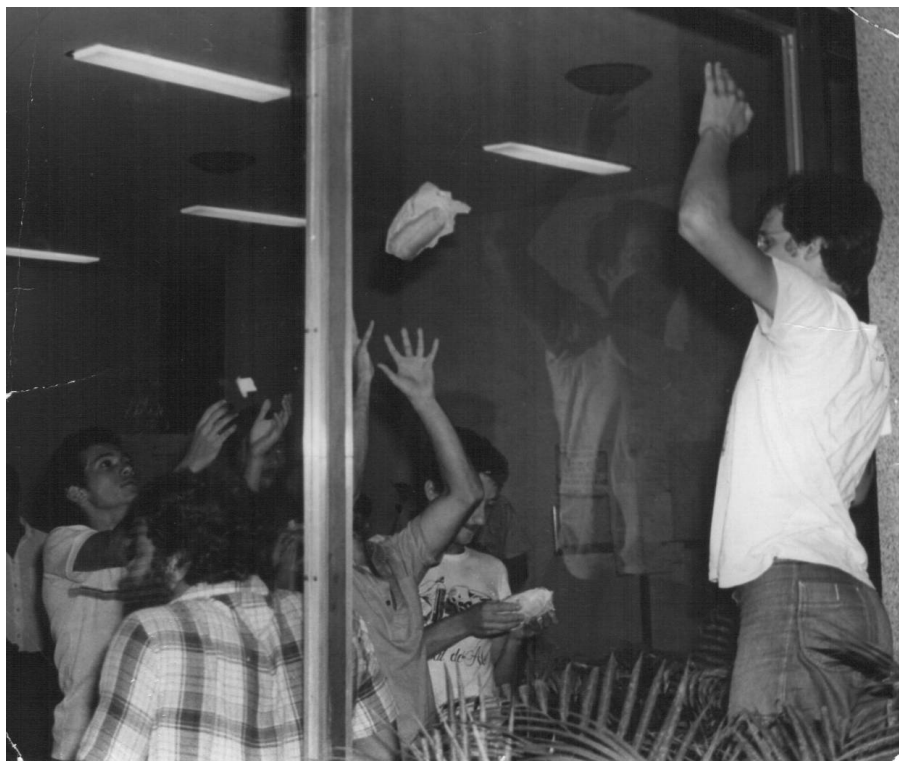
Arquivo do DCE – UFJF



## ANEXO F

Fotografo: Douglas Fedoco

Ocupação da reitoria – dia 18 de março de 1982



## ANEXO G

Enterro simbólico do reitor

Vários estudantes

Fotografo Marcio Assis

Arquivo do DCE – UFJF





ANEXO H  
Assembléia estudantil em fevereiro de 1984  
DCE – gestão Rafael Pimenta  
Arquivo do DCE – UFJF



## ANEXO I

Panelaço

Estudantes na reitoria em manifestação usando painéis - 1984

Fotografo Douglas

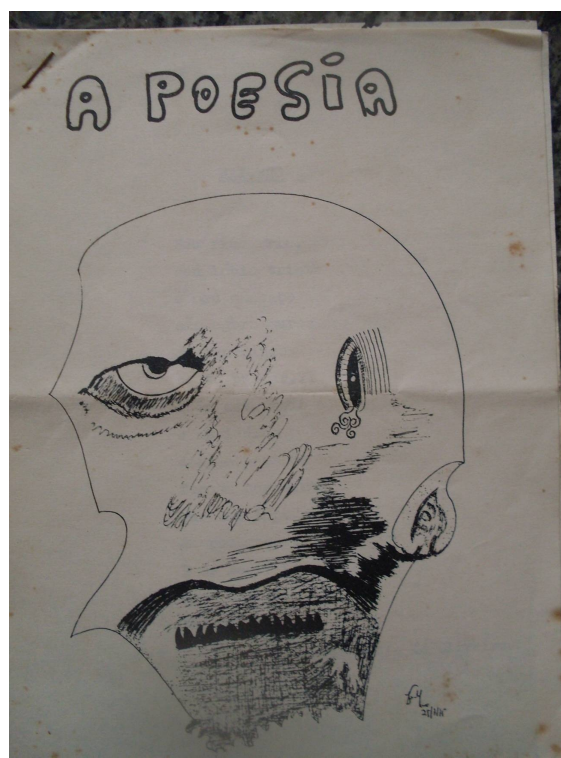
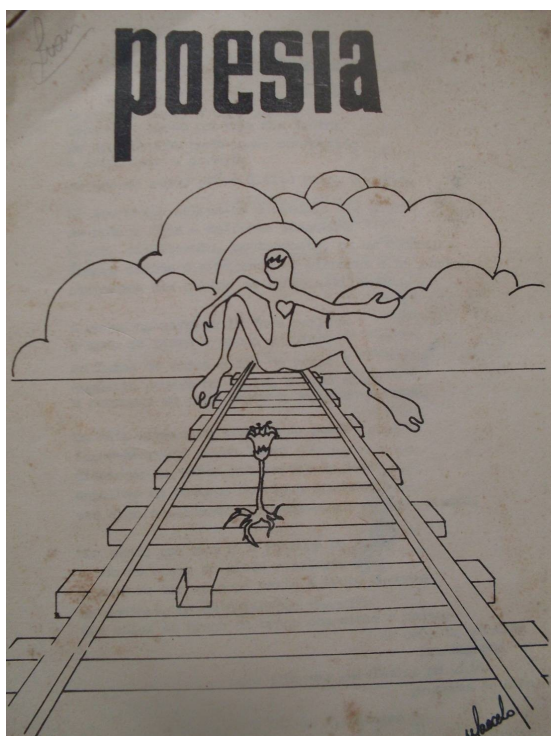
Arquivo DCE UFJF

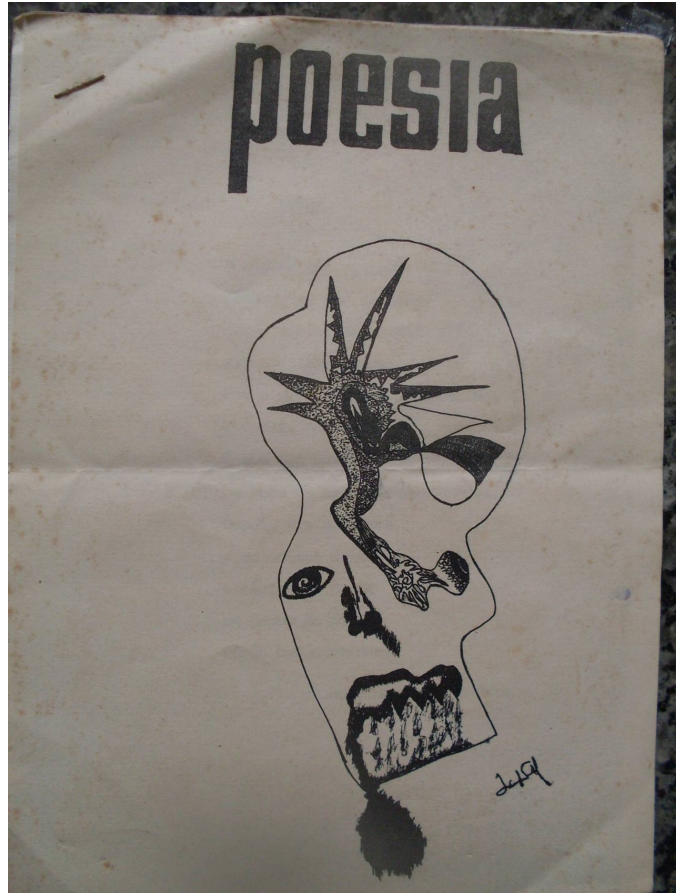
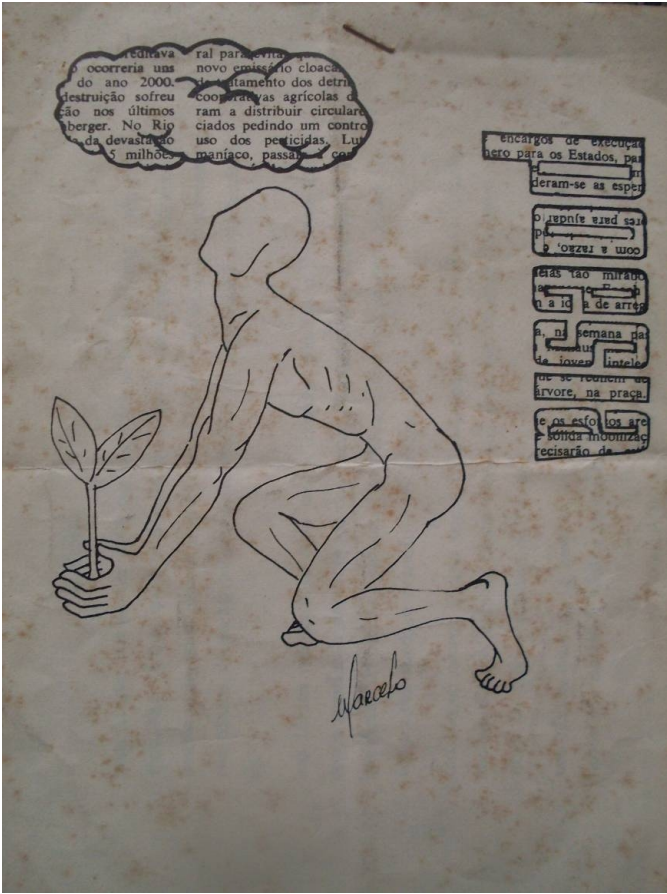


## ANEXO J

Capas panfleto Poesia

Arquivo pessoal de Ivan Barbosa





ANEXO K  
Capa da revista Bar Brazil  
Arquivo Pessoal de Ivan Barbosa

